

# plural

Revista de Ciências Sociais



32.1



# plural

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA USP**

**32.1**

Departamento de Sociologia Faculdade  
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Universidade de São Paulo

## Plural

Revista de Ciências Sociais  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo

Universidade de São Paulo  
Reitor: Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior  
Vice-Reitora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Arminda do Nascimento Arruda

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins  
Vice-Diretora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Paula Torres Megiani

Departamento de Sociologia  
Chefe: Prof. Dr. Fernando Pinheiro Filho  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação:  
Prof. Dr. Luiz Carlos Jackson

Equipe Editorial - Revista Plural v. 32, n. 1

Comissão Editorial  
Alvaro A. Comin, Universidade de São Paulo  
Fernando Antônio Pinheiro, Universidade de São Paulo  
Ricardo Mariano (Editor Responsável), Universidade de São Paulo

Assistentes Editoriais  
Jessica Mazzini Mendes (Doutoranda em Sociologia, Universidade de São Paulo), José Diniz da Costa Junior (Doutorando em Sociologia, Universidade de São Paulo), Rodrigo da Silva Rocha (Mestrando em Sociologia, Universidade de São Paulo), Tali Serebrenic Jungerman (Graduanda em Ciências Sociais, Universidade de São Paulo), Shélida Maria Silverio Pedreira (Doutoranda em Sociologia no PPGS/USP)

Monitores  
José Diniz da Costa Junior (Doutorando em Sociologia, Universidade de São Paulo), Tali Serebrenic Jungerman (Graduanda em Ciências Sociais, Universidade de São Paulo)

Comissão Executiva  
(Discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP)  
Jessica Mazzini Mendes, Rodrigo da Silva Rocha, José Diniz da Costa Junior, Dayvison Wilson Bento da Silva, Guilherme Olímpio Fagundes, Juliano Dias Guimarães, Arthur Damião, Ana Carolina de Paula Lima, Elizabeth Arruda de Azevedo, Karina Batista pereira Feliciano, Natália de Sá Ribeiro de Barros Barreto, Emmanuel Samuel, Shélida Silvério, Vinicius Ribeiro Alvarez Teixeira, Lucas de Souza Gonçalves, Lucca Ignacio Morais Luiz, Martha Hitner dos Santos, Vanessa Nobre Nunes, Nathalia Mansour de Oliveira, Paula Pagliari de Braud, Bruna de Santana Souza, Bianca Lombarde, Gisele Vilalta, Fernanda Fernandes Anjos, Michelly Andrade Rosa, Priscila dos Santos Rodrigues, Jade Gonçalves Roque

Comissão organizadora do dossiê  
*Territórios da Juventude: conexões entre cidade, política e afeto*  
Prof. Dr. João Bittencourt (ICS/PPGS-UFAL)  
Profa. Dra. Glória Diógenes (DCS/PPGS-UFC)

Conselho Científico  
Aldo Duran Gil, Ana Paula Cavalcanti Simioni, Andrea Braga Moruzzi, Anete Brito Leal Ivo, Angélica De Sena, Daisy Moreira Cunha, Dominique Vidal, Edson Silva de Farias, Evelina Dagnino, Flavio Wiik, Heloísa André Pontes, Iram Jácome Rodrigues, Jordão Horta Nunes, Marcelo Kunrath Silva, Marcelo Ridenti, Maria José Rezende, Maria Livia de Tommasi, Martha Celia Ramírez-Gálvez, Mirlei Fachini Vicente Pereira, Myriam Raquel Mitjavila, Roberto Vecchi, Sergio Costa, Simone Meucci

Os conceitos e ideias emitidos nos textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores, não implicando obrigatoriamente a concordância nem da Equipe Editorial nem do Conselho Científico.

Endereço para correspondência: Depto. de Sociologia - FFLCH/USP Av. Prof. Luciano Gualberto, 315, CEP. 05508-900. São Paulo - SP - Brasil.  
e-mail: [plural@usp.br](mailto:plural@usp.br)  
Site: <http://www.revistas.usp.br/plural>  
Facebook: [www.facebook.com/pages/Revista-Plural/293342497360416](https://www.facebook.com/pages/Revista-Plural/293342497360416)  
Instagram: [https://www.instagram.com/plural\\_usp](https://www.instagram.com/plural_usp)

Publicação eletrônica semestral referente ao 1º semestre de 2025. *Plural*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, vol. 32, n. 1, jan./jun., 2025 (publicado em agosto de 2025).

Equipe Técnica  
Diagramação: Diagrama Editorial  
Capa: Lucas Leawry, sem título. Tirada em: 3ºRound - Mov. Contemporâneo da Juventude Negra e Periferica.  
Financiamento: Agência de Bibliotecas e Coleções Digitais (ABCD/USP) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).  
ISSN: 2176-8099  
1. Sociologia      2. Ciências Sociais





O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior - Brasil (Capes) - Código de Financiamento 001.

# SUMÁRIO

## Dossiê

### Territórios da Juventude: diálogos entre cidade, política e afeto

**Por uma micropolítica dos afetos urbanos: juventudes e o direito à cidade . . . 5**

João Batista de Menezes Bittencourt, Glória Diógenes

**“Pra ensinar meus camarada”: juventudes, periferias e uma pedagogia de vagalumes . . . . . 17**

Carlos Bonfim

**Stickers arts: sobre adesivos, arte, corpo feminino e a rua. . . . . 37**

Thaís da Silva Ferreira, Camila Nastari Fernandes, Alice Castro Cardoso

**“A cidade de São Paulo como ela realmente é”: engajamentos afetivos e coletivos em uma etnografia do fazer-cidade entre jovens negros . . . . . 58**

Alef Diogo da Silva Santana

**Entre o movimento e o confinamento: trajetórias de (i)mobilidades de jovens envolvidos no mercado varejista de drogas . . . . . 78**

Kharine Gil, Palloma Valle Menezes

**Território em disputas: experiências juvenis no bairro do Engenho Velho da Federação . . . . . 100**

Gabriela Machado Bacelar Rodrigues, Milton Júlio de Carvalho Filho

**A cidade como corpo em palavra: fragmentos do agreste . . . . . 113**

Itallo de Santana

**Juventudes e seus repertórios de luta: justiça climática e direito à cidade em contextos urbanos . . . . . 144**

Isabela Carmo Cavaco, Pedro Henrique Campello Torres

**Mapografias: arte, educação e resistência na produção de mapas com juventudes periféricas . . . . . 167**

Carolina Clasen, Jorge Bassani, Analu Borges, Cauê Maia

**“This is Maré”: dança e performance como estratégias de representação e resistência de jovens periféricos em um ambiente necropolítico . . . . .184**  
Henrique Ferreira da Silva, Michele Doris Castro, Deivison Moacir Cezar de Campos

**Práticas espaciais e grafias da juventude no espaço: Inventário dos graffitis no viaduto Arquiteto Hélio Fadel em Juiz de Fora – MG . . . . .208**  
Clarice Cassab

**Os “jovens do projeto”: sociabilidades e experiências juvenis no contexto de uma política pública. . . . .230**  
Isabelle Melo Rocha, Isaurora Cláudia Martins de Freitas, Alexandre Almeida Barbalho

**A perpetração do lawfare de gênero no Brasil: análise do caso Márcia Barbosa de Souza e outros vs. Brasil . . . . .252**  
Desirée Costa Maués, Giovana Nogueira de Sousa, Manuela Bitar Lelis dos Santos Pickerell

**O retrato despedaçado da branquitude . . . . .273**  
Anderson dos Santos Cordeiro

**Outras regras da arte . . . . .279**  
Gabriel Cardoso Gonzaga

**Reflexões etnográficas sobre o trabalho marítimo. . . . .285**  
Tarik Dias Hamdan

**Militares e militância . . . . .291**  
Felipe Ramos Garcia

**Guerra de Secessão (1861- 1865) e a crise no modo de produção . . . . .295**  
Ingrid Daniely Vale dos Santos

# Por uma micropolítica dos afetos urbanos: juventudes e o direito à cidade

João Batista de Menezes Bittencourt<sup>a</sup> , Glória Diógenes<sup>b</sup> 

A cidade tem se colocado como lócus privilegiado de expressão das práticas juvenis. É por meio do caminhar pela urbe que os jovens revelam seus diversos pertencimentos, seja através da “vitrinização” de seus corpos cuja inscrições expressam posições e condições que marcam profundamente suas subjetividades, seja através da apropriação e ressignificação dos espaços que ganham forma através dos usos dos agentes e/ou das coletividades. A preocupação com o deslocamento dos jovens pela cidade não é algo recente, como atestam algumas pesquisas desenvolvidas por sociólogos da Escola de Chicago ainda na primeira metade do século XX, onde se constata acentuada ênfase nas movimentações dos jovens imigrantes, especialmente aquelas realizadas pelas coletividades formadas por esses indivíduos. Nesse contexto, a delinquência e a errância juvenil se consolidam como problemas sociais de grande envergadura mobilizando estudiosos a desenvolver modelos explicativos visando compreender a natureza nominada de desvio. Por um lado, a propensão para a prática delituosa seria identificada como resultante da desorganização social, cujos os principais agentes catalisadores seriam jovens pobres oriundos de áreas degradadas. Já em outros trabalhos, as práticas desviantes eram vistas sob o signo da “inadaptação” do jovem às regras da sociedade vigente, especialmente aquelas que estruturam a existência no “mundo adulto” (Lapassade, 1968 [1963]) e a rebelião contra o *status quo* mantido pelas classes economicamente favorecidas. A categoria desvio assume também diferentes conotações e nomeações entre representantes da Escola de Chicago. “*Desvio não é uma qualidade que reside no próprio comportamento, mas na interação entre a pessoa que comete um ato e aquelas que reagem a ele*” (Becker, 2008, p. 27).

Os desviantes, no caso, os *Outsiders* (2008, p. 27), para Becker, são aquelas pessoas consideradas desviantes por outras, “*situando-se por isso mesmo fora dos membros ‘normais’ do grupo*”. Significa dizer que determinados segmentos podem facilmente ser identificados na condição de desviantes não apenas por se

---

a Doutor em Ciências Sociais. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia Social da Universidade Federal de Alagoas, Coordenador do Laboratório das Juventudes (LABJUVE). E-mail: joao.bittencourt@ics.ufal.br

b Doutora em Sociologia, Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, Bolsita de produtividade do Cnpq, Coordenadora do Laboratório das Artes e das Juventudes (LAJUS). E-mail: gloriadiogenes@gmail.com

afastarem, por transgredirem preceitos e normas sociais vigentes, mas também por se situarem fora de modelos de mérito do mundo adulto. De modo geral, em contextos históricos diversos, juventudes moradoras de subúrbios, de regiões periféricas, que por razões diversas não seguem carreiras bem-sucedidas, que atuam no campo da invenção, das astúcias (Certeau, 1994), das artes, são comumente classificados no plano dos “comportamentos desviantes” (Becker, 2008, p. 35). São eles, frequentemente, identificados sob os rótulos da rebeldia, da irreverência, da contestação, do nomadismo.

No Brasil, a preocupação com nomadismo juvenil começou a ganhar força na opinião pública no início dos anos 80, impulsionada pelas notícias veiculadas cotidianamente pelos meios de comunicação de massa. Rapidamente, jovens pobres e negros passaram a ser percebidos como agentes potenciais da desordem e aos poucos foram sendo produzidas barreiras simbólicas e físicas para impedir que estes indivíduos transitassem livremente. Foi o caso inicialmente dos chamados “trombadinhas”, indivíduos muitos jovens, alguns ainda crianças, que cometiam pequenos delitos pelas ruas das diferentes cidades brasileiras, como “bater carteiras”, cheirar cola em praças públicas, ou roubar gargantilhas e pulseiras dos transeuntes, e posteriormente, dos arrastões, que nos anos 90, levaram pânico a população carioca, especialmente aos frequentadores das praias da zona sul. No mesmo período os holofotes se voltaram para as gangues e as galeras (Caiafa, 1985; Diógenes, 1998; Abramovay, 1999).

Embalados por gêneros musicais como o punk e o funk, esses grupos - caracterizados por um forte sentimento de pertença e por um “*habitus* delineado em situação de fronteira” (Abramovay, 2010, p.21) - travavam disputas pelo domínio de determinados pedaços (Magnani, 1992) da cidade. No caso das gangues punks, o pertencimento era fortemente impactado pelo território habitado, que poderia ser um bairro ou um outro espaço que os jovens identificavam enquanto tal (Bittencourt, 2022). Apesar do território ser comumente definido como o lugar de origem dos grupos, circunscrito a uma dimensão físico-espacial, não podemos perder de vista que esses territórios podem se movimentar. As marcas dos territórios estavam inscritas em seus corpos e subjetividades, logo, ao se apropriarem de “territórios rivais”, esses grupos promoviam desterritorialização dos códigos de origem e uma reterritorialização sob novas bases<sup>1</sup>.

---

1 O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros

As galeras dos bailes funk e as torcidas organizadas com seus deslocamentos ruidosos talvez sejam as coletividades juvenis que mais provocaram incômodos na opinião pública. O fato desses grupos serem compostos de jovens negros e periféricos é um elemento determinante na construção dos estigmas e dos discursos de ódio. Porém, o fator raça-território era ainda mais potencializado por se tratarem de jovens “ociosos” que se espalhavam pela cidade sem pedir licença, confrontando os códigos da boa convivência de uma sociedade ordeira. Ao se debruçar sobre essas duas coletividades, Glória Diógenes (1998; 2003) aponta que o mal-estar e indignação diante desses corpos que teimam em ganhar as ruas, praças e outros espaços públicos compreende uma cisão entre corpo e cidade. *“A força eruptiva do registro corporal dos não ainda convencidos de sua passividade e de sua privação sensorial parece lembrar, para os moradores “ordenados” da cidade o risco que correm com o transbordamento dessa força pulsional* (Diógenes, 2003, p. 57).

Em nossos dias atuais, os corpos jovens pobres e negros continuam provocando ruídos na paisagem urbana, incomodando os defensores de uma cidade asséptica e ordeira, como atestam as perseguições aos rolezinhos, fluxos, batalhas de rima e saraus. Sobre os rolezinhos, o antropólogo Alexandre Barbosa Pereira (2016) argumenta que a abordagem dirigida a esses eventos pela grande mídia na época colaborou para a estigmatização desses jovens como bandidos, o que consequentemente serviu para justificar a repressão policial violenta. Já os fluxos, que consistem basicamente em encontro de jovens na rua para ouvir funk, vêm sofrendo perseguições constantes da força policial em diversas cidades brasileiras. O argumento mais comum utilizado para a proibição desses encontros compreende o incômodo decorrente da música em volume muito alto que emana dos paredões<sup>2</sup> e o fato de haver um grande consumo de drogas lícitas e ilícitas. Porém, sabemos que do mesmo modo que os rolezinhos, esse incômodo também está relacionado ao perfil e a estética dos jovens que participam desses encontros.

A cidade não é vivenciada da mesma forma por todas as pessoas e por todas as coletividades; trata-se de um espaço de disputa constante onde de um lado temos os defensores de uma cidade segregada que busca rechaçar a diferença e o nomadismo, e do outro indivíduos que precisam lidar cotidianamente com as políticas de evitação e exclusão que lhes são direcionadas.

---

da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar, cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais (GUATTARI; RONILK, 2010, p.388).

2 Paredões são sistemas de som de grande porte acoplados a porta-malas de carros ou reboque. Eles são comumente utilizados em festas de rua devido a sua potência.

Apesar desse controle incessante, os agrupamentos juvenis não se deixam imobilizar em seus territórios de origem. Espalham-se pela cidade, deixam suas marcas em muros, praças, esquinas, escadarias, promovendo múltiplas reterritorializações. Para burlar as estratégias produzidas pelos operadores das leis que visam fixar esses corpos em espaços mais fáceis controlá-los, lançam mão de táticas (De Certeau, *Ibid*) tendo como base o improvisado e a astúcia. Ocupam o território pelo deslocamento, fogem dos obstáculos e promovem outras formas de experienciar a cidade; operam como uma máquina de guerra<sup>3</sup> no sentido desenvolvido por Deleuze e Guattari (2008).

Para além dessas movimentações mais espontâneas que ganham forma na urbe a partir de intervenções como piXações e festas, temos assistido nas últimas décadas ao levante de coletivos organizados de jovens que não mais aceitam a condição de passividade que lhes foi atribuída pelas instituições. Eles estão se organizando e reivindicando direitos que até bem pouco tempo eles sequer sabiam que existiam, e o direito à cidade é uma dessas bandeiras abraçadas por essa população. Não se trata simplesmente de um direito de transitar ou de fazer uso dos recursos urbanos, trata-se antes de mais nada de um “direito de reconstruir a cidade e a eles mesmos” (Harvey, 2008), Ou, nas palavras de Lefebvre (2001), trata-se de um direito à vida urbana, transformada e renovada. É um direito coletivo que não pode estar dissociado da ideia de laços sociais, relação com o meio ambiente, estilo de vida, tecnologias e valores que se deseja. A mobilidade urbana, por exemplo, é um importante tópico que vem sendo abraçado por jovens periféricos em vários lugares do Brasil, onde aspectos como melhorias na estrutura dos transportes públicos e tarifa zero se colocam como as principais pautas reivindicadas. O cicloativismo é outra forma de organização que tem crescido exponencialmente no Brasil com intuito de forçar as autoridades a garantir uma cidade mais inclusiva e segura para os(as) ciclistas, o que inclui a expansão de ciclofaixas, políticas de compartilhamento de bicicletas e uma maior fiscalização em torno do desrespeito aos direitos dessa categoria. As intervenções artísticas

---

3 Deleuze e Guattari no Tratado de nomadologia apresenta a máquina de guerra como uma espécie de oposição ao aparelho do estado, utilizando os exemplos do Xadrez e do Go, ambos jogos de tabuleiro. “O xadrez é efetivamente uma guerra, porém uma guerra institucionalizada, regrada, codificada, com um fronte, uma retaguarda, batalhas. O próprio do go, ao contrário, é uma guerra sem linha de combate, sem afrontamento e retaguarda, no limite sem batalha: pura estratégia, enquanto o xadrez é uma semiologia. Enfim, não é em absoluto o mesmo espaço: no caso do xadrez, trata-se de distribuir-se um espaço fechado, portanto, de ir de um ponto a outro, ocupar o máximo de casas com um mínimo de peças. No go, trata-se de distribuir-se num espaço aberto, ocupar o espaço, preservar a possibilidade de surgir em qualquer ponto: o movimento já não vai de um ponto a outro, mas torna-se perpétuo, sem alvo nem destino, sem partida nem chegada. Espaço “liso” do go, contra espaço “estriado” do xadrez.”

promovidas por coletivos jovens com intuito de dar visibilidades as suas manifestações culturais e reivindicar equipamentos de lazer também são formas de exigir direito à cidade. Os saraus, os *slams*, batalhas de rima, apresentações de grupos musicais independentes, são algumas das estratégias encabeçadas pelos jovens.

Na contramão das formas usuais de movimentação nas cidades (trajetos casa/trabalho/escola), a permanência das juventudes nas ruas, tem apontado para outros modos de fruição do tempo e do espaço, para variadas agendas e nominações da categoria trabalho.

Avolumam-se estudos, estatísticas, acerca de um amplo contingente juvenil, recorrentemente denominado de *nem-nem*, ou *nem-nem-nem*. Observou-se, em uma pesquisa realizada sobre esse contingente em Fortaleza (Diógenes, 2019), que parte dele por vezes rechaça modos formais do trabalho e esquiva-se da condução de engessadas pedagogias escolares, dando a ver formas outras de aprendizagem, de produção de renda, e de ocupação urbana. Sobre os “*nem-nem*” certamente, pesa a força da classificação, da “vontade de verdade” (Foucault, 2010, p. 19) que promove discursos abstratos de poder e cria dispositivos que operam o “grande sistema de exclusão”. Há um amplo silêncio e desconhecimento acerca das razões dos altos índices de evasão escolar relativa aos designados “*nem-nem*”, do retraimento de iniciativas relativas ao campo do trabalho formal, e para onde canalizam energias e constroem experiências coletivas. Daí a importância significativa do conjunto de artigos organizados nesse Dossiê, por se voltarem para experiências concretas, providas de nome, corpo, estética, lugar e voz.

Observa-se, por meio dos vários escritos aqui apresentados, que a categoria desvio assume nos nossos dias outras nomenclaturas. Continua sendo ela materialização de concepções abstratas, “consequência de um processo de interação entre pessoas, algumas das quais a serviço de seus próprios interesses” (Becker, 2009, 168) como é o caso de parte das políticas públicas e de suas classificações generalizantes, deslocadas dos discursos e das multiplicidades de experiências juvenis.

No caso dos “*nem nem*”, de forma velada, são alocados a eles, aos próprios sujeitos, a responsabilidade pelo desinteresse, dissidência, não adesão ao “cardápio” de opções do mercado de trabalho, e pela desadaptação aos conteúdos pedagógico e vivências escolares. Tem-se recorrentemente identificado tais juventudes com o epíteto de *inativas*, mesmo que se esteja diante de formas diversificadas, por vezes artísticas e imaginativas, de disruptivas estratégias de ocupação e produção de renda. Vale ressaltar que até mesmo as juventudes que desenvolvem alguma atividade fora do mercado formal, ao serem indagadas acerca de sua condição de trabalho, respondem negativamente – estou desempregado - apontando variadas

nomenclaturas para definir a atual condição: “se virar”, fazer “rolês”, “trampar”, “dar seus pulos”, “desenrrolar”.

No geral, dados que têm apontado o alto contingente dos “nem-nem” no Brasil<sup>4</sup>, tomam como referência padrões e modelos de trajetórias lineares juvenis (estudar *para* trabalhar), formas clássicas de dispêndio da força de trabalho, sem que se leve em conta os tempos cíclicos, os *ritos de impasse* (PAIS, 2009), que nem são regulares, nem previsíveis, e muito menos referenciados em escolhas fixas. Ações relativas ao estar na cidade, ocupar a cidade, ao direito à cidade, assim como práticas e experiências artísticas que têm o cenário urbano como palco, são frequentemente identificadas no leque de estatísticas sob a variável de dissidência, da evasão dos foros institucionais de formação e regulação social, no caso a escola e o trabalho formal.

Os artigos que compõem este dossiê, evidenciam a importância de práticas juvenis de natureza *instituinte* (Castoriadis, 1982), para além dos muros das escolas, das experiências de trabalho, do plano das inserções institucionais. Obviamente, trata-se de um impasse, já que o afastamento de algumas juventudes da escola e do trabalho pode contribuir para a permanência de segregações e desigualdades. Possivelmente, estas juventudes, os considerados inquietos, os alunos-problema, as “ovelhas-negras da família”, os criativos, os deslocados, os *outsiders*, apontem para a necessidade de aproximação entre mundos de vida e os campos intuídos do estado e da política.

Vale ressaltar que nem a sociedade moderna do trabalho, nos moldes do século XX é a mesma, e nem o estar na cidade assume configurações relativas ao devir da fruição e da mobilidade. As metrópoles e seus territórios constituem, cada vez mais, campos minados para o livre trânsito das juventudes. Na citada pesquisa acerca dos “nem nem” em Fortaleza (Diógenes, 2019), observou-se que eles, nas suas vivências cotidianas, costumam munir-se de estratégias e artimanhas com a finalidade de driblar o poder das polícias, das facções e dos sujeitos que mapeiam, classificam e dominam os espaços de vida na periferia. Além disso, tal qual assinalaram Brenner, Dayrell e Carrano (2005) o tempo livre gerado pela ausência de trabalho pode ganhar outras conotações, outras experiências como a “da penúria, da opressão e da falta de oportunidade” (2005, p. 178). Por vezes, mesmo que o “trampo” traga bom resultado financeiro, como no caso de alguns *graffiters* e muralistas das artes de rua, as narrativas de familiares e por vezes

---

4 21% dos brasileiros entre 15 e 19 anos. Matéria disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/12/04/numero-de-jovens-nem-nem-cai-para-103-milhoes-o-menor-jar-registrado.ghtml> Consultado: 12 jul 2025.



dos próprios sujeitos, sugerem que não se trata de um tempo utilizado de forma produtiva, assumindo ele conotação de ócio, por vezes preguiça, desperdício de oportunidades, e indícios de periculosidade.

As juventudes, diante de tantos impasses, recriam suas formas de presença, de fazer parte da vida urbana, do relacionar-se, do criar alianças, do exercer o direito à cidade. Tendo em vista a dimensão restritiva que atualmente perfaz a ocupação de espaços urbanos, o uso das redes digitais fez proliferar outras formas de presença, de integração entre sujeitos, de produção de vínculos. A destreza na operação e manuseio de variadas plataformas digitais, a produção de perfis para Instagram, o Tik Tok, a formação de grupos de Whatsapp, por exemplo, têm possibilitado às juventudes, a criação de outras geografias de encontros, a transposição de espacialidades cercadas por *fronteiras*.

Cria-se aquilo que Appadurai (1996, p.22) vai denominar de práticas culturais de todos os dias, transpondo barreiras físicas de controle, multiplicando “obras da imaginação”. Desmaterializa-se, no âmbito do ciberespaço, das plataformas e redes, a presença de corpos e estéticas juvenis no espaço físico e se possibilita a circulação, a mobilidade de formas outras de produção, de publicização de ideias, da formação de pactos e alianças entre pares. No mundo pós-eletrônico (Appadurai, 1996, p.17), as juventudes criam e difundem outros perfis, diversificam papéis, afora rotulações, estigmas, limites territoriais, provocando variações no espaço expressivo da arte e das práticas imaginativas. Diógenes (2020, p. 374) aponta que para além dos discursos que reiteram o “descaso” e a “inatividade” das juventudes moradoras das periferias relativas à escola, ao trabalho, paradoxalmente, em paralelo, tal qual se pode ver nos artigos que compõem essa coletânea, observa-se outras dobras, outros enredos de uma mesma realidade.

*O incremento de experiências juvenis criativas: que emergem de vivências de rua e que acontecem, no geral, sem a mediação de agentes “externos” ou sem o protagonismo direto deles. Entre paisagens materiais e digitais, práticas culturais de origem diversa, de variadas estéticas e linguagens, têm mobilizado múltiplos fazeres juvenis; tais quais a organização de saraus, as produções audiovisuais realizadas por meio de celulares, a formação de coletivos de arte, a inserção em grupos de teatros de rua, dentre tantos outros.*

Neste dossiê, reunimos artigos que confluem e condensam “táticas desviantistas”, experiências, linguagens, repertórios de juventudes que transbordam impostos limites institucionais. Cada artigo apresentado, destaca a singularidade

das vias de inserção e de participação social das juventudes, de modulações operadas no glossário de *gestos* do estar nas cidades, do *fazer* cidade, tornando-se ela assim também, “obra da imaginação” (Appadurai, 1996). Mesmo sob o ângulo do imperceptível é possível perceber que “a cidade é pintada todos os dias por pequenos gestos. Diminutos, quase invisíveis. Um ato anônimo que deixa evidências”. (Abalos Junior, 2018, p. 157).

Um dossiê organizado por Ricardo Campos, Cornélia Eckert, Glória Diógenes e Lígia Dabul (2019, p. 9) sobre Arte e Cidade<sup>5</sup>, assinala na sua introdução um aspecto que também perfaz o conjunto de artigos aqui apresentados, relativo à importância da presença multifacetada de *gestos* juvenis nos espaços urbanos.

[...] as cidades contemporâneas estão mais coloridas de *graffiti*, de estêncis, de lambes ou colagens, além de outras formas de arte urbana e arte de rua. Diferentes indivíduos e grupos participam dessa construção da paisagem visual da cidade, pintando muros e paredes, colorindo edifícios, colando stickers, fazendo gardening guerrilla, expondo-se eles mesmos aos olhares, etc. E são, muitas vezes, essas expressões minoritárias, vernaculares, transgressoras, que afrontam o conceito de arte oficial e os modelos de uma cidade planificada e asséptica.

Desse modo, o conjunto de artigos reunidos no dossiê “Territórios da Juventude: diálogos entre cidade, política e afeto” tenta provocar aquilo, tão bem nominado por Gottfried Boehm (2017, p. 23), de *lógica da mostra*, partilha imagens, imaginações, gestos, inventividades das juventudes, e “nos coloca coisas sob os olhos” que são recorrentemente ocultadas pela velocidade do tráfego urbano.

Abrindo a coletânea temos o artigo **“Pra ensinar meus camarada”: juventudes, periferias e uma pedagogia de vagalumes**”, de Carlos Bonfim (UFBA). A partir de um mapeamento de iniciativas juvenis em arte e comunicação nas periferias de Salvador, Bahia, o texto propõe uma aproximação ao trabalho que vem sendo realizado por essas juventudes cujas intervenções dão conta de uma vigorosa e potente ofensiva cultural, mais que reativas resistências.

Na sequência as autoras Thaisa da Silva Ferreira (UNIFESP), Camila Fernandes Nastari (UNIFESP) e Alice Castro Cardoso (UFG) apresentam resultados de uma pesquisa sobre a ocupação política na cidade mediante o uso da arte em adesivos. **“Stickers arts: sobre adesivos, arte, corpo feminino e a rua”**, discorre sobre como arte em adesivos representa uma forma de intervenção estética e

---

5 <https://www.scielo.br/j/ha/a/34KHg8PHmDKqms3S3dX6jhk/?format=pdf>

política que provoca reflexão e pode ampliar a visibilidade de temas como a arte, corpo e cidade entre transeuntes.

O artigo **“A cidade de São Paulo como ela realmente é”: engajamentos afetivos e coletivos em uma etnografia do fazer-cidade entre jovens negros**”, de Alef Diogo da Silva Santana (Universidade Regional do Cariri), propõe analisar como as mobilizações afetivas e coletivas em certos territórios da cidade de São Paulo contribuem para o fortalecimento das identidades dos indivíduos envolvidos, ressignificando suas relações com a cidade por meio da cultura, solidariedade e da luta por territórios e narrativas historicamente marginalizadas.

**“Entre o movimento e o confinamento: trajetórias de (i)mobilidades de jovens envolvidos no mercado varejista de drogas”**, de Kharine Gill (IESP/UERJ) e Palloma Valle Menezes (IESP/UERJ), explora as relações entre mobilidade, crime e identidade, a partir das trajetórias de Lucas e Marcos, dois jovens que entraram para o comércio varejista de drogas durante a adolescência. As autoras analisam como o envolvimento com o tráfico limita as mobilidades pela cidade, impactando suas rotinas, possibilidades de lazer e construção identitária.

Já o artigo de Itallo de Santana (UFPE), **“A Cidade Como Corpo Em Palavra: Fragmentos do Agreste”** analisa cartas escritas por jovens do Agreste pernambucano como ferramenta metodológica e política de leitura das cidades onde vivem. A partir da atuação da LiACA – Liga Acadêmica de Estudos e Pesquisas Multidisciplinares das Cidades do Agreste – propõe-se uma abordagem qualitativa e afetiva da realidade urbana, a partir de metodologias como a cartografia afetiva e a escrita epistolar.

Isabela Carmo Cavaco (Universidade de São Paulo) e Pedro Henrique Campello Torres (Universidade Estadual Paulista) apresentam dados de uma pesquisa que investiga como jovens ativistas climáticos no Brasil e na Holanda constroem repertórios de ação, organização e ocupação do espaço urbano, articulando afetos, política e pertencimento em torno da justiça climática. **“Juventudes e seus repertórios de luta: justiça climática e direito à cidade em contextos urbanos”**, mostra como no Brasil, a justiça climática é vivida no cotidiano e atravessada por marcadores como raça, território e gênero.

O artigo **“Território em disputas: experiências juvenis no bairro do Engenho Velho da Federação”** de Gabriela Bacelar (USP), analisa as dinâmicas sociais do bairro Engenho Velho da Federação, uma comunidade periférica de Salvador, com ênfase nas experiências da juventude diante das transformações urbanas e da presença do tráfico de drogas. A partir de abordagem etnográfica e

entrevistas, a autora investiga como os jovens negociam sua presença no território, lidando com disputas territoriais e simbólicas, violências e oportunidades limitadas.

**“Mapografias: arte, educação e resistência na produção de mapas com juventudes periféricas”**, das autoras e autores Carolina Clasen (USP), Jorge Bassani (USP), Analu Borges (UFBA) e Cauê Maia (USP) se propõe a examinar metodologias participativas de produção cartográfica desenvolvidas pelo Grupo de Estudos Mapografias Urbanas (GeMAP/FAUUSP) junto à juventude na Ilha do Bororé e Jardim das Gaivotas, Zona Sul de São Paulo, buscando discutir como as práticas artísticas e educativas articulam mapeamentos afetivos e engajamento político de jovens periféricos, ressignificando espaços públicos negligenciados.

O artigo **“This is Maré”: dança e performance como estratégias de representação e resistência de jovens periféricos em um ambiente necropolítico**, dos autores Henrique da Silva (PUC-RS) e Deivison Moacir Cezar de Campos (PUC-RS) e da autora Michele Doris Castro (IFRS), investiga as interseções entre juventudes negras, arte, cultura e violência, analisando suas implicações para a construção de saberes e representações das juventudes faveladas. A pesquisa discute como a arte e a performance na dança são apropriadas como práticas pedagógicas pelas juventudes do Complexo da Maré, permitindo a construção e a expressão de novos saberes.

Clarice Cassab (UFJF), no artigo **“Práticas espaciais e grafias da juventude no espaço: Inventário dos grafittis no viaduto Arquiteto Hélio Fadel em Juiz de Fora – MG”**, parte do reconhecimento da presença das juventudes na paisagem da cidade através da identificação de suas grafias, inscrições que marcam nos muros da urbe a presença e a existência de sujeitos muitas vezes invisibilizados na cidade desigual. A autora busca esses vestígios nos grafittis existentes na ocupação realizada pelo Coletivo Espaço Hip Hop na cidade em um vão de um viaduto central na cidade de Juiz de Fora, Zona da Mata Mineira.

Finalizando o dossiê temos o artigo **“Os ‘jovens do projeto’: territorialidades e experiências juvenis no contexto de uma política pública”**, de Isabelle Melo Rocha (Uninta), Isaurora Cláudia Martins de Freitas (UVA) e Alexandre Almeida Barbalho (UECE), cuja a investigação se vota para as interações sociais, as práticas culturais e percepções espaciais dos jovens do bairro Novo Recanto, em Sobral-CE, onde funciona a Estação da Juventude, uma política federal voltada para essa população. Apoiado em uma metodologia que reúne abordagem etnográfica, análise de fotografias e rodas de conversa, o estudo busca

compreender as culturas juvenis a partir do cotidiano dos sujeitos, superando os estereótipos sobre a juventude no interior nordestino.

De forma sintética, a proposta do dossiê é discutir a temática do direito à cidade e apontar assim outras práticas e significados urbanos voltando a atenção para as experiências dos agrupamentos juvenis e, mostrando a partir de pesquisas de campo, especialmente etnografias, como os jovens constroem táticas visando subverter políticas de imobilidade e exclusão. Elegemos as categorias cidade, política e afeto para nortear as discussões desse dossiê por entendermos que as experiências de/na cidade compreendem negociações e tensões vivenciadas por todos os cidadãos na luta por reconhecimento e visibilidade, e que estas só se tornam possíveis mediante a capacidade de afetarmos e sermos afetados por palavras e gestos.

## REFERÊNCIAS

- ABALOS JÚNIOR, José Luís. Quem sujou as mãos de tinta? Estética, gesto e matéria em intervenções artísticas urbanas. *Vista – Revista de Cultura Visual*. nº3, 2018, pp. 148 -171.
- ABRAMOVAY, Miriam *et al.* *Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Gangues, Gênero e Juventudes: Donas de Rocha e Sujeitos Cabulosos*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.
- APPADURAI, Arjun. *Dimensões culturais da globalização*. Lisboa: Editorial Teorema, 2004.
- BECKER, Howard. *Outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BITTENCOURT, João Batista de M. As cidades dos Punks. *ILUMINURAS*, Porto Alegre, v. 23, n. 63, 2022. DOI: 10.22456/1984-1191.125905. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/125905>. Acesso em: 13 jul. 2025.
- \_\_\_\_\_. Resignificando Bandeiras e Narrativas: política, performance e estética sob a ótica dos movimentos culturais da juventude na cidade de Maceió/AL. *Revista TOMO*, [S. l.], n. 39, p. 223, 2021. DOI: 10.21669/tomo.vi39.15022. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/15022>. Acesso em: 13 jul. 2025.
- \_\_\_\_\_. Corpo e afeto nas culturas juvenis. *Latitude - Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFAL*. vol.6, n1, pp.25- 36,2012.
- BOEHM, Gottfried. Aquilo que se mostra. Sobre a diferença icônica. In: ALLOA, Emmanuel, Org, *Pensar a Imagem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- BRENNER, Ana Karina; DAYRELL Juarez; CARRANO, Paulo. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo

- Martoni (org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005.
- CASTORIADIS, Cornélius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- COHEN, Albert. A delinquência como subcultura. In: BRITTO, Sulamita de. *Sociologia da Juventude III - A vida coletiva juvenil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia*, vol. 5. São Paulo: Ed. 34, 2008.
- DIÓGENES, Glória. *Cartografias da Cultura e da violência: gangues, galera e o movimento hip-hop*. São Paulo: Annablume, 1998.
- . *Itinerários de corpus juvenis: o tatame, o jogo e o baile*. São Paulo: Annablume, 2003.
- ; CAMPOS; Ricardo. ECKERT, Cornélia; DABUL, Lígia. Arte e cidade: policromia e polifonia das intervenções urbanas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 25, n.55, p.153-77, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/34KHg8PHmDKqms3S3dX6jhk/?format=pdf>
- . *Eles dizem Não ao Não” - um estudo sobre a geração N*. Fortaleza: Instituto Dragão do Mar, 2019.
- . Cidade, arte e criação social: novos diagramas de culturas juvenis da periferia. *Estudos Avançados*, n. 34 (99), 2020, pp 373-389.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano I: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso – Aula inaugural no Collège de France*. São Paulo: Loyola, 2010.
- GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. *Micropolíticas - Cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- HARVEY, David. O direito à cidade. *Lutas Sociais*, (29), 2012, 73–89.
- LAPASSADE, Georges. Os rebeldes sem causa. In: BRITTO, Sulamita de. *Sociologia da Juventude III - A vida coletiva juvenil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Da periferia ao centro: pedaços e trajetos. *Revista de Antropologia*, São Paulo, Brasil, v. 35, p. 191–203, 1992.
- PAIS, José Machado. A juventude como fase de vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. *Saúde soc.*, v. 18, n. 3, p. 371-381, 2009.
- PEREIRA, Alexandre Barbosa. Os” rolezinhos” nos centros comerciais de São Paulo: juventude, medo e preconceito. *Rev. latinoam. cienc. soc. niñez juv* [online]. 2016, vol. 14, n. 1, pp. 545-557. ISSN 1692-715X. <https://doi.org/10.11600/1692715x.14137110515>.

---

Apresentação feita no dia: 30/07/2025

# “Pra ensinar meus camarada”: juventudes, periferias e uma pedagogia de vagalumes

*“To teach my comrades”: youth, peripheries and a pedagogy of fireflies*

Carlos Bonfim<sup>a</sup> 

**Resumo** Se durante a maior parte de nossa história, periferias e favelas foram percebidas e sobretudo produzidas pelo prisma da carência, as últimas décadas têm se caracterizado por uma mudança substancial nas abordagens a esses territórios. As dinâmicas que se vivem nesses chamados subsolos sociais de nossas cidades, bem como o modo como as/os próprias/os habitantes desses territórios se percebem e se posicionam no mundo têm colocado em xeque os diversos estigmas a partir dos quais eram lidos aqueles territórios e quem ali habita. Tendo como base um mapeamento de iniciativas juvenis em arte e comunicação nas periferias de Salvador, Bahia, este artigo propõe uma aproximação ao trabalho que vem sendo realizado por essas juventudes cujas intervenções dão conta de uma vigorosa e potente ofensiva cultural, mais que reativas resistências.

**Palavras chave** Juventudes. Periferias. Artes. Emancipações. Pedagogias

**Abstract** *While for most of our history, peripheries and favelas have been perceived and above all produced through the prism of deprivation, the last few decades have seen a substantial change in approaches to these territories. The dynamics that take place in these so-called social subsoils of our cities, as well as the way in which the inhabitants of these territories perceive themselves and position themselves in the world, have called into question the various stigmas from which these territories and those who live there used to be read. Based on a mapping of youth initiatives in art and communication on the outskirts of Salvador, Bahia, this article proposes an approach to the work being done by these young people whose interventions show a vigorous and powerful cultural offensive, rather than reactive resistance.*

**Keywords** Youth. Peripheries. Arts. Emancipation. Pedagogies

---

<sup>a</sup> Doutor em Integração da América Latina pelo Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP). Atualmente é professor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos, da Universidade Federal da Bahia e coordena o projeto de pesquisa e de extensão Rede ao Redor ([www.redeaoredor.com.br](http://www.redeaoredor.com.br)). E-mail: [carlos.bonfim@ufba.br](mailto:carlos.bonfim@ufba.br)



## BAIRROS DA BALA (E AS SALAS DE AULA...)

*Periferias, vielas, cortiços*

*Você deve tá pensando o que você tem a ver com isso...*

*(Racionais)*

São quase nove da noite. Oficialmente, a aula terminaria às 22h10. Mas por volta das 21h já é possível perceber a movimentação: a essa hora há estudantes que se preparam para ir embora. São pessoas que moram em bairros periféricos e que explicam: meu ônibus passa ali na orla daqui a pouquinho. Se eu perder esse, preciso esperar até umas 22h30, quando passa o último ônibus. Com esse das 22h30, chego em casa por volta da meia-noite. É arriscado chegar no bairro a essa hora. E já aconteceu de eu esperar e esse último não passar...

Não é literal o diálogo. Mas dá conta de uma cena que se repete cotidianamente nos cursos noturnos em que trabalho na Universidade Federal da Bahia, em Salvador. E que se repete também, sabemos, em diversas outras cidades do país. Junto ao receio de perder o ônibus, há o temor de assalto, o temor da violência; há o temor de transitar tarde da noite por ruas vazias e mal iluminadas; há o temor do toque de recolher decorrente, por exemplo, dos embates entre facções criminosas – ou destas com a polícia. Há medo.

Também nos fins de semana a situação se repete: aquelas/es estudantes e as demais pessoas que moram em bairros periféricos raramente conseguem acompanhar a agenda cultural da cidade, particularmente aquelas atividades que acontecem à noite. Sabem que não contarão com transporte público para voltar para casa a essa hora. Afinal, quem pode efetivamente usar a cidade? Transitar por ela? Quem tem direito à cidade?<sup>1</sup>

Esta não é, como se adverte, uma questão que se limita à mobilidade urbana. Entre as diversas interdições com as quais precisa lidar quem habita bairros periféricos, há, sabemos, diversas “barreiras visíveis e invisíveis [que] atuam juntas para reforçar a segregação socioespacial existente nas grandes cidades.” (Silveira, Borda, Rocha, 2022, p. 23)

E, além destas, há ainda uma série de questões dramáticas relacionadas à segurança pública – que, por óbvias razões, hoje vem repercutindo também em outros territórios que não os periféricos. Para ficar apenas no recorte proposto por

---

<sup>1</sup> E de que forma as universidades (e demais espaços educativos) consideram essas realidades? De que maneira estas questões estão presentes em nossas agendas como educadoras/es? Estas são também perguntas que inspiram e guiam este trabalho.



este dossiê, o caso específico das juventudes negras é estarrecedor. A considerar as funestas estatísticas sobre crimes violentos letais e intencionais (CVLI),<sup>2</sup> esses parecem ser corpos que valem menos... Isto é o que se lê a cada nova edição do Atlas da Violência, por exemplo. (Cerqueira; Bueno, 2024, p. 129)<sup>3</sup> Embora se saiba que há nesses dados, além das subnotificações, uma quantidade considerável das chamadas “mortes ocultas”, dos números apresentados no Relatório publicado em 2024 (que traz dados de 2012 a 2022), 76,5% das vítimas de homicídio no Brasil são pessoas negras. Deste universo, 49,2% é de jovens de 15 a 29 anos. Ou seja, no intervalo que vai de 2012 a 2022, o Brasil atingiu a cifra de 321.466 jovens vítimas da violência. E a maior parte deles, negra e oriunda de bairros periféricos.

Também os dados divulgados pelo Fogo Cruzado<sup>4</sup> dão conta da escalada da violência no país. No que se refere especificamente à Bahia, o relatório apresentado em janeiro de 2025 informa que foram registradas 141 vítimas decorrentes da violência armada apenas naquele mês: 111 pessoas mortas e 30 feridas. Não é casual, portanto, que a Bahia ocupe há alguns anos o pouco honroso posto de primeiro estado mais violento do país.<sup>5</sup>

Deste modo, do exposto até aqui, não há dúvida de que as cidades brasileiras vêm experimentando uma escalada dramática na intensificação das violências. E, como vimos acima, as juventudes das periferias seguem sendo o alvo preferencial dessas violências. Ou, para dizê-lo pela voz dos Racionais em “Pânico na Zona Sul”, “só quem é de lá sabe o que acontece” (Racionais, 1991).

Mas que mais acontece nas periferias? Que mais há para além desse longo e nefasto processo de criminalização da pobreza, dessa profusa produção de estigmas, dessa degradação orquestrada, dessa “fantástica fábrica de cadáveres”<sup>6</sup>, desses

2 Criada em 2006 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SE-NASP), esta é uma categoria com a qual se busca “agregar os crimes de maior relevância social. São considerados como CVLI os crimes de homicídio doloso, incluindo-se o feminicídio, a lesão corporal seguida de morte e o latrocínio.” (Brasil, 2021, p. 8)

3 O Atlas da Violência é o resultado da colaboração entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Foi criado em 2016 e apresenta a cada ano informações diversas sobre violência no Brasil. Os dados apresentados aqui estão disponíveis em Cerqueira; Bueno, 2024.

4 Fogo Cruzado é um instituto que produz indicadores sobre a violência armada em cidades brasileiras. Os dados são obtidos via aplicativo e disponibilizados em sua plataforma digital.

5 Vale destacar ainda que parte expressiva dessas mortes está relacionada à elevadíssima letalidade policial no país. De acordo com o boletim “Pele alvo: a bala não erra o negro”, publicado em 2024 pela Rede de Observatórios da Segurança, do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, vinculado à Universidade Cândido Mendes, de 2019 a 2023, a Bahia teve um aumento de 161,8% nas mortes registradas nesse período. Isto significou um salto de 650 para 1.702 vítimas fatais. (Ramos, 2024, p. 5)

6 “A fantástica fábrica de cadáver” é nome de um rap que dá título ao CD (2014) do rapper, escritor e ativista paulistano Eduardo Taddeo (MC Eduardo), ex integrante do Facção Central, outro dos icônicos grupos de rap surgidos no final da década de 1980.

números que sugerem uma política que tem contornos de genocídio de nossas juventudes (negras e periféricas, prioritariamente)?

Estas são algumas das perguntas que nos fazemos cotidianamente tanto em nossas aulas, quanto em nossas pesquisas e projetos de extensão – e, claro, na maior parte do âmbito de nossas vidas. Afinal, os versos dos Racionais na epígrafe acima não são mera retórica. Mas bem antes de nós, coletivos de jovens moradoras/es de bairros periféricos já vinham formulando indignadas/os estas mesmas questões. Ora, se grupos hegemônicos de comunicação se habituaram a fomentar e a cristalizar estigmas sobre essas juventudes e sobre esses territórios,<sup>7</sup> jovens desses mesmos bairros começaram a se organizar para difundir notícias outras sobre as periferias. De dentro para fora. E no processo, colocam em xeque abordagens como as que se referem a esses territórios como “bairros da bala”<sup>8</sup>, por exemplo. Ante coberturas calcadas em estereótipos que derivam em estigmas, praticam uma “comunicação com CEP”, tal como apontado em Bonfim e Hercog (2019): são inúmeros os coletivos de comunicação criados e liderados por jovens moradoras/es de bairros periféricos que - embora conectados a muitas outras latitudes - vêm atuando em seus respectivos territórios numa abordagem que se diferencia em muito dos sensacionalismos nossos de cada dia. Longe de romantizações, se empenham em contar algumas das muitas outras histórias que há pelas periferias.<sup>9</sup>

São coletivos que, na contramão de quem venera distopias, tecem comunidades, praticam pedagogias, disseminam esperanças. São, enfim, iniciativas que ampliam e complexificam as leituras e as narrativas possíveis sobre as periferias

---

7 Destaque especial aqui para programas de TV como “Cidade Alerta”, “Linha Direta”, “Brasil Urgente”, “Balanço Geral” e “Alô, Juca, assim como outros tantos similares que, sob a alegação de fazer jornalismo policial, espetacularizam e banalizam a violência. E com isso, não apenas contribuem com a perpetuação de estigmas, mas contaminam também a percepção que os próprios moradores têm sobre aqueles bairros e seus habitantes - que terminam muitas vezes por reproduzir, sem perceber, tais estigmas e clichês.

8 Em sintonia com a corriqueira produção de reducionismos, o Jornal Correio emprega essa expressão (“bairros da bala”) na manchete de uma matéria na qual se abordam episódios de violência em bairros de Salvador: [www.correio24horas.com.br/minha-bahia/bairros-da-bala-fazenda-grande-do-retiro-e-paripe-sao-regioes-mais-violentadas-do-1-semester-de-salvador-0724](http://www.correio24horas.com.br/minha-bahia/bairros-da-bala-fazenda-grande-do-retiro-e-paripe-sao-regioes-mais-violentadas-do-1-semester-de-salvador-0724)

9 E além de coletivos dedicados à produção de notícias sobre as periferias pelo prisma de quem habita e/ou transita cotidianamente por ali, há também diversas iniciativas idealizadas por jovens interessadas/os em fotografia que produzem o que o coletivo Mídia periférica batizou de Postais das Periferias (<https://educacaoeterritorio.org.br/arquivo/a-periferia-retratada-em-cartoes-postais-campanha-virtual-mostra-as-belezas-das-favelas-de-salvador/>). Seguindo essa mesma trilha, Anderson Simplicio, morador do Subúrbio Ferroviário de Salvador, criou a página Belezas do Subúrbio ([www.instagram.com/belezas.suburbio/](http://www.instagram.com/belezas.suburbio/)) a partir da qual apresenta imagens outras sobre a região; e, também a partir do Subúrbio Ferroviário, o Coletivo Cutucar ([www.instagram.com/coletivocutucar/](http://www.instagram.com/coletivocutucar/)) desenvolve uma série de ações: exposições fotográficas com intervenções poéticas, a exemplo do projeto Mocambos Marginais, além de oficinas de fotografia e audiovisual para crianças e jovens do bairro.

e sobre quem ali habita. São gestos que, para além das diversas e tantas adversidades, permitem advertir mundos em movimento. É o que discuto a seguir a partir do mapeamento que realizamos desde 2016 junto a coletivos de arte e de comunicação nas periferias de Salvador.

## REDE AO REDOR: INICIATIVAS EM ARTES E COMUNICAÇÃO NAS PERIFERIAS

*Quando a noite é mais profunda,  
somos capazes de captar o mínimo clarão [...]. Ainda que tênue.  
(Didi-Huberman)*

Rede ao Redor é grupo de pesquisa e de extensão que nutre e subsidia ensino e outras diversas ações que temos realizado ao longo destes últimos anos, prioritariamente nas periferias de Salvador. É espaço de acolhimento e de aprendizagens, espaço de trocas e também lugar a partir de onde intervir no mundo. É aquilombamento. É território onde buscamos apre(e)nder (d)o mundo. Para – como nos recorda a canção – ensinar as/os camaradas.<sup>10</sup>

Institucionalmente, Rede ao Redor surgiu em 2016 como um projeto vinculado ao Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos (IHAC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). É formado por docentes, estudantes de graduação e de pós-graduação, além de contar também com integrantes dos próprios coletivos. O propósito: realizar um mapeamento de iniciativas juvenis em arte e comunicação nas periferias de Salvador.<sup>11</sup> A partir do mapeamento, temos buscado ampliar e consolidar as trocas tanto entre a Universidade e aqueles coletivos quanto entre os próprios coletivos. Isto como parte de uma escolha, mas sobretudo como uma incontornável e urgente agenda de trabalho: praticar escutas sensíveis do que ocorre à nossa volta, implicar-nos, produzir contranarrativas, contar histórias que a história única pretendeu silenciar.<sup>12</sup> Afinal, há, sabemos, muitas outras cidades numa cidade. Muitas outras vidas que também contam. Contam porque narram e porque é preciso contá-las. E contam, sobretudo, porque importam, porque é preciso ouvi-las.

<sup>10</sup> Evoco aqui a canção “Massemba”, composta por Roberto Mendes e José Carlos Capinam e gravada por Maria Bethânia no CD “Brasileirinho” (2003).

<sup>11</sup> Tal como previsto no projeto, tanto o mapeamento como as diversas outras informações sobre os coletivos, está disponível no site da Rede ao Redor: [www.redeaoredor.com.br/](http://www.redeaoredor.com.br/)

<sup>12</sup> Com “história única” aludo, claro, à hoje amplamente conhecida palestra da escritora nigeriana Chimamanda Adichie na plataforma TED: <https://www.youtube.com/watch?v=ZUuLRiZWtEY>

Assim, para o mapeamento, criamos um formulário que foi compartilhado via e-mail, aplicativos de mensagens e redes sociais com os coletivos contatados. Evidentemente, nem todos os coletivos atenderam a esse chamado. Afinal, para muitas comunidades, seguem presentes as memórias de práticas extrativistas protagonizadas por pesquisadoras/es cujo respeito e cujo amor eterno por aquelas comunidades se esvai assim que o trabalho é finalizado... Mas pouco a pouco passamos a contar com a compreensão e a colaboração de diversos desses coletivos, que são hoje parceiros em diversas atividades de ensino e de extensão.

Na primeira sistematização do levantamento iniciado em 2016, identificamos pouco mais de cem iniciativas idealizadas e lideradas por jovens de bairros periféricos.<sup>13</sup> Entre as linguagens artísticas, predominam iniciativas dedicadas à poesia. Deste modo, destacam-se saraus e *slams*, que são realizados quinzenal ou mensalmente nos mais diversos espaços dos respectivos territórios. Ante a obscena escassez de equipamentos culturais nas periferias, esses coletivos ocupam praças públicas, becos, bares, quintais, escadarias, salões de igreja, além de atuarem também em transportes coletivos.<sup>14</sup> Saraus são, aliás, espaços de fortalecimento de laços comunitários, de acolhimento, de formação e, especialmente, de letramentos diversos.

O ingresso - via políticas afirmativas - de novas/os sujeitos epistêmicos nas universidades públicas (entre elas/es, integrantes daqueles coletivos) vem contribuindo de modo contundente não apenas com a ampliação do cânone artístico e teórico com o qual se trabalha, mas vem promovendo também mudanças substanciais nos modos de produção e difusão do conhecimento. E muito do repertório com o qual essas/es estudantes chegam à universidade vem dos saraus.

Saraus se configuram, deste modo, como “treta de campo minado / tipo Canudos, Contestado / contestamos o Estado / da Chibata, da Armada, dos Malês / da Cabanagem” (Jesus, 2018, p. 91). Estes são versos de Kuma França que fazem parte de uma das muitas e tantas publicações feitas a partir do que se ouve-vive nos saraus de Salvador.<sup>15</sup> É, portanto, nesses saraus onde muitas/os jovens passam a conhecer episódios e personagens fundamentais de nossa história que foram omitidos dos manuais didáticos e dos programas dos cursos: “Meu nome é Dandara,

---

<sup>13</sup> Uma apresentação mais detalhada do mapeamento foi publicada em Bonfim *et al* (2022)

<sup>14</sup> E, embora a poesia dos saraus seja hoje presença constante em salas de aula de todo o país, as escolas públicas, potenciais espaços culturais abertos à comunidade nos fins de semana, curiosamente seguem alheias às demandas desses coletivos.

<sup>15</sup> Especificamente sobre os saraus de Salvador, publicamos, em parceria com as poetas Rool Cerqueira, Jamile Santana e o também poeta e editor Valdeck Almeida de Jesus, o artigo “Salvador > saraus: quilombismos” (Cerqueira, Rool; Bonfim, Carlos *et al.*, 2019)

Aqaltune, Zumbi, Steve Biko, Lélia Gonzalez, Maria Filipa, Akotirene, Malcon X, Luther King, Nzinga, Nelson Mandela... Prazer em conhecer, meu nome é Favela", como se ouve no poema de Negreiros Souza (Jesus, 2018, p. 118).

Sobre os saraus, muito vem sendo escrito nos últimos anos. A contundência e o impacto dessas iniciativas que transcendem os territórios em que se gesta essa literatura vem oferecendo fecundos subsídios para - como apontou a antropóloga Érica Peçanha do Nascimento - se refletir sobre "o papel social das obras literárias, a universalização da escrita e da leitura, a necessidade da ampliação do número de leitores e o lugar dos grupos marginalizados na literatura brasileira." (Nascimento: 2012:22)

O livro em que foram publicados os poemas mencionados acima integra um já significativo e nutrido acervo que vem se ampliando a cada ano. Seja via publicações autônomas, seja via editais públicos de fomento à leitura e à literatura, estes poemas passam pouco a pouco a ocupar seu espaço em cursos, em bibliotecas comunitárias, mas passam sobretudo a fazer parte da memória e do repertório das comunidades em que se gestam.

Com o propósito de termos um retrato mais detalhado do que vem sendo feito pelos coletivos contatados no mapeamento inicial, demos início nos últimos anos a três subprojetos: com recursos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Extensão Universitária (PIBIEX), elaboramos um plano de trabalho que previa levantamentos mais específicos:

a) sobre publicações de escritoras/es das periferias de Salvador; b) sobre produções acadêmicas (trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses) que abordassem temáticas relacionadas às periferias; e c) sobre os coletivos de comunicação criados e sediados nas periferias da cidade.<sup>16</sup>

No que se refere às publicações literárias, foram identificadas pouco mais de 50 obras, entre as quais se destacam antologias que trazem uma breve mostra da literatura produzida nos territórios. Assim, o já citado livro *Poéticas Periféricas - Novas Vozes da Poesia Soteropolitana*, organizado pelo também poeta e editor Valdeck Almeida de Jesus, traz o trabalho de 100 poetas que atuam nas periferias da cidade. Do mesmo modo, os livros *O Diferencial da Favela - Poesias*

---

16 Registro aqui o reconhecimento e o agradecimento às estudantes integrantes do projeto Rede ao Redor que se encarregaram da execução destes planos de trabalho: Bruna Natalia Afonso de Souza, Cristina Ribeiro, Jener Augusto Mendes, Mariana Moreno, Marise Urbano, Nine Quentin, Silvana Rezende e Verena Vieira, bem como a todas as demais pessoas que integraram o projeto em suas diferentes fases.

e *Contos de Quebrada* e *A poesia cria asas*, editados pelo Sarau da Onça, trazem também uma seleção de poemas criados por artistas do bairro. Também o Slam das Minas BA lançou em 2022 a compilação *Ancestralitura - Poemas com Mel e Dendê*, livro com o qual inauguraram o próprio selo literário. Como disse acima, parte considerável dessas publicações foi realizada a partir de recursos oriundos de editais públicos. E isto poderia ser lido, claro, como generosa e atenta atuação do Estado. Mas, tal como busco argumentar aqui, mais do que uma suposta legitimação vinda do poder público e/ou de instituições educativas e culturais, são as incisivas e sustentadas reivindicações dos coletivos ao longo dos anos o que tem surtido evidentes e frutíferos efeitos. E, além das edições custeadas com recursos públicos, circulam também publicações realizadas em brochura por pequenas editoras independentes, como é, por exemplo, o caso dos livros *Eri Okan* e *Akkani*, do Poeta Revolução, que – como se adverte já nos títulos – difunde com seus poemas nomes, personagens, símbolos das tradições africanas e afrobrasileiras. Embora seja evidente a predominância de livros de poesia, há nessas publicações uma variedade de gêneros – que incluem também contos e crônicas, por exemplo. No que se refere à temática, são publicações que dão forma às justas indignações de um segmento da população que, como vimos, vive cotidianamente os desafios de ser jovem, negra/o e periférica/o. Assim, destacam-se textos que abordam tanto o racismo, a violência policial, a homofobia e transfobia, o patriarcado, quanto o amor, o vínculo com o território e a ancestralidade. E, dado que estamos falando de uma juventude que com frequência celebra o fato de ter superado a fatídica idade em que, como vimos, se corre o risco de virar estatística, cada novo livro lançado é celebrado com entusiasmo pelos coletivos. Afinal, são nomes, rostos, corpos, vidas que nos jornais figuram agora – e cada vez mais – nas páginas culturais. E que estão presentes ainda nos mais diferentes espaços. Com seus livros na mochila, essas/es poetisas vêm circulando pelo estado e pelo país<sup>17</sup>, participando de saraus e oferecendo oficinas em escolas públicas, além de serem presenças centrais nas diversas festas literárias que se multiplicaram pelo estado nos últimos anos – festas também realizadas com recursos de editais públicos.

Já no que diz respeito às produções acadêmicas, o esforço concentrou-se em contrastar dois períodos de nossa história recente: de 2002 a 2012 e de 2013 a

---

<sup>17</sup> E mais recentemente, também pelo mundo. De Salvador, o Slam das Minas e o coletivo Juventude Ativista de Cajazeiras estiveram, entre 2024 e 2025, em diferentes cidades angolanas, participando de mostras artísticas, apresentação de publicações e oferecendo oficinas diversas. De outros estados brasileiros estão as/os poetisas que viajaram como representantes do Brasil na Copa do Mundo de *poetry slam* (poesia falada), em Paris, França.

2023. O recorte temporal diz respeito aos anos anteriores e posteriores à implementação de políticas afirmativas nas universidades públicas do país. Os dados foram coletados inicialmente junto ao repositório institucional da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade Estadual da Bahia (UNEB).<sup>18</sup> Nesse levantamento inicial, identificamos um total de 86 publicações: entre 2002 e 2013 foram realizados 7 trabalhos de conclusão de curso, 12 dissertações e 5 teses. Já entre 2013 e 2023 foram realizados 7 trabalhos de conclusão de curso, 33 dissertações e 16 teses - o que revela um aumento expressivo na produção acadêmica sobre temas ligados às periferias, com ênfase nas áreas de Educação, Arte, Cultura e Território. No que diz respeito às temáticas abordadas nesses estudos, destacam-se, de 2002 a 2012, produções que focaram em temas como violência urbana, questões habitacionais e educação primária. Já entre 2013-2023, a gama de temas também se amplia consideravelmente: encontram-se estudos que abordam tanto saraus e *slams* (como práticas artísticas e como vetores de educação), quanto o cinema feito nas periferias, bem como questões ligadas ao pertencimento territorial, às resistências culturais e suas tecnologias, assim como a incidência (ou a ausência) de políticas públicas nas periferias. Destaque-se ainda a considerável ampliação e pluralização das referências teóricas: emerge nesses trabalhos uma série de autoras/es e de abordagens que, embora guardem estreitos vínculos com as realidades das periferias e com a parcela subalternizada de nossas cidades, tinham escassa presença nesses trabalhos.

Como mencionei anteriormente, sobre os coletivos de comunicação (que se definem como autônomos, comunitários, periféricos, livres, independentes) publicamos em 2019 um primeiro ensaio no qual enlaçamos os 14 coletivos contatados em Salvador a uma vigorosa rede nacional de coletivos afins. Afinal, embora cada território tenha suas especificidades, esses coletivos compartilham agendas que têm diversas confluências, a exemplo das lutas antirracistas, antipatriarcais, anticapacitistas, a defesa de direitos, bem como o combate à perpetuação de estigmas. Mas não apenas. Além das necessárias e urgentes denúncias, além das reivindicações todas, há também um compromisso com a divulgação da vigorosa produção artística e cultural desses territórios. Considerando o que disse acima sobre os índices de homicídio das juventudes negras e periféricas, vale destacar, por exemplo, o Portal Soteropreta, criado em 2016, em Salvador. Trata-se de um

---

<sup>18</sup> Embora o estado da Bahia conte com outras universidades (públicas e privadas), o tempo de duração da bolsa não permitiu ampliar o escopo da pesquisa. E nos concentramos, nesse primeiro momento, em duas universidades localizadas na cidade de Salvador. O trabalho, portanto, segue em curso.



portal que se volta prioritariamente, como se lê em sua página, “para a produção cultural (Artes, Música, Teatro, Audiovisual, Memória, Dança, Formação, Literatura, Religião, Gastronomia, Moda, Políticas Culturais, etc) soteropolitana construída, formada, mobilizada e destinada à comunidade negra de Salvador.”

<sup>19</sup> Assim, ao destacar pretagonismos,<sup>20</sup> ao fazer circularem notícias que habitualmente recebem escassa atenção na mídia hegemônica, estas iniciativas incidem diretamente na autoestima e contribuem de modo significativo com o processo de formação estética e política de seu público.

E, de modo similar ao que fazem poetas dos saraus, também os coletivos de comunicação – sabedores do efeito multiplicador de suas iniciativas – oferecem oficinas de formação que incluem tanto a produção situada de notícias, quanto o letramento midiático. Este é, por exemplo, o caso da Cipó Comunicação Interativa, uma ONG que atua há mais de 35 anos junto a jovens de bairros empobrecidos de Salvador. Localizado no Subúrbio Ferroviário de Salvador, o Centro Comunitário Multimídia, da Cipó, “atua na garantia de direitos de crianças e adolescentes por meio do uso educativo e democrático da comunicação e da participação juvenil.”<sup>21</sup> Assim, como parte dos resultados desse trabalho, surgiram iniciativas como o Coletivo de Jovens Comunicadoras e Comunicadores do Subúrbio, a Agenda Cultural do Subúrbio e o coletivo Mojubá. E o trabalho de formação da Cipó fez nascerem ainda diversas outras iniciativas em diferentes bairros da cidade, a exemplo da Nordeste Eu Sou, uma revista eletrônica na qual circulam informações sobre “artistas, personalidades, grupos sociais e religiosos e qualquer outra entidade situada/proveniente da comunidade.”<sup>22</sup> Um dos bairros mais populosos de Salvador, o Nordeste de Amaralina dá nome a um complexo formado, além do próprio Nordeste, pelos bairros da Santa Cruz, Chapada do Rio Vermelho e Vale das Pedrinhas, que são, evidentemente, também alvo constante de estigmatizações. Daí que a forma encontrada para combater tais estigmas foi “reunir informações sobre esporte, lazer, cultura e entretenimento [...] visando o respeito e buscando mostrar o outro lado da moeda.” (NES, s.d).

Além da divulgação do trabalho realizado por esses coletivos, o propósito deste levantamento de coletivos de comunicação feito pela Rede ao Redor era, por um

---

<sup>19</sup> Portal Soteropreta: <https://portalsoteropreta.com.br/>

<sup>20</sup> Adoto aqui o neologismo criado por Rodrigo França e Jonathan Raymundo em seu livro homônimo, e com o qual buscam destacar o protagonismo de pessoas negras na história do Brasil. (França; Raymundo, 2002)

<sup>21</sup> Centro Comunitário Multimídia, Cipó Comunicação Interativa <https://cipo.org.br/agencia-de-comunicacao-do-suburbio/>

<sup>22</sup> Nordeste Eu Sou: <https://nordesteusou.com.br/>



lado, divulgar tais iniciativas com o objetivo de fomentar alianças e de fortalecer esses coletivos; por outro, contribuir de alguma forma com os debates relacionados tanto ao direito à comunicação, quanto à definição de políticas públicas voltadas para esse segmento.

Já no que se refere às atividades de ensino, temos promovido e fomentado visitas aos territórios e aos espaços onde atuam os coletivos; algumas de nossas aulas acontecem nesses espaços. Temos também recebido em nossas aulas integrantes daqueles coletivos, que compartilham suas experiências com as/os estudantes através de aulas abertas, de oficinas e de mostras artísticas dialogadas.

Além de subsidiar a cada semestre as aulas dos componentes curriculares Estudos das Culturas e Teorias das Culturas (componentes obrigatórios do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades), bem como Cultura e Espaço Urbano (disciplina da pós graduação), o mapeamento foi, do mesmo modo, a base para a realização do curso internacional *De las desigualdades a las diversidades. Prácticas artísticas en las periferias de América Latina y el Caribe*, que foi oferecido em modalidade *on line*, em parceria com a Profa. Dra. Lucía Tennina, da Universidad de Buenos Aires, pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) em 2022.2. O curso contou com a participação de pesquisadoras/es, mediadoras/es e agentes culturais de sete países latino-americanos. O mapeamento é também a base a partir da qual realizamos anualmente, desde 2020, o curso de extensão *A periferia é o centro: ofensivas culturais emancipadoras* – que é realizado também em parceria com os coletivos. Oferecido uma vez ao ano, este curso tem seus conteúdos definidos a partir do que emerge do mapeamento e das interlocuções com os coletivos.

Assim, inspiradas/os em iniciativas como o Encontro de Saberes, idealizado por José Jorge de Carvalho, da Universidade de Brasília, bem como em diversas outras iniciativas afins,<sup>23</sup> este curso conta com a participação a/efetiva de integrantes dos coletivos nas aulas e nas demais atividades realizadas ao longo do semestre. Destaco, a título de exemplo, a parceria que temos desde 2022 com a *newsletter* Entre Becos. Formada naquele mesmo ano por Rosana Silva, Gabrielle Guido, Brenda Gomes e Bruna Rocha, que haviam participado de um curso de formação

---

23 Entre elas a Universidade das Quebradas, projeto de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade Internacional das Periferias (Uniperiferias), também do Rio de Janeiro, a organização/movimento argentino La Poderosa e muitas outras.

oferecido pela Agência Mural, de São Paulo,<sup>24</sup> a Entre Becos circula gratuitamente via web e produz reportagens “das e para as periferias da cidade de Salvador”.<sup>25</sup>

Pois bem, temos no curso *A periferia é o centro: ofensivas culturais emancipadoras* um módulo no qual abordamos o tema “Comunicação e Periferias”, cujo propósito é discutir a produção de estigmas e, sobretudo, apresentar o trabalho que vem sendo realizado por aqueles coletivos. Deste modo, além de termos realizado rodas de diálogo e aulas abertas com integrantes dos coletivos de comunicação parceiros, convidamos as integrantes da Entre Becos para que realizassem com a turma a oficina “Jornalismo local: o mapa afetivo como ferramenta para contar histórias”. Iniciava-se ali uma parceria que se fortalece a cada ano - uma parceria que inclui a publicação de alguns dos textos escritos por nossas/os estudantes em edições especiais da Entre Becos<sup>26</sup> e que, esperamos, possamos em breve reunir em um livro que passará a compor o acervo com o qual realizamos nossas ações de extensão.

E a propósito de extensão, vale destacar ainda uma última ação que é outro dos desdobramentos do mapeamento: o Encontro de Artes nas/das Periferias, que teve como antecedente um Festival Internacional realizado em 2015, também em Salvador. Em parceria com a já mencionada Cipó Comunicação Interativa, realizamos o *Festival Negramérica: cultura e periferia*, que reuniu em Salvador diversos coletivos de jovens de diferentes municípios da Bahia e de outros estados brasileiros. Contou ainda com a participação de três coletivos convidados: Culebrón Timbal, da Argentina, Colectivo Azúcar, do Equador e Escuela Audiovisual de Belén de los Andaquíes, da Colômbia, que ao longo de uma semana vivenciaram uma programação que contemplou mostras artísticas, seminários, oficinas e outras atividades formativas. Este foi o embrião do que em 2017 ganharia forma como Encontro de Artes nas/das periferias, este, já resultado do mapeamento iniciado em 2016 pela Rede ao Redor. A primeira edição desse Encontro, que contou com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão (Proext/UFBA), foi realizada em parceria com o Sarau da Onça, de Sussuarana, com a Juventude Ativista de Cajazeiras (JACA),

---

24 A Agência Mural (<https://www.agenciamural.org.br/>) uma agência de jornalismo das periferias, realizou em 2022 um curso itinerante que passou por diferentes capitais do Norte e do Nordeste brasileiro. Oferecido de forma gratuita, o curso visava formar correspondentes da Agência em diferentes regiões do país – o que também dá conta da rede mais ampla da qual trato neste escrito.

25 Aqui, o link para a página da Entre Becos: <https://entrebecos.substack.com/>

26 Algumas das crônicas produzidas por nossas/os estudantes podem ser lidas nestes links: <https://entrebecos.substack.com/p/edicao-especial-o-menino-que-queria>  
<https://entrebecos.substack.com/p/edicao-especial-conversa-alheia>  
<https://entrebecos.substack.com/p/edicao-especial-silencios-no-nordeste>

a Biblioteca Comunitária do Calabar e o Centro Cultural Plataforma, no Subúrbio Ferroviário de Salvador. Foram realizadas cinco ações, uma a cada mês, de junho a novembro de 2017. Cada ação aconteceu num espaço (sede de cada coletivo) e num bairro diferente da cidade e contou sempre com ao menos um artista ou coletivo anfitrião e outro(s) visitante(s) convidado(s).

A segunda edição do Encontro de Artes nas/das periferias aconteceu em 2022 e contou também com o apoio da Proext. Foram realizadas quatro ações, uma ao mês (de setembro a dezembro de 2022), nos espaços dos coletivos parceiros/anfitriões: Sarau da Onça (Sussuarana), Quilombo Aldeia Tubarão (Tubarão/Paripe), Juventude Ativista de Cajazeiras (Cajazeiras) e Sarau do Ghetto (São Caetano). De modo similar à primeira edição, a curadoria foi realizada em parceria com os coletivos anfitriões, que trabalharam também na mediação, na condução das oficinas e na mobilização do público local.

Nas duas edições do Encontro, a programação incluiu ações de formação (oficinas, rodas de diálogo e mini-cursos) e de fruição (saraus, shows musicais, exposição de fotografias e de desenhos, performances e exibição dialogada de curta-metragens produzidos pelos coletivos). Contamos, do mesmo modo, com uma feira de roupas e de acessórios de marcas das periferias (entre elas: Saruababla, Empoderamente (turbantes), Agô Nilê Vestuário, Coisa de Preto, Faverlarts Africanas, entre outras) e com a exposição e venda de livros de poesia editados pelos coletivos, além de alimentação, providenciada por produtoras/es locais.<sup>27</sup>

Pois bem, feita esta breve aproximação ao que vem se tecendo nas periferias de Salvador, discuto a seguir como temos – nós da Rede ao Redor – lido, pensado, compreendido as práticas artísticas mencionadas ao longo deste escrito.

## **"PRA ENSINAR MEUS CAMARADA": PEDAGOGIAS DE VAGALUMES**

*Meu gueto precisa de amor  
Em vez de furar viatura  
Meus pivete vão virar doutor  
(Ravi Lobo)*

*No escuro porão eu vi o clarão  
Do giro do mundo  
(Capinam/Roberto Mendes)*

---

<sup>27</sup> Os vídeos-síntese das duas edições do Encontro de Artes nas/das periferias estão disponíveis em nosso canal no Youtube: [www.youtube.com/watch?v=8Z6fVXeoC7A&t=5s](https://www.youtube.com/watch?v=8Z6fVXeoC7A&t=5s)

Começamos com estes versos de Indemar Nascimento, poeta e agitador cultural em Itapuã, Salvador: “Quantos Kings morrem de bala antes de serem ouvidos? / quantos Mandelas na Peri são confundidos com bandido? Quantas Dandaras são violentadas? Quantas Assata Shakur são exiladas?” (Jesus, 2018, p. 69-70).

Embora pareça óbvio, a formação que de um modo geral recebemos em nossa vida escolar, nos levaria a discutir, a partir desses versos, as consequências do genocídio em curso nas periferias apontado nas primeiras páginas deste texto. E, sim, o poema aborda este tipo de questões. E sobre elas precisaremos voltar ainda muitas vezes. Menos frequente, no entanto, é a percepção de que estamos ante versos escritos por um dos jovens que nasceram e cresceram justamente naqueles territórios violentados, precarizados; territórios nos quais habitam jovens cujas perspectivas de vida não contemplariam, como vimos, espaço para as artes. Jovens negros, periféricos, escrevendo poemas, cantando, bailando. Como procurei discutir acima, entre silenciamentos, interdições e desdém pelo que é gerado nesses chamados subsolos sociais, cristalizaram-se estigmas de todo tipo. Daí que práticas artísticas como as que abordo aqui provoquem uma espécie de desconcerto: pretas/os, pobres, periféricas/os fazendo arte? (Re)elaborando estéticas? Produzindo conhecimento? “Quando ocorre a negação da negação, geram-se as perguntas de espanto”, afirma Mário Augusto Medeiros da Silva (2023, p. 19) em *A descoberta do insólito*, seu minucioso e atento estudo sobre a literatura negra e a literatura periférica produzida no Brasil entre 1960 e 2020. O “insólito” aqui, afirma, “é o resumo de perguntas, muitas vezes preconceituosas, frequentemente feitas por diversos autores, críticos, jornalistas e intelectuais quando do surgimento de [...] ativistas, intelectuais e escritores [negros e periféricos].” (Silva, 2023, p. 19) “Insólita” é ainda, para seguir com a provocação de Silva, a existência de um museu de artes na periferia de Salvador: o Acervo da Laje, idealizado por Vilma Santos e José Eduardo Ferreira. Combinando casa-escola-museu, este é, segundo se lê em sua página, um “espaço de memória, cultural e de pesquisa sobre o Subúrbio Ferroviário”<sup>28</sup>. Como espaço educativo e museográfico, o Acervo da Laje conta com exposições de arte, oficinas, biblioteca, hemeroteca, e uma considerável coleção de discos e CDs. E, além das exposições itinerantes que realizaram ao longo destes anos por diversas cidades brasileiras, foram convidados para expor também na 3ª Bienal da Bahia e na 31ª Bienal Internacional de São Paulo,<sup>29</sup> ambas realizadas em 2014.

---

28 Acervo da Laje: [www.acervodalaje.com.br/](http://www.acervodalaje.com.br/)

29 Vale destacar, aliás, que o tema da 31ª Bienal Internacional de São Paulo foi justamente “Como falar de coisas que não existem”.

Ora, se durante a maior parte de nossa história, periferias e favelas foram percebidas e sobretudo produzidas pelo prisma da falta, das ausências, as últimas décadas têm se caracterizado por mudanças substanciais nos modos como são lidos/percebidos esses territórios e as pessoas que ali habitam. Jailson de Souza e Silva e Jorge Luis Barbosa, criadores do Observatório de Favelas, no Rio de Janeiro, apontam o que definem como a passagem do paradigma da carência para o paradigma da potência, do paradigma da hostilidade, para o da convivência. (Barbosa, Silva, 2020) Novamente, isto não significa nem que as tensões e os problemas vividos naqueles territórios tenham sido superados, nem que essa mudança de paradigmas seja uma realidade para todas/os. Situações como as mencionadas nos primeiros parágrafos deste escrito, bem como os dados publicados pelo Atlas da Violência o corroboram. Do mesmo modo, não se trata aqui de repetir acriticamente bordões do tipo “a favela venceu”. Mas – e este é um aspecto fundamental – é expressiva a mudança no modo como as/os próprias/os habitantes desses territórios se percebem e se posicionam hoje no mundo.

Não por acaso, fala-se com cada vez mais intensidade da emergência de *sujeitos/as periférico/as*.<sup>30</sup> Em sua tese de doutorado, defendida em 2013 e publicada como livro em 2022, Tiaraju Pablo D’Andrea examina detalhadamente os longos processos de transformação pelos quais passaram as noções de periferia, periférico/a e favela. E formula, assim, o conceito sociológico de *sujeitos/as periféricos/as*. Se entre as décadas de 1970 e 1980, estes eram termos empregados por determinados grupos para referir-se particularmente a situações geográficas e sociais, foi, de acordo com D’Andrea, entre os anos 1990 e 2000, que a disseminação, bem como o giro semântico destas noções se intensificou. E uma das modificações diz respeito à compreensão e à utilização dos termos *periferia* e *favela* como “um posicionamento político na sociedade e uma forma de ver o mundo.” (D’Andrea, 2022, p. 233-4) Há, prossegue este autor, em sintonia com a percepção de Barbosa e Silva (2020), mencionada acima, uma passagem “do estigma ao orgulho, da fragilidade à potência” – uma passagem que ocorre em sin(cr)t(onia com os diversos “levantes de vozes subalternizadas por meio da defesa de signos culturais e étnico-raciais.”<sup>31</sup> (D’Andrea, 2022, p. 234) Ainda segundo D’Andrea,

30 Em seu trabalho, D’Andrea, faz a seguinte precisão: termos como *favela*, *periferia* e *sujeitos/as periféricos/as* são grafados em itálico quando se referem ao conceito sociológico por ele elaborado. Quando se referem ao território social e geográfico, vão sem itálico. (D’Andrea, 2020, p. 19) Acato, portanto, sua decisão sempre que me referir ao seu trabalho.

31 Há hoje um debate a respeito do que vem sendo nomeado, pejorativamente, vale destacar, como “identitarismo”. E o propósito é fundamentalmente desqualificar esses levantes. Dada a limitação de espaço aqui, a discussão necessária sobre este tópico será feita em próximos trabalhos.

tais *sujeitas* e *sujeitos periféricos* (como indivíduos ou coletividades) se caracterizam como protagonistas de processos diversos, que incluem, entre outros: o uso político do conceito de *periferia*; uma atuação nos espaços periféricos com vistas à melhoria das condições de vida de sua população; a organização em coletivos; a sistematização da própria história e, assim, a possibilidade de “prescindir de mediadores na política, na academia, no jornalismo, na arte, entre outras esferas” e uma atuação política a partir das artes. (D’Andrea, 2022, p. 239-241)

Pois bem, além de organizar-se a partir de coletivos e de atuar prioritariamente junto às suas comunidades – algo que em tempos de exacerbação neoliberal dá conta também de outro eloquente dissenso – estas juventudes, essas/es *sujeitas* e *sujeitos periféricos*, acionam, explícita ou veladamente, deliberada ou inconscientemente, saberes que vêm de antes. Me refiro aqui ao longo histórico de insurgências e de sagacidades que permitiram que povos subalternizados pudessem desenvolver tecnologias a partir das quais resistir e re-existir, a partir das quais produzir vida. Penso, por exemplo, no que nos informam as contribuições de Beatriz Nascimento e de Abdias Nascimento a respeito dos quilombos. Beatriz Nascimento discute quilombo como instituição e como símbolo de resistência étnica, cultural e política (Nascimento, 2021, p. 166); se configura, portanto como um processo dinâmico, como um “processo de ação, atividade, conduta” (Nascimento, 2021, p. 248). Numa direção similar, Abdias Nascimento elabora a noção de quilombismo para caracterizar formas mais sutis e sagazes de insurgência - formas que, sob a mira ostensiva de regimes de violência, operam nas frestas da vida cotidiana, como, na leitura que proponho, ocorre com boa parte dos coletivos que mencionei ao longo deste trabalho. Aponta assim Abdias uma “rede de associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afoxés, escolas de samba, gafieiras” [que] foram e são os quilombos legalizados pela sociedade dominante”, e que se constituem como “genuínos focos de resistência física e cultural” (Nascimento, 2009, p. 203). Tal como discutido em trabalhos anteriores (Cerqueira, Rool; Bonfim, Carlos *et al.*, 2019; e Bonfim, 2023), os coletivos sobre os quais escrevo aqui, vêm vivendo, praticando, ensinando quilombismos.<sup>32</sup> E o fazem, como disse, acionando saberes que são resultado de longos processos de maturação. Falo aqui, por exemplo, de saberes que Majid Rahnema e Jean Robert (2008) chamam de “potência dos pobres” e James Scott (1985) de “armas do fraco”. Saberes que dão conta de uma série de práticas de resistência cotidiana, que “geralmente evitam

---

32 Não por acaso, “aquilombamento” é um dos termos com os quais são nomeados de modo recorrente os encontros nos quais se realizam as atividades aqui apresentadas.

qualquer confrontação simbólica direta com as autoridades ou com as normas da elite”. (tradução própria de Scott, 1985, p. 38) Isto é, saberes gestados a partir de baixo, por quem recebe as ordens, por quem precisa mover-se “dentro do campo de visão do inimigo [...] e no espaço por ele controlado” (De Certeau, 1998, p.100-104). Trata-se, em síntese, de uma série de táticas a partir das quais se gestam as insurgências. E táticas são, ainda na formulação de Michel de Certeau (1998, p.100-104), “gestos hábeis do ‘fraco’ na ordem estabelecida pelo ‘forte’, arte de dar golpes no campo do outro, astúcia de caçadores, mobilidades das manobras, operações polimórficas, achados alegres, poéticos e bélicos”.

Não obstante, embora seja evidente que são formas sutis e potentes de resistência, considero que estamos ante práticas que vão além do caráter mais reativo e se configuram também e sobretudo como *ofensivas culturais emancipadoras*. Ofensivas que, sagazes e sabedoras das assimetrias todas, conhecedoras do “esquema tático do jogo”, operam dribles diversos. Com “drible” aqui, me refiro a “um modo de encontrar saídas, alternativas para a interdição de espaço”, tal como discute o filósofo Renato Nogueira (2002, s.p.) ao abordar a produção de conhecimentos a partir do afroperspectivismo. Dribles, gingas, astutas artimanhas, táticas com as quais se disseminam dissensos e se organizam lutas. Ou, para dizê-lo com um dos versos dos Racionais, em “Negro Drama”, “entrei pelo seu rádio, tomei, cê nem viu”. (Racionais, 2002)

Falo, portanto, de juventudes que, ante interdições, buscam brechas, tramam táticas, dribles; que ante apagamentos, tecem memórias, ampliam repertórios; juventudes cujas ações se tecem no “espaço do acontecer solidário” (Santos 1992, p. 21), que é onde, ainda segundo Milton Santos, “reside a única possibilidade de resistência aos processos perversos do mundo, dada a possibilidade real e efetiva de comunicação, portanto de troca de informações, portanto de construção política” (Santos, 2005, s.p.). Uma troca de informações e uma construção política que se tece, como busquei argumentar aqui, a partir das artes, da comunicação situada, a partir de letramentos diversos, de solidariedades, de práticas amorosas de cuidado (bell hooks, 2021). Sem esquivar ou omitir as interdições e as muitas e múltiplas violências cotidianas, sem ignorar as barreiras invisíveis mencionadas acima, antes, *justamente* por estas questões, essas juventudes terminam sendo a constatação empírica de esperanças, de utopias. Os espaços ocupados pelos coletivos, as ações por eles organizadas, os modos como se organizam, se oferecem também como pedagogias. Dão contorno a um conjunto de saberes insubmissos tecidos ao longo de séculos. São, “pequenas e efêmeras insurreições [que] com suas estéticas de atitude” (Barbosa, 2020, p. 115) difundem conhecimentos, partilham



afetos, criam comunidade, promovem letramentos diversos: aprendem a ler pra ensinar as/os camaradas, retomo aqui o verso de “Massemba” que dá título e inspira este escrito. Tal como sugere Georges Didi-Huberman a partir de textos escritos por Pier Paolo Pasolini nos anos 1970 (Didi-Huberman, 2011, p. 28), são locais de esperança, ante “um movimento geral de enfraquecimento cultural que ele [Pasolini] define por meio da expressão “genocídio cultural”.<sup>33</sup> Mas é na “noite mais profunda” que emergem pequenas, frágeis luzes que “iluminam a noite com alguns lampejos de pensamento” (Didi-Huberman, 2011, p.28). São essas pequenas, intermitentes luzes dos vagalumes as que terminam sendo potente metáfora sobre os esperanças que nos acenam na longa noite. Assim, de modo similar aos vagalumes, as artes “terminam sendo essa dança que – mesmo fugaz e frágil - resiste ao mundo do terror” (Didi-Huberman, 2011, p.27).

Ora, se, tal como propõe Lefebvre, o direito à cidade “se afirma como um apelo, como uma exigência”, (Lefebvre, 2001, p. 117), e se falar de direito à cidade, é falar de “direito aos lugares de encontro e de trocas, aos ritmos da vida, e empregos do tempo, permitindo o uso pleno e inteiro destes momentos e lugares (Lefebvre, 2001, p.146), então podemos reconhecer que o trabalho que vem sendo realizado pelos coletivos das periferias de nossas cidades corrobora o que há tempos anunciava Milton Santos a respeito do que ele chamou “revanche da periferia” (Santos, 2005). Uma revanche que, pelo que temos constatado ao acompanhar de perto o que vem se tecendo nas periferias, nos “abajos” de nossas cidades, se organiza a partir da indignação, sim, mas também com a alegre rebeldia de quem – ante o medo, o ódio, ante políticas de extermínio - celebra a vida. Artes que, em alegre rebeldia, fazem luta e fazem bundas balançarem.<sup>34</sup>

## REFERÊNCIAS

- Bethânia, Maria (2003). *Massemba*. *Brasileirinho*, Rio de Janeiro: Quitanda/Biscoito Fino.
- Bonfim, Carlos; Hercog, Bruna Pegna; Acácio França, Natureza; Vieira, Verena. (2022) Rumo a uma epistemologia das quebradas. *Pragmatizes-Revista Latino Americana de Estudos em Cultura*, v. 12, p. 245-269.

---

33 “O “verdadeiro fascismo”, prossegue Didi-Huberman a partir de Pasolini, “é aquele que tem por alvo os valores, as almas, as linguagens, os gestos, os corpos do povo. (Didi-Huberman, 2011, p. 29)

34 Com a devida licença poética, faço aqui uma glosa aos versos de Rincón Sapiência em “Mete Dança”: “faço luta e faço bundas balançarem”. Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=X5p7zyQgAok>



- Bonfim, Carlos (2023). Nuestros pasos vienen de lejos: Abdias Nascimento, el quilombismo y una pedagogía de luciérnagas. *Liminar Estudios Sociales y Humanísticos*, v. XXI, p. 24-48.
- Barbosa, Jorge Luiz. (2020) Território e territorialidades em redes de culturas globais: juventudes de favelas e periferias em suas estéticas de atitude. In: Carneiro, Juliana; Baron, Lia (orgs.) *Cultura é território*, Niterói: Niterói Livros, p. 96 -121.
- Brasil (2021). Conselho Nacional do Ministério Público. *Manual de atuação para membros do Ministério Público em crimes violentos letais intencionais*. Brasília: CNMP.
- Cerqueira, Daniel; Bueno, Samira. (2024) *Atlas da violência*. Brasília: Ipea/FBSP. Recuperado de: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>
- Cerqueira, Rool; Bonfim, Carlos *et al* (2019). Salvador > saraus: quilombismos. In: Dalcastagnè, Regina; Tennina, Lucía (coords.), *Literatura e periferias*. Porto Alegre: Zouk.
- D'Andrea, Tiaraju Pablo (2022). *A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. São Paulo: Editora Dandara.
- Didi-Huberman, Georges, (org.) (2017). *Levantes*. (trad. Jorge Bastos; Edgard de Assis Carvalho), São Paulo: Sesc.
- Didi-Huberman, Georges (2011). *Sobrevivência dos vaga-lumes*, (tradução de Vera Casa Nova e Márcia Arbex). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- França, Rodrigo; Raymundo, Jonathan (orgs.) (2022). *Pretagonismos*. Rio de Janeiro: Agir.
- hooks, bell (2021) *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. (trad. Stephanie Borges). São Paulo: Elefante.
- Jesus, Valdeck Almeida de [org] (2018). *Poéticas Periféricas: novas vozes da poesia soteropolitana*. Vitória da Conquista: Editora Galinha Pulando.
- Lefebvre, Henri. *O direito à cidade* (2001). (trad. Rubens Eduardo Frias) São Paulo: Centauro.
- METE DANÇA. Rincón Sapiência. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=X5p7zyQgAok>
- Nascimento, Abdias do (2009). "Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico-cultural da população afro-brasileira". In: Nascimento, Elisa Larkin (org.) *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, p. 197 – 218
- Nascimento, Beatriz (1982). *Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso*. Estudos AfroAsiáticos, Rio de Janeiro, v. 6-7, p. 259-265.
- Nascimento, Beatriz (2018). *Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidades nos dias da destruição*. São Paulo: União dos Coletivos Pan-africanistas.

- Nascimento, Érica Peçanha do (2012). “Produzir, publicar e difundir: a experiência dos escritores da periferia de São Paulo”. In: Facina, Adriana, et al (org.) *Poesia Favela in livro*. Rio de Janeiro: Encarte.
- Negro drama. Racionais. (2002) In: *Nada como um dia após o outro dia*. Racionais. São Paulo: Cosa Nostra. CD1, faixa 5.
- Nogueira, Renato (s.d.). *O conceito de drible e o drible do conceito: analogias entre a história do negro no futebol brasileiro e do epistemicídio na filosofia*. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/o-conceito-de-drible-e-o-drible-do-conceito-analogias-entre-a-historia-do-negro-no-futebol-brasileiro-e-do-epistemicidio-na-filosofia/>. Acesso em 7 de março de 2022.
- Pânico na Zona Sul. Racionais. (1991). In: *Holocausto Urbano*. Racionais. São Paulo: Zimbabe Records. CD, faixa 1.
- Ramos, Silvia et al (2024). *Pele alvo: mortes que revelam um padrão*. Rio de Janeiro: CESeC.
- Rahnema, Majid; Robert, Jean (2008). *La potencia de los pobres* (trad. Carmen Díaz-Aranda & Javier Calderón). Chiapas: CIDECI/UNITIERRA.
- Ratts, Alex (org.) (2021). *Beatriz Nascimento. Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombolas e movimentos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Santos, Milton (1992). *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico e Informacional*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, Milton (2005). O retorno do território. In: *OSAL: Observatorio Social de América Latina*. Ano 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO. Recuperado de: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>.
- Scott, James C (1985). *Weapons of the weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. London: Yale University Press.
- Silva, Jailson Souza e; Barbosa, Jorge Luis (2020). *A favela reinventa a cidade*. Rio de Janeiro: Mórula.
- Silva, Mário Augusto Medeiros da. (2023) *A descoberta do insólito: literatura negra e periférica no Brasil (1960-2000)*. Rio de Janeiro: Aeroplano.
- Silveira, Luísa Horn de Castro; Borda, Bibiana; Rocha, Cristianne Maria Famer (2021). *Barreiras invisíveis e mobilidade urbana*. Rio de Janeiro: Zahar.

# Stickers arts: sobre adesivos, arte, corpo feminino e a rua

## *Stickers arts: about stickers, art, the female body and the street*

Thaís da Silva Ferreira<sup>a</sup>, Camila Nastari Fernandes<sup>b</sup>,  
Alice Castro Cardoso<sup>c</sup>

**Resumo** Este artigo explora como a arte em adesivos (*sticker art*) se configura como uma forma de ocupação política e simbólica dos espaços urbanos por corpos femininos, com foco na experiência de mulheres jovens. A pesquisa foi conduzida por meio de um processo etnográfico, através de memórias e vivências das pesquisadoras, incluindo entrevistas, diálogos e observação participante em eventos como as Manifestações de junho de 2013, a Marcha das Vadias (2014-2015), festivais LambesGóia (2022-2023) e Festival de Colantes (2024), além de mesas de trocas realizadas em São Paulo, Uberlândia e Goiânia entre 2013 e 2024. O estudo examina as tensões classificatórias dos *stickers* entre arte, intervenção e técnica, sua trajetória histórica e repercussões contemporâneas, e analisa como essa prática oferece uma forma acessível de intervenção urbana para corpos historicamente invisibilizados. Embora não seja exclusivamente feminina, a *sticker art* se apresenta como uma expressão artística e política que permite rápida aplicação e menor exposição a riscos, facilitando a ocupação do espaço público por mulheres. Os adesivos constituem um canal potente de ressignificação material e simbólica dos espaços urbanos, desafiando hierarquias espaciais e fortalecendo narrativas de resistência nas cidades através de intervenções efêmeras que escapam aos circuitos formais da arte.

**Palavras-Chave** Arte urbana. Juventude. Intervenção. Corpo. Gênero. Sticker art.

**Abstract** *This article explores how sticker art functions as a form of political and symbolic occupation of urban spaces by female bodies, focusing on the experiences of young women. The research was conducted through an ethnographic process drawing on the researchers' memories and lived experiences, including interviews, dialogues, and participant observation at events such as the June 2013 Protests, the SlutWalk*

---

a Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. [thaisafferreira@gmail.com](mailto:thaisafferreira@gmail.com)

b Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. [camila.nastari@unifesp.br](mailto:camila.nastari@unifesp.br)

c Universidade Federal de Goiás – UFG. [accardoso@live.com](mailto:accardoso@live.com)

*(2014-2015), LambesGóia festivals (2022-2023), and the Colantes Festival (2024), as well as exchange gatherings held in São Paulo, Uberlândia, and Goiânia between 2013 and 2024. The study examines the classificatory tensions of stickers between art, intervention, and technique, their historical trajectory and contemporary repercussions, and analyzes how this practice offers an accessible form of urban intervention for historically invisibilized bodies. While not exclusively feminine, sticker art emerges as an artistic and political expression that allows for rapid application and reduced risk exposure, facilitating women's occupation of public space. Stickers constitute a powerful channel for the material and symbolic re-signification of urban spaces, challenging spatial hierarchies and strengthening resistance narratives in cities through ephemeral interventions that escape formal art circuits.*

**Keywords** Urban art. Youth. Intervention. Body. Gender. Sticker art

## INTRODUÇÃO

A arte em adesivos, ou *sticker art*, constitui uma forma de intervenção artística urbana que utiliza adesivos como suporte para expressão visual em espaços públicos e privados. Seus praticantes criam desenhos, formas e ressignificam imagens e mensagens, colando-as em locais de grande visibilidade como postes, placas, portas comerciais, paradas de ônibus e fachadas de edifícios. Trata-se de uma intervenção rápida e discreta, que dispensa autorização oficial, conferindo um caráter espontâneo e questionador direcionado a inúmeros transeuntes em locais de grande circulação

A *sticker art*, tal como a conhecemos hoje, surgiu em meados dos anos 1960 e 1970 na cidade de Nova York, desenvolvendo-se paralelamente às intervenções de pichações<sup>1</sup> e graffiti<sup>2</sup>, originárias do movimento Hip-Hop nos Estados Unidos. Essas práticas compartilham a apropriação de espaços públicos como palco para expressão artística e de comunicação urbana. Durante os anos 1980, tais intervenções se popularizaram por diversos países, especialmente entre jovens de regiões periféricas das grandes cidades, alinhando-se aos movimentos de contracultura da mesma época, como o punk rock<sup>3</sup>.

1 O uso da grafia “pichação” com a letra “x” segue a terminologia adotada pelos próprios praticantes, que reivindicam essa grafia como forma de diferenciação e afirmação identitária de sua prática, distinguindo-a da grafia convencional “pichação”.

2 A grafia graffiti segue a terminologia adotada por parte de grafiteiras e grafiteiros. Para saber mais ver: Freitas (2020).

3 A expressão por meio de *stickers* se relaciona diretamente aos movimentos culturais urbanos, considerando as expressões musicais na mesma época (seja no Brasil ou no mundo) e o movimento Punk, assim como o hip-hop (nas devidas proporções da questão racial) o movimento punk se fez a partir da filosofia do “faça você mesmo”. Isso se manifesta na produção musical

Historicamente artes ou intervenções urbanas – incluindo stickers, graffiti e pixação – enfrentam perseguição e apagamento, seja por parte do Estado ou da população. No Brasil essas práticas podem ser entendidas desde ações de processos de higienização e de gentrificação até atos criminais, como por exemplo, a pixação que está prevista no código penal<sup>4</sup>, pois grande parte da população a entende como uma severa degradação ao espaço urbano.

Os *stickers* podem ser considerados um desdobramento do graffiti que, por sua vez, é um dos quatro elementos do “movimento” Hip Hop: DJ, MC, Breakdance e Graffiti. Além disso, os adesivos se mostram sistematicamente como uma forma de expressão nos meios elitistas e excludentes que vivemos, podendo assim ser um grande aliado ao movimento hip hop<sup>5</sup>.

Diversas cidades apresentam essa forma de expressão artística, que provoca observação e reflexão nos indivíduos que transitam pelas ruas, mesmo que não compartilhem as mesmas referências artísticas e políticas. Os adesivos, colocados de forma estratégica em objetos da paisagem urbana, convidam a olhares vertiginosos e fragmentados diante das mensagens transmitidas. O ato de “andar na cidade” foi destacado por Certeau (1998) como uma movimentação repleta de significados, que interfere no espaço e, ao mesmo tempo, é por ele interferida. Sob essa perspectiva, a arte em adesivos opera taticamente, como sugerido pelo autor, para gerar estímulos e possíveis indagações nos transeuntes. Essa interação dialoga tanto com a experiência visual desses indivíduos quanto com a inserção de marcas materiais que reconfiguram simbolicamente o espaço urbano.

Esteticamente, os adesivos apresentam um espectro variado de estilos, que vão desde traços simples e mensagens in/diretas até desenhos ou ilustrações complexas e politizadas. Assim, não são apenas narrativas visuais simples, mas sim formas de expressão tanto individual quanto coletiva, que marcam uma ocupação simbólica e formas de resistência no espaço urbano. Como o acesso à arte e à cultura é historicamente desigual<sup>6</sup>, os adesivos emergem como uma forma acessível de expressão artística na cidade.

---

independente, na criação de fanzines (revistas alternativas), na organização de shows em locais improvisados e na confecção de roupas e acessórios. Essas atitudes desafiaram a cultura de consumo e a indústria cultural, promovendo a autonomia e a liberdade de expressão, assim como, os *stickers*.

4 Artigo 65 da Lei dos Crimes Ambientais (Lei Federal no. 9.605/98) que prevê pena de detenção de três meses a um ano e multa.

5 Para saber mais sobre o movimento hip-hop veja: Racionais mc's entre o gatilho e a tempestade. Daniela Vieira e Jaqueline Lima Santos, org. Editora Perspectiva, 2021.

6 Divulgada em 03/02/2025 pesquisa “Cultura nas Capitais” revela como marcadores sociais como raça e gênero influenciam o acesso a atividades culturais no Brasil. O estudo, que entrevistou 19.500 pessoas em todas as regiões, mostra as barreiras enfrentadas pelos diferentes grupos para

Pesquisadores apontam que expressões estéticas no espaço público sempre fizeram parte da construção simbólica da cidade (Eckert; Diógenes; Dabul; Campos, 2019). Sob esse ângulo, os adesivos podem ser compreendidos como uma narrativa visual na e para a cidade, contribuindo para a diversificação de significados. Nesse artigo, apresentamos a perspectiva de jovens mulheres atuantes na *sticker art*, discutindo como seus corpos são percebidos nos espaços públicos e como o uso dos adesivos artísticos pode configurar uma ferramenta de visibilidade e contestação.

Como observa Michele Perrot (2015, p. 157), “a simples presença de mulheres na rua, agindo em causa própria, é subversiva e sentida como uma violência”. Evidenciamos que a subversão pode ser observada na atitude daquelas que ocupam a cidade e agem sobre ela com o objetivo de comunicar assuntos que dizem respeito às suas vidas.

Para a coleta de dados, organizamos anotações etnográficas baseadas na participação ativa das pesquisadoras em eventos, além de entrevistas e diálogos informais com artistas de *sticker art* em diversas regiões e momentos. Os dados foram coletados a partir de diferentes contextos, incluindo as Manifestações de junho de 2013<sup>7</sup>, uma série de eventos marcados por mobilizações populares diversas e heterogêneas que reuniram centenas de milhares de pessoas nas ruas. Outro contexto relevante foi a Marcha das Vadias de 2014 e 2015, realizada também na cidade de São Paulo, organizada por movimentos feministas que denunciam a cultura do estupro e defende a igualdade de gênero. Complementando esses momentos, participamos de mesas de troca<sup>8</sup> em São Paulo, Uberlândia e Goiânia, realizadas entre os anos de 2023 e 2024, onde artistas e entusiastas da *sticker art* reuniam-se para compartilhar experiências, obras e técnicas. Além disso, incluímos observações realizadas durante os Festivais LambesGóia em Goiânia, ocorridos nos anos de 2022 e 2023, eventos que se destacam como celebrações da arte urbana e da cultura do lambe-lambe. Por fim, incorporamos os dados coletados no

---

frequentar de bibliotecas a concertos musicais. Para saber mais ver: <https://culturanas capitais.com.br/aceso-a-atividades-culturais/>

7 A reportagem especial do NEXO recupera os principais eventos que marcaram as jornadas de junho de 2013: <<https://www.nexojornal.com.br/especial/2023/06/05/junho-de-2013-o-passo-a-passo-dos-protestos-que-mudaram-o-brasil>>, acessado em jul. de 2025.

8 Mesas de trocas são eventos locais realizados com o intuito da troca presencial dos adesivos, majoritariamente. Durante essas reuniões também é comum a troca de lambes e assinaturas em cadernos, guardados como “autógrafos”. Tais eventos servem também como espaços de socialização de um grupo de pessoas que muitas vezes “se vê” e se percebe no ambiente que circulam e colam, mas que não se conhecem pessoalmente. Esses costumam acontecer em ambientes privados como bares simpáticos à causa. Alguns exemplos de grupos e pessoas que organizam mesas de trocas: @coleartederua, @stickerzeira, @zepolvinha, @oscolas, @festivaldecolantes, @adesivandalos.

Festival de Colantes em Uberlândia, realizado em 2024, outro importante espaço de encontro e troca de saberes entre artistas da cena de *sticker art*.

Estes eventos foram selecionados pelas vivências das pesquisadoras e têm sua relevância como espaços privilegiados para observar como a *sticker art* interagiu com ocasiões sociais, culturais e políticas em diferentes contextos históricos. As manifestações da década passada (junho de 2013 e a das Vadias de 2014 e 2015), marcam o início da observação deste fenômeno artístico, destacando-se como uma força de resistência inédita para as autoras. Mais recentemente, os festivais e mesas de trocas, como o Festival LambesGóia e o Festival de Colantes, representaram fóruns específicos sobre cultura de rua e se mostraram cruciais como local de encontro, colaboração e troca entre artistas. Além de promoverem a disseminação da prática, também serviram como propulsão de redes. A escolha por estes eventos refletiu a diversidade e abrangência do campo, permitindo compreender como diferentes dinâmicas regionais e contextuais moldam o fazer artístico e as narrativas que emergem a partir dele.

Vale destacar que a metodologia está ancorada nas vivências de campo e na escuta ativa de mulheres que desenvolvem arte urbana em sua diversidade. A base teórica utilizada se apoia na perspectiva de Wright Mills, sobre o “artesanato intelectual” como proposta de abordagem sociológica autônoma e crítica, com a pesquisa pautada pela criatividade e pelo compromisso. Mills (2009) argumenta que a capacidade de conectar experiências individuais com o contexto social mais amplo é a base para a imaginação sociológica. Assim, como artesãs pesquisadoras podem desenvolver suas próprias ferramentas e métodos de pesquisa para compreender a realidade social de forma crítica e engajada.

O uso de uma etnografia criativa utilizando memórias das próprias pesquisadoras é uma maneira de compreender a contrariedade e as possibilidades que o campo produz. Essa metodologia é amplamente explorada pelos autores Pais (2013), Peirano (2014) e Pereira (2019). Tais autores demonstraram em suas pesquisas como a etnografia se realiza a partir da reorganização da memória de quem pesquisa e assim, a etnografia também pode ser experiências de vida.

A proposta do artigo é refletir como o corpo feminino pode existir e permanecer em espaços públicos, atribuindo a eles sentidos estéticos e políticos por meio de intervenção artística como a *sticker art*. A primeira seção vai expor o debate entre os adeptos sobre a dinâmica da prática, assim como, suas sutilezas e versatilidade no contexto urbano, problematizando o entendimento sobre o adesivo e suas categorizações: intervenção, arte ou técnica. A segunda seção discorre sobre como a *sticker art* passa a ser desmembrada do Graffiti e do Lambe. Sendo apre-



sentada individualmente em espaços independentes e distintos, como por exemplo, Estônia e México. A terceira e última seção apresenta as vivências e observações das pesquisadoras no campo, argumentando que o corpo da mulher é um corpo político e, mesmo que os adesivos não sejam utilizados com este propósito, ele é um facilitador de ocupação do corpo da mulher no meio urbano.

### **STICKERS: ARTE, INTERVENÇÃO OU TÉCNICA?**

Os *stickers* representam uma prática cultural da interseção entre arte, técnica e intervenção urbana. Sua presença nos espaços públicos levanta questões fundamentais sobre sua produção, significado e apropriação do espaço. Esta seção explora as múltiplas facetas dessa prática, abordando desde os métodos de criação dos adesivos e os materiais empregados até as discussões sobre sua função como suporte artístico, meio de autoexpressão e forma de resistência ou contestação social. Considerando sua versatilidade e impacto no meio urbano, como diferentes grupos percebem o status dos *stickers*?

Durante as mesas de trocas realizadas na pesquisa, foi identificada uma rica diversidade de técnicas de produção, que variam entre processos manuais e mecanizados. Para impressão é possível gravar através de stencil, serigrafia ou mesmo em desenho livre, à mão. Pode-se utilizar spray, canetas, lápis, tintas à base d'água ou óleo, a depender do material em que se estampa. O tipo de suporte que receberá a impressão deve ser auto-adesivo podendo ser de papel ou plástico, esse último tendo maior durabilidade e qualidade de impressão.

A questão da nomenclatura revelou-se complexa durante a pesquisa. Embora a literatura acadêmica frequentemente utilize o termo “stickeiro”, nenhum dos participantes da etnografia adotava essa denominação. Aparentemente, observa-se que a prioridade não está nos rótulos profissionais como “artista”, mas sim em ter seu nome, tag ou símbolo divulgado e respeitado.

Os/as *stickers art*, em partes, entendem o *sticker* como uma técnica, pois compreendem que há um conjunto de procedimentos, intervenções e métodos para que certo adesivo seja apresentado na intenção de comunicar uma marca ou ideia pessoal. Para elas/eles existe uma confusão em assimilar o adesivo apenas ao material autocolante usado como suporte, porém veem problema em “reduzir” os adesivos a simples “suportes” para alguma técnica de impressão. Isso porque, muitas vezes, os adesivos constituem os canais principais de expressão. Suas características, como tamanhos, versatilidade, variedade em formato e acabamento são imprescindíveis para as intervenções.



Alguns/algumas daqueles/daquelas que trabalham com intervenções na rua consideram a colagem de adesivo como uma das artes urbanas. Nesse aspecto, consideram-se artistas, mas de uma forma diferente dos clássicos ou da arte contemporânea institucionalizada. É possível buscar o esmero e refinamento se diz haver em uma pintura a óleo de séculos atrás em uma “simples” tag feita por cima de um adesivo de propaganda política, por exemplo. Ou pode-se apenas marcar presença em locais por onde transita.



**Figura 1.** *Sticker art* em placa de trânsito. Fonte: <https://www.todamateria.com.br/arte-urbana/>

A definição do que constitui arte, neste contexto, permanece nas mãos de quem produz, conforme suas intenções. Nas palavras de C2015<sup>9</sup>, artista, a intervenção urbana é “uma das últimas oportunidades para a autoexpressão em uma sociedade que está sempre tentando controlar a mente das pessoas e privando-as da liberdade real” (CARLSSON; LOUIE, 2012, p. 55). Nesse contexto, poder se expressar tem mais relevância do que receber um título.

Sendo assim, o *sticker* também é considerado como intervenção, pois segundo entrevistas e conversas coletadas, artistas afirmaram que se pode colar adesivos em superfícies que não foram propositalmente pensadas como suporte para esses adesivos. Para elas, ser intervenção não altera a perspectiva do adesivo em se propor enquanto arte. Vale notar que alguns praticantes desenvolveram códigos éticos informais, evitando intervir em sinalizações essenciais ou locais que comprometam a segurança pública, o que demonstra uma consciência sobre os limites da intervenção artística no espaço urbano. Algumas dessas intervenções podem ser

---

9 C2015 é a tag (assinatura) utilizada pelo artista referido.

exclusivamente pensadas em relação ao contexto em que será aplicada. Para tanto, é necessário planejamento e produção única para tal local, como demonstrado no exemplo abaixo:



**Figura 2.** *Sticker art* em isqueiro. Imagem de adesivo do tipo DTF colado em isqueiros. Fonte: Acervo pessoal de Alice Castro Cardoso

Por outro lado, muitos artistas contemporâneos podem não considerar os adesivos enquanto arte devido ao seu caráter subversivo, pois estes não desejam se submeter aos ambientes canônicos da arte como museus e galerias. Seus espaços primordiais são públicos, para que assim haja diálogo e troca com as pessoas que ali transitam.

**TRAJETÓRIA, USOS E REPERCUSSÕES DOS *STICKERS***

Os *stickers*, como forma de expressão criativa, têm conquistado destaque em diversas culturas e contextos ao longo do tempo. Esta seção explora a trajetória dessa prática, destacando momentos históricos e eventos contemporâneos que contribuíram para sua difusão, tanto em âmbito global quanto local. Além disso, são apresentados exemplos de iniciativas e festivais que ressaltam a diversidade, o impacto e a relevância dos *stickers* como elementos de diálogo e intervenção nos espaços urbanos.

Tem-se como consenso que a primeira grande repercussão sobre o uso de *stickers* que trouxe notoriedade para a técnica data de meados da década de 1990,

nos Estados Unidos, com a campanha “OBEY” promovida por Shepard Fairey<sup>10</sup>. A imagem estilizada do lutador André Roussimoff, em preto e branco, seguida da palavra “obey” sob fundo vermelho, ganhou popularidade após chamar a atenção da mídia local devido a seu alcance e irreverência. A partir de então, Fairley “ganha o mundo” ao colar obstinadamente seus adesivos por diversas cidades do país e realizar trocas com pessoas do mundo todo.



**Figura 3.** Obey por Shepard Fairey. Fonte: <https://obeygiant.com>

No decorrer da década de 1990 até os dias atuais, em diversas partes do mundo é possível encontrar artistas e exposições tradicionais com os *stickers* de rua<sup>11</sup>. Um exemplo foi o *Stickers Exhibition* que aconteceu entre novembro e dezembro de 2023 no Pasila Street Art Center, na Finlândia. A curadoria foi feita a partir de uma chamada aberta internacional que recebeu adesivos dos mais diferentes estilos, técnicas e tamanhos.

---

<sup>10</sup> Anteriormente à campanha de Fairey, procurando alternativas perante as severas repressões ao grafite, artistas ressignificaram os adesivos com “Hello, my name is...” (comumente usados em reuniões e grupos de discussões para que os participantes se conhecessem) ao colarem por toda a cidade com suas tags e nomes artísticos foi uma importante referência sobre o uso do adesivo.

<sup>11</sup> Internacionalmente o *sticker art* apresenta importantes espaços de exposição e debates, eventos como: Lima paste up (Perú), Santa Fé Internacional de Paste UP (Argentina), Stickersfest Huajuapán (México), Sticker Expo San Diego (EUA), Street Art Galery (Croácia), Puff (França), Street Art Festival (Suíça), Paste UpYork (Reino Unido), Sweden Sticker (Suécia), Valência Paste Up (Espanha).



**Figura 4.** Stickers Exhibition. Fonte: <https://www.helsinkiurbanart.com/en/sticker-exhibition-at-pasila-urban-art-center-20-1-5-3-2022>

Já na Estônia pode-se acompanhar o Släp! *Sticker Exhibition* que, em 2024, cobriu um ônibus com mais de 25.000 *stickers* exibidos por toda a cidade de Tartu. A iniciativa acontece há 15 anos como parte do festival Stencibility, que tem como intenção reconhecer a arte urbana com grande foco nos adesivos.



**Figura 5.** Foto do ônibus adesivado da Släp! Sticker Exhibition. Fonte: [https://www.instagram.com/p/Cw7lJIXoZfK/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/Cw7lJIXoZfK/?img_index=1)

No Brasil, embora os *stickers* tenham surgido nos anos 1980, foi a partir dos anos 2000 que a prática se popularizou efetivamente. No caso de São Paulo, concentrou-se inicialmente em regiões centrais, como a Avenida Paulista e a Rua Augusta. Atualmente são realizados eventos importantes do *stickers art*, como o festival Colantes em Uberlândia (MG), Rio Stickers (RJ), Festival de Lambe Floripa (SC) e Festival na Lata (SP), que aparentemente são os mais representativos. Rio Stickers é também um coletivo que tem como objetivo trazer visibilidade para a cena dos *stickers* no estado do Rio de Janeiro. Alguns dos artistas fomentados pelo coletivo são: Cast, VRSM, Nadi, Gemellart, Ana K, Alberto Pereira, Saok, entre outros.

O Festival de Colantes se intitula um festival internacional de arte de rua localizado em Uberlândia (MG). Em 2025, o festival irá para sua quarta edição, contando agora com apoio da Secretaria de Cultura municipal. O evento promove troca de adesivos, colagem coletiva de mural de lambe, live painting<sup>12</sup>, feira de artistas e exposição. Desde 2024, o festival conta com um álbum de figurinhas que reúne mais de 100 artistas e coletivos separados por regiões do Brasil, além de informações sobre o mundo dos adesivos.

Em Goiânia pode-se acompanhar o Festival LambesGoia, que reconhece e expõe os trabalhos de diversos artistas locais e de outros estados com foco no lambe-lambe. Em 2023, após chamada aberta, uma das obras expostas pelo festival no Centro Cultural Cora Coralina foi uma placa com adesivos de centenas de artistas.

---

<sup>12</sup> Live painting, ou “pintura ao vivo”, traduzido para o português, é uma forma de arte performática visual em que um/uma artista cria uma obra de arte em tempo real, na frente de um público. Geralmente acontece em eventos públicos, como bares, shows, recepções de casamento, festivais ou festas.





**Figura 6.** Foto da intervenção em placa de trânsito com adesivos. Fonte: <https://www.instagram.com/lambesgoia.festival/>

Em 2024, o espaço cultural Casa Valenta<sup>13</sup> premiou mulheres que atuam com arte urbana na cidade de Goiânia. As artistas Kaly e Alice foram reconhecidas pelo impacto expressivo de seus trabalhos em diferentes formas de arte urbana, como graffiti, lambe-lambe e *stickers*. Segundo as artistas, esse foi um reconhecimento importante, que reafirma a legitimidade da arte urbana em suas diversas modalidades.

Embora o reconhecimento oficial da arte urbana seja, muitas vezes, interpretado como uma forma de pacificação de espaços de conflito no meio urbano, aparentemente esse não foi o caso dessa premiação. No entanto, é possível refletir sobre um paradoxo nas estratégias das cidades em relação à arte urbana: ao mesmo tempo em que ela é valorizada como expressão cultural, essa valorização pode ser instrumentalizada para fins econômicos e turísticos.

Campos e Sequeira (2019) discutem como determinadas intervenções urbanas têm sido incorporadas nas estratégias de promoção e planejamento turístico. Para os autores, a chamada “turistificação” da arte urbana tem impactos não apenas na configuração da oferta turística das cidades, mas também nas relações e interações

<sup>13</sup> A Casa Valenta é um espaço cultural privado que pleiteia editais públicos, dessa maneira, fomenta projetos dos mais diferentes artistas regionais, foi fundada em 2017. Nos últimos anos promoveu eventos culturais e fomentou premiações para jovens artistas.

entre operadores turísticos, guias, turistas, artistas, instituições e comunidades locais. No caso específico da premiação na Casa Valenta, contudo, as artistas premiadas não perceberam esse reconhecimento como um instrumento de pacificação ou de exploração turística, mas sim como uma validação genuína do valor simbólico e político da arte urbana.

Desse modo, os *stickers* apresentam em sua trajetória uma característica de transmitir mensagens no meio urbano, essas mensagens podem ser políticas, sociais ou artísticas, sendo algumas vezes aceitos nos espaços oficiais de arte. Podem promover ou divulgar uma agenda política e social. Para algumas mulheres, pode inclusive construir táticas com o propósito de subverter políticas de mobilidade, assim como proporcionar apropriações criativas da cidade.

## VIVÊNCIAS E OBSERVAÇÕES SOBRE A *STICKER ART*: OS REGISTROS DE CAMPO

O percurso deste estudo foi construído a partir de um diálogo contínuo entre as vivências das pesquisadoras e os métodos etnográficos empregados. A pesquisa buscou integrar experiências pessoais, memórias e trajetórias individuais ao rigor científico, reconhecendo que um tema tão específico como a *sticker art* exige abordagens heterodoxas. O estudo se fundamenta em um mosaico de informações coletadas por meio de cadernos de campo, artigos, diálogos e vivências em eventos, compondo um registro detalhado e rico de intervenções urbanas e suas interpretações.

Esse retalho de informações, de dados e de vivências se construíram na perspectiva de uma etnografia criativa. Dessa maneira, a proposta do estudo é refletir como as pesquisadoras poderiam incorporar vivências de suas próprias trajetórias nos temas estudados mantendo o rigor científico, isto é, estabelecer as proximidades e os distanciamentos necessários para a pesquisa.

No sentido apontado por Wright Mills (2009) sobre artesanato intelectual, a etnografia se faz como uma relação imbricada entre a vida/a biografia do/a pesquisador/a e o seu trabalho científico. Busca-se neste texto refletir sobre a potência do uso de uma arte em um corpo específico com vivências e memórias das pesquisadoras. O que não significa menorizar o uso de algum tipo de método de pesquisa, mas perceber que talvez não seria possível escrever sobre esse tema fazendo o uso de teorias metodológicas mais ortodoxas.

A antropologia também descreve fenômenos a partir de vivências e memórias sem perder o rigor científico. As pesquisadoras se ancoraram em experiências vividas e fizeram delas o próprio material de trabalho, numa perspectiva “a poste-

riori”. Segundo Pereira (2022, p. 324), “(...) concebe-se assim, a própria memória como um trabalho de campo etnográfico, em que as múltiplas experiências de vida de quem pesquisa tornam-se material para um trabalho de campo definido a posteriori”.

Para organizar todas as informações e relatos, foram realizados encontros virtuais no ano de 2025 entre as pesquisadoras que atualmente residem em cidades diferentes (São Paulo, São José dos Campos e Goiânia) para sistematizar anotações e memórias das vivências ocorridas em diferentes cidades e períodos.

As informações, relatos e vivências das manifestações de 2013 até 2017 foram registradas pelas pesquisadoras como participantes e foram também registradas em cadernos de campo e em artigo publicado em 2018. Nesse estudo, que se tratava de ocupações nas escolas públicas, secundaristas entrevistadas/os citaram o uso de *stickers* em manifestações<sup>14</sup>.

Durante as Jornadas de junho de 2013 em São Paulo, observou-se o uso de arte em adesivo como uma forma de protesto. As pesquisadoras acompanharam as jornadas, em algumas delas a imagem a seguir foi observada. Trata-se de *stickers* impresso e adesivado em muitos pontos da cidade de São Paulo. Foi uma maneira de ironizar a atuação da polícia militar que agiu com violência contra os manifestantes que na ocasião utilizavam de vinagre para se protegerem das bombas de gás lacrimogêneo.



**Figura 7.** Sticker das jornadas de junho de 2013. Fonte:<https://www.esquerdadiario.com.br/Vinagre-uma-antologia-de-poetas-neobarrocos-junho-de-2013-em-versos>

14 Sobre o artigo, ver: FERNANDES, Camila Nastari; FERREIRA, Thaís da Silva. Juventude e atuação política: as ocupações em escolas públicas e novas formas de resistência e convivência nas cidades. Revista PerCursos, Florianópolis, v. 19, n.40, p. 86 - 110, maio/ago. 2018.



A marcha das vadias de 2013 e 2014 foi vivenciada e etnografada pelas pesquisadoras que na época residiam em São Paulo, onde foi possível acompanhar mulheres ativistas e entre elas *stickers*. Nesse momento, a prática do *stickers* se apresentava para ambas as pesquisadoras como uma tática incipiente, mas, tipicamente feminina. Contudo, ao longo dos encontros e conversas a prática se mostrou notoriamente diversificada na perspectiva do gênero.

Os festivais e as mesas de trocas (LambesGóia e Colantes) foram vivenciados e relatados pelas artistas e interlocutoras Alice<sup>15</sup> e Kaly<sup>16</sup> nos anos de 2023 e 2024. Ambas estiveram nos últimos anos atuando nas ruas de diversas capitais, não somente com adesivos, mas também com diversas técnicas e desse modo, descreveram a técnica, seus conhecimentos e vivências no *sticker art*. A artista urbana Kaly foi também uma das interlocutoras de pesquisa de doutorado sobre pixação e intervenção urbana na cidade de Goiânia<sup>17</sup> e, embora essa pesquisa tenha discorrido sobre outro tipo de inserção urbana, foi possível detectar nos relatos a técnica do *sticker art* entre Kaly e outras entrevistadas.

Por se tratar de um processo artístico intrinsecamente marginalizado e insubordinado, integrando os fazeres considerados de “arte urbana”, a história dos *stickers* até o momento é pouco registrada ou detalhada.

No Brasil, embora algumas pesquisadoras já tenham trabalhado com o tema (Dias, 2007; Bornhausen, 2011; Carlsson, 2015; Eckert, 2019; Baldissera, 2019), a história e abordagem dos *stickers* ainda é bastante incipiente na literatura nacional. No entanto, é possível notar adesivos colados desde a década dos anos 2000 nas grandes capitais, período em que a prática se expandiu significativamente, transformando equipamentos urbanos em suportes para essa forma de expressão artística<sup>18</sup>, conforme exemplo abaixo de 2007.

---

15 Para saber mais ver: CARDOSO, Alice Castro. Seja subversiva: uma experiência urbana compartilhada. 2023. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Artes Visuais) - Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

16 Kalliny Pereira Gonçalves é artista visual e produtora cultural.

17 Sobre este tema, ver: FERREIRA, T. Pixação na cidade de Goiânia: criminalização e punição da juventude. 2022. 197 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.

18 Para saber ver: <https://web.archive.org/web/20081213153451/http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/o,,MUL190364-5605,00-PLACAS+DE+TRANSITO+SERVEM+DE+GALERIA+PARA+ARTISTAS+URBANOS.html>



**Figura 8.** *Stickers* provocam reflexão nas ruas de São Paulo. Obra da série ‘Que violência você pratica’, de Cassiano Reis. Fonte: Acervo pessoal de Cassiano Reis em G1 2007.

Foram acompanhadas mulheres jovens que colam adesivos desde as Jornadas de junho de 2013, a Marcha das Vadias 2013 e 2014 e as ocupações estudantis em 2015. Naquele momento, a arte ainda era relativamente incipiente, mas já se mostrava potencialmente expressiva para o que viria a seguir com as manifestações de 2016, 2017 e 2018, como Fora Temer, Ele Não, Marcha da Decriminilização da maconha em Goiânia e do aborto em São Paulo.

Buscou-se trazer exemplos de vivências das manifestações nesse texto, pois elas em muitos aspectos, reforçam a agenda pública nacional sobre a questão do corpo feminino nos espaços públicos e conectam essa população com a arte de rua. Ambas as manifestações dialogam com a ocupação e a permanência dos corpos femininos no espaço urbano. Não por acaso a Marcha das Vadias entoava a frase “O corpo é meu, a cidade é nossa” (Freitas; Gonçalves, 2019).

A Marcha das Vadias, nesse contexto se faz relevante pois ela é central no direito de fruição do próprio corpo e de que ele não seja controlado pelo Estado, pela ciência médica ou pela religião e está aí a questão central de todas essas pautas, vide slogans repetidos em praticamente todas as marchas, como “Meu corpo, minhas regras” ou “A cidade é pública, meu corpo não”. (Gomes; Sorj, 2014). Para Julia P. Zanetti (2011) é necessário que se compreenda a Marcha das Vadias dentro do mesmo escopo dos levantes urbanos bastante juvenis que tomaram as ruas do mundo no período, como a Primavera Árabe, o Occupy Wall Street, entre outros.

Não pretendemos neste artigo afirmar que *stickers* é uma intervenção especificamente de mulheres, pois de fato não é, mas o estudo se sustenta na perspectiva da possibilidade de expressão artística e política de mulheres nesta técnica. A proposta aqui é reconhecer a possibilidade de acesso do corpo feminino na rua a partir do uso do *sticker*. Os corpos que imprimem sentidos nas cidades não são os

corpos “universais” de uma suposta cidadania abstrata (Harvey, 2018) – noção já questionada pela crítica decolonial – mas sim corpos de carne, osso, gênero, raça, etnia, classe, sexualidade, geração etc.

Sendo assim, a chamada “arte pública” representa uma certa visão daquilo que são os modelos normativos e estéticos dominantes (Eckert, Diógenes, Dabul e Campos;2019). São expressões que celebram os valores mais consensuais e dominantes de uma determinada sociedade. A arte na cidade não é produzida apenas por aqueles que detêm o poder de uso e planejamento do território. A cidade é vivida pelos cidadãos, que nela inscrevem as suas singularidades e nessas vivências a apropriação da cidade sobrevém pela sua construção simbólica e estética.

Durante a pesquisa, foi perceptível nos espaços pesquisados que o uso dos adesivos por artistas mulheres, surge como intervenções urbanas, possivelmente como símbolo de liberdade, apoiada no momento em que o sujeito social se reafirma ao se deslocar, modificar, ser presente e ativo no ambiente que a ele e a todos pertence, sendo coletivo e individual ao mesmo tempo.

Diferentemente do graffiti, pixo ou colagem de lambe, que também são arte urbana, a fixação de um adesivo não demanda muito tempo, movimentação ou emite sons. Dessa maneira, passa a ser uma das formas mais “seguras” de intervir na cidade, sendo um ato discreto e que pode ser desfeito facilmente, caso haja embate com alguém insatisfeito. É sabido que alguns artistas já sofreram abordagens e até sofreram sanções administrativas quando descobertos. Nas conversas informais com jovens mulheres esse foi um relato constante, isto é, sobre a facilidade de escapar.

Nessa perspectiva, em conversa informal artistas *stickers* comentam a facilidade de estar na rua utilizando a técnica:

“O stickers é uma ação rápida, né? É uma arte que você vai fazer uma ação rápida. Não vai demandar tempo, você vai estar ali com seu sticker no bolso, você não passa um tempo maior naquele local, porque a maior dificuldade seria você estar na rua mesmo, né? Os perigos que a rua já tem.” (Kaly:2025)

“A facilidade de fixação e reprodução, aliada à comodidade no transporte, faz com que os adesivos sejam um dos meios preferidos nas intervenções urbanas artísticas. As possibilidades são imensas para suporte de impressão, cores, efeitos, formatos e tamanhos. Os valores podem ser acessíveis e, o melhor de tudo, ficam mais baratos quanto maior a quantidade.” (Alice:2025).

Embora o *sticker* não seja especificamente uma arte feminista ele carrega a facilidade de fazer na rua a intervenção, quando Kaly comenta “*Os perigos que a rua já tem*” pode nos fazer refletir se esse “perigo” é para determinado gênero especificamente. A “facilidade” de colar os adesivos e os “perigos da rua” relacionados pelas artistas vão de alguma maneira dialogar com importantes trabalhos (Freitas, 2020; Souza, 2022; Pereira, 2023) sobre a questão da inserção feminina em detrimento a inserção masculina no campo das artes urbanas, principalmente no graffiti e na pixação.

Sendo assim, a aplicação do adesivo por mulheres, mesmo que sem a intenção do conflito, nos tensiona a refletir o que Tavares (2015) vai debater no texto “Uma cidade indiferente: espaço generificado de resistência à cidade-mercadoria”. Neste texto a autora aponta que as práticas sociais de gênero no espaço e as performances de seus corpos desvendam processos de resistência, e que esses mesmos corpos “*tensionam o espaço, denunciam o caráter generificado da cidade, surpreendem e subvertem a ordem, com corpos não “comportados” que abrem brechas de resistência na agenda e no espaço público*”.

As mulheres quando colam adesivos em espaços públicos criam momentos e espaços de resistência. No artigo “Do lar às ruas: pixo, política e mulheres”, (Porto; Coelho; Trombini; Lima, 2017) as autoras explicam que:

“Ocupando espaços públicos e não constitucionais, movimentos de mulheres têm estabelecido um diálogo com milhares de pessoas que transitam por centros urbanos todos os dias. Impondo sua fala, que pode permanecer por tempo indeterminado, essas mulheres ressignificam o chamado espaço urbano, ordem social e dinâmicas de controle dos corpos com base na experiência cotidiana da vida privada e pautando demandas políticas do movimento de mulheres.” (Porto; Coelho; Trombini; Lima, 2017, p. 67).

Colar adesivos então não é só sair pelas ruas e colar adesivos, mesmo que essa não seja uma prática particularmente feminina. Em nossas observações percebemos que a técnica apresenta importância na arte que circula por lugares e momentos de forma impremeditada, se deslocando dos lugares canônicos, gerando novos conceitos e criando novas materialidades na arte e na presença do corpo nos locais públicos.

Nesse aspecto e, corroborando com a perspectiva que “*a primeira batalha que toda mulher artista tem de enfrentar é a definição da natureza da mulher, por que não é ponto pacífico o fato de que a mulher é um indivíduo ativo, agressivo e*

*criativo*” (CHICAGO apud DEMESA, 2019, p. 53) percebe-se que corpos femininos não são livres para habitar qualquer espaço para qualquer propósito. Sendo assim, a prática dos adesivos pode apontar como os habitantes das cidades têm encontrado historicamente formas de romper e transcender as hierarquias impostas pela lei (real e simbólica), a despeito dos riscos que tais práticas incorrem.

## CONSIDERAÇÕES

A arte em adesivos é uma forma de expressão artística e política de estratégia singular. Por se realizar através de intervenções rápidas e acessíveis, se configura como uma ferramenta de comunicação e resistência. Por outro lado, tem natureza efêmera e direta de ocupação do espaço e mobiliário urbano, na medida em que reivindica visibilidade aos que por ali transitam. A relação entre arte e corpo é central, pois colar um *sticker* é um ato físico de afirmação do direito ao espaço público, para se pronunciar e incluir a perspectiva de “eu existo aqui”.

Isso se dá especialmente entre corpos historicamente invisibilizados. Embora a prática dos *stickers* não seja exclusivamente feminina, ela oferece vantagens importantes para grupos que enfrentam desigualdades de gênero. A simplicidade e rapidez na aplicação permitem que mulheres se expressem artisticamente e politicamente em ambientes urbanos sem o mesmo nível de exposição e risco associado a outras formas de arte de rua. Essa acessibilidade amplia o alcance da expressão artística para grupos tradicionalmente excluídos.

A marginalidade dos *stickers* no circuito formal de arte é, paradoxalmente, uma demonstração de força. Ao escapar dos limites institucionais, os *stickers* desafiam modelos dominantes, criando um espaço de experimentação e crítica social. Essa característica fortalece sua potência como prática subversiva e culturalmente significativa.

A arte por *stickers* também contribui para a transformação material e simbólica dos espaços urbanos. A sobreposição de imagens e mensagens cria novas paisagens visuais, rompendo com a estética homogênea das cidades e inserindo novas narrativas no cotidiano urbano. Essa capacidade de ressignificar o espaço reafirma o papel dos *stickers* como uma prática de intervenção e resistência.

Por fim, o aprofundamento das pesquisas sobre *stickers*, especialmente no contexto brasileiro, pode trazer novas perspectivas sobre as interseções entre arte, política e ocupação urbana. Compreender melhor essas dinâmicas permitirá valorizar práticas e histórias que permanecem à margem dos estudos sobre arte urbana e espaço público.

## REFERÊNCIAS

- BALDISSERA, M. (2019). Barraqueiras e heroínas: escritos feministas nas ruas de Porto Alegre. *Horizontes Antropológicos*, 25(55), 179–208. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832019000300007>.
- BORNHAUSEN, Diogo Andrade. Stickers: A exibição das imagens entre o urbano e o virtual. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.
- CAMPOS Ricardo; SEQUEIRA Ágata. Entre VHILS e os Jerónimos: arte urbana de Lisboa enquanto objeto turístico. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, ano 25, n. 55, p. 119-151, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/CBnYj76tSFzQLntrT63Tz5d/?format=pdf&lang=pt> Acesso: 18/03.2025
- CARLSSON, Benke; LOUIE, Hop. Street Art: Técnicas e materiais para arte urbana. São Paulo: Gustavo Gili, 2015.
- CERTEAU, M de.. A Invenção do Cotidiano: A Arte de Caminha. 3a Edição, Editora Vozes Ltda., Petrópolis, 1998.
- DEMESA, Itandehuy Castañeda. Abordagens das práticas comunitárias em espaços públicos por meio da poesia têxtil. Tese (Mestrado em Arte e Cultura Visual) – Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, p. 172, 2019.
- DIAS, Thiago Hara. O sticker e seu papel na arte de rua na cidade de São Paulo: stickers da rua Augusta, Avenida Paulista, Vila Madalena e Centro. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007.
- ECKERT, Cornelia. Glória Diógenes; Ligia Dabul; Ricardo Campos. Arte e cidade: policromia e polifonia das intervenções urbanas. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, 2019, ano 25, n. 55, p. 7-18, set./dez. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/34KHg8PHmDKqms3S3dX6jkh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 02.01.2025
- FREITAS, Lúcia dos Santos Ferreira de; GONÇALVES, Eliane. Corpos urbanos: direito à cidade como plataforma feminista. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 62. 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8667009>. Acesso em: 21 mar. 2025.
- FREITAS, Thayanne. (2020). Mulheres e graffiti: experimentações etnográficas no coletivo “Freedas Crew”. *Caminhos da História*. 24. 58-81. 10.38049/issn.2317-0875v24n1p.58-81.
- GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, v. 29, n. 2, maio/agosto 2014.
- HARVEY, David. Cidades Rebeldes. São Paulo, Martins Fontes, 2014

- MILLS, C. W. Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- PAIS, J. M. O cotidiano e a prática artesanal da pesquisa. *Revista Brasileira de Sociologia*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 105-128, jan./jul. 2013.
- PEIRANO, M. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.
- PEREIRA, Alexandre Barbosa (2022). Quando começa ou termina uma pesquisa? Em defesa de um antimanual de etnografia. *Rev. Pós Ciênc. Soc.*, São Luís, v.19, n.2, 307-328, mai/ago.
- PEREIRA, Alexandre Barbosa (2023), Onde estão as meninas? Questões para pesquisas sobre culturas juvenis hegemonicamente masculinas», *Etnográfica* [Online], 27(1) | 2023, posto online no dia 03 março 2023, Acesso em: 21 março 2025. Disponível em: <http://journals.openedition.org/etnografica/12900>.
- PERROT, M. Minha história das mulheres. São Paulo: Contexto, 2015.
- PORTO, D.; COELHO, L. X. P.; TROMBINI, M. E.; LIMA, R. P. de. Do lar às ruas: pixo, política e mulheres. In: KOETZ, V.; MARQUES, H. D.; CERQUEIRA, J. T. (org.). *Direito à cidade: uma visão por gênero*. São Paulo: IBDU, 2017. p. 62-71.
- SOUZA, M. d. (2022). Reconhecendo a cidade: Pichações feministas em Goiânia. acessado em: 21.03.2025. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/d50fff87-e2f9-4e52-9b93-oba330a6b012>
- TAVARES, Rossana Brandão. Uma cidade indiferente: espaço generificado de resistência à cidade-mercadoria. Sessões temáticas ST 10. XVI Enanpur. Espaço, planejamento e insurgências. *Anais. Belo Horizonte*, v. 16, n. 1, 2015 [<http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1638> – acesso em: 07 jul. 2021]. <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1638>
- ZANETTI, Julia Paiva. Jovens feministas do Rio de Janeiro: trajetórias, pautas e relações intergeracionais. *cadernos pagu* (36), Campinas, SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2011, pp.47-75.



# “A cidade de São Paulo como ela realmente é”: engajamentos afetivos e coletivos em uma etnografia do fazer-cidade entre jovens negros

*“The city of São Paulo as it really is”: affective and collective engagements in an ethnography of city-making among Black youth*

Alef Diogo da Silva Santana<sup>a</sup> 

**Resumo** A cidade de São Paulo é frequentemente descrita como uma metrópole de contrastes sociais, mas este trabalho propõe uma abordagem centrada nos espaços-territórios da cidade, com um olhar analítico para as afetividades e as comunidades que os compõem, visto que muitas vezes esta perspectiva é negligenciada nas discussões sobre territórios e experiências de jovens negros. Através de uma etnografia, busca-se analisar como as mobilizações afetivas e coletivas em certos territórios da cidade de São Paulo contribuem para o fortalecimento das identidades dos indivíduos envolvidos, ressignificando suas relações com a cidade por meio da cultura, solidariedade e da luta por territórios e narrativas historicamente marginalizadas. O trabalho de campo foi realizado entre 2021 e 2023, e resulta da minha tese de doutorado. Observação-participante e diário de campo, tradições consagradas no campo da antropologia, foram empregadas na realização do trabalho de campo. Por fim, os dados etnográficos destacam que o Coletivo da Quebrada e o Bar Ovo, espaços-territórios centrais nesta etnografia, realçam a cidade como um campo de disputa, onde o engajamento coletivo e a ressignificação desses espaços afirmam identidades marginalizadas e garantem o direito à cidade, criando redes de pertencimento, acolhimento e solidariedade.

**Palavras-chaves** Territórios. Cidade. Engajamentos Afetivos. Negritude. Etnografia.

**Abstract** *São Paulo is often described as a city of social contrasts, yet this study focuses on the city’s spaces-territories, exploring the affectivities and communities within them—a perspective often overlooked in discussions about Black youth. Using ethnography, this research examines how affective and collective mobilizations in certain territories of São Paulo strengthen the identities of those involved, re-signifying*

---

a Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: [alef.santana@urca.br](mailto:alef.santana@urca.br)

*their relationship with the city through culture, solidarity, and the fight for historically marginalized spaces and narratives. Conducted between 2021 and 2023, this study forms part of my doctoral thesis and is structured into four sections that highlight how engagement helps reclaim Black youth identities, positioning the city as a space for participation and cultural creation. The research relied on participant observation and field diaries. The data reveal that the Coletivo da Quebrada and Bar Ovo—key spaces in this ethnography—illustrate how these territories, through collective action, assert marginalized identities and guarantee the right to the city, fostering networks of belonging and solidarity.*

**Keywords** Territories. City. Affective Engagements. Blackness. Ethnography.

## INTRODUÇÃO

A cidade de São Paulo é frequentemente retratada como metrópole de contrastes (Pallamin, 2015) e como cidade-máquina (Ferla, 2006), onde o dinamismo e a modernidade se cruzam com as aviltantes desigualdades sociais, visíveis nas favelas, periferias e nas grandes avenidas que cortam a cidade. No entanto, essa visão da cidade muitas vezes parece não capturar as experiências daqueles e daquelas que, em seu cotidiano, moldam, são moldados e ressignificam determinados espaços-territórios da cidade. Para as pessoas jovens negras desta etnografia, por exemplo, a cidade de São Paulo não é apenas um cenário de mazelas, mas também um território onde há espaço para a produção de afetividades, de engajamentos sociais, de reinvenção e de outras potencialidades culturais para experienciar a cidade. Neste texto, destaco, esses ambientes serão nomeados ora como espaços-territórios, ora como territórios ou, ainda, como territórios afetivos (Santana, 2024). São nesses espaços-territórios, permeado por complexas dinâmicas de poder e pertencimento, que se desenrolou o processo de fazer-cidade, conforme os termos propostos por Michel Agier (2015) e D’Andrea (2020), durante o trabalho de campo que realizei na cidade de São Paulo entre 2021 e 2023.

Para os jovens negros interlocutores desta etnografia, o território não se restringe a um espaço geográfico delimitado por fronteiras políticas e econômicas, como descrito na literatura como tecnologia de poder (Haesbaert, 2020). Tampouco se relaciona com as perspectivas adotadas na saúde, especialmente na saúde coletiva, que foi crucial para a consolidação da Atenção Primária à Saúde no país (Gondim, 2011). Pelo contrário, para esses jovens, o território é entendido nas dimensões do engajamento afetivo, na linguagem emocional e contextual (Rezende, Coelho, 2010), na troca e ajuda mútua. É um ato que não se limita ao espaço físico da cidade, mas envolve o direito à cidade; a reivindicação por visibilidade e reco-

nhecimento; pela expressão de cultura e resistência; e pela configuração de novas possibilidades para viver e experienciar determinados espaços-territórios da cidade.

Para esses jovens, os dados etnográficos apontam que o território é um lugar de reapropriação, experimentação, descobertas, fortalecimento de vínculos e engajamento político-afetivo, onde as relações afetivas se entrelaçam com as estratégias de sobrevivência e afirmação identitária. Esta etnografia do fazer-cidade entre jovens negros nos permite adentrar nesse universo, revelando como suas práticas cotidianas, afetos e interações, ao moldarem a cidade, também são moldados pela dinamicidade desses espaços, mostrando que esses territórios possuem agência (Latour, 2012) e influenciam a construção e composição das relações (Santana, 2024).

Assim, ao invés de compreender a cidade de São Paulo apenas pelas lentes que a tomam como cenário de desigualdades sociais, ou de execução das políticas públicas, esta pesquisa busca iluminar a São Paulo vivida por aqueles que a habitam de maneira mais silenciosa, mas igualmente potente: jovens negros que, por meio de seus engajamentos afetivos e coletivos, criam, reconstróem e, muitas vezes, subvertem as normas que regem seu lugar no espaço urbano, nas zonas invisíveis pelo poder público, ou pelo contrário, por espaços que são intensamente visados e frequentados. Dois cenários diferentes, mas que possuem o mesmo fio condutor.

Em termos teóricos-metodológicos, é importante ressaltar que esta etnografia adotou uma perspectiva engajada, que pensa e produz descrições etnográficas (Strathern, 2014) de caráter contextual, pautada por uma escrita densa e meticulosa, privilegiando os detalhes, nos quais o etnógrafo se deixa afetar (Favret-Saada, 2005) e observa o mundo de maneira descentrada, levando as pessoas interlocutoras a sério (Ingold, 2018). Assim, as situações e eventos descritos neste trabalho são frutos das relações estabelecidas com as pessoas interlocutoras nos últimos anos, em diversos espaços-territórios da cidade de São Paulo, permeadas por questões íntimas, particulares e trajetórias emocionalmente dramáticas que marcaram seus processos de construção subjetiva. Optei estrategicamente por escolher duas pessoas interlocutoras e dois cenários para compor o argumento central deste trabalho. Os diálogos teóricos são, sobretudo, com a literatura da antropologia das emoções e com a antropologia urbana. Ressalto ainda que concedi estatuto epistemológico às comunicações e situações involuntárias e não-intencionais com as pessoas interlocutoras durante o trabalho de campo, tal como Favret-Saada (2005), por concordar que um engajamento intencional com um roteiro pré-determinado seria inviável, pois nebulizaria as pistas que estavam sendo produzidas em campo (Magnani, 2023)

Posto isto, o principal argumento deste texto é que as mobilizações afetivas e coletivas de jovens negros funcionam como formas de resistência, emancipação e ressignificação, promovendo pertencimento em espaços específicos da cidade de São Paulo. O trabalho está estruturado em quatro seções: esta breve introdução; a segunda sobre as ‘Mobilizações de um coletivo’ de Natan<sup>1</sup> e seu coletivo cultural na periferia da zona Oeste; a terceira, ‘Fazer o Bar Ovo acontecer: entre o apoio e prestígio’, que realça a relação afetiva entre Matilde, Fabiola e o bar; e, por fim, a quarta, ‘Algumas considerações – parciais’, que faz a síntese dos elementos discutidos ao longo do texto. O objetivo, por fim, é analisar como essas mobilizações contribuem para a valorização das identidades e ressignificam as relações com a cidade por meio da cultura, solidariedade e a reivindicação de territórios e narrativas historicamente marginalizadas.

## MOBILIZAÇÕES DE UM COLETIVO

Reencontrei Natan naquela fria sexta-feira, 18 de agosto de 2022, por volta das 18h40. Tínhamos combinado de nos encontrar em um bar da região central do Butantã, zona oeste de São Paulo, chamado Beco da USP. O Beco é um local frequentado por estudantes da Universidade de São Paulo (USP), um espaço ao ar livre onde grande parte das pessoas busca se perder um pouco no álcool e nas conversas que amenizam o peso da semana. Fica próximo a um dos principais portões da USP, o primeiro, e não é incomum estar lotado a partir das quartas-feiras. Quando cheguei ao Beco, Natan já estava lá. Seu olhar desconfiado me fez perceber que algo o incomodava, mas antes de perguntar qualquer coisa, dei-lhe um abraço apertado e um beijo na bochecha, como sempre faço. Ele logo comentou *hoje está cheio*<sup>2</sup>, ao passo que concordei sorrindo. Sentei rapidamente e coloquei minha bolsa ao lado da mesa. A aparência cansada de Natan não passou despercebida por mim. Nas suas costas, observei uma mochila extremamente volumosa e já bem desgastada. Natan vestia uma longa calça escura, uma camisa de tom vermelho vinho, e um tipo de gorro. Seus cabelos escuros presos estava um coque frouxou, demonstrando que o dia tinha sido intenso.

Na mesa, já tinha à disposição cigarros e uma cerveja. Natan já estava no segundo copo, apesar do frio. Apressei-me a acompanhá-lo. Entre conversas sobre a rotina da semana e o desabafo sobre o cansaço do dia, comentei que havia visto

1 O nome das pessoas interlocutoras foi modificado para não expor suas identidades. No entanto, fiz opção contrária ao deixar o nome real dos espaços-territórios.

2 As expressões em itálicos sinalizam as enunciações das pessoas interlocutoras em campo. Os trechos são decorrentes das longas conversas que tive com elas.

pelas redes sociais algumas programações culturais espalhadas estrategicamente pelo centro da cidade, destacando meu interesse em conhecer essas atrações e deixando um convite no ar para que ele me acompanhasse. Com um olhar desconfiado e um sorriso meio sem graça, Natan soltou um *sei não, você precisa conhecer a cidade de São Paulo como ela realmente é: pela periferia, os centros culturais mais distantes, as produções das comunidades e as formas que cada expressão artística dessa carrega dentro dos territórios periféricos*. Falou com uma voz calma, com uma segurança de que sabia muito bem do que estava falando.

Natan é um jovem rapaz negro, paulistano, nascido na zona oeste de São Paulo, de média estatura, com cabelos lisos escuros e um pouco de barba no rosto. Sempre que saía em sua companhia, um mundo de novas informações me eram apresentadas, seja do ponto de vista da cidade, seja do ponto de vista da sua experiência enquanto jovem negro que mora na periferia da zona oeste e que trabalha com arte e história no centro da cidade. Observei desanimado e um tanto quanto curioso à sua fala, dando a entender que queria compreender o porquê que eu deveria conhecer São Paulo *como ela realmente é*. Natan continuou falando que, embora essas atrações sejam interessantes e importantes dentro do cenário cultural da cidade, *há várias outras que são invisibilizadas e ignoradas pela gestão municipal e estadual* que são construídas a partir de muita disputa, em termos simbólicos e materiais, contando apenas com disposição e boa vontade de pessoas envolvidas.

Trouxe como exemplo o Coletivo da Quebrada, do qual faz parte, formado por jovens artistas periféricos do bairro Jardim João XXIII, em São Paulo. Segundo Natan, o Coletivo já existia antes de sua entrada, mas ele começou a participar há cerca de dois anos. O foco do Coletivo, conforme o próprio Natan, é o resgate das identidades esquecidas pelo poder público por meio da produção de conteúdos audiovisuais, muitas vezes viabilizados com o auxílio de políticas culturais do estado. Ressalto que a categoria periférico/a aqui, como destacado por Peralta (2024) e Aderalto (2017), está mais ligada às condições de vida em uma cidade desigual e segregada como São Paulo, e às oposições epistêmicas enfrentadas por certos indivíduos no cotidiano. D'Andrea (2020) destaca que há uma intensa disputa conceitual em torno dessa categoria, que surge a partir de diferentes agentes sociais, ora da academia, ora da indústria do entretenimento, ora pelos próprios moradores da periferia. Além disso, a ideia de falar da periferia como um lugar e de se apropriar dela enquanto identidade com atributos positivos, ressignificando os sentidos atribuídos a esse espaço pelas próprias pessoas que nele vivem, é algo recente (datando de 1990 para cá), com as expressões culturais, especialmente o hip hop, sendo o principal catalisador dessa transformação.

Após a explicação do Natan, procurei o perfil do Coletivo nas redes sociais e passei a segui-los. Interessei-me em conhecer e acompanhar as ações e atividades realizadas por eles. A produção mais recente era um documentário sobre futebol, tido como uma das ferramentas de transformação social e política mais potente do Brasil, segundo a própria postagem no perfil deles. O projeto resultou no filme Santo Domingo<sup>3</sup>, disponível no canal do Youtube do grupo, que acompanhou o futebol da Várzea e sua importância para a população negra e periférica. Curioso para saber mais um pouco, questionei Natan sobre o porquê que ele fazia parte do projeto. Fugindo da obviedade, respondeu que foi devido *às circunstâncias e encontro de fatores que se somavam, como minha atuação enquanto arte educador de um cursinho popular na periferia; por ter uma circunvizinhança de colegas em comum com os dois fundadores do Coletivo; do clube de leitura que envolviam as pessoas do cursinho também, enfim. É até um pouco nebuloso para tentar ver um ponto de início disso tudo. Mas claro que tinha o fator principal de resgate e valorização da cultura na periferia, ou ainda, de falar sobre o cotidiano desse pessoal*. Falou com um tom um tanto quanto incrédulo, fazendo uma retrospectiva do processo todo que o levou até ali. Inesperadamente pediu licença e anunciou que iria ao sanitário.

Enquanto Natan se dirigia ao banheiro, decidi observar um pouco mais o Coletivo nas redes sociais. Notei que o grupo era formado apenas por jovens rapazes, alguns negros e outros brancos. Havia uma série de fotografias que destacavam a produção do grupo na periferia de São Paulo, com temas como: a vida no busão; as vozes do oeste (diálogos com artistas e grupos do território da Zona Oeste de São Paulo); o futebol da Várzea; a luta pelo direito à cidade (e a crítica à gentrificação), entre outros. O recorte de raça e classe era evidente nas imagens e vídeos produzidos pelo Coletivo. Entre uma postagem e outra, era possível ver Natan nas fotos, ora com máscara – devido à pandemia de COVID-19, ora segurando uma câmera, ora com um caderno fazendo anotações. Em todas as imagens, no entanto, era visível a polissemia na produção de significados, resultado do pensar a cidade, ou melhor, das pessoas que viviam a periferia, o que não só favorecia a identificação dos elementos que compunham a fotografia, mas também produzia uma mistura de pensamentos e emoções (Novaes, 2008) ao que era compartilhado.

O que ficava nítido, à medida que visualizava mais e mais fotografias, era o quanto o Coletivo tinha uma perspectiva crítica do direito à cidade, sobretudo, a partir de grupos sociais que estão às margens do poder público. Talvez, *conhecer*

---

3 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BOL3FAOuIEW>.

*a cidade de São Paulo como ela realmente é*, esteja intrinsecamente associado a uma leitura e interpretação dos agentes sociais que não ignoram e ou não esquecem das potencialidades culturais e artísticas da juventude negra paulistana, em contraponto às concepções culturais, sociais, políticas e econômicas de setores hegemônicos (Cunha Junior, 2020). Os dados etnográficos me levam a pensar que os processos artísticos urbanos existentes nas periferias e que são captados por Coletivos, como o da Quebrada, tem uma relação íntima com a produção das identidades e da socialização dos indivíduos, como apontado pelo Henrique Cunha Junior (2020).

Inesperadamente, notei uma movimentação ao redor da mesa em que estávamos. Lá ao longe, avistava Natan se aproximando, com as mãos em gestos que indicavam estar muito frio. Poucos segundos após se sentar, a chuva começou a cair. Tentamos ignorá-la, mas logo veio acompanhada de uma ventania gelada. Aos poucos, a chuva se intensificou. Já não era mais possível ignorá-la. Precisamos nos abrigar com as demais pessoas debaixo de um toldo. Ninguém queria passar frio e se molhar. Enquanto nos ajeitávamos para escapar do vento congelante e da chuva, Natan comentou que uma situação assim dificilmente ocorreria em Recife, ao que concordei, esperando que não fôssemos pegos por um temporal. Estava enganado. Era uma chuva torrencial, tudo o que não queríamos. Já não parecia fazer sentido estar na rua.

A partir do encontro com Natan, percebi que certos territórios não são apenas espaços físicos, mas lugares onde afetos, memórias e identidades se entrelaçam. Isso me levou a refletir sobre como esses espaços são ressignificados por aqueles que os habitam, evidenciando não apenas os vínculos complexos ali constituídos, mas também as estratégias usadas para se fazer-na-cidade (Agier, 2015). Durante as conversas com Natan, fui levado a pensar sobre a reivindicação e ressignificação do direito à cidade por grupos que, recentemente, vêm construindo e se engajando em novas narrativas sobre esses territórios, especialmente nas periferias. Esse lugar, como parece, tem uma dinamicidade discutida e aprofundada em outras etnografias, como as de Tiaraju D'Andrea (2020), Michel Agier (2015) e nas contribuições teóricas de Milton Santos (1996) à geografia crítica.

Acredito que o território, além de dinâmico, exerce uma agência capaz de moldar as relações entre as pessoas. Como destacado nesta etnografia (Santana, 2024) das relações de pessoas negras sexo-gênero-diversas em São Paulo, certos territórios se configuram como espaços de cuidado, engajamentos afetivos e coletivos, e resistência social e política. O Coletivo da Quebrada, que busca resgatar a identidade de pessoas em territórios periféricos de São Paulo, exemplifica como



as mobilizações coletivas, mesmo com limitações materiais, são moldadas pelas potencialidades afetivas desses espaços, produzindo pertencimento e participação social. Trata-se da construção de novas formas de reivindicar e experienciar esses espaços na cidade.

Para Milton Santos (2007), o território é o espaço onde se lançam ações, paixões, poderes e forças. Santos (2007) vai além dessa categorização, e acrescenta ao termo território o adjetivo usado, destacando a importância do seu entendimento. Afirmar que o território usado ou vivido – categoria a qual acredita que deve ser analisada, é o quadro de vida das pessoas, tanto em sua dimensão global, quanto nacional e local, se constituindo enquanto traço de uma “união entre o passado e o futuro imediato” (Santos, 2007, p. 19) das próprias relações ali existentes, e daquelas que irão existir. Além disso, o autor descreve a categoria território usado como “o chão mais a identidade” (Santos, 2007, p. 14), pois é a identidade que possibilita pertencer “àquilo que nos pertence” (Santos, 2007, p.14). Aqui já seria possível identificar não apenas os significados atribuídos ao território periférico por Natan e pelo Coletivo, mas também a importância que esses agentes conferem à experimentação e vivência cotidiana desses espaços, realçando suas potencialidades e agências.

Não por acaso, o território usado pode ser compreendido como sinônimo de espaço humano ou habitado (Santos, 1994) e, no contexto desta etnografia, assume uma dimensão particular de pertencimento e participação social. O campo revelou que as atividades do Coletivo não apenas fortalecem a identidade de seus próprios integrantes, que buscam resgatar uma determinada memória e identidade coletiva, sobretudo a partir de marcadores de raça e classe, mas também impactam aqueles que se beneficiam de suas ações, ampliando a visibilidade social de seus agentes e o capital simbólico do projeto. Esse cenário possibilita a ressignificação de espaços-territórios e narrativas marginalizadas, ao mesmo tempo em que a disputa se entrelaça e constrói novas formas de engajamento e alternativas para experienciar a cidade de São Paulo em sua complexidade, ou *como ela realmente é*, como falou Natan. Compreender as ações que o Coletivo da Quebrada produz nesses espaços-territórios a partir desse ângulo é, como afirma Salvador (2009), a síntese histórica de investimentos sociais e a condição da práxis transformadora.

Considerar a continuidade da categoria território no contexto de espaços e cidades implica pensar as horizontalidades e verticalidades em um plano global-local, considerando as relações entre Estado e sociedade<sup>4</sup> (Santos, 1994).

---

4 Para mais informações, ler: Santos (1998); Cunha Junior (2020).

Contudo, o objetivo aqui é expandir essa categoria e refletir sobre possibilidades que permitam repensar os arranjos e sentidos atribuídos a ela, destacando, por exemplo: a importância das relações e afetividades na vivência das ações do Coletivo nos territórios a partir de lentes racializadas; a implicação dessas relações na vivência desses espaços para as pessoas envolvidas, especialmente as negras, em termos de subjetividades; os sentidos afetivos atribuídos ao espaço-território onde ocorrem as ações; e a dinâmica de produção de conhecimento nesses espaços.

O campo mostrou que o Coletivo da Quebrada se insere em um debate contemporâneo sobre fazer-cidade, pois suas práticas evidenciam como a cidade é experienciada a partir de uma realidade social específica de seus habitantes. Nesse contexto, a análise de raça e classe é essencial para entender a dinâmica do grupo, que, ao promover iniciativas culturais, educativas e políticas nas periferias, tensiona a lógica hegemônica da urbanização excludente. O Coletivo reivindica a cidade como um espaço de participação ativa, destacando que ali se produz vida, cultura, arte, cuidado e resistência a partir de outras perspectivas. A resignificação dos espaços-territórios por meio de produções audiovisuais, cuidado e mobilização social fortalece laços comunitários e evidencia a disputa por direitos, visibilidade e reconhecimento, destacando as narrativas de sujeitos historicamente marginalizados. Esse processo convida a repensar o uso da cidade e o papel dela na construção de um arranjo político-histórico e dinâmico, como exemplificado pelo Natan e o Coletivo da Quebrada.

### **FAZER O BAR OVO ACONTECER: ENTRE O APOIO E PRESTÍGIO**

Era um domingo, 06 de março de 2022. Passei o dia conversando com Matilde pelo WhatsApp, discutindo sobre a nossa saída para aquela noite. Após ter ficado isolado devido a uma forte gripe no final de semana anterior, já me sentia melhor e estávamos animados para revisitar o Centro de São Paulo, local que sempre frequentávamos e que, apesar da fama de perigo devido à intensa presença de pessoas em situação de rua, parecia seguro quando acompanhado de quem conhecia bem a região. Mesmo cientes das advertências sensacionalistas da mídia e dos moradores sobre os riscos das ruas centrais, a experiência compartilhada com pessoas como Matilde, me deixava mais confortável para conhecer outras regiões da cidade. Mesmo assim, a recomendação dela era *não sair sozinho pela cidade se você for novo aqui*. Esse conselho, repetido por Matilde enquanto caminhávamos pela praça da República na região central da cidade, era um lembrete constante

da necessidade de cautela e de estar *sempre ligado no rolê* independentemente do horário.

Naquela noite, optamos por um ambiente mais tranquilo. Queríamos um lugar onde pudéssemos nos sentar e conversar sem sermos interrompidos constantemente por barulhos ou sons, ou ainda, pelos inúmeros vendedores ambulantes comuns à cidade. Matilde mencionou um bar que ficava na região central da cidade, próximo à Santa Cecília, chamado Bar Ovo. Segundo ela, o Bar Ovo tinha sido inaugurado no início de 2022 por Fabiola, uma mulher negra paulistana, e que a conheceu através dos corredores da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP. Matilde, à época, era graduanda em licenciatura em Geografia, e Fabiola em História.

Como forma de me convencer, Matilde comentou que queria apresentar o máximo de amigos de sua rede afetiva para conhecer o Bar Ovo, pois além de ajudar o novo empreendimento da amiga, já que a região era repleta de bares e a concorrência bastante acirrada, também queria compor e construir uma rede de pessoas engajadas em *fazer o bar acontecer* na cena paulista, sobretudo pelo período de retorno à pandemia de COVID-19. Decidimos, então, ir para o Bar Ovo. Curioso, questionei Matilde sobre a origem do nome do bar, mas ela deixou a resposta para que eu perguntasse diretamente à dona do estabelecimento, Fabiola.

Por volta das 19h, chegamos ao Bar Ovo e fui imediatamente surpreendido pela estética do ambiente. Diferente dos bares universitários que compõem o bairro da Santa Cecília, com suas diversas promoções estampadas em placas e inúmeros DJs, o Bar Ovo se destaca por sua simplicidade e aconchego. Localizado entre dois estabelecimentos bem estruturados, o bar acomoda no máximo sete mesas e se caracteriza por uma atmosfera intimista e um tanto quanto retrô. Na rua se ouve intensos barulhos devido a ali próximo ficar o Hospital Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

Havia músicas sendo tocadas no interior do Bar Ovo. Era veiculada por uma televisão de 30 polegadas conectada ao celular de Fabiola e reproduzia um repertório de música popular brasileira (MPB) – com clássicos de Maria Bethânia, Chico Buarque, Gal Costa, entre outros – que conferia personalidade ao ambiente. *São as brasilidades, amigo* disse Matilde, em um tom debochado, enquanto eu observava atentamente os detalhes do bar. Rapidamente, Matilde comentou que

---

5 Os sentidos atribuídos ao *rolê* aqui estão muito mais próximos àqueles que Santiago (2024) observou em sua etnografia, ou seja, ser uma gíria utilizada por jovens para fazer referência ao ato de sair para se divertir. Diferentemente do que foi observado por Pereira (2005) em sua etnografia dos pichadores da cidade de São Paulo.

as *brasilidades* que as pessoas chamam em São Paulo é *uma brasilidade seletiva, porque a maioria são artistas do eixo sul-sudeste e super conhecidos na cena mainstream.*

O interior do Bar Ovo, decorado com discos, vitrolas, quadros e uma parede interativa repleta de frases – que enfatizavam a liberdade de gênero, sexualidade e pertencimento racial, convida os frequentadores a deixarem suas marcas. Mensagens sobre ancestralidade, referências políticas e até recados pessoais compunham o cenário. Na parte superior do bar, lateralmente, havia uma colagem chamativa em cor laranja, onde no centro da imagem havia uma criança angolana e símbolos da ancestralidade negra em seu entorno, como búzios e galho de arruda na sua orelha. Ao lado da criança da colagem, está escrito ‘O orí vencedor, vencerá’. Ao lado da colagem, havia uma muda da espada de São Jorge, como destacado na imagem 1. O quadro-colagem foi um presente que Matilde havia feito para a inauguração do Bar Ovo, deixando evidenciado a rede colaborativa e de relações que se forma ali.



**Imagem 1.** Quadro doado por Matilde ao Bar Ovo. São Paulo, 2025. Fonte: Foto do autor, 2025.

Quando perguntei à Matilde sobre o quadro, respondeu-me que *foi um presente que eu dei para a inauguração do bar. Fabiola havia me encomendado para compor a estética daqui e por também ela querer que o lugar tivesse a cara dos amigos dela. Mas aí eu fui e dei de presente, não vi sentido em vender esse quadro para*

*ela. E assim, amigo, eu acho que essa colagem tem um significado único, porque toda vez que alguém vem aqui, vai me ver também, meu lado artístico e ancestral.* Observei atento à sua explicação. Depois que perguntei da colagem à Matilde, ela mesma fez questão de abrir seu perfil profissional nas redes sociais e me mostrar o dia exato que entregou o presente à Fabiola. A expressão em seu rosto na foto era de felicidade e de reconhecimento em ter seu trabalho exposto para todos ali.

Para além desse quadro, percebi que havia uma parede já bem preenchida com frases e algumas canetas à disposição das pessoas. Em uma breve olhada, observei frases que reforçam que ali é um ambiente livre de discriminação de gênero, sexualidade e raça; frases de apoio à pré-candidatura do, à época, candidato à Presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva; ou ainda, escritos que anunciavam a passagem de pessoas indígenas, travestis, nordestinas e negras pelo bar. Posteriormente, também fui convidado a escrever algo na parede. Pude observar, no entanto, que apesar de ter vários escritos ali, o convite a escrever acontecia mediante à presença constante da pessoa no Bar Ovo.

Penso que a composição interativa da parede naquele espaço pode ser vista como uma metáfora do fazer-na-cidade, uma vez que ambas estão ligadas a uma perspectiva de construção coletiva e ao engajamento de visualizar outras existências da cidade. Acredito que as mensagens na parede representam a construção do espaço social, afetivo e urbano, trazendo para a prática a ideia de que a cidade é feita de interações cotidianas, nas quais ambos, cidade e indivíduos, se alimentam, influenciam e se modelam mutuamente. É interessante refletir sobre o significado do uso deste espaço-território (Mendes, Donato, 2003) nomeado Bar Ovo: ora de produção de relações, ora de construção de espaço social, ora de consumo, ora de engajamentos afetivos.

Não surpreende, então, que ao conhecer o interior do bar, percebi a presença de diversos frequentadores que já conheciam não só o Bar Ovo, mas também Fabiola, que os recebia com carinho e sempre fazia questão de interagir, desempenhando simultaneamente os papéis de colega, atendente e dona do estabelecimento. A prática de Matilde de levar outras pessoas ao Bar Ovo me fez refletir sobre as estratégias que as pessoas interlocutoras, como Matilde, utilizam para fortalecer suas redes afetivas em espaços da cidade de São Paulo, marcados pela dualidade em que se tensiona o discurso oficial, de que certos espaços-territórios são perigosos e não se deve andar sozinho.

As estratégias aqui parecem ser baseadas em direcionamentos comunitários, priorizando as transformações e as formas de compor afetos que desconstroem as narrativas de perigo e exclusão que permeiam o Centro de São Paulo. Ao criar

vínculos e promover um ambiente de acolhimento no estabelecimento, Fabiola e outros frequentadores do Bar Ovo contribuem para uma redefinição do espaço urbano, desafiando estigmas e as limitações impostas pelos discursos oficiais. Nesse caso, o campo parece indicar que o Bar Ovo é um território em construção (Santana, 2024), um espaço dinâmico concebido por aqueles que o frequentam como um lugar onde afeto, prestígio, segurança e identidades confrontativas (Vassalo, 2022) coexistem.

Quando voltei à minha mesa, Matilde já me parecia extremamente confortável e, antes mesmo de me apresentar à Fabíola, ela já tinha feito o seu pedido, aproveitando a oportunidade para dar um abraço no pessoal que estava lá dentro – a irmã, o genro e o namorado de Fabiola – o local é administrado por pessoas da família. Enquanto conversávamos, Matilde comentou que *admirava demais* Fabiola pela *pessoa determinada e corajosa que era*, falou enquanto fumava o seu cigarro. Quando, finalmente, Fabiola chegou à nossa mesa, fomos apresentados. *Amigo! Prazer!* Falou-me com um sorriso de um canto a outro. Fabiola é uma mulher negra, alta, cabelos lisos e sorridente, uma energia lá em cima. Rapidamente, puxou uma cadeira e se sentou à mesa conosco. Começou a me indagar de onde eu era, o que fazia da vida, como conheci Matilde etc. Nesse desenrolar da conversa, destacou que tinha percebido que eu não era de São Paulo pelo sotaque, o que confirmei com a cabeça. Apesar de me sentir um tanto quanto desconfortável com tantas indagações, deixei-me ser levado pela sua curiosidade em me conhecer um pouco mais.

Seguimos nos entrosando, enquanto Matilde mexia no celular e aguardava o seu pedido. Como tinha despertado o interesse em saber o porquê do nome do bar, questionei Fabiola enquanto tomava um gole da cerveja que acabará de pedir. Respondeu-me que *é porque eu acho massa a figura e estética de um ovo, amigo. E o conceito de ser pequeno e aconchegante, sabe? Eu tenho um brechó também que se chama brechó Ovo, segue lá no Instagram*. Obedeci. Enquanto isso, ela observava ao seu redor, e as pessoas que passavam na rua. Enquanto procurava o perfil não só do Bar Ovo, mas também do brechó nas redes, aproveitei para questionar sobre a planta da espada de São Jorge<sup>6</sup> que tinha visto anteriormente.

Apesar de ser cristã, ela me disse que acreditava em todo tipo de ajuda que pudesse combater energias negativas no estabelecimento. Rapidamente, Fabiola interrompeu nossa conversa, levantou-se da mesa e foi chamada na cozinha. Pediu

---

6 Não pretendo adensar a discussão do tema, no entanto, ao que me parece, a composição religiosa presente no Bar Ovo dialoga com aquilo que Novaes (2017) observou em sua etnografia das práticas religiosas entre comerciantes: há uma relação profunda de aprendizado e pertencas religiosas dessas pessoas e seus estabelecimentos. Para mais informações, ler: Novaes (2017).



licença e saiu. Ficou lá cerca de cinco minutos e voltou acompanhada do pedido que Matilde havia feito e de duas cervejas que a outra mesa havia pedido. Em sua mão, havia um pequeno bloco de notas para anotar as informações. O clima descontraído e acolhedor se espalhava pelas conversas animadas e pela interação espontânea entre os clientes, que se misturavam num ambiente onde Fabiola, sempre atenta, conhecia cada frequentador e mantinha a intimidade das relações.

Entre uma conversa e outra, Matilde assumiu rindo que foi eleita pela própria Fabiola como a *divulgadora número um do bar, amigo*, porque sempre levava pessoas novas ali para consumir no estabelecimento. *É mesmo?* Perguntei. Quando a questionei por que ela fazia isso, me disse *por que eu gosto muito daqui e da Fabiola. Tem lugar melhor para vir do que o Bar de uma amiga e que é no Centro de São Paulo? E assim, ela é uma mulher negra, e eu acho importante essa rede de ajuda. Eu gosto do bar, desse contraste que rola aqui quando comparado aos outros e assim, parece que aqui o pessoal está toda na mesma sintonia. Eu sempre vejo alguém aqui que conheço, ou então conheço um pessoal aqui e depois revejo em outros cantos. É meio isso, sabe?! Parece uma pirâmide que você vai levando uma pessoa e depois essa outra pessoa leva outra, e assim, sucessivamente.*

À medida que a noite avançava, Fabiola se aproximou de nossa mesa com gentileza para anunciar que o bar estava prestes a fechar. Assentimos e pedimos a conta. Depois de pagá-la, nos despedimos com a promessa de retornar no dia 19 daquele mês, quando aconteceria o primeiro samba do Bar Ovo – uma data especial que Fabiola aguardava com entusiasmo, pois esperava que o lugar e o evento fossem divulgados nas redes sociais. Prometi que divulgaria o evento nas minhas redes sociais, e Matilde também. Fabiola agradeceu e disse que nos aguardaria no dia 19. Nos despedimos com um abraço apertado. Enquanto subíamos a íngreme rua que dava acesso à Avenida Consolação, comentei com Matilde que a experiência no bar e o encontro com Fabiola me surpreenderam positivamente. Ela, sorrindo, confessou: *Pode admitir, amigo. Sempre frequento bons lugares aqui em São Paulo. Cola em mim que é sucesso.*

Como tentei demonstrar, nas vezes em que frequentei o Bar Ovo, a receptividade e acolhida generosa da Fabiola tomavam conta do atendimento. Quase sempre fui atendido por ela ou pelo seu companheiro, Luís, um homem branco de longos cabelos e estatura baixa. Ao decorrer do tempo, percebi que passei a fazer o mesmo movimento que Matilde fez ao me levar ao Bar Ovo naquele seis de março, ou seja, passei a recomendar e a levar outras pessoas ao bar, além de divulgá-lo nas minhas redes sociais e afetivas. Não à toa, depois de alguns meses a própria Fabiola me disse, entre sorrisos e abraços, que eu era o *divulgador número dois*



do bar, enquanto Matilde era a *divulgadora número um*. Aos poucos percebi que havia um certo lugar de prestígio e valorização que era designado a determinadas pessoas que experienciam o Bar Ovo, como é o caso de Matilde.

Nas idas com Matilde ao Bar Ovo, não foi incomum observar que algum item consumido por ela ficasse *por conta da casa* devido ao seu movimento de sempre levar alguém novo ao Bar Ovo; ou divulgar o estabelecimento pelas redes sociais, ou ainda por estar presenteando o local com algumas de suas colagens exclusivas. Mais do que os objetos apresentados por Matilde, ganha destaque o próprio orgulho e a satisfação que ela tinha quando era reconhecida como a principal divulgadora do estabelecimento, uma das primeiras pessoas que viu o bar nascer. Esses aspectos me parecem fazer parte de um sistema de ações que valorizam e fortalecem a relação entre Matilde e Fabiola, e entre Matilde e o Bar Ovo, resultando em uma série de momentos afetivos organizados por Matilde no espaço, como um dos seus aniversários; comemorações aleatórias e até mesmo um bazar de roupas.

Nesse sentido, o campo levou-me a pensar que havia uma reciprocidade embutida nessa relação, as quais nomeio aqui enquanto dádivas do dar, receber e retribuir (Mauss, 2003). Matilde ofertava a sua materialidade artística, sua notoriedade enquanto pessoa popular e que levava novos sujeitos ao estabelecimento, criando uma certa rede de indicação afetiva. Fabiola, por sua vez, recebia enquanto valorização material, econômica e afetiva do espaço – o que potencializa e consolida a própria identidade visual e história do estabelecimento. A retribuição, em termos objetivos e simbólico, se dava no fortalecimento da relação entre duas mulheres negras, no prestígio que só as pessoas mais antigas e valorizadas por Fabiola ganhava, elevando o status da relação; e o próprio patamar que Matilde alçava frente às demais pessoas quando anunciava a sua relação com o Bar Ovo, afinal, era a *divulgadora número um*. O marcador racial ao que me parece, atua como catalizador e potencializador no fortalecimento dessa teia de solidariedade que tem como ponto de partida a ajuda entre mulheres negras.

A teia de solidariedade aqui, acredito, se aproxima da descrita por Baptista, Freitas e Bruce (2023), onde as autoras destacam a atuação de um coletivo de mulheres negras como forma de resistência em um dado contexto social. A semelhança, contudo, está mais nos motivos que levaram à formação dessa teia de solidariedade do que no contexto específico abordado pelas autoras. Além disso, os dados etnográficos indicam que o tempo de relação entre Matilde, Fabiola e o espaço-território do Bar Ovo atuam como fatores simbólicos importantes nessa gramática afetiva. Se, na etnografia das amizades de Rezende e Coelho (2010), o tempo era crucial para provar a confiabilidade na relação, aqui surge um novo

elemento que compõe essa equação afetiva: a consideração simbólica do espaço-território do Bar Ovo.

Havia, portanto, uma relação sendo alimentada entre Matilde e Fabiola e entre elas e o estabelecimento, já que os dados do campo me levam a acreditar que o Bar Ovo não era apenas mais um bar no centro de São Paulo, mas um espaço onde confluíam identidades raciais e de gênero, o jogo afetivo e a solidariedade. A parede onde as pessoas podem assinar atua como catalisadora da construção coletiva do espaço, dada sua dinamicidade e a maneira de sublinhar a existência de sujeitos que não apenas passam por ali, mas também circulam e ocupam o espaço. Nesse sentido, os significados atribuídos ao Bar Ovo por Matilde estão muito mais ligados a uma dimensão afetiva que, inicialmente, a motivou a contribuir para a viabilidade do empreendimento de sua amiga, Fabiola.

Quanto às dídivas, parecia que o bem devolvido por Fabiola à Matilde destacava que o valor – em termos materiais e simbólicos, não era igual àquele recebido. Era um dar, por parte de Matilde, sem qualquer garantia de retorno, mas que visava alimentar ou fortalecer o elo social entre ela e Fabiola, e entre elas e o Bar Ovo. Aqui, a conexão entre esses signos e símbolos fica destacado à medida que os lugares ocupados pelas pessoas *divulgadoras número um e dois*, aconteciam. Por outro lado, o ciclo de dídivas que marca a relação entre Matilde, Fabíola e o Bar Ovo deixa em relevo um outro modo de produzir e fidelizar freguesia, clientela, uma vez que o centro da relação não é o consumo – embora este tenha sua relevância concreta; e o trabalho de Fabíola – mediado quase que unicamente pelo dinheiro, mas as relações, os afetos, as histórias das vidas que se conectam e que ao darem contornos e identidade ao Bar, constroem também as relações, as pessoas, a diversão e o lazer. No caso de Matilde e Fabíola, em específico, não podemos esquecer o quanto ajudar o negócio da amiga é uma tecnologia que mulheres que negociam historicamente realizam<sup>7</sup>.

O espaço-território do Bar Ovo é ocupado, configurado e remodelado pelos sujeitos que ali frequentam, mas todos interconectados por uma questão em comum. As escritas na parede interna do Bar Ovo, além de refletirem as pessoas que frequentam o estabelecimento, demarcam quais corpos e identidades constroem o mosaico afetivo e simbólico daquele espaço. Ou seja, o que Matilde destacava nas nossas conversas e convivências no Bar Ovo era que o espaço-afetivo do bar não era estático, mas vivo e dinâmico, sendo construído à medida que diferentes

---

<sup>7</sup> Ver, por exemplo, as etnografias que se radicam no campo da antropologia econômica produzidas por Cunha (2011), De L’Estoile (2020), Trindade (2019) e Melo (2022).

peessoas ocupavam aquele lugar. Parece-me que é a construção de uma “comunidade amada” (tradução própria), nos termos de bell hooks (2012, p. 76), e uma teia de solidariedade que vai se tecendo conforme as relações se constroem ali.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES – PARCIAIS

Lançar luz sobre como determinados espaços-territórios podem ser concebidos a partir de uma lente racializada e geracional é uma das perspectivas que permite expandir a categoria território em suas múltiplas dimensões. No caso específico deste texto, tal movimento permitiu realizar conexões entre o direito à cidade e a construção de alternativas urbanas mais justas para determinados grupos sociais. O Coletivo da Quebrada, ao ocupar e visibilizar espaços periféricos, não apenas evidencia outras narrativas sobre a cidade, mas também amplia os modos de engajamento e pertencimento, destacando que a cidade não só é feita, como também influencia, em termos afetivos, materiais e simbólicos, aquelas pessoas que nela vivem.

O Bar Ovo, por sua vez, exemplifica como um espaço aparentemente simples pode ser um centro afeto e afirmação de identidade. A relação afetiva entre as pessoas que frequentam o bar, como Matilde e Fabiola, e o próprio local, revela a importância de espaços informais na criação de redes afetivas e teias de solidariedade, que transcendem a lógica de individualista do mercado e valorizam o cuidado mútuo. O Bar Ovo, ao oferecer um ambiente de acolhimento e nele ser possível ter um certo prestígio, funciona como um ponto de encontro que ressignifica a ideia de pertencimento na cidade, fazendo com que seus frequentadores se sintam parte ativa de um movimento cultural e social.

As ações do Coletivo da Quebrada e o papel do Bar Ovo destacam a cidade como um campo de disputa contínua, onde o engajamento coletivo, as relações afetivas e a ressignificação de espaços são essenciais para garantir o direito à cidade. Esses locais, carregados de significados simbólicos, afirmam identidades historicamente marginalizadas e sugerem que a verdadeira cidade é construída pelas suas comunidades, criando redes de pertencimento, solidariedade e resistência. Por fim, etnograficamente, ainda há questões que ainda demandam um maior esmiuçamento, afinal, como essas mobilizações podem ser descentralizadas e compor outros espaços urbanos, tradicionalmente dominados por lógicas excludentes?

## REFERÊNCIAS

AGIER, Michel (2015). Do Direito à Cidade ao Fazer-Cidade. O Antropólogo, a Margem e o Centro. *Mana*, v. 21, n. 3, p. 483–498. <https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n3p483>

- BAPTISTA, Silvia; FREITAS, Caren; BRUCE, Mariana (2023). A teia de solidariedade de gênero, raça e classe na experiência da Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste do Rio de Janeiro. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 19, p. 194–207. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i19.53971>
- CUNHA, Teresa (2011). “A arte de xiticar num mundo de circunstâncias não ideais: feminismo e descolonização das teorias económicas contemporâneas”. In: CUNHA, Teresa (coord.). *Ensaio pela democracia. Justiça, dignidade e bem-viver*. Porto: Edições Afrontamento, p. 73-97.
- CUNHAJUNIOR, Henrique (2020). *Espaço público, urbanismo e bairros negros*. Curitiba: Appris.
- D’ANDREA, Tiaraju (2020). Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. *Novos estudos CEBRAP*, v. 39, n. 1, p. 19–36. <https://doi.org/10.25091/S01013300202000010005>
- DE L’ESTOILE, Benoît (2020). “Dinheiro é bom, mas um amigo é melhor”. Incerteza, orientação para o futuro e a “economia”. *Ruris*, Campinas, v. 12, n. 2, p. 227-264. <https://doi.org/10.53000/rr.v12i2.4261>
- FAVRET-SAADA, Jeanne (2005). “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. *Cadernos de Campo* (São Paulo - 1991), São Paulo, v. 13, n. 13, p. 155-161. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v13i13p155-161>
- FERLA, Luis (2006). “A cidade-máquina em São Paulo, sinfonia da metrópole”. In: *Cadernos de antropologia e imagem*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Núcleo de Antropologia e Imagem, p.81-96.
- GONDIM, Grácia Maria de Miranda (2011). *Territórios da atenção básica: múltiplos, singulares ou inexistentes?* Tese (Doutorado em Saúde Pública). Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz.
- HAESBAERT, Rogério (2020). Do Corpo-Território ao Território-Corpo (Da Terra): Contribuições Decoloniais. *GEOgraphia*, v. 22, n. 48, p. 75-90. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2020.v22i48.a43100>
- INGOLD, Tim (2019). *Antropologia: para que serve?* Petrópolis: Vozes.
- LATOURE, Bruno (2012). *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: Edufba; São Paulo: Edusc.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor (2023). *Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: Edusp.
- MAUSS, Marcel (2003). *Essai sur le don. Forme et raison de l’échange dans les sociétés archaïques*, Paris: PUF.

- MELO, Lucas Pereira de (2022). *Minha vida todinha foi no meio dos panos: mulheres, dinheiros e negócios na Zona da Mata pernambucana*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). São Carlos: Universidade Federal de São Carlos.
- MENDES, Rosilda; DONATO, Ausônia Favorito (2013). Território: Espaço Social de Construção de Identidades e de Políticas. *Sanare - Revista De Políticas Públicas*, v. 4, n. 1, p. 39-42. <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/114>
- NOVAES, Gustavo Gobbi (2017). *A presença do sagrado no comércio: uma etnografia das práticas religiosas entres os (as) comerciantes de Juiz de Fora*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora.
- NOVAES, Sylvia Caiuby (2008). Imagem, magia e imaginação: desafios ao texto antropológico. *Mana*, v. 14, n. 2, p. 455-475. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132008000200007>
- PALLAMIN, Vera (2015). *Espaços urbanos no despontar da metrópole paulistana: cisões, transformações, usos e contrastes*. <https://doi.org/10.13140/RG.2.1.4758.7682>
- PERALTA, Diego Edmilson (2024). *Até onde a gente vai? Coletivos culturais, mobilidade urbana e produção de conhecimento em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- PEREIRA, Alexandre Barbosa (2005). *De rolê pela cidade: os pixadores de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). São Paulo: Universidade de São Paulo.
- REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia Pereira (2010). *Antropologia das Emoções*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- SALVADOR, Diego Salomão Candido de Oliveira (2009). O Território usado e o uso atual do Território do Agreste Potiguar. *HOLOS*, v. 2, p. 110–131. <https://doi.org/10.15628/holos.2009.219>
- SANTANA, Alef Diogo da Silva (2024). *Diferenças, dengo e território: uma etnografia das relações de pessoas negras sexo-gênero-diversas da cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado em Enfermagem). São Paulo: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.
- SANTIAGO, Luiz Paulo Ferreira (2024). *O baile funk na encruzilhada: uma etnografia dos fluxos de rua na zona sul de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- SANTOS, Milton (1994). *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec.

- SANTOS, Milton (1998). As exclusões da globalização: pobres e negros. *Thoth*, v. 4, p. 147-160.
- SANTOS, Milton (2007). “O dinheiro e o território”. In: BECKER, Bertha (orgs.). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, p.7-13.
- SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (1996). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, ANPUR.
- STRATHERN, Marilyn (2014). *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify.
- TRINDADE, Catarina Casimiro (2019). “Uma maneira de passarmos a conviver”: descrição de um xitiki familiar na cidade de Maputo, Moçambique (2013-2015). *Revista de História*, São Paulo, n. 178, ao5718. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2019.145419>
- VASSALO, Brigitte (2022). *O desafio poliamoroso: por uma nova política dos afetos*. São Paulo: Elefante.

# Entre o movimento e o confinamento: trajetórias de (i)mobilidades de jovens envolvidos no mercado varejista de drogas

## *Between movement and confinement: trajectories of (i)mobilities of young people involved in the retail drug market*

Kharine Gil<sup>a</sup> , Palloma Valle Menezes<sup>b</sup> 

**Resumo** No presente artigo, exploramos as relações entre mobilidade, crime e identidade, a partir das trajetórias de Lucas e Marcos, dois jovens que entraram para o comércio varejista de drogas durante a adolescência. Analisamos como o envolvimento com o tráfico limita as mobilidades pela cidade, impactando suas rotinas, possibilidades de lazer e construção identitária. O objetivo deste trabalho é observar as (i)mobilidades físicas que fazem parte da vida desses jovens. O estudo está organizado em quatro partes: na primeira, contextualizamos o ingresso de Lucas e Marcos no crime; em seguida, apresentamos como a facção é uma forma de vida que demanda lealdade e pertencimento, ao mesmo tempo que impõe restrições à circulação; na terceira parte, analisamos como o lazer está inserido na rotina desses jovens; ao final, vimos como a saída no crime pode representar ou não um aumento na mobilidade.

**Palavras chave** Tráfico de drogas. Mobilidade urbana. Acesso à cidade. Crime. Juventude.

**Abstract** *In this article, we explore the relationship between mobility, crime and identity, based on the trajectories of Lucas and Marcos, two young men who entered the retail drug trade during their teenage years. We analyze how their involvement with drug trafficking limits their mobility around the city, impacting on their routines, leisure possibilities and identity construction. The aim of this work is to observe the physical (i)mobilities that are part of these young people's lives. The study is organized into four parts: in the first, we contextualize Lucas and Marcos' entry into crime; then, we present how the faction is a way of life that demands loyalty and belonging, while at the same time imposing restrictions on movement; in the third part, we analyze how*

a Doutoranda em Sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ). E-mail: [kharinedantas@gmail.com](mailto:kharinedantas@gmail.com)

b Professora adjunta do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ). E-mail: [palloma.Menezes@iesp.uerj.br](mailto:palloma.Menezes@iesp.uerj.br)



*leisure is inserted into the routine of these young people; at the end, we see how leaving crime may or may not represent an increase in mobility.*

**Keywords** *Drug trafficking. Urban mobility. Access to the city. Crime. Youth.*

## INTRODUÇÃO

E teve um episódio que na rua, uma vez em um roubo, eu quase fui pego pela polícia. E aquilo ali despertou algo na minha mente. De que? De que na rua era mais perigoso de eu ser preso. Então aquilo me gerou um certo medo, então me tirou dessa zona da rua. E aí o que que eu fiz? Então eu acho que em cima do morro talvez possa ser mais fácil pra mim. Talvez possa ser mais prático e mais seguro também. Então foi aí que eu comecei a me aliançar com a rapazeada do tráfico mais ainda, do morro mais ainda. (Trecho retirado de entrevista com Marcos, 2023)

Sob uma lógica de segregação e violência, as favelas e periferias do Rio de Janeiro frequentemente são estigmatizadas como espaços que concentram “criminosos” (Leite, 2012), gerando como consequência que moradores desses territórios sejam culpabilizados pelos conflitos urbanos que ocorrem na cidade (Machado da Silva; Menezes, 2019). Nos últimos anos, diferentes favelas cariocas têm convivido cotidianamente com a possibilidade iminente de episódios violentos, como tiroteios, operações policiais e disputas entre grupos armados territorializados. Isso provoca em quem mora nessas áreas profunda aflição e medo, e ocasiona uma experiência de confinamento social e político (Machado da Silva, 2008).

Em resumo, os confrontos que existem em favelas dificultam e até mesmo impedem o “o desfrute regular e continuado da liberdade elementar de ir e vir” (Machado da Silva, 2008, p. 14), constituindo a experiência de “viver sob cerco”. A violência desorganiza a sociabilidade dos moradores de favelas e periferias e atrapalha suas interações sociais e rotinas cotidianas, produzindo um isolamento socioterritorial. No presente artigo, pretendemos analisar como essas experiências também são vivenciadas por jovens que trabalham no comércio varejista de drogas carioca. Ainda que os grupos armados colaborem para a experiência de cerco<sup>1</sup>, em alguma medida seus membros também são afetados por esse modelo de confinamento.

---

1 O “cerco” nas favelas é produzido tanto pela polícia quanto pela presença ostensiva de grupos armados. A ação desses atores nos territórios gera confrontos entre comandos rivais ou operações policiais, atingindo negativamente os moradores locais, que têm suas rotinas interrompidas

O “movimento”, como é popularmente designado o tráfico de drogas carioca, constitui redes relativamente organizadas de grupos armados territorializados que controlam favelas, morros, vilas e conjuntos habitacionais da cidade (Misse, 1999). Com identidades e códigos de conduta próprios, muitos jovens que ingressam no “movimento” se deparam com dinâmicas de (i)mobilidades em suas trajetórias. O ingresso no mundo do crime provoca mudanças significativas em suas rotinas, relações sociais e acesso à cidade. Um dos impactos mais marcantes são os tiroteios, cuja iminência gera uma antecipação por parte daqueles que podem ser afetados, levando à adoção de rotinas baseadas na avaliação e na evitação de riscos (Cavalcanti, 2008). A vida de quem está inserido no mercado de drogas ilegais é atravessada por demarcações geográficas e faccionais, que regulam sua circulação pelo espaço urbano, distinguindo os locais e regiões que podem ou não estar.

Assim, seu dia a dia precisa ser organizado com o objetivo de evitar a prisão ou entrar em novos confrontos. Por este motivo, no presente trabalho observamos como a inserção no mundo do crime está vinculada à questões de mobilidade urbana. A segmentação das facções e o acirramento das disputas territoriais impactam diretamente no aumento da violência no Rio de Janeiro, e a consequência do domínio territorial por esses grupos limita as possibilidades de circulação e acesso à cidade para seus membros.

Analisamos essa relação a partir do relato de dois jovens que atuavam no comércio varejista de drogas em favelas do Rio de Janeiro. Ambos ingressaram no crime durante a adolescência e residem em favelas ocupadas pelo Comando Vermelho, na Zona Sul da cidade<sup>2</sup>. Importante enfatizar que Aquino e Hirata (2018) apontam que pesquisas de cunho etnográfico que estudam crime e violência possuem um ganho imensurável quando a perspectiva nativa é levada a sério, pois proporcionam análises com menos adjetivações ou possíveis julgamentos. Ainda que este estudo não seja uma etnografia, buscamos compreender o ponto de vista dos interlocutores, inclusive fizemos questão de reproduzir algumas categorias nativas por eles utilizadas, como “bandido”, “traficante” e “tráfico de drogas”, mesmo que compreendamos que existem outras expressões que podem definir tais termos de forma mais precisa.

Por meio das entrevistas, percebemos como a mobilidade está profundamente atrelada às suas trajetórias de vida. Ambos residem em bairros próximos a praias, pontos turísticos, museus e eventos culturais, mas, durante o período em

---

com frequência, e sofrem, por exemplo, dificuldades para ir ao trabalho em dias de tiroteio ou são vítimas de bala perdida.

2 Ladeira dos Tabajaras e Santa Marta.

que atuavam no comércio de drogas, não tinham a liberdade de frequentar esses espaços. Mesmo nos dias mais quentes do verão, com a praia a menos de 5 km de suas casas, sentiam-se impedidos de descer do morro para tomar banho de mar. Suas rotinas eram marcadas diariamente pelas mesmas ações: acordar cedo, sair de casa e ir para a “boca de fumo” trabalhar. Em suas narrativas, relataram que, devido aos riscos de conflitos com grupos rivais ou de serem pegos pela polícia, passaram a evitar circular por grande parte da cidade, restringindo-se aos morros onde viviam como um dos poucos locais seguros para estarem. Essa limitação espacial reforçou o isolamento, impedindo-os de transitar livremente para além desses territórios.

Nos últimos anos, uma parcela significativa dos estudos sobre violência (Machado da Silva; Leite, 2008; Farias, 2008; Machado da Silva; Menezes, 2019; Carvalho; Rocha; Motta, 2023) tem se dedicado a investigar as novas dinâmicas dos conflitos urbanos. Grande parte dessas pesquisas concentra-se na análise da rotina de moradores de favelas, buscando compreender como o direito de ir e vir é afetado pela violência local. No entanto, ainda que o debate sobre a mobilidade apareça lateralmente nesses estudos, ainda não assume um lugar central. A partir dessa análise, nosso objetivo é contribuir para a discussão propondo novos enfoques na forma como a questão vem sendo enquadrada até então. Para isso, tomamos como referência o ponto de vista de indivíduos que estão (ou estiveram) envolvidos com o comércio de drogas, descentralizando a perspectiva apenas dos moradores locais. Essa abordagem busca ampliar o entendimento sobre como a mobilidade é afetada não apenas para os moradores das favelas, mas também para aqueles que participam ativamente das dinâmicas do tráfico, oferecendo uma visão mais abrangente e complexa da questão.

Vale destacar que, embora a mobilidade seja frequentemente associada à circulação física dos indivíduos (mobilidade espacial) ou ao processo de ascensão e declínio socioeconômico (mobilidade social) (Silva et al., 2016), o início do século XXI provocou uma virada teórica conhecida como a “virada das mobilidades” ou *new mobilities paradigm* (Urry, 2007). Essa mudança teórica permitiu que outros temas ganhassem destaque no campo de estudos sobre mobilidade, como a circulação de pessoas, coisas e ideias, oferecendo uma nova forma de analisar as relações contemporâneas (Alves, D’antona, Marandola Junior, 2020). É importante ressaltar que essa virada analítica também está associada a uma compreensão política que engloba tanto os estudos tanto das mobilidades quanto das (i)mobilidades (Pinto, 2020).

Outra contribuição analítica relevante para esta pesquisa é a de “mobilidades desiguais” (Sheller, 2018), que reconhece os limites e regulações que controlam as mobilidades, entendendo que algumas pessoas têm mais autonomia sobre seus movimentos do que outras. Em vez de pressupor que todos desfrutam igualmente da liberdade de locomoção, essa abordagem parte do princípio de que há uma profunda desigualdade na capacidade de mobilidade. A liberdade de movimento de alguns muitas vezes depende da exploração e do controle sobre os corpos e os movimentos de outros. Ao andar (ou evitar andar) pela cidade, as pessoas passam a ter consciência de que várias questões influenciam seus deslocamentos. A partir disso, é gerada uma série de artifícios e estratégias que possibilitam que cada indivíduo negocie seu lugar na dinâmica das mobilidades urbanas. Assim, argumentamos ao longo do artigo como a participação no tráfico de drogas restringe a mobilidade dos jovens, tanto física quanto simbolicamente, e como a saída do crime abre novas possibilidades de circulação, mas também revela desigualdades sociais e raciais que continuam a afetar suas vidas.

## **TRAJETÓRIAS URBANAS NO CRIME**

Lucas e Marcos<sup>3</sup>, os dois jovens entrevistados para esta pesquisa, ingressaram no mundo do crime entre 2014 e 2015. Lucas, morador da Ladeira dos Tabajaras, em Copacabana, tinha 22 anos na época da entrevista<sup>4</sup>. Ele começou a atuar no tráfico em 2014 como olheiro, período em que também abandonou a escola, onde cursava a sexta série do ensino fundamental. Após alguns anos, conseguiu ascender ao cargo de gerente geral de uma boca de fumo da favela.

Marcos, residente no Santa Marta, favela localizada em Botafogo, parou de estudar aos 12 anos, e passou cerca de um ano se aproximando e observando traficantes locais, com o objetivo de aprender sua atuação e ingressar no crime. Pouco tempo depois, foi convocado a trabalhar como olheiro e, posteriormente, alcançou o cargo de gerente responsável por toda a maconha de R\$2,00 vendida no morro. Na época da entrevista, Marcos tinha apenas 20 anos.

---

<sup>3</sup> Nomes fictícios.

<sup>4</sup> As entrevistas foram realizadas entre 2022 e 2023.

**Tabela 1.** Perfil dos entrevistados.

	Entrevistado 1	Entrevistado 2
Nome	Lucas	Marcos
Idade que entrou para o crime	14 anos (2014)	12 anos (2015)
Local de trabalho	Ladeira dos Tabajaras, Zona Sul do RJ	Favela Santa Marta, Zona Sul do RJ
Facção a qual fazia parte	Comando Vermelho	Comando Vermelho
Ano de saída do tráfico	2022	2020
Profissão atual	Realiza “bicos”	Corretor de imóveis

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Embora estejam em contextos distintos, as histórias de Lucas e Marcos apresentam diversos pontos em comum. As duas favelas onde residem foram ocupadas por Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) e são dominadas pelo Comando Vermelho. Suas trajetórias de trabalho também se assemelham no que diz respeito às funções exercidas, já que ambos percorreram diversos cargos na hierarquia do tráfico, iniciando como olheiros e ascendendo ao posto de gerentes. Além disso, relataram experiências semelhantes em relação à mobilidade pela cidade, evitando circular por diversos espaços em razão da participação no crime. Inicialmente, o propósito das entrevistas era compreender a inserção de crianças e adolescentes no mercado de drogas ilegais, e a mobilidade urbana não era um tema central na conversa. Entretanto, Lucas e Marcos relataram inúmeras situações em que o deslocamento pela cidade gerava preocupação, enfatizando os motivos pelos quais evitavam circular nas ruas.

Uma das diferenças mais expressivas entre a vivência dos dois jovens é que Lucas esteve privado de liberdade por quatro anos. Aos 18 anos, foi preso pela primeira vez e ficou detido por dois anos. Logo após ser solto, foi preso novamente e passou mais dois anos encarcerado. Na época da entrevista, havia apenas um mês que ele havia saído da prisão e relatou que, por conta disso, decidiu se afastar das atividades na boca de fumo. A partir dos relatos, observamos que a possibilidade de ser preso é um dos principais fatores que limitam a mobilidade dos jovens que participam do tráfico de drogas. O medo de ser abordado pela polícia dificulta a circulação pela cidade, fazendo com que evitem ir à praia ou visitar familiares, por exemplo. A rivalidade entre grupos armados e a iminência dos conflitos também contribuem para que concentrem suas atividades na favela onde trabalham e residem.

Vale destacar que o controle do trânsito e da circulação afeta não apenas os envolvidos no tráfico, mas também os moradores das favelas dominadas por facções. Farias (2008) argumenta que essa situação gera uma espécie de “asfixia”, representada por dispositivos de controle sobre quem reside nesses locais. A presença

ostensiva do tráfico nessas regiões cria fronteiras que delimitam o domínio territorial das diferentes facções, estabelecendo “regras invisíveis” que determinam onde os moradores podem ou não circular, além de proibições relacionadas ao uso de gírias, cores de cabelo, marcas de roupas etc. Apesar disso, mesmo os membros do comércio varejista de drogas são afetados por essas restrições, especialmente no que diz respeito à circulação pelas fronteiras do espaço urbano.

Recentemente, símbolos, gestos e marcas apropriadas por facções no Ceará, no Nordeste do Brasil, resultaram na morte de adolescentes que foram confundidos com membros de grupos vinculados ao tráfico de drogas. Entre 2019 e 2024, dois adolescentes foram executados após criminosos verificarem seus celulares e identificarem em fotografias gestos, como o “V” e o número “3” com os dedos, que remetem a símbolos faccionais. Um terceiro adolescente foi morto por ter três cortes na sobrancelha, marca que também está associada a uma facção.<sup>5</sup>

No que se refere à mobilidade urbana, a posição ocupada na hierarquia do crime influencia diretamente as possibilidades de circulação pela cidade. Na base da hierarquia estão os olheiros, responsáveis por monitorar os pontos estratégicos da favela e alertar sobre a presença da polícia ou de facções rivais. Em seguida, há os “vapores”, encarregados de realizar as vendas das drogas. O próximo cargo é o de gerente, responsável por uma boca de fumo específica, ou gerente geral, responsável por várias bocas de fumo.<sup>6</sup> No topo da hierarquia está o “dono do morro”, chefe responsável por todo o controle do tráfico de drogas na favela.

A partir dos relatos de Lucas e Marcos, percebemos que os cargos mais baixos, como olheiros, “aviões”, “vapores” e gerentes, enfrentam maiores restrições de mobilidade. Por outro lado, Lucas destacou que os donos do morro podem “curtir a vida sem se preocupar com problema”, podendo até mesmo migrar para outros países. Ele relatou:

No meu modo de pensar, que eu já vivi muito tempo maneiro no crime, a maioria dos dono de boca acho que não vive no Brasil, eles não são burro, os burro é nós que fica aqui se matando por eles, eles não ficam aqui cara, cheio do dinheiro, milhões, vai fazer o que aqui? É Japão, Chile, vai pra onde quiser, pô. [...] Tipo assim, por isso que eu acordei pra vida do crime, por isso, porque nós perde a

---

5 Marcas e gestos manuais: como símbolos apropriados por facções causaram mortes de adolescentes no Ceará. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2025/01/02/marcas-e-gestos-manuais-como-simbolos-apropriados-por-faccoes-causaram-mortes-de-adolescentes-no-ceara.ghtml>. Acesso em: 13 mar. 2025.

6 Marcos, por exemplo, era gerente geral da maconha de R\$2,00 que era vendida em todas as bocas de fumo da Favela Santa Marta.

nossa vida pra uma pessoa que não tá nem aí pra nós cara. (Trecho retirado de entrevista com Lucas, 2022)

Esse relato evidencia as contradições na dinâmica do mercado ilegal de drogas. Enquanto os “donos” possuem uma mobilidade mais ampla, podendo circular até mesmo fora do país, os membros de cargos mais baixos enfrentam restrições significativas. Contudo, a questão da mobilidade no crime não se limita apenas à circulação física, mas também envolve aspectos subjetivos, como expectativas, medos e receios em circular. Além disso, as (i)mobilidades não se restringem ao movimento corporal, mas também com outras formas de fluxos e movimentos simbólicos. Ainda que no crime a mobilidade física seja permeada por inúmeras fricções, existem outras formas de mobilidade que podem ser notadas. Existe um fluxo constante de mudanças nas funções ocupadas dentro da hierarquia de trabalho. Para além da mobilidade espacial, de tempos em tempos são assumidas novas funções, responsabilidades e trocas de cargo. A ascensão na carreira, por exemplo, pode ser vista como uma forma de uma mobilidade social, ainda que tenha riscos e limitações.

No caso de Marcos, sua trajetória no tráfico de drogas esteve sempre vinculada à segurança de circular pela cidade. Ele relatou que seus primeiros crimes foram furtos em uma loja da Americanas. Nesse período, passou a observar um grupo de jovens da favela que roubava bicicletas e celulares nas ruas. A forma como esses meninos ganhavam dinheiro chamou sua atenção, e ele passou a faltar às aulas da escola para acompanhar o grupo nos roubos e prender o *modus operandi* dos assaltos. Grillo e Martins (2020) apontam que, para haver eficácia nos roubos, é preciso reduzir a margem de imprevisibilidade da atividade, desenvolvendo técnicas para circular pela cidade de forma a evitar problemas com a polícia, escolher vítimas e locais adequados, e realizar a subtração dos bens de maneira ágil e rápida. Era essa a técnica que Marcos queria aprender.

Quando começou a assaltar, os itens subtraídos por ele e seus amigos eram vendidos para o tráfico de drogas local, o que gerou aproximação com os membros da facção. Após um episódio em que quase foi preso, Marcos percebeu que havia grandes riscos de ser preso caso continuasse assaltando na rua, e que talvez trabalhar apenas dentro da favela seria mais seguro. Ele relatou:

Então aquilo foi me chamando atenção e eu vi que verdadeiramente aquilo pra mim era mais seguro, era mais fácil, era mais prático. E o que que encheu os meus olhos? Que foi a luxúria, foi a vaidade, foi o dinheiro, foi o poder, né. Isso



tudo que tava sendo semeado no meu coração, né. [...] E aí após esse um ano que eu fiquei observando e aprendi muita coisa e tal, foi aí que eu armei um compromisso com o próprio tráfico de realmente trabalhar dentro do tráfico. E aí eu comecei como vigia dentro do tráfico de drogas, comecei como vigia, eu era vigia lá da parte de cima do morro. (Trecho retirado de entrevista com Marcos, 2023)

Grillo e Martins (2020) destacam que o ato de roubar coloca o assaltante em uma posição mais exposta e desprotegida do que o traficante, tendo em vista que o ladrão está fora de sua zona de conforto para praticar os roubos e enfrenta maior imprevisibilidade durante os roubos. As autoras argumentam que as interações são mais previsíveis no tráfico do que durante um assalto, o que demonstra como a mobilidade atravessa diferentes camadas no mundo do crime, a depender da atividade realizada. Em razão disso, Marcos decidiu parar de assaltar e por aproximadamente um ano ficou apenas ajudando, realizando favores e observando a venda de drogas no Santa Marta. Assim que aprendeu a como agir, tornou-se olheiro do tráfico de drogas.

## **FACÇÕES, MOBILIDADES E IDENTIDADE**

Como bem destaca Grillo (2013), o crime, enquanto categoria, não se resume a uma simples infração penal, mas representa a “substancialização do contexto em que se inscrevem uma série de práticas ilegais e trajetórias pessoais”. Na linguagem nativa, o crime denota tanto um universo de ação e significação - o mundo do crime -, bem como um estilo de vida - a vida no crime” (Grillo, 2013, p. 1). Dessa forma, o crime pode ser entendido como uma forma de vida. Segundo a autora, a categorização da vida no crime vai além de uma mera descrição do comércio de drogas ou de atividades ilegais, abrangendo aspectos mais amplos da existência dos indivíduos envolvidos. Nesse sentido, qual é a função da facção na vida dos jovens que atuam no mercado de drogas ilícitas? Como a mobilidade suas mobilidades são afetadas pelos grupos armados territorializados?

O pertencimento a uma facção, como destacado por Lucas, é um fator que restringe significativamente a mobilidade dos jovens envolvidos no tráfico. Seus deslocamentos são demarcados por territórios que podem ou não ser acessados, dependendo do grupo que domina o local. Em tese, esses jovens podem transitar por qualquer espaço, mas seus movimentos são condicionados pela avaliação dos riscos e pela percepção de segurança. Damico e Meyer (2010) ressaltam que o compartilhamento de experiências comuns, como a violência policial e o racismo, contribui para a formação de identidades coletivas entre os jovens. À medida que

vivenciam experiências semelhantes, criam um senso de pertencimento a uma comunidade ou grupo específico. Como Lucas afirma:

Tu fez um pacto com a facção, é tipo um pacto mano, tá ligado? Ali é teu sangue mano, tua vida. Tipo assim, tu não pode negar tua pátria. É o que eu falo, o crime é muito cruel, é muito covarde, entendeu? (Trecho retirado de entrevista com Lucas, 2022)

Essa fala ilustra como o vínculo com a facção pode ser percebido como uma questão de honra e até mesmo de sobrevivência. Damico e Meyer (2010) argumentam que a identidade não é algo fixo ou acabado, mas um processo em constante construção. Hall (2006) complementa essa ideia ao propor que, na pós-modernidade, existe o surgimento de novas identidades, pois o indivíduo moderno e sólido é desagregado e maleável, não se restringindo a categorias determinadas, mas incorporando novas dimensões, como classe, raça e gênero. No contexto do crime, a identidade compartilhada com um grupo local, como aponta Dowdney (2004), nem sempre é voluntária, mas muitas vezes imposta.

Grillo (2013) argumenta que o vínculo com a facção envolve uma relação de fidelidade incondicional ao “dono do morro” ou ao “dono da boca” que, em troca, oferece responsabilidades, confiança e proteção. Para muitos jovens, a facção e a favela são entidades entrelaçadas, partindo de uma existência mútua. Essa relação de propriedade e lealdade cria um contrato relacional que impacta profundamente a vida dos envolvidos, inclusive sua mobilidade. A facção, enquanto uma ideia, transcende os limites físicos da favela e circula em músicas, filmes, livros, reportagens e até na literatura acadêmica. Como observa Biondi (2014), “o movimento<sup>7</sup> não é outra coisa senão uma composição de movimentos” (p. 37), sugerindo que o tráfico de drogas/a facção são um ente em constante fluxo, que se manifesta de diferentes maneiras e em espaços diversos.

Farias (2008) destaca que, para traficantes e moradores de favelas, existem fronteiras invisíveis que demarcam o território ocupado por cada facção. Saber localizar essas fronteiras e estar atualizado sobre as mudanças no controle das facções são elementos cruciais para organizar a rotina e garantir a segurança. Essa (i)mobilidade impacta profundamente a vida dos indivíduos, a ponto de afastar famílias que moram em territórios dominados por facções rivais. Lucas relata que, se seu irmão se juntasse a uma facção rival, como o Terceiro Comando Puro

---

7 Movimento é um dos termos popularmente usado para nomear o tráfico de drogas.

(TCP), ele seria obrigado a enfrentá-lo, mesmo que isso significasse tirar sua vida. Essa lealdade à facção sobrepõe-se até mesmo aos laços familiares, evidenciando como as relações interpessoais são afetadas pelo pertencimento a esses grupos.

As facções impõem um conjunto de regras e símbolos que regulam a vida dos jovens, desde as marcas de roupas que podem usar até as gírias e tatuagens que carregam. Durante os anos 2000, por exemplo, no Rio de Janeiro, a grife Adidas era associada ao Terceiro Comando Puro (TCP) por conta das três listras que representam a marca, enquanto o Comando Vermelho era associado à Nike, cujo símbolo lembra a letra “C” de “Comando”.

Compreendemos que a rotina, o cotidiano e as características subjetivas de um indivíduo influenciam diretamente sua circulação pela cidade, independentemente de sua participação no mercado de drogas ilícitas. No entanto, quando há uma aproximação com o mundo do crime, essa dinâmica se intensifica. A relação próxima com uma facção impacta profundamente a organização da rotina de um indivíduo e, conseqüentemente, seus padrões de deslocamento. A partir dessa vinculação, novas escolhas precisam ser feitas, como frequentar apenas favelas dominadas pelo mesmo grupo ou identificar áreas estratégicas do morro que podem ou não ser acessadas em situações de conflito.

Nesse sentido, a dedicação e a lealdade à facção são elementos fundamentais. Esse processo ocorre em meio a episódios de demarcação territorial, nos quais a possibilidade de circular livremente por ruas, avenidas, bairros e cidades é drasticamente reduzida devido a uma identidade frequentemente atribuída a esses indivíduos simplesmente por residirem em uma área controlada por uma facção específica (Garcia; Gil, 2021). Como resultado, determinados espaços tornam-se inacessíveis para aqueles associados a facções rivais. Essa restrição também reflete aspectos cotidianos, como a forma de se vestir, os artistas musicais que escutam, as marcas de roupas que utilizam e até as gírias que falam.

Marcos, por exemplo, via sua mobilidade significativamente limitada ao precisar acordar às 5h da manhã diariamente para monitorar possíveis operações policiais no Santa Marta. Essa rotina exigia que ele buscasse alternativas para conciliar trabalho e vida pessoal, como contratar um “fiel” para cobrir seu turno na boca de fumo, permitindo que ele retornasse à casa para cuidar de necessidades básicas. Lucas, por sua vez, relata que as escalas de plantão no tráfico o limitavam a “viver só aquilo ali”, sem tempo suficiente para experiências além do trabalho no crime.

Além de não poderem se expor publicamente por praticarem atividades ilegais, a maioria dos traficantes do varejo de drogas são moradores de favelas, homens

pobres e majoritariamente negros. Eles enfrentam um duplo estigma: são criminalizados tanto por sua atuação no tráfico quanto por sua condição social e racial. Muitas vezes, mesmo antes de ingressarem no varejo de drogas, já são vistos pela sociedade como “potencialmente perigosos”, o que dificulta ainda mais sua livre circulação pelo espaço urbano e restringe seu direito à mobilidade.

## ENTRE O TRABALHO NO CRIME E O LAZER

Lucas me contou que, quando atuava como “vapor”, entrava no plantão às 20h e só saía às 20h do dia seguinte. Como passava 24 horas trabalhando, chegava em casa exausto, sem disposição para sair e se divertir. Seu tempo livre era dedicado ao sono e, ao acordar, precisava retornar imediatamente à boca de fumo. Essa rotina intensa aumentou seu convívio com outros traficantes, fazendo com que seus momentos de lazer fossem compartilhados com os colegas de trabalho, já que havia pouco tempo livre. Quando assumiu o cargo de gerente na Ladeira dos Tabajaras, a rotina tornou-se mais flexível, mas a demanda de trabalho continuava alta. Ele passou a fazer plantões de três dias consecutivos, ficando sem ir para casa durante esse período e, em troca, ganhava o mesmo dias de folga. Durante os dias livres, seu destino era a Rocinha, onde frequentava bailes, bares e encontrava amigos. Como a Rocinha também é dominada pelo Comando Vermelho e está localizada em São Conrado, bairro próximo à Copacabana, o deslocamento entre os dois locais era facilitado.

Cabe enfatizar que as favelas cariocas não são apenas espaços de mobilidade restrita e fronteiras bem definidas - seja pelo Estado ou por grupos armados -, mas também ambientes dinâmicos e diversificados. Assim, mesmo evitando sair do morro para se divertir, Lucas e Marcos organizam seus próprios fluxos dentro dos territórios onde vivem, criando espaços de entretenimento e lazer. Talvez o termo “territórios ambivalentes” seja adequado para descrever esses espaços favelados, que funcionam como “territórios-entre” ou “transterritórios”, permitindo o trânsito entre diferentes territorialidades - do Estado e do não-Estado, do legal e do ilegal, do dentro e do fora. Como afirma Haesbaert (2015, p. 86), “a favela, em síntese, é muito mais um território da mobilidade e de sobreposições de limites do que da imobilidade e das delimitações claras”.

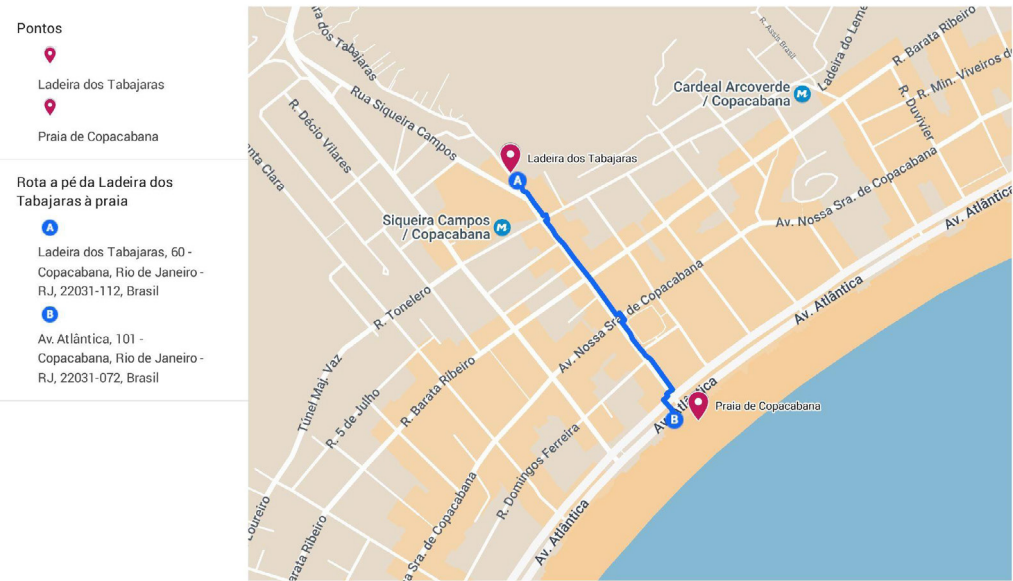
A relevância desse tema ficou evidente quando Lucas me contou que, em um ano, sai no máximo quatro vezes da Ladeira dos Tabajaras. Nessas ocasiões, vai à praia, a festas em outras favelas ou, em datas comemorativas, visita familiares que moram em locais distantes. No entanto, ele conhece traficantes que vivem na Ladeira dos Tabajaras há trinta anos e nunca foram à praia, mesmo que o morro

esteja a apenas 1,5 km da praia de Copacabana. Para Lucas, “a mente deles está formada no ritmo do crime” e, embora possam sair, preferem permanecer na favela, onde consideram que seja um espaço seguro.

É interessante notar que, nos relatos de Lucas e Marcos, o medo de ser preso é um dos principais motivos para evitar sair da favela. Entre os dois, apenas Lucas já passou pelo sistema carcerário, onde ficou por quatro anos. Mesmo assim, ele afirma que, no crime, “tu vive uma cadeia”. Há uma sensação de cerceamento da liberdade, ainda que simbólico, e ultrapassar essa barreira significa se expor ao risco. Por isso, existem limites espaciais que precisam ser respeitados. Um movimento semelhante ocorreu com Marcos, que decidiu parar de assaltar na rua por considerar que trabalhar no tráfico, dentro do Santa Marta, era mais seguro e envolvia menos riscos. No que diz respeito ao lazer, Lucas relatou que na maior parte de sua rotina precisava estar na “atividade”, monitorando se a polícia ou algum grupo rival está prestes a atacar. Somente nos finais de semana conseguia ir a bailes ou fazer outras atividades para se divertir. Ele ressalta que a rotina de quem trabalha no crime envolve muitas responsabilidades e o lazer é a menor delas. Como ele mesmo relata:

O crime não é pra qualquer um. Nós do crime temos esse ditado: ‘pô, mano, o crime é pra quem nasceu pra ser do crime’, tá ligado? Não é pra quem quer ser criminoso. Não adianta tu querer ser e não ter poder pra ser. Poder é o quê? Ter capacidade, trocar tiro, matar os outros, tem que fazer as coisas que tem que fazer. Muita gente quer ser bandido só sexta e sábado, tá ligado? Quer baile funk, mas no dia a dia não quer. Quando a polícia vier, vier BOPE, vier matando, esculachando a família, entrando na casa do morador, aí ninguém quer ser bandido. (Trecho retirado de entrevista com Lucas, 2022)

## Copacabana



**Imagem 1.** Distância entre a Ladeira dos Tabajaras e a Praia de Copacabana. Fonte: Elaboração própria, 2025.

Lucas também mencionou que frequentemente policiais vão disfarçados na boca de fumo, o que faz com que a polícia saiba quem são os traficantes. Por isso, eles não podem ficar fora da favela “panguando”, pois, caso sejam detidos, podem ser presos e serão considerados “bobões” no presídio, por terem “rodado” na rua e terem sido detidos por um erro cometido por eles mesmos. Segundo Lucas, isso pode resultar em perda de pagamento ou outros benefícios que a facção poderia proporcionar no sistema carcerário. Apesar dessas restrições, ele acredita que é possível se divertir mesmo sem sair da favela. Os traficantes constroem suas próprias casas, churrasqueiras, andam de moto pelo morro e dirigem carros roubados. Também frequentam bailes funk e organizam shows com cantores famosos de sua preferência. No entanto, eles estão sujeitos a baixos salários, a uma carga horária fixa e a um compromisso rígido com a boca de fumo, assemelhando-se mais à classe trabalhadora do que à imagem de um “novo rico” favelado que usufrui de luxo e ostentação (Lyra, 2020).

Atualmente, o lazer não é mais visto apenas como um apêndice do mundo do trabalho, nem mesmo como algo estritamente relacionado a ele. Trabalhar, nos tempos atuais, é uma necessidade, mas não necessariamente uma realização pessoal (Magnani, 1994). Theodor W. Adorno, seguindo essa linha de pensamento, argumenta que as atividades realizadas fora do horário de trabalho não estão em completa oposição a ele, mas ainda assim, “em um sistema, no qual o pleno emprego

tornou-se um ideal em si mesmo, o tempo livre segue diretamente o trabalho como sua sombra.” (1995, p. 79). Diante disso, considerando que o lazer está intrinsecamente ligado à experiência de viver a cidade, entendo que ele também pode estar associado às vivências de mobilidade.

Lucas menciona que as desavenças geradas por seu trabalho no crime são uma das razões para evitar sair da favela. Além do medo de ser detido pela polícia ou de encontrar integrantes de facções rivais, as inimizades criadas na “pista” também restringem seus deslocamentos. Quando clientes da boca de fumo “vacilam” ou acumulam dívidas, é necessário cobrar e, em alguns casos, matar, dependendo da gravidade da situação. Em outros momentos, também é preciso brigar ou expulsar moradores da favela, que acabam se mudando para outras regiões. Por isso, ao sair na rua, há o risco de encontrar conhecidos com quem teve desentendimentos no passado, o que pode ser bastante perigoso.

Às vezes tem uns que vêm na boca, vacilam, usam droga, vacilam, aí nós temos que cobrar, tem que matar os outros, tá ligado? Tem que fazer as coisas que o crime exige. Às vezes você bate, expulsa uma pessoa da favela, e ela vai morar ali embaixo, na pista. Se ela te vir, ela vai te matar. Pô, cara, você toma a casa da pessoa, bate nela, mas não foi porque você quis, foi porque o teu chefe mandou. Mas aí ela não vai entender que foi o chefe que mandou. (Trecho retirado de entrevista com Lucas, 2022)

Marcos, por sua vez, relatou que, durante o período em que esteve inserido no varejo de drogas, suas experiências de mobilidade pela cidade eram praticamente inexistentes, já que raramente saía da favela. Eventualmente, quando saía do Santa Marta, ia à praia, ao shopping ou a bailes em outras favelas controladas pelo Comando Vermelho. No entanto, preferia evitar esses deslocamentos, pois se sentia constantemente monitorado fora do morro, mesmo que as pessoas não soubessem quem ele era. Assim, suas tentativas de lazer e relaxamento muitas vezes se transformavam em momentos de ansiedade, já que ele estava sempre preocupado com a possibilidade de ser perseguido ou preso.

Ele também destacou que, devido às suas responsabilidades no crime, que exigiam muitas tarefas diárias, não era possível sair com frequência, já que precisava estar sempre presente no trabalho. Mesmo assim, nas poucas ocasiões em que decidia sair, preferia estar em grupo ou acompanhado de outra pessoa, nunca sozinho. Essa escolha estava diretamente relacionada ao medo que sentia, já que,



embora as pessoas na rua nem sempre soubessem quem ele era, ele próprio sabia que “estava no erro” e temia ser observado e denunciado à polícia.

Na cabeça das pessoas do mundo, elas olham pra mim e às vezes nem sabem quem eu era. Mas na minha cabeça eu sei quem eu sou. Porque quem tá errado carrega o erro pra onde vai, né? [...] Eu estava errado. Eu sabia que fazia algo errado. Então, quando eu saía, ficava naquela: será que tem alguém me olhando, me observando? Será que alguém vai chamar a polícia? Será que tem algum policial me seguindo? Será que eu vou ser preso? Entendeu? Ficava naquela. Então, eu ia pra rua tentar ter um momento de relaxamento, de lazer, mas ao mesmo tempo não conseguia. Às vezes eu me sentia menos despreocupado na favela porque todo mundo já me conhecia, e ali era como se fosse meu ambiente seguro, mas na rua eu não me sentia assim. (Trecho retirado de entrevista com Marcos)

Durante esse período, seus familiares mais próximos eram seus pais, mas as visitas a eles, que moravam na Zona Norte da cidade, ocorriam apenas em datas comemorativas, como o Dia das Mães ou aniversários. Seu círculo de amizades estava centralizado na favela, o que reduzia a necessidade de sair do morro para manter suas relações interpessoais. Ainda assim, Marcos se sentia observado e com medo nos poucos momentos que circulava na rua.

Saía com medo, saía com o pé atrás, como eu falei pra você. No meu mundo, na minha cabeça, era como se tivesse pessoas me observando. [...] Não tinha, na verdade, entendeu? É porque, como eu estava vivendo uma vida errada, como eu estava andando no erro e vivia aquele erro todo dia, então, pra mim, quando eu saía da comunidade, o erro ia junto comigo. Por isso, eu me sentia assim. (Trecho retirado de entrevista com Marcos, 2023)

Nas poucas vezes em que saía para ir à praia, por exemplo, era preciso escolher um local próximo a favelas controladas pelo Comando Vermelho, para evitar possíveis conflitos. Seu grupo evitava ir à praia do Leme, mesmo que fosse próxima ao Santa Marta, pois a favela mais próxima dali, o Chapéu Mangueira, é dominada pelo Terceiro Comando Puro.

Na pesquisa realizada por Willadino, Nascimento e Silva (2018), que investigou o perfil e as práticas de adolescentes envolvidos com o comércio de drogas ilegais no Rio de Janeiro, foram coletados dados sobre redes sociais e lazer. O baile funk foi apontado como a principal forma de lazer, por 52,5% dos adoles-

centes entrevistados. Outras atividades mencionadas incluíam namorar (26,1%), ir à praia (22,6%), praticar esportes (16,1%) e socializar com os amigos (13,4%). Os entrevistados também relataram que as atividades de lazer são realizadas predominantemente em grupo (26,8%), na companhia da namorada (24,1%) ou com familiares (21,8%). Além disso, quando questionados sobre onde costumam se divertir, 66,3% dos adolescentes informaram que saem apenas pela própria favela. Embora alguns tenham mencionado outros lugares e bairros, os autores observaram que a mobilidade espacial é comumente restringida por diversos fatores, principalmente pelo medo de ser preso.

### POSSIBILIDADES DE CIRCULAÇÃO PÓS-CRIME

Na data da entrevista com Lucas, ele estava há apenas um mês fora do sistema prisional, motivo pelo qual decidiu abandonar as atividades no tráfico de drogas.<sup>8</sup> Ele relatou que, nesse período, sua mobilidade pela cidade aumentou, embora ainda existam limitações em sua circulação. Ele pode frequentar novos lugares, mas deve evitar áreas controladas por facções rivais, devido aos conflitos em que se envolveu no passado. Apesar disso, consegue ir às praias, boates e à igreja<sup>9</sup>. Isso demonstra como, mesmo após romper com o crime, seu passado ainda influencia seus movimentos pela cidade, já que precisa escolher cuidadosamente os lugares que pode ou não frequentar.

Lucas é um homem negro e egresso do sistema prisional, o que o torna um alvo constante da polícia quando está na rua. Para Misse, pessoas como ele são “sujeitos criminais produzidos pela interpelação da polícia, da moralidade pública e das leis penais” (2010, p. 17). Dessa forma, mesmo que suas possibilidades de circulação tenham aumentado após deixar o crime, seu corpo negro e suas características físicas o tornam vítima da sujeição criminal, dificultando seu trânsito por diversos espaços. Ele relatou, por exemplo, que se entrasse em territórios controlados por milícias com seu estilo de cabelo, seria morto imediatamente. Segundo Lucas, os milicianos associam seu tipo de corte e tintura de cabelo a “bandidos”.

Teixeira (2015) argumenta que a expressão “sair do crime” vai além de simplesmente descrever o abandono de atividades consideradas criminosas. No contexto do Rio de Janeiro, esse termo pressupõe a existência de limites que delineiam espaços sociais, como moralidades, estilos de vida e maneiras de ser e estar no

---

<sup>8</sup> Lucas ingressou no comércio varejista de drogas em 2014 e saiu em 2022.

<sup>9</sup> É importante ressaltar que, embora ele tenha mencionado a possibilidade de frequentar igrejas, não afirmou ter se convertido religiosamente, e a religião não parece desempenhar um papel central em sua vida.

mundo. A crença em uma “vida do crime” e uma “vida normal” é construída de diversas formas por diferentes coletividades, como traficantes, policiais, igrejas e ONGs, que frequentemente utilizam essa expressão para descrever as relações sociais que se desenvolvem no contexto da violência urbana carioca.

No caso de Marcos, devido às restrições de mobilidade que enfrentava, gradativamente ele decidiu se afastar do mundo do crime. Ele relatou que se sentia desprotegido devido às situações de perigo que vivenciava e, por isso, decidiu se converter religiosamente, passando a frequentar grupos de oração e pedir que orassem por ele nas igrejas do morro. Como bem aponta Teixeira (2015), as fronteiras entre a “vida do crime” e a “vira fora do crime”, no contexto das igrejas evangélicas, é marcada pela ideia de que o mundo do crime corresponde ao mundo dos pecados. Assim, optar pela conversão implica em uma reforma moral, na qual o convertido deve rejeitar uma vida de pecados e adotar um novo modo de viver, considerado digno e puro. Há um “controle” sobre o indivíduo convertido para que ele não volte a frequentar bailes, bocas de fumo, andar com outros criminosos ou usar palavrões e gírias. Pequenos deslizes, como parar em um bar com amigos, podem ser interpretados não apenas como um desvio momentâneo, mas como um sinal de que o sujeito não mudou e “continua sendo um bandido”.

É interessante refletir sobre o simbolismo da mobilidade, pois o primeiro movimento de Marcos, ao deixar o crime, foi também sair da favela onde morava e ir residir em outro bairro. Por muitos anos, mesmo que por escolha, sua possibilidade de se locomover por outros espaços foi limitada. Quando se desvinculou do tráfico, essa se tornou sua primeira alternativa. Vale ressaltar que Marcos é um homem branco, o que facilita sua movimentação pela cidade fora dos estereótipos associados à figura do criminoso. A relação de proximidade e proteção com a igreja também é facilitadora. Essas condições não se aplicam a Lucas, que ainda enfrenta certas restrições.

Pô, e o metrô então. Quando eu... Quando eu tinha saído do tráfico, né? E comecei a pegar o metrô. Aí o metrô tem hora que fica cheio, né? Pô, eu ficava nervoso pra caramba. Ficava com vontade de empurrar as pessoas assim. [...] Porque eu não tinha costume nenhum. E aí, imagina só. Tu sem costume, com aquela parada na cabeça. Tu ia achando que as pessoas estavam te olhando, estavam te vigiando. Ainda mais que as pessoas ficam com o telefone assim, né? [...] Ficam com o telefone assim. “Ih, ó, tá gravando. Tá gravando.” Não sabe se tá tirando foto, né? Ficava aquela coisa na cabeça. Mas hoje em dia já... [...] Já tô acostumado. Não tenho mais essa parte. (Trecho retirado de entrevista com Marcos, 2023)

Após deixar o tráfico<sup>10</sup>, Marcos conheceu novos lugares na cidade e sua mobilidade aumentou. Enquanto trabalhava na boca de fumo, ele não utilizava transporte público e, por isso, não conhecia muitas partes do Rio de Janeiro. No entanto, ele relatou que, “depois que começou a caminhar na igreja”, passou a explorar outras áreas, como a Zona Oeste, que ainda não conhecia. Ele trabalhou por seis meses como corretor de imóveis em Campo Grande, bairro da região, e, com isso, teve a oportunidade de andar de trem pela primeira vez. Também conheceu outros lugares, como Madureira, Barra da Tijuca e Niterói. Ele ainda experimentou andar de metrô, mas mesmo distante do crime, sentia-se monitorado e achava que as pessoas poderiam estar gravando vídeos dele com seus celulares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou explorar as relações entre mobilidade, crime e identidade a partir das trajetórias de Lucas e Marcos, dois jovens que ingressaram no comércio varejista de drogas durante a adolescência. Observamos como a participação no crime molda não apenas suas rotinas, mas também suas identidades e possibilidades de lazer. Um dos principais achados desta pesquisa é que a mobilidade não se limita ao deslocamento físico, mas envolve também outros fluxos simbólicos, como a ascensão na hierarquia do tráfico e a construção de uma identidade vinculada ao crime.

A facção, enquanto entidade organizadora da vida no crime, desempenha um papel central na regulação da mobilidade. O pertencimento a uma facção, além de restringir a circulação física, impõe regras invisíveis que afetam o cotidiano dos jovens, desde o modo de se vestir até as palavras ou gestos que podem ou não usar. Isso evidencia como o crime não é apenas uma atividade econômica, mas também faz parte da construção de identidades. A saída do crime, por sua vez, trouxe novos desafios para Lucas e Marcos. Enquanto Marcos, um homem branco, buscou na conversão religiosa uma possibilidade para ampliar sua mobilidade e modificar sua vida, Lucas, um homem negro e egresso do sistema prisional, continuou a enfrentar limitações em razão do estigma social e racial.

A partir dos relatos, observamos como o lazer é também um tema central para compreender as dinâmicas de mobilidade no crime. Enquanto atuavam no tráfico, Lucas e Marcos tinham suas possibilidades de lazer limitadas pelo receio da prisão ou de conflitos com grupos rivais. Assim, embora a favela fosse um espaço de confinamento, se tornou também um local de entretenimento, com bailes

---

10 Marcos ingressou no comércio varejista de drogas em 2015 e saiu em 2020.

funk e interações sociais. Após deixarem o crime, o lazer passou a ser associado com a perspectiva de conhecer novos locais na cidade, ainda que atravessado pelos antigos receios. Em resumo, este artigo demonstra como a mobilidade no contexto do mercado ilegal de drogas é multifacetada e envolve aspectos físicos, simbólicos e identitários.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. Tempo livre. In: ADORNO, T. W. Palavras e sinais, modelos críticos 2. Tradução de Maria Helena Ruschel, supervisão de Álvaro Valls. Petrópolis: Vozes, 1995. In: Jorge M. B. de ALMEIDA (Org.). Indústria cultural e sociedade. Tradução de Julia Elisabeth Levy. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALVES, J. D. G.; D'ANTONA, A. O.; MARANDOLA JUNIOR, E. J. Quão móveis somos? O new mobilities paradigm em questão. Caderno de Geografia. Belo Horizonte, v. 30, n. 62, 2020.
- AQUINO, J. P. D.; HIRATA, D. Inserções etnográficas ao universo do crime: algumas considerações sobre pesquisas realizadas no Brasil entre 2000 e 2017. BIB. São Paulo, n. 84, 2018.
- BIONDI, K. Etnografia no movimento: território, hierarquia e lei no PCC. (Tese de doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.
- CARVALHO, M. B.; ROCHA, L. M.; MOTTA, J. W. B. Milícias, facções e precariedade: um estudo comparativo sobre as condições de vida nos territórios periféricos do Rio de Janeiro frente ao controle de grupos armados. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2023.
- CAVALCANTI, M. Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: Notas etnográficas de uma favela carioca. Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2008.
- DAMICO, J. G.; MAYER, D. E. Constituição de Masculinidades Juvenis em “contextos difíceis”: vivências de jovens nas periferias da França. Cadernos Pagu. Porto Alegre, v. 34, 2018.
- DOWDNEY, L. Crianças do tráfico: um estudo de caso sobre crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.
- FARIAS, J. Da asfixia: reflexões sobre a atuação do tráfico de drogas nas favelas cariocas. In: MACHADO DA SILVA, L. A. Vida sob cerco: violências e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- GARCIA, J.; GIL, K. Jovens em perigo ou perigosos? Sobre identidades construídas e forjadas. Lutas Sociais. São Paulo, v. 25, n. 46, 2021.

- GRILLO, C. C. Coisas da vida no crime: Tráfico e roubo em favelas cariocas. (Tese de doutorado em Sociologia e Antropologia). UFRJ: Rio de Janeiro, 2013.
- GRILLO, C. C.; MARTINS, L. A. Indo até o problema: Roubo e circulação na cidade do Rio de Janeiro. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 565-590, set./dez. 2020.
- HAESBAERT, R. Sobre as i-mobilidades do nosso tempo (e das nossas cidades). *Mercator. Fortaleza*, v. 14, n. 4, 2015.
- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LEITE, M. P. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Rev. bras. segur. pública*. São Paulo, v. 6, n. 2, 2012.
- LYRA, D. Operários da firma. *Revista Antropolítica*. Niterói, n. 50, 3. quadri., p. 90-115, 2020.
- MACHADO DA SILVA, L. A. (org.). Vida sob cerco: violências e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- MACHADO DA SILVA, L. A.; LEITE, M. P. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas. In: MACHADO DA SILVA, L. A. (org.). Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FAPERJ/Nova Fronteira, 2008.
- MACHADO DA SILVA, L. A.; MENEZES, P. V. (Des)continuidades na experiência de “vida sob cerco” e na “sociabilidade violenta”. *Novos Estud. – CEBRAP*. São Paulo, v. 38, n. 3, 2019.
- MAGNANI, J. G. C. O lazer na cidade. Texto apresentado ao Condephaat para fundamentar o processo de tombamento do Parque do Povo. São Paulo, 1994.
- MISSE, M. Malandros, marginais, vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. 1999. 413. Doutorado em Sociologia. Instituto Universitário de Pesquisas no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- MISSE, M. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, [S.L.], n. 79, p. 15-38, 2010.
- PINTO, S. C. L. O novo paradigma epistemológico das mobilidades na dicotomia entre espaço público e espaço privado. *Revista Húmus*. Porto Alegre, v. 10, n. 29, 2020.
- SHELLER, M. Mobility justice: The politics of movement in the age of extremes. London: Verso, 2018.
- SILVA, J. S. et al. Um olhar possível sobre o conceito de mobilidade e os casos da favela da Maré e do Complexo do Alemão. In: BALBIM, R.; KRAUSE, C.; LINKE, C. C. Cidade

e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano. Brasília: Ipea: ITDP, 2016.

TEIXEIRA, C. “Saindo do crime”: igrejas pentecostais, ONGs e os significados da “ressocialização”. In: MACHADO, C.; LEITE, M. P .; BIRMAN, P .; CARNEIRO, S. S. (org.). Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2015.



URRY, J. *Mobilities*. Cambridge: Polity Press, 2007.

WILLADINO, R.; NASCIMENTO, R. C.; SILVA, J. S. Novas configurações das redes criminosas após a implantação das UPPs. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2018.



# Território em disputas: experiências juvenis no bairro do Engenho Velho da Federação

## *Territory in Dispute: Youth Experiences in the Engenho Velho da Federação Neighborhood*

Gabriela Machado Bacelar Rodrigues<sup>a</sup> ,  
Milton Júlio de Carvalho Filho<sup>b</sup> 

**Resumo** O artigo analisa as dinâmicas sociais do bairro Engenho Velho da Federação, uma comunidade periférica de Salvador, com ênfase nas experiências da juventude diante das transformações urbanas e da presença do tráfico de drogas. A partir de uma abordagem etnográfica e de entrevistas com quinze estudantes do Colégio Estadual Henriqueta Martins Catarino, localizado no bairro, investiga-se como os jovens negociam sua presença no território, lidando com disputas territoriais e simbólicas, violências e oportunidades limitadas. O estudo também discute a relação entre o tráfico e as formas de sociabilidade locais, analisando como essas dinâmicas moldam as trajetórias juvenis, a construção de identidades e as possibilidades de agência dentro da comunidade. Além disso, examina-se o papel das instituições religiosas e das relações intergeracionais na mediação de conflitos e na produção de alternativas narrativas e experienciais. Dessa forma, esse trabalho busca compreender os múltiplos desafios enfrentados pela juventude periférica e as estratégias cotidianas de resistência e pertencimento no território.

**Palavras-chave** Juventude. Violência. Tráfico de drogas. Religiosidade. Engenho Velho da Federação.

**Abstract** *This article analyzes the social dynamics of Engenho Velho da Federação, a peripheral neighborhood in Salvador, with an emphasis on youth experiences amid urban transformations and the presence of drug trafficking. Through an ethnographic approach and interviews with fifteen students from Colégio Estadual Henriqueta Martins Catarino, located in the neighborhood, the study investigates how young people negotiate their presence in the territory, dealing with territorial and symbolic disputes, violence, and limited opportunities. The research also explores the relationship between drug trafficking and local forms of sociability, examining how*

---

a Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP).  
E-mail: [gaabibacelar@gmail.com](mailto:gaabibacelar@gmail.com)

b Professor Titular da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: [miltonjuliofilho@gmail.com](mailto:miltonjuliofilho@gmail.com).

*these dynamics shape youth trajectories, identity construction, and possibilities for agency within the community. Additionally, it examines the role of religious institutions and intergenerational relationships in mediating conflicts and producing alternative narratives and experiences. Thus, this study seeks to understand the multiple challenges faced by peripheral youth and the everyday strategies of resistance and belonging in the territory.*

**Keywords** Youth. Violence. Drug trafficking. Religiosity. Engenho Velho da Federação.

## INTRODUÇÃO

Esse trabalho se baseia em reflexões oriundas do projeto de pesquisa “JuventudeS: entre religião e violências em bairros periféricos” coordenado pelo professor Dr. Milton Júlio de Carvalho Filho (2017), uma pesquisa etnográfica que buscou acompanhar a sociabilidade dos jovens do bairro do Engenho Velho da Federação, em Salvador, sobretudo em seu aspecto religioso. O Engenho Velho possui uma localização privilegiada quanto a sua proximidade a vias importantes do sistema viário da cidade, como as avenidas Vasco da Gama, Cardeal da Silva, Valê do Ogunjá, Anita Garibaldi e Rua Lucaia. Sua população é majoritariamente negra, e suas casas, em grande proporção, oriundas de um processo de autoconstrução e de arrendamento de terras, o que insere esse território em problemas tipicamente acometidos pelas periferias brasileiras. Para Holston (2013), as periferias de São Paulo e da maior parte do Brasil se desenvolveram “como uma arena de conflitos por terra na qual as distinções entre ocupação legal ou ilegal são temporárias e as relações entre elas, perigosamente instáveis” (p. 265). Em alguns relatos de moradores e outros sujeitos relevantes e envolvidos com a história do bairro, ele se originou da urbanização de porções de terras de fazendas desativadas, o que gerou, por alguns anos, problemas para os moradores em termos de legalização de suas moradias.

À primeira vista, o bairro aparece com as mesmas configurações de outros bairros pobres e negros de Salvador: atividade comercial intensa, grande movimentação da população residente, vestidas *à vontade*, com roupas típicas da intimidade doméstica, fazendo da rua uma certa extensão da própria casa, como se nota pelas pessoas sentadas às portas conversando. Uma das entradas do bairro fica numa rua perpendicular à Avenida Cardeal da Silva, área valorizada da cidade, onde estão localizadas faculdades privadas, sedes de canais de televisão, e pontos comerciais importantes. Quando se olha para a Avenida Cardeal da Silva e a entrada do Engenho Velho ao mesmo tempo, nota-se uma diferença abrupta no modelo de urbanização: na Avenida, ruas bem asfaltadas, com divisão clara entre

a pista dos carros e o passeio para pedestres, menor fluxo de pessoas, essas com trajes menos informais e, aparentemente, oriundas de outros locais de residência; no Engenho Velho, ruas mal asfaltadas, com pessoas circulando pelas pistas, maior fluxo de pessoas, vestidas mais informalmente.

Um passeio pela rua Apolinário Santana, a principal do Engenho Velho, o que chama a atenção é a enorme quantidade de casas religiosas, principalmente terreiros de candomblés e igrejas evangélicas, as vezes localizados em frente um do outro. Mas também há comércios com nomes cristãos, comércios de itens do candomblé, além da rádio comunitária que tocava, frequentemente durante as visitas, música gospel.

O Colégio Estadual Henriqueta Martins Catarino foi um polo privilegiado para o encontro com os jovens<sup>1</sup>. A história do Colégio, disponível no site da própria escola, demonstra a disputa territorial sobre a qual estou tratando e, também, a importância dos terreiros de candomblé na formação do bairro - segundo relatos orais dos atuais moradores com quem conversamos e aqueles colhidos no trabalho de Ramos (2013), se chamava Bogum, nome também do primeiro terreiro de candomblé da localidade<sup>2</sup>, que teria *fundado o bairro*. No site da escola se lê:

O terreno que hoje pertence ao Colégio Estadual Henriqueta Martins Catarino pertenceu à família Martins Catarino, proprietária de fazendas na região. Úrsula Catarino e sua filha, Henriqueta Catarino, prestavam serviço comunitário à população local, davam cursos de pintura, “artes livres”, para mulheres e catequese para as crianças. No local onde está localizado o colégio surgiu um candomblé, que desapareceu após a apropriação do terreno. O governo estadual instalou neste local uma escola que serviria aos moradores do Engenho Velho da Federação. A instituição, fundada em 23 de agosto de 1969, começou com ensino de alfabetização e primeiro grau, tornou-se oficialmente uma escola de ensino médio em 2001<sup>3</sup>.

Continuando com essa fonte, podemos ler, neste mesmo texto, sobre o público atendido:

---

1 Existem outros colégios estaduais próximos ao bairro, entretanto, em função de divisões territoriais por diferentes facções criminosas, os estudantes são proibidos de frequentar certas escolas. Assim, a maior proporção de estudantes residentes está neste colégio.

2 Oficialmente Zoogodô Bogum Malê Rundó, conhecido como Terreiro do Bogum.

3 Disponível em: <<http://henriquetamartinscatharinossa.webnode.com/news/envie-nos-a-sua-avaliacao-de-nossos-servicos>>

[...] formada por jovens em vulnerabilidade social, por viverem uma realidade de dificuldades econômicas e em convívio com constantes conflitos urbanos. Entretanto, é no bairro Engenho Velho da Federação que encontramos histórias de lutas e superação que caracteriza o território com a identidade urbana de resistência da cultura dos povos de raízes africanas na Bahia, trata-se da região com o maior número de terreiros de candomblé na Bahia.

Além da escola, onde realizamos entrevista com quinze estudantes de 14 a 21 anos, fizemos visitas ao bairro, caminhamos pelas ruas, visitamos e participamos de algumas cerimônias religiosas das igrejas evangélicas e dos terreiros de candomblé, e conversamos com os seus residentes e lideranças comunitárias e religiosas. Também tivemos a oportunidade de dialogar com ativistas que desenvolveram trabalho na região, ainda que não sejam moradores.

As conversas que desenvolvemos com os estudantes do Henriqueta mostraram que a relação com essa instituição é alimentada pela esperança de conquistar seus projetos profissionais de futuro, ao mesmo tempo que demonstram criticidade sobre sua realidade. Denunciam, por exemplo, a precariedade da estrutura física do colégio, as faltas dos professores e a performance das suas didáticas. Apesar do ensino ser integral, as aulas no período vespertino eram raras nos meses em que estivemos presentes, além disso, nenhum dos turnos tinham seus horários completamente preenchidos. Ao encerrarem-se as aulas, os estudantes eram expulsos sob gritos, contra suas manifestações de interesse em permanecer.

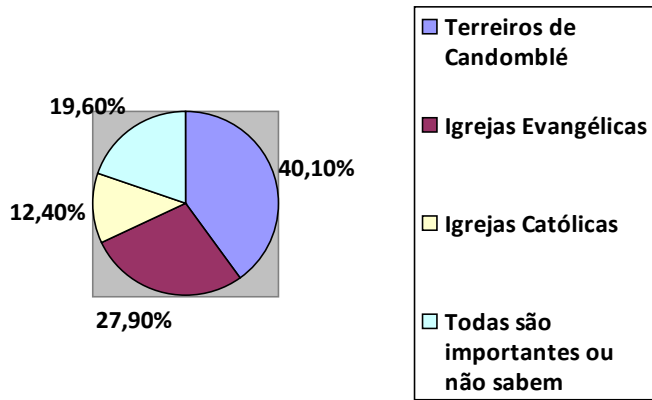
Juventude, categoria importante deste trabalho, é claro, é uma homogeneidade de uma faixa etária, habita o imaginário social como um *estilo de vida*, ao mesmo tempo em que é característica estruturante da sociabilidade (Groppo, 2004). Ela responde, sobretudo, às necessidades do mundo do trabalho. Essa é uma elaboração sociológica da juventude pertinente porque, talvez assim, possamos entender neste caso, certa falta de *gentileza* (direitos garantidos).

## JUVENTUDE E RELIGIOSIDADE NO ENGENHO VELHO

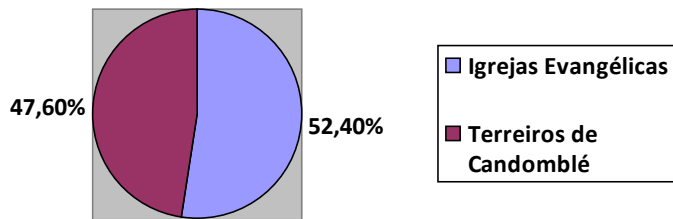
Apesar da fama de *perigoso*, algo também alimentado pelo sensacionalismo midiático, o bairro é expressivo pelo número de terreiros de candomblé instalados, treze, segundo o último mapeamento do CEAQ em 2016, “mas passam de vinte!”, contabilizam os relatos orais. Concomitantemente está o alto número de igrejas evangélicas.

A expressividade desses terreiros não parece ser figurativa, existe uma imbricação da religião e do bairro desde o seu nascimento. Inclusive as entrevistas com

os estudantes do Henriqueta mostram que grande parte dos jovens selecionados reconhecem a importância dessas instituições:



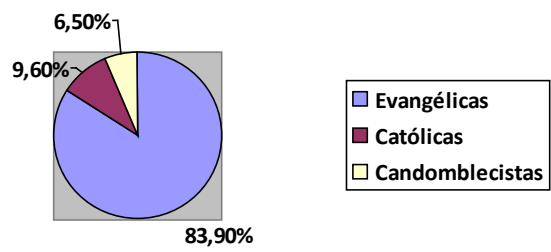
**Gráfico 1.** Relação de instituições religiosas mais proeminentes no bairro do Engenho Velho da Federação de mulheres. Fonte: Relatório do Projeto “JuventudeS: entre religião e violências em bairros periféricos” (2017)



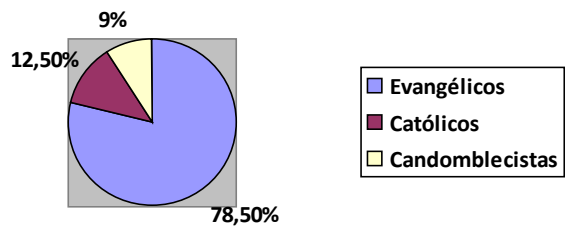
**Gráfico 2.** Relação de instituições religiosas mais proeminentes no bairro do Engenho Velho da Federação de homens. Fonte: Relatório do Projeto “JuventudeS: entre religião e violências em bairros periféricos” (2017)

Vê-se que a distribuição das respostas das mulheres é mais ampla, porém, a sua maioria delas considera os terreiros de candomblé como as instituições religiosas mais importantes do bairro, seguida das igrejas evangélicas. O dado se inverte para os homens, mas, ainda assim, há mais homens que consideram os terreiros como mais relevantes comparado com as mulheres.

A maioria dos jovens considera o Engenho Velho da Federação um bairro religioso: afirmam isso cinquenta e quatro vírgula oito por cento (54,8%) das mulheres e setenta e um virgula nove por cento (71,9%) dos homens. Os mais velhos, é claro, falam que os jovens se perderam para o tráfico de drogas, e não se engajam na vida religiosa, mas os números mostram que setenta e oito vírgula nove por cento (78,9%) das mulheres frequentam templos religiosos no bairro ou próximos a ele, como também sessenta e seis vírgula sete por cento (66,7%) dos homens. A estatística sobre a autodeclaração religiosa fica assim:



**Gráfico 3.** Afiliação religiosa de mulheres. Fonte: Relatório do Projeto “JuventudeS: entre religião e violências em bairros periféricos” (2017)



**Gráfico 4.** Afiliação religiosa de homens. Fonte: Relatório do Projeto “JuventudeS: entre religião e violências em bairros periféricos” (2017)

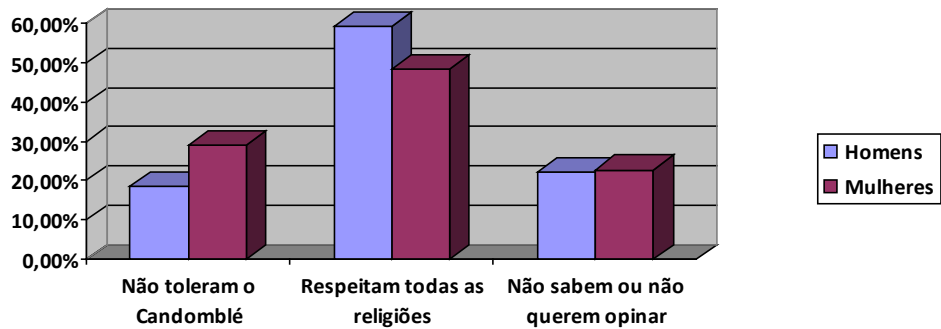
Como é possível observar, a maioria dos estudantes, homens e mulheres, são evangélicos, e o candomblé, entre ambos, tem a menor adesão. Para a afiliação a religião, a influência familiar é fundamental. Apenas nove vírgula seis por cento (9,6%) das mulheres declararam ter aderido por conta própria ou através de amigos, também nove vírgula três por cento (9,3%) dos homens, todos os demais, entre homens e mulheres, seguiram a religião dos pais.

Reforçando ainda o peso que a religião tem sobre esse território e essa juventude, sessenta e oito vírgula oito por cento (68,8%) dos rapazes e quarenta e oito vírgula um por cento (48,1%) das mulheres declararam ter limitações em função da religião, como quanto a beber, ir para festas e namorar. Assim também, trinta e quatro vírgula quatro por cento (34,4%) dos homens declaram ler com frequência a Bíblia e vinte e nove por cento (29%) das mulheres também.

A relação entre os jovens envolvidos com o tráfico de drogas e a religiosidade também é complexa, Alice, uma mulher negra, adulta, residente do bairro, diz que “eles não escutam ninguém, não respeitam ninguém, só ouvem a rua”, contudo “gostam da igreja, acham candomblé do diabo, mas não discriminam candomblecistas, respeitam”. Outra interlocutora residente do bairro, mulher negra adulta, diz que embora *eles* não tenham religião, “quando saem do tráfico viram evangélicos”. Douglas, uma liderança comunitária, não observa relação entre a ação dos traficantes e as instituições religiosas, “respeitam todas as religiões, pedem oração, ou entram no terreiro para fechar o corpo”. Curiosamente, narrou que, recente-

mente, alguns deles saíram para assaltar uma casa lotérica, no caminho viram uma evangélica com o *óleo ungido*, pediram um pouco do óleo e uma oração para eles.

Entretanto, Douglas conta que essas relações mudam com o atravessamento da política partidária, “as vezes existe um político que tem uma relação com uma igreja e ao mesmo tempo com uma facção, e isso é o que provoca muitas vezes atos de intolerância religiosa contra os terreiros de candomblé”. Entre os estudantes do Henriqueta, o grau de tolerância e intolerância está demonstrado nos seguintes números:



**Gráfico 5.** Tolerância e Intolerância religiosa por gênero. Fonte: Relatório do Projeto “JuventudeS: entre religião e violências em bairros periféricos” (2017)

Segundo os gráficos, as mulheres são mais propensas a não tolerar o candomblé do que os homens, esses são mais dispostos a respeitar todas as religiões do que as mulheres. Uma porcentagem significativa de estudantes, homens e mulheres, não soube ou não quis opinar sobre o assunto.

Um dos interlocutores, Ogã, nascido e residente do bairro, homem negro adulto, diz que “os terreiros não expulsam os envolvidos, mas temem a relação com o tráfico pela violência que pode ser arrastada para dentro dessas casas” e completa: “as mulheres candomblecistas que namoram os *envolvidos* o fazem no *subterfúgio*”. Para Douglas, é parte da estratégia de agregação de fiéis para as igrejas, a revelação do *milagre*, através da *regeneração* de ex-traficantes, “isso dá elevação moral para a Igreja”, por isso acolheriam mais.

As entrevistas mostram uma descontinuidade geracional a respeito da expectativa dos mais velhos, de que os jovens conheçam a história do bairro em termos da contribuição do candomblé. Os estudantes desconheciam patrimônios culturais e históricos importantes, como o busto de Mãe Runhó<sup>4</sup>, localizado no final de linha, e o Terreiro do Bogum<sup>5</sup>, mencionado anteriormente, primeiro terreiro de candomblé

4 Maria Valentina dos Anjos Costa, a Mãe de Santo ou Doné, como se diz na tradição Jeje-Mahi, do Terreiro de Bogum entre 1925 e 1975.  
5 Fundado entre 1835 e 1858.



da região, da nação Jeje-Mahi - e que teria abrigado, segundo *contam os mais velhos*, o baú usado para esconder segredos dos malês no episódio da Revolta de 1835. Essa descontinuidade desenha um processo de reconfiguração em curso no bairro, que desestabiliza uma territorialidade ligada aos terreiros de candomblé e que se exterioriza pelos atos de intolerância religiosa sofridos pelos terreiros.

## A JUVENTUDE, O BAIRRO E O TRÁFICO

A intolerância religiosa tem sido conformada no Brasil, nos últimos anos, através de grandes conflitos nomeados por alguns pensadores como “guerra religiosa” ou “guerra espiritual”, deflagrada pelas igrejas neopentecostais. Esses conflitos são visíveis nos noticiários de diversas partes do país<sup>6</sup>. Mais recentemente as notícias têm incorporado a categoria de “traficantes evangélicos” (sujeitos que participam do mercado ilegal de drogas e se autointitulam enquanto evangélicos).

No campo, esse dado também apareceu através de relatos que mostram a hostilidade de certos operadores do mercado ilegal de drogas com relação aos *filhos de santo* e as casas de candomblé, levando, inclusive, à expulsão de uma família de santo e destruição do seu terreiro. As práticas de intolerância religiosa, nesse sentido, têm ganhado novos relevos, os ataques aos terreiros de candomblé e umbanda têm se tornado mais recorrentes e se imiscuído com outras práticas de violência relacionadas ao tráfico de drogas. Sobretudo no estado do Rio de Janeiro, notícias falam de expulsão e assassinato de pais e mães de santo pelo tráfico.

No Engenho Velho da Federação, a urbanização foi acompanhada pela instalação de igrejas evangélicas neopentecostais e pelo surgimento do tráfico de drogas<sup>7</sup> no bairro. Olga, uma liderança religiosa negra e idosa, candomblecista, afirma

---

6 “Traficantes evangélicos expulsam mães e filhos de santo de favelas no Rio de Janeiro”. Ibahia, 04/02/2015. Disponível em <http://www.ibahia.com/detalhe/noticia/traficantes-evangelicos-expulsam-maes-e-filhos-de-santo-de-favelas-no-rio-de-janeiro/> (acesso em 02/02/2025).

“Atacada por traficantes evangélicos, mãe de santo pede asilo à Suíça”. Mídia Bahia, 20/10/2017. Disponível em <http://midiabahia.com.br/cotidiano/2017/10/20/atacada-por-traficantes-evangelicos-mae-de-santo-pede-asilo-suica/>. (acesso em 02/02/2025).

“Crime e preconceito: mães e filhos de santo são expulsos de favelas por traficantes evangélicos”. Extra Globo, 30/09/2015. Disponível em <https://extra.globo.com/casos-de-policia/crime-preconceito-maes-filhos-de-santo-sao-expulsos-de-favelas-por-traficantes-evangelicos-9868829.html>. (acesso em 02/02/2025).

“Adeptos do Candomblé expulsos de favela por traficantes evangélicos”. Informe Baiano, 02/11/2016. Disponível em <https://informebaiano.com.br/15809/manchetes/adeptos-do-candomble-expulsos-de-favela-por-traficantes-evangelicos>. (acesso em 02/02/2025).

“Traficantes evangélicos fazem mãe de santo destruir terreiro em nome de Jesus”. Revista Fórum, 15/09/2017. Disponível em <https://www.revistaforum.com.br/2017/09/15/traficantes-evangelicos-fazem-mae-de-santo-destruir-terreiro-em-nome-de-jesus-assista/>. (acesso em 02/02/2025).

7 Na fala de uma liderança religiosa do candomblé e uma das moradoras mais velhas do bairro, esse processo parece ter ocorrido ao mesmo tempo. Sua fala não diferencia os momentos da urbanização, entrada das igrejas e do tráfico de drogas.

contundentemente: “Facção não é coisa nossa. A gente não faz isso”. Neste relato oral, recorda-se que o tráfico se intensificou na região em cerca de 1995, e a divisão territorial do bairro pelos domínios de diferentes facções, em cerca de 2005.

A concepção cristã de um território periférico e sua reafirmação enquanto um território violento e *de morte* é explorada no trabalho de Birman e Machado (2012), quando analisam a narrativa da Assembleia de Deus dos Últimos Dias situada na Baixada Fluminense (Rio de Janeiro). Trata-se da mesma imagem de violência que é explorada pela mídia, e justifica, de uma só vez, as batidas policiais que decorrem em assassinatos, e o papel missionário dessas instituições em resgatar esses jovens do *vale da morte*. No caso do Engenho Velho, a sua associação com um território *de morte* parece apontar não apenas para o tráfico de drogas da região, como também a sua forte expressividade religiosa candomblecista. A exploração de uma identidade violenta que sustenta a mídia e o imaginário dessas lideranças evangélicas é a marca de um ataque direto aos terreiros.

Sandra, pseudônimo de uma liderança comunitária local, mulher adulta, negra, fala que o tráfico de drogas tem persuadido cada vez mais cedo os jovens, o que lhe exige vigilância constante sobre seu filho, pelo “medo de perdê-lo para o tráfico”. O tráfico de drogas parece ser o principal problema do bairro, do qual decorrem outras modalidades de crime, como a violência doméstica. Sandra fala que é comum agressões físicas contra as mulheres *no meio da rua*, e as meninas quando questionadas sobre o porquê não abandonam essas relações, confessam o risco de serem assassinadas. Além disso, às mulheres residentes é proibido o relacionamento com homens de outra facção, sendo submetidas a sanções como a raspagem de cabelos e sobancelhas. Violência é um recurso para a resolução de conflitos num espaço que a justiça formal não pode ser acionada. É uma forma de “sanção normal” (Lima, 2014) onde legalmente não podem ser executadas, tendo seu uso marcado em três situações principais: “manutenção da reputação, recuperação de perdas materiais (e imateriais) e vingança” (Lima, 2014, p. 27). Nessas áreas, as atividades do tráfico tendem a se confundir com a própria extensão da rua, nesse sentido, o cenário do bairro é o próprio cenário do tráfico, e com isso “tudo pode ser feito à luz do dia, na presença de todos: cobranças, avisos, acertos de conta etc...” (Lima, 2014, p. 88).

Bia, uma mulher adulta negra, residente do bairro, com pouco mais de 30 anos, se recorda que em cerca de 1995, “o bairro era muito perigoso, muito tiro-teio, gente se drogando no meio da rua, notícias de estupro”. Então, no início do estabelecimento do tráfico de drogas, “os moradores apoiavam porque se sentiam protegidos, *mas* hoje todo mundo é vítima mesmo morador”. Ela mesmo sente

medo de sofrer violência sexual no bairro. Concordando com relatos anteriores, diz que é muito comum ouvir gritos de pedido de socorro pela violência doméstica. Como explica Lima (2014), os agentes do tráfico proíbem a denúncia da violência doméstica para a polícia, em função de intercorrências relacionadas ao comércio. No entanto, diferente de relatos colhidos pelo próprio autor, “eles mesmos não se envolvem porque as mulheres deles todas apanham, são quem mais apanham. Eles batem em qualquer lugar, na rua, em casa” (Bia).

Na fala de um estudante do Henriqueta Catarino, “para mulher é mais fácil morar em favela porque os caras não ficam perguntando se é 2 ou 3”<sup>8</sup>. As entrevistas com as mulheres não confirmam essa opinião, setenta vírgula sete por cento (70,7%) das estudantes acreditam ser um bairro perigoso, e atribuem isso ao impedimento de circularem por certas regiões do bairro e de deixarem seus filhos brincando na rua, por verem os *meninos* andando armados, pela frequência dos tiroteios, das brigas em ocasiões de festas, violência policial, assédio, e limitações de horário para circulação. Enquanto isso, quarenta e nove vírgula seis por cento dos rapazes (49,6%) acham o bairro perigoso em função do igual impedimento de circularem pelo bairro, pela limitação de horário para circulação, pelas brigas e disputas territoriais das facções, e pela interdição de visitar outros bairros comandados por outras facções criminosas. O Engenho Velho trata-se, de fato, daquilo que Lima (2004) chama de “território do tráfico”:

Aquele que se confunde com a área em que estão distribuídos seus pontos de venda e sua influência se estende às formas de sociabilidade ali vigentes. Em outros termos, o cenário social local em que está implantado o tráfico é profunda e visivelmente alterado e as relações sociais cotidianas se submetem à lógica do mercado de drogas. (p. 20)

Segundo Douglas, o tráfico possuiria um papel disciplinador inclusive dentro da escola “qualquer comportamento errado de um estudante com um professor, eles são chamados atenção pelo tráfico”. Essa crescente tomada de espaço das facções na intermediação das relações cotidianas é relatada inclusive por uma ativista que, na década de 1990, trabalhava em uma ONG que prestava assessoria jurídica gratuita aos moradores. Para ela, o fortalecimento do tráfico na região fez com que a demanda para resoluções formais de conflitos, sejam eles familiares

---

8 Formas de identificar facções rivais.

ou de terra, caísse, e por isso, o projeto fechou as suas portas. Refletindo sobre a mudanças que o bairro sofreu, Olga conta:

Hoje a rua não tem nada a oferecer de bom, tive uma infância privilegiada. Antes a gente ficava até tarde na rua, no São João, grupos de vários lugares se apresentavam, hoje a gente não faz porque tem medo. Hoje eu não tenho coragem de apreender essas crianças, antes todos os mais velhos éramos responsáveis pelas crianças. Tive o privilégio de viver valores africanos na minha formação, onde todo mundo se respeitava. Nunca precisou de polícia, éramos nós mesmo, os mais velhos, que tomávamos a frente.

Apesar do elogio a esse passado, o relato também parece apontar para um território negro cujo Estado nunca se fez presente. Antes mesmo do tráfico de drogas estabelecer controle sobre as relações sociais e mediar conflitos dentro das próprias casas das famílias, essa mediação não tinha amparo de nenhuma instituição do Estado, pois isso era feito pelos moradores mais velhos que detinham a autoridade e respeito.

Os moradores e sobretudo a juventude está completamente à violência, os números são alarmantes: setenta e quatro vírgula nove por cento (74,9%) dos homens já presenciaram alguém assassinado pelas ruas do bairro, assim como setenta e um por cento (71%) das mulheres, noventa e seis vírgula oito por cento das mulheres (96,8%) das mulheres e noventa e três vírgula quatro por cento (93,4%) dos homens já presenciaram tiroteio no bairro. Apesar de jovens, cinquenta e oito por cento (58%) das mulheres já perderam alguém próximo por violência assim como setenta e cinco por cento (75%) dos homens. Essas pessoas eram familiares e amigos, em um dos casos, se tratava do então marido de uma jovem de 20 anos com quem conversamos.

Nessas entrevistas, o tema da violência aparece de muitos modos, como no medo de perder a mãe, nos sentimentos de desprezo ao bairro, na vontade de deixarem de residir na localidade, assim como no desejo de se tornarem policiais. Um dos jovens entrevistou na conversa em que alguns estudantes reclamavam do perigo: “o bairro não é perigoso, ele se torna perigoso quando outra facção tenta invadir. É todo mundo tentando invadir o território do outro”, o que, de alguma forma, tenta desnaturalizar o estigma de violência sobre as periferias, atribuindo-a ao tráfico de drogas. Abaixo seguem algumas respostas dos estudantes sobre as suas maiores preocupações relativas ao futuro:

**Mulheres:**

- 1. Violência 2. Questão Financeira 3. Educação.
- 1. Ter Filhos 2. Perder A Mãe 3. Passar Fome.
- 1. Estudo, perder de ano 2. Crescer na vida; ter futuro; sucesso financeiro 3. Perder a família.
- 1. Família 2. Estudos 3. Violência.
- 1. Não conseguir se formar na profissão escolhida. 2. Não conseguir emprego.
- 3. Perder a mãe.
- 1. Emprego 2. Saúde 3. Violência.
- 1. Futuro dos filhos. 2. Violência 3. Como vai ficar o mundo daqui pra frente.
- 1. Morte 2. Dinheiro 3. Felicidade
- 1. Família e perder a mãe
- 1. Medo de não arrumar emprego 2. Medo de não alcançar os projetos profissionais 3. Morrer antes de terminar de criar o filho.

**Homens:**

- 1. Criminalidade 2. Saúde.
- 1. Perder a mãe, o amigo de infância 2. Emprego/faculdade 3. Violência.
- 1. Perder a mãe.
- 1. Perder a mãe 2. Trabalhar 3. Perder amigos.
- 1. Morrer do nada, por inocência 2. Ser preso do nada por uma coisa que não fez.
- 1. Violência 2. Perder a mãe 3. Perder os amigos.
- 1. Segurança 2. Estabilidade financeira 3. Respeito (no sentido de ser respeitado).

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo buscou compreender as dinâmicas sociais que estruturam a vivência da juventude no Engenho Velho da Federação, evidenciando como disputas territoriais, a presença do tráfico de drogas, a religiosidade e as relações intergeracionais moldam suas trajetórias e estratégias de resistência. A partir das entrevistas realizadas com os estudantes do Colégio Estadual Henriqueta Martins Catarino e da abordagem etnográfica, foi possível observar que a juventude periférica não apenas sofre os impactos da violência e da exclusão social, mas também desenvolve formas complexas de pertencimento e agência no território.

Os resultados apontam para a de compreender o tráfico de drogas não apenas como um fenômeno criminal, mas como parte de um sistema mais amplo de desigualdades e disputas urbanas que afetam diretamente as oportunidades e

escolhas dos jovens. Por fim, ao lançar luz sobre essas dinâmicas, este artigo pretende contribuir para o debate acadêmico e político sobre juventude, religiosidade e violência urbana, ressaltando a urgência de abordagens que valorizem as narrativas locais e promovam alternativas concretas.

## REFERÊNCIAS

- BIRMAN, Patricia; MACHADO, Carly. A violência dos justos: evangélicos, mídia e periferias da metrópole. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 27, n. 80, p. 55-69, out. 2012.
- GROPPO, L. A. Dialética das Juventudes modernas e contemporâneas. *Revista de Educação e Cogeime*, São Paulo, v. 13, n. 25, p. 9 – 22, 2004.
- HOLSTON, J. Legalizando o ilegal. In: \_\_\_\_\_. *Cidadania insurgente: Disjunções da democracia e a modernidade no Brasil*. Tradução de Claudio Carina. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. cap. 6. P. 265-301.
- LIMA, A. dos S. *Rastros de Fogo e Sangue: estudo sobre a (des) centralização de um mercado varejista de drogas na Grande Salvador*. 2013. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- RAMOS, Maria Estela Rocha. *Bairros Negros: uma lacuna nos estudos urbanísticos. Um estudo empírico-conceitual no bairro do Engenho Velho da Federação, Salvador (Bahia)*. 2013. 283 f. Tese (Doutorado), Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

# A cidade como corpo em palavra: fragmentos do agreste

*The city as a body in words:  
fragments from the agreste*

Itallo de Santana<sup>a</sup> 

**Resumo** O artigo analisa cartas escritas por jovens do Agreste pernambucano como ferramenta metodológica e política de leitura das cidades onde vivem. A partir da atuação da LiACA – Liga Acadêmica de Estudos e Pesquisas Multidisciplinares das Cidades do Agreste<sup>1</sup> – propõe-se uma abordagem qualitativa e afetiva da realidade urbana, a partir de metodologias como a cartografia afetiva e a escrita epistolar. As cartas revelam desigualdades, memórias, apagamentos e desejos, configurando uma contra-cartografia sensível das cidades. O objetivo é compreender como a escrita pode funcionar como forma de resistência e planejamento urbano insurgente. Os resultados demonstram que os jovens, ao nomearem suas cidades por meio da palavra, também se reconhecem como sujeitos urbanos, capazes de produzir conhecimento e reivindicar pertencimento. Conclui-se que a escrita é aqui um gesto de fundação do coletivo acadêmico por afetos, corpos e narrativas, desafiando a visão metodológica técnica-instrumental do planejamento urbano tradicional.

**Palavras-chave** Cartografia afetiva. Juventude. Cidade vivida. Escrita epistolar. Urbanismo insurgente.

**Abstract** *This article analyzes letters written by young people from the Agreste region of Pernambuco as a methodological and political tool to interpret the cities they inhabit. Through the work of LiACA – the Academic League for Multidisciplinary Studies and Research on Agreste Cities – the study adopts a qualitative and affective approach to urban reality, drawing on methodologies such as affective cartography and epistolary*

---

<sup>a</sup> Doutorando em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco - PPGDU/UFPE. Coordenador da Liga Acadêmica de Estudos e Pesquisas Multidisciplinares das Cidades do Agreste - LiACA/UNINASSAU/CAU. Professor locado nos Cursos de Direito, Psicologia e de Arquitetura e Urbanismo no Centro Universitário Maurício de Nassau - UNINASSAU/CAU. Professor nos Cursos de Direito na Faculdade Nova Roma - FNR/CAU e na Autarquia de Ensino Superior de Garanhuns - AESGA/FACIGA. E-mail: [illomdesantana@gmail.com](mailto:illomdesantana@gmail.com)

<sup>1</sup> Coordenado pelo autor e pela professora Me. Caroline Barreto, e contribuíram com cartas e desenhos os integrantes: Alanna Lira, Arthur Pereira, BeatrizMelo, Clara Letícia, Daniel Queiroz, Felipe Almeida, Gabriela Simões, Iago Lins, Ires Tainá, Jeovanes Guimarães, Kallyne Silva, Luiz Felipe, Luan Rafael, Marina Gouveia, Missleny Fianco, Pedro Henrique, Thiago Alexandre, Wellyda Macedo.



*writing. The letters reveal urban inequalities, silenced memories, erasures, and desires, constituting a sensitive counter-cartography of the territory. The objective is to understand how writing can act as both a form of resistance and a strategy for insurgent urban planning. The findings show that, by naming their cities through personal narratives, the youth also assert themselves as urban subjects capable of producing knowledge and claiming belonging. It concludes that writing here becomes a gesture of academic foundation through affection, embodied experience, and narrative, challenging the technical-instrumental logic of traditional urban planning.*

**Keywords** *Affective cartography. Youth. Lived city. Epistolary writing. Insurgent urbanism.*

## 1. ABRO: FLORES NAS CALÇADAS RACHADAS

*“Na minha cidade, o esgoto corre a céu aberto por entre as vielas de terra batida. Mas ainda há quem plante flores nas calçadas rachadas.”*

Abrir. Contar. Escrever. Fechar. Quatro verbos que desenham os movimentos deste texto. Dividido em quatro partes, ele convida o leitor a percorrer as cidades escritas por jovens do Agreste pernambucano, um território onde ausências e afetos são narradas como uma força de contradições que se encontram vivas. Aqui, cidades crescem sem se reconhecerem; exportam riquezas sem acolherem seus próprios filhos. Entre asfaltos irregulares, calçadas desfeitas e ausências estruturais, pulsa uma juventude que insiste em escrever suas cidades – não com distanciamento técnico, mas com os pés no chão e o afeto nas palavras.

Região caracterizada por um rico tecido social, cultural e histórico, abriga cidades como Caruaru, Belo Jardim e São Bento do Una. Em razão da proposta afetiva desse artigo, não haverá caracterização espacial, urbana ou regional, convidando o leitor curioso a percorrer, como uma rua que se descobre, pesquisa própria sobre as cidades aqui mencionadas. Esses municípios, embora distintos em suas especificidades, compartilham desafios urbanos e sociais que refletem as complexidades do desenvolvimento regional. Nesse contexto, a escrita emerge como uma ferramenta poderosa para a preservação da memória e para a construção de identidades coletivas, permitindo que os habitantes dessas cidades articulem suas experiências e aspirações.

Foi nesse território que nasceu a LiACA – Liga Acadêmica de Estudos e Pesquisas Multidisciplinares das Cidades do Agreste, como espaço de pensamento e pertencimento. A liga reúne jovens de diferentes áreas que decidiram escrever

cartas para suas cidades – um gesto inaugural, político e poético, que acabou se transformando em oportunidade criativa para os desenhos, que ilustram esse artigo. Escrevem para nomear o que foi esquecido e revelar o que nunca foi cartografado. Diante da necessidade de criar espaços de reflexão e ação sobre as questões urbanas do Agreste, a LiACA passa a ser espaço de debate das dinâmicas urbanas e regionais. As diversas linhas e suas abordagens são centrais nas atividades da liga, permitindo uma compreensão aprofundada dos fenômenos sociais e urbanos por meio das diversas técnicas sugeridas sempre pelo objeto e criatividade inquieta. Tudo para tentar captar as nuances das experiências humanas no território.

A escrita sobre a memória urbana desempenha um papel crucial na compreensão e valorização das experiências cotidianas dos cidadãos. Ao documentar narrativas pessoais e coletivas, é possível revelar camadas ocultas da história das cidades, contribuindo para uma visão mais holística das transformações sociais e espaciais. Aqui, a memória da cidade pode servir como recurso didático na compreensão de conceitos geográficos ao conectar vivências pessoais com o ambiente urbano (ALMEIDA, 2017).

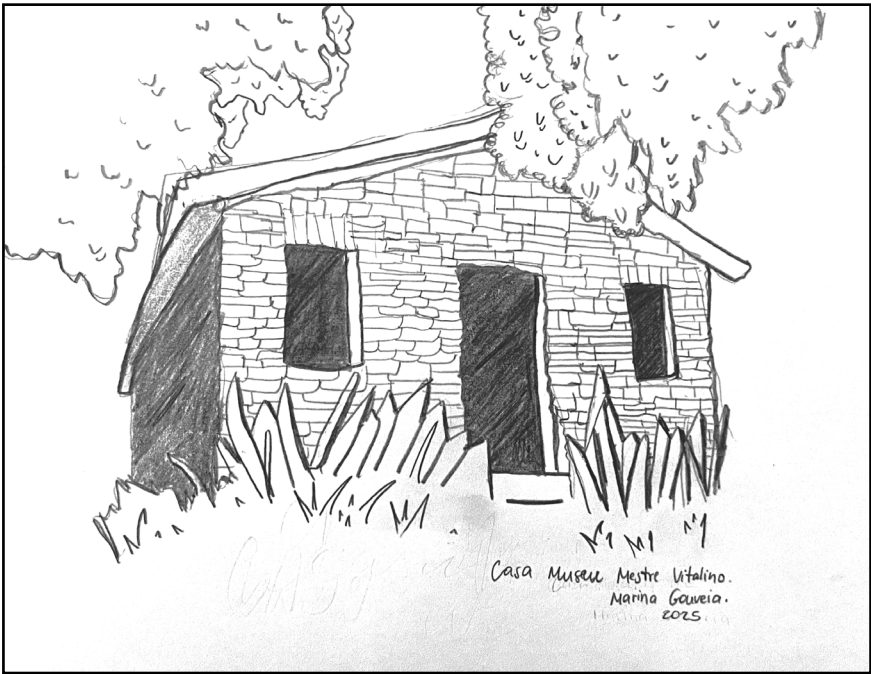
Neste artigo, termos como *memórias*, *desejos* e *afetos* não são tratados como categorias ilustrativas ou experiências subjetivas isoladas, mas como operadores conceituais que estruturam a leitura da cidade. A memória é aqui entendida como prática social coletiva (HALBWACHS, 1990), capaz de fundar espacialidades e identidades que se sobrepõem à linearidade histórica e aos marcos oficiais do urbano. Como aponta Bacelar (2020), a memória coletiva não se opõe à individual, mas se constitui com ela numa relação de tensão e atravessamento: “a memória coletiva não elimina a individualidade, mas a envolve, orienta e seleciona as experiências que serão partilhadas, esquecidas ou silenciadas” (BACELAR, 2020, p. 18).

É nesse entrelaçamento entre vivências pessoais e experiências comuns que se formam as narrativas das cartas apresentadas neste trabalho. Elas não são apenas recordações, mas formas de intervenção no espaço simbólico da cidade. A memória que emerge das cartas atravessa os sujeitos e os territórios, revelando não apenas os esquecimentos e silenciamentos do urbano, mas também as resistências que se desenham a partir do afeto e da linguagem.

O desejo, por sua vez, é convocado na esteira de Deleuze e Guattari (1995) como força de criação de mundo, e não como carência. Não se deseja o que falta, mas o que se quer fazer existir. As juventudes aqui retratadas desejam ruas caminháveis, praças vivas, casas seguras — e esse desejo já é ação.

A escrita sobre as cidades do Agreste assim, não apenas preserva a memória urbana, mas também promove uma reflexão crítica sobre o presente e inspira

transformações futuras pelo entendimento da juventude que compõe o coletivo. Ao documentar e analisar as experiências urbanas locais, essas ações fortalecem a identidade regional e incentivam a construção de cidades mais inclusivas e conscientes de sua história e potencial (BATTISTELLI e OLIVEIRA, 2021). Por potencial e identidade a Casa Museu Mestre Vitalino surge como ilustração da casa-cidade nas paisagens narrativas desses jovens de um passado-presente.



**Imagem 01.** Casa Museu Mestre Vitalino – Caruaru/PE. Autoria: Marina Gouveia

Para o contexto pedagógico, essa prática se revela particularmente significativa ao permitir que os jovens narrem suas cidades a partir de perspectivas pessoais e afetivas. Aqui a juventude não é pensada como categoria natural ou geracional, mas como construção social situada, capaz de produzir sentido, cultura e reivindicação urbana. A juventude deve ser compreendida como uma construção social, situada historicamente, atravessada por desigualdades e potências culturais que se manifestam nas cidades e em seus territórios (BORTOLANZA et al., 2024; SOUZA, 2004)

Dito isto, a carta, enquanto gênero textual, possui uma longa tradição como meio de comunicação íntima e subjetiva. Moraes e Castro (2018) discutem a importância de gêneros textuais como poemas, cartas e diários na produção de conhecimentos pedagógicos, enfatizando a necessidade de uma escrita acadêmica que vá além das normatizações científicas, sem perder o rigor e a sistematização.

Eles argumentam que tais formas de escrita permitem uma expressão mais autêntica e estética das experiências humanas.

No âmbito da pesquisa qualitativa, a “metodologia das cartas” tem sido empregada como uma técnica inovadora para capturar os fluxos urbanos e as experiências de jovens em seus territórios. Oliveira e Lacerda (2020) descrevem essa abordagem como uma forma de compreender os espaços urbanos a partir das narrativas pessoais dos jovens, que escrevem cartas destinadas a visitantes hipotéticos, apresentando-lhes suas cidades e os lugares que consideram significativos. Essa técnica não apenas revela as percepções individuais sobre o ambiente urbano, mas também evidencia as relações afetivas e sociais que os jovens estabelecem com esses espaços.

Ao escreverem sobre suas cidades, os jovens não apenas documentam suas realidades, mas também exercem um ato de criação artística e política. É essa escrita epistolar, segundo Battistelli e Oliveira (2021), que permite que se expressem suas memórias, desejos e críticas, configurando uma cartografia afetiva que desafia as representações hegemônicas dos espaços urbanos. Essa prática ressoa com a ideia de que a escrita de cartas pode funcionar como um “exercício de cumplicidade subversiva”, onde a subjetividade e a intimidade se tornam ferramentas de resistência e transformação social, algo que foi experimentado e sentido pelos coordenadores, que ao lerem as cartas, eram transportados e conscientizados das diversas escalas em que os padrões recorrentes da produção capitalista do espaço materializam suas formas de “ordenar” o “desenvolvimento urbano”.

Nesse sentido, ao tomarmos a cidade não como um simples objeto físico ou produto técnico, mas como espaço vivido, socialmente construído e profundamente atravessado por relações de poder, seguimos a concepção de Lefebvre (2011), para quem a cidade é obra coletiva e campo de disputas simbólicas e materiais. Harvey (2015), por sua vez, reforça essa compreensão ao destacar que o direito à cidade não se limita ao acesso aos bens urbanos, mas ao poder de moldar e decidir sobre a própria produção do espaço. As cartas escritas pelos jovens ressoam essas ideias ao revelarem os modos como percebem e experienciam a cidade para além do visível, ativando o desejo por uma transformação que emerge do cotidiano e da linguagem.

É nessa direção que a escrita epistolar se conecta com as leituras iniciais da obra *Mudar a cidade*, de Marcelo Lopes de Souza (2010), onde se compreende o planejamento urbano e o desenvolvimento como construções políticas e conflitivas, historicamente situadas. Assim, as cartas tornam-se dispositivos de leitura crítica do espaço, nas quais o afeto, ao ser escrito, transborda em sentimento vivo que convoca o leitor a se implicar como sujeito solidário da experiência narrada. Ainda,

as cartas tinham o poder de tornar o afeto escrito como sentimento vivo que toma o leitor ao colocar como sujeito solidário da experiência narrada. Despeja-se o barro criativo da palavra.



**Imagem 02.** Cidade de Barro. Autoria: Kallyne Silva.

Foi com essa proposta, que a adoção da escrita de cartas como método de expressão artística, política e urbana, entre os jovens do Agreste, foi empreendida como tarefa inaugural das atividades da Liga Acadêmica para abertura das discussões, estudos e pesquisas de 2025, enriquecendo a compreensão das dinâmicas urbanas locais, e fortalecendo a voz desses jovens na construção e reivindicação de seus espaços. Ao narrar suas cidades por meio de cartas, eles tecem uma rede de significados que reflete suas experiências, aspirações e lutas. O artigo demonstra a narrativa artística-política desses jovens apaixonados e inquietos com as suas Cidades do Agreste, que para além da escrita, narraram em desenhos, suas percepções.

**2. CONTO: A CIDADE QUE ATRAVESSA O CORPO**

*“Santa Cruz do Capibaribe é uma cidade que produz muito, mas parece não saber o que é viver com dignidade.”*

A relação entre o corpo e a cidade é intrínseca e complexa. Para os jovens do coletivo, a cidade não é apenas um conceito abstrato, mas uma entidade viva que protege, fere, molda e pulsa em consonância com suas experiências diárias. Para alguns, a infância marcada pela falta de escolas adequadas, a privação de espaços de lazer e a travessia perigosa até o ponto de ônibus são manifestações de um espaço

urbano que não se limita às representações tradicionais. As cartas escritas por esses jovens desvelam cidades que clamam silenciosamente por reconhecimento e transformação.

Essa perspectiva encontra eco no conceito de “pesquisa-experiência” discutido por Hüning e Gomes (2019), que enfatizam a importância de percorrer os territórios urbanos para compreender as experiências produzidas pelos corpos e afetos de quem os habita. Eles argumentam que “o caminhar pelos territórios urbanos como alternativa metodológica nos conduz a argumentar que nossos corpos compõem o processo de pesquisa, tornando possíveis e ordenando a construção do conhecimento”. Assim, a vivência corporal na cidade torna-se fundamental para a produção de narrativas autênticas sobre o espaço urbano, e essa vivência, quando posta em atenção, se traduz em escrito a partir do acesso às vivências pela memória.

Além disso, a relação entre corpo e cidade é explorada por Freitas (2011) em sua dissertação “Para uma cidade habitar um corpo”, na qual propõe o uso do espaço urbano como elemento formador do artista cênico. Ele sugere que a interação direta com a cidade permite uma compreensão mais profunda de suas dinâmicas e potencializa a expressão artística. Essa abordagem ressalta a cidade como um espaço performativo, onde as experiências corporais contribuem para a construção de significados e memórias coletivas.

Ao escrever sobre suas cidades, os jovens da LiACA não apenas documentam suas realidades, mas também as ressignificam. Eles transformam suas vivências em narrativas que desafiam as representações hegemônicas e promovem uma compreensão mais inclusiva e sensível do espaço urbano. Essa prática reflete a ideia de que “a cidade, para esses jovens, não é objeto de estudo: é matéria viva, memória que rasga, presença que permanece”. Ao desenhar ou escrever as memórias e impressões que carregam, eles reivindicam seu direito à cidade e criativamente participam da construção de um futuro mais justo e equitativo (Freitas, 2011).

A cidade não é um lugar apartado de si. Conforme as cartas são lidas, percebe-se que suas cidades habitam seus corpos, moldam seus percursos e se inscrevem em suas reflexões mais íntimas. Cada rua sem calçamento, cada ponto de ônibus distante, cada praça esquecida torna-se uma “cicatriz” viva – não apenas no tecido urbano, mas nas subjetividades que o habitam.

Ao compreenderem a cidade como corpo, esses jovens recusam uma visão distanciada ou meramente técnica do espaço urbano. Em vez disso, constroem narrativas onde a experiência sensível, o afeto e a dor se tornam linguagem legítima para pensar e transformar o lugar em que vivem. Como apontam Hüning

e Gomes (2019), é no corpo que a cidade se faz e se conhece: caminhar, viver e escrever tornam-se atos de pesquisa, de arte e de (re)existência.

É nesse espírito que se apresentam os trechos e desenhos de suas cartas, onde a escrita emerge como gesto inaugural de pertencimento, insurgência e inspiração. Cada carta é uma fresta por onde vemos a cidade não como está, mas como é sentida. Fragmentos que, juntos, desenharam um novo mapa – não o da técnica, mas o da memória e do desejo, em categorias que foram possíveis ser apreendidas e reunidas em blocos. É o momento em que os jovens escrevem suas cidades. E, ao escrevê-las, se inscrevem nelas como atores políticos que não só pensam, mas sentem o planejamento urbano.

### 3. ESCREVO: ESCREVER PARA TRANSFORMAR

*“Caruaru está sendo planejada para não nos conter.”*

A escrita é comunicação e linguagem, e possui um potencial transformador significativo sempre que utilizada como ferramenta de expressão e reflexão, neste texto, sobre o espaço urbano. No contexto das cidades do Agreste pernambucano, os jovens que escrevem essas cartas narraram suas experiências e percepções sobre o ambiente em que vivem, buscando não apenas documentar realidades, mas também cobrar por mudanças sociais e urbanas.

Como forma de intervenção social, a escrita está alinhada com o conceito de letramento crítico, que enfatiza a leitura e a escrita como práticas sociais capazes de questionar estruturas de poder e promover a emancipação dos sujeitos. Segundo Freire (1989), a leitura crítica da realidade, associada à alfabetização, pode constituir-se em um instrumento para a ação contra-hegemônica. Nesse sentido, as cartas dos jovens da LiACA representam não apenas relatos pessoais, mas também atos políticos que desafiam narrativas únicas ou hegemônicas sobre suas cidades, demonstrando, na verdade, a pluralidade das realidades dessas cidades, médias e pequenas.

Além disso, a metodologia adotada valorizou as subjetividades e os afetos dos indivíduos em relação ao espaço. Essa abordagem foi fundamental para captar as nuances das vivências urbanas que, muitas vezes, escapam às análises tradicionais nos projetos de Iniciação Científica ou Trabalhos de Conclusão de Curso que, em regra, visa fomentar a percepção e aprimoramento técnico de suas áreas de formação. Oliveira (2011) destaca que a construção do caminho metodológico nas pesquisas urbanas deve considerar os sujeitos sociais que compõem a pesquisa,



ressaltando a importância das identidades e experiências individuais na compreensão dos fenômenos urbanos.

Ao escreverem sobre suas cidades, os jovens da LiACA construíram uma “geografia afetiva” que seguirá de guia para os debates do ano, mapeando os espaços urbanos a partir de suas relações emocionais e simbólicas com o ambiente narrado. Essa perspectiva está em consonância com os estudos de Moraes e Castro (2018), que exploram que a abertura para poemas, cartas e diários, para além dos métodos tradicionais, pode otimizar o rigor científico com expressões estéticas. Essa dimensão afetiva na experiência urbana, ressaltam como as emoções e a afetividade são incorporadas e localizadas no contexto da vida cotidiana desses alunos (Mares, 2017).

A iniciativa da LiACA é inspirada e dialoga com as contribuições dos movimentos artísticos e sociais que utilizam a arte como forma de percepção, intervenção e transformação urbana e social. Muitos são os projetos que exemplificam como a expressão artística pode ser empregada para dar visibilidade a questões sociais e promover mudanças nos ambientes (Mares, 2017). Essas ações evidenciam o potencial da arte e da escrita como ferramentas de empoderamento e ressignificação dos espaços urbanos.

Portanto, as cartas escritas não são apenas registros de experiências individuais, mas constituem um corpus significativo de narrativas que revelam as complexidades e contradições das cidades do Agreste pernambucano. Ao articularem suas vozes e perspectivas, esses jovens contribuem para a construção de um discurso coletivo que busca transformar e ressignificar o espaço urbano em que vivem, em especial as Cidades do Agreste.

### 3.1 CATEGORIAS QUALITATIVAS EMERGENTES

*“Quando falo de Ribeirão, falo de um lugar que não tem praça, mas que tem esquina. Uma esquina onde a cidade respira.”*

A análise das cartas revela um mosaico de experiências e percepções que desvelam as complexidades do viver urbano no Agreste pernambucano. Essas narrativas, ao emergirem do cotidiano, permitem a identificação de categorias qualitativas que articulam (a) sentimentos, (b) denúncias e (c) aspirações. A metodologia de análise qualitativa, conforme discutido por Rodrigues (2005), possibilita a apreensão das relações entre práticas sociais e os significados atribuídos pelos sujeitos, destacando a importância de compreender as vivências individuais no contexto urbano.

Oliveira (2020) apresenta a “metodologia de cartas” como uma técnica de coleta de dados que analisa o conteúdo das cartas escritas por jovens para um visitante hipotético em sua cidade, revelando seus locais de interesse e itinerários. Essa abordagem destaca a subjetividade e a intimidade dos autores, permitindo uma compreensão profunda de suas relações com o espaço urbano.

Ao nomear ausências e desigualdades, esses jovens devolvem humanidade aos vazios urbanos. Transformam o trauma em trama, a dor em dado, o cotidiano em argumento. Cada carta é uma insurgência, uma recusa à invisibilidade, um convite à cidade: “Olhe para nós. Estamos aqui” (Oliveira, 2020).

A leitura dessas cartas revelaram um conjunto de camadas afetivas, denúncias urbanas e vivências corporais do território que permitem estabelecer categorias qualitativas transversais. Essas categorias emergentes que foram destacadas como traços comuns em cidades e sujeitos distintos são articuladas a citações representativas, evidenciando a riqueza e a profundidade das experiências compartilhadas pelos jovens do coletivo.

### 3.2 GEOGRAFIAS INVENTADAS PELO AFETO

*“A gente aprendeu a conviver com o esgoto. Ele virou parte do caminho. Mas o que não virou parte foi o abandono.”*

As narrativas dos jovens revelam uma cartografia afetiva das suas cidades do interior de Pernambuco, onde a ausência de infraestrutura é preenchida por laços comunitários e resistência cultural. A falta de espaços públicos formais, como praças, é compensada por encontros em esquinas que se tornam pontos de convivência e expressão coletiva. Essa dinâmica reflete o conceito de “cartografia afetiva”, que busca mapear as relações emocionais e subjetivas dos indivíduos com o espaço urbano, indo além das representações físicas e formais da cidade, conforme aborda Silva, Diniz e Duarte (2021).

A convivência diária com problemas como esgoto a céu aberto e infraestrutura precária é ressignificada pelos moradores, que desenvolvem formas criativas de adaptação e resistência. Essa realidade dialoga com a ideia de que a experiência sensível dos espaços urbanos pode ser transformadora, permitindo que os indivíduos reivindiquem a cidade como um espaço para a arte e a expressão (Silva, Diniz e Duarte, 2021).

Ao expressarem suas experiências por meio da escrita, esses jovens denunciam as deficiências urbanas e constroem novas geografias emocionais e sociais. Eles

desafiam as abordagens tradicionais do planejamento urbano ao se voltarem as dimensões subjetivas e afetivas da vida urbana. Essa perspectiva é apoiada por estudos que enfatizam a importância de considerar as emoções e percepções dos habitantes na análise e transformação dos espaços urbanos (Jaques, 2019).

Assim, as cartas também são manifestações de uma inteligência urbana que emerge do afeto e da experiência cotidiana (Rodrigues, 2005; Jaques, 2019; Silva, Diniz e Duarte, 2021). Elas evidenciam que, mesmo em contextos de escassez material, há uma riqueza de significados e conexões que moldam a vivência urbana e que merecem ser reconhecidas e valorizadas.

### 3.3 A CIDADE COMO CORPO EM PALAVRA (POR CIDADES)

Nesta seção, ganham forma os fragmentos urbanos inscritos nas cartas dos jovens da LiACA, revelando espaços que não constam em mapas oficiais. As cidades são descritas como corpos — atravessados, esquecidos, mas também vivos e sonhadores. As palavras destes jovens constroem uma espécie de contra-cartografia urbana, discutida por Kiminami e Sperling (2020), em textos na qual a rua esburacada, a esquina como praça, o cheiro do barro, a ausência de calçamento ou o banco hostil tornam-se símbolos de exclusão e de resistência. As cartas reúnem uma sociologia afetiva do espaço, em que a experiência pessoal se torna matéria de leitura crítica da cidade.

Ainda que a estrutura da seção possa inicialmente parecer fragmentada, ela foi cuidadosamente desenhada a partir de uma metodologia que toma as cartas como eixo de organização narrativa e política, agrupando-as por cidade de origem. Essa escolha metodológica não busca seguir uma linearidade analítica tradicional, mas respeitar o ritmo, o tom e as especificidades de cada território urbano tal como foram escritos pelos jovens. Ao conjugar as cartas por cidade, o texto assume uma forma que espelha a própria heterogeneidade dos espaços urbanos, fazendo da estrutura do artigo uma cartografia afetiva que se constrói por aproximações, lampejos e repetições significativas. O que pode soar como fragmentação, portanto, é resultado deliberado de uma escrita que se alinha à lógica da experiência: descon-tínua, plural e politicamente situada.

A organização por cidades permite que vejamos tanto os padrões comuns de desigualdade e exclusão como as particularidades de cada território: Caruaru e sua urbanização desigual; Belo Jardim entre a música e indústria; São Bento do Una com sua memória sagrada e suas ruas de entulho; e tantas outras — Ribeirão, Pesqueira, Altinho, Tacaimbó, Santa Cruz do Capibaribe, Sairé — que, ainda que com uma só voz, exprimem tensões e afetos plurais. A cidade, aqui, é reescrita

como território de memória e de desejo, como lugar onde o planejamento urbano precisa ser sensível à palavra, ao corpo e ao pertencimento de quem nela vive. Essa reescrita se configura, assim, como gesto de resistência e de reinvenção. As frases dos jovens são expostas preservando anonimidade.

Já ao analisarmos as imagens produzidas pelos jovens, optamos por compreendê-las não como meras ilustrações do que se escreve ou se diz, mas como símbolos que emergem de camadas profundas da experiência urbana. Segundo Jung (2017), a imagem simbólica é uma manifestação do inconsciente e carrega em si múltiplos sentidos, articulando o vivido, o desejado e o reprimido. Nesse sentido, os desenhos que acompanham as cartas devem ser lidos como prolongamentos do gesto epistolar: condensam afetos, memórias e críticas em traços que não buscam representar fielmente a cidade, mas revelar as cidades possíveis — aquelas que já habitam o imaginário dos sujeitos.

A posição dessas imagens no texto segue uma lógica poética e sensível, mais próxima da colagem do que da ordenação cartesiana. Essa escolha busca respeitar o caráter simbólico e espontâneo do material produzido, permitindo que as imagens dialoguem livremente com os textos e com o leitor, compondo uma cartografia afetiva em que o urbano se expressa não pela exatidão, mas pela força da sugestão. Em vez de subordinadas a uma descrição linear, as imagens se tornam pistas visuais, convites à deriva sensível, reforçando o potencial transformador da escrita e do traço como modos de habitar e reinventar a cidade.

### **3.3.1 CARUARU – “O CENTRO AVANÇA, MAS A MARGEM ESCRIVE”**

Caruaru, uma das cidades mais conhecidas do Agreste pernambucano, é também uma das mais tensionadas. Sob o slogan do progresso, esconde-se uma paisagem fragmentada entre o crescimento urbano e o esquecimento territorial. O que os mapas oficiais não mostram, os jovens da LiACA revelam com palavras que refletem, lembram e sonham. A cidade que se vê nas cartas é uma Caruaru onde o concreto sobe, mas muitos corpos seguem vulneráveis. O centro avança, mas a margem escreve — e escreve com a força de quem se recusa ver ruim a cultura da Capital do Forró.

#### **3.3.1.1 ONDE A CIDADE FALHA: TERRITÓRIOS ESQUECIDOS, CORPOS ATRAVESSADOS**

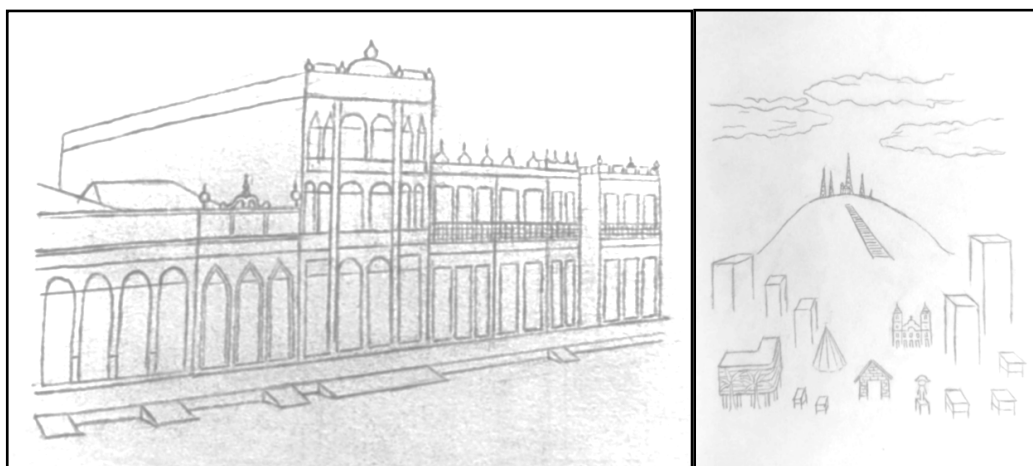
Há lugares em Caruaru que parecem esquecidos até pelo tempo. São ruas nomeadas por quem as habita. Quando chove, o barro se acumula onde faltam

calçadas; quando faz sol, a poeira cobre o silêncio das promessas políticas não cumpridas:

*“Moro no bairro do Salgado, e na minha própria rua, por exemplo, há anos enfrentamos um problema recorrente: um cano que estoura com muita frequência [...] basta a primeira chuva para que o transtorno comece novamente.”*  
— Jovem pesquisador(a)

*“Na região onde moro existe uma rua chamada de rua da lata [...] é de difícil passagem em épocas de chuva [...] quanto mais afastado e de menor valor imobiliário, menos cuidado se tem com a região.”* — Jovem pesquisador(a)

*“Caruaru possui 33 favelas [...] os moradores desses locais realmente desfrutam de uma boa qualidade de vida?”* — Jovem pesquisador(a)



**Imagens 03 e 04.** Rua 15 de Novembro (inspirada em imagem antiga) e Monte Bom Jesus – Caruaru/PE. Autoria: Daniel Queiroz

### **3.3.1.2 CRESCER COMO? DESENCANTAMENTO COM O PROGRESSO QUE NÃO INCLUI**

O avanço urbano, em vez de ser símbolo de inclusão, tem se tornado símbolo de exclusão. A cidade tem braços largos para o mercado, mas passos curtos para alcançar quem mais precisa. As construções crescem como se não houvesse povo, memória ou chão. A expansão privilegia interesses econômicos, abandonando aqueles que não se encaixam nos planos dos empreendedores:

*“Você avança, mas avança vazia.”* — Jovem pesquisador(a)

*“A forma de expansão só traz benefícios a poucos e tira de muitos o seu direito à moradia.”* — Jovem pesquisador(a)

*“Empresas amigas de Caruaru seguem lucrando com isso [...] destruindo aos poucos o lar de mais de 370 mil caruaruenses.”* — Jovem pesquisador(a)

### **3.3.1.3 A CIDADE QUE MORA NA MEMÓRIA: CULTURA COMO MAPA AFETIVO**

Mas Caruaru também vive em outras camadas. Na cultura pulsa uma forma de pertencimento que resiste ao apagamento simbólico. Vive no cheiro do pastel da feira, no barro que molda a memória, no som de uma sanfona que não se escuta nos shoppings, no seu maior e melhor São João do Mundo, mas que ecoa na lembrança das manhãs juninas:

*“Tenho na memória as manhãs que ia cedinho à feira da Cohab [...] ouvir o burburinho dos vendedores [...] me fizeram entender a energia pulsante que existe em você.”* — Jovem pesquisador(a)

*“O barro, tão fundamental para a sua identidade local, já não é lembrado com a mesma relevância.”* — Jovem pesquisador(a)

*“Caruaru é mãe das mais variadas artes.”* — Jovem pesquisador(a)



**Imagem 05.** Igreja Santa Luzia (Monte Bom Jesus) – Caruaru/PE. Autoria: Clara Letícia

### **3.3.1.4 SONHAR É VERBO URBANO: JUVENTUDES QUE DESEJAM FUTURO**

Os jovens de Caruaru não escrevem apenas para denunciar. Escrevem para sonhar e planejar. Planejar pela palavra é um modo de construir urbanismo com afeto e justiça. A escrita aqui é gesto de afeto e de futuro:

*“Nunca vou conseguir esquecer de você. Você é parte de quem eu sou.”* — Jovem pesquisador(a)

*“Quero desenvolver mais sobre esses temas [...] colocando no papel tudo que eu vejo e vi ao longo de 12 anos morando em Caruaru.”* — Jovem pesquisador(a)

*“Espero que esta carta sirva como um chamado para a reflexão. Que Caruaru continue a crescer, mas sem deixar ninguém para trás.”* — Jovem pesquisador(a)

*“Sei que ainda há esperança, e ela está em nós.”* — Jovem pesquisador(a)

### **3.3.1.5 CIDADES QUE REPELEM: QUANDO O ESPAÇO EXCLUI EM SILÊNCIO**

A exclusão urbana nem sempre grita. O espaço público, quando desenhado com hostilidade, transforma o direito de existir em privilégio. Às vezes, ela se apresenta em detalhes que impedem a permanência e o repouso:

*“Os bancos com divisórias no centro da cidade impedem que pessoas em situação de rua descansem [...] tornando o ambiente menos humano e digno.”* — Jovem pesquisador(a)

*“O espaço sob o viaduto poderia ser mais útil para a comunidade, mas foi preenchido por vasos de plantas.”* — Jovem pesquisador(a)

### **3.3.1.6 O QUE JÁ FOI: PERDA DA MEMÓRIA COMO FERIDA URBANA**

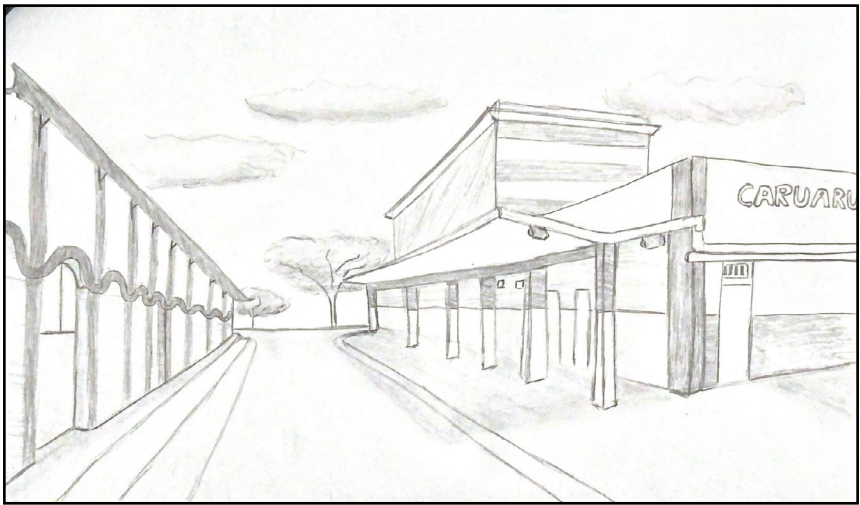
Perder a memória é também perder o caminho do cuidado. Caruaru precisa reaprender a contar suas histórias — não como saudade, mas como projeto de cidade. Os fragmentos do passado ainda pulsam, mas à margem da cidade planejada:



*“As límpidas águas do Rio Ipojuca também se tornaram memórias.”* — Jovem pesquisador(a)

*“A praça do Marco Zero [...] sofreu desconstrução ao longo dos anos.”* — Jovem pesquisador(a)

*“Do trem local, restou somente a estação ferroviária.”* — Jovem pesquisador(a)



**Imagem 07.** Estação Ferroviária de Caruaru/PE. Autoria: Clara Letícia

**3.3.2. BELO JARDIM – “A CIDADE COMO PARTITURA AFETIVA”**

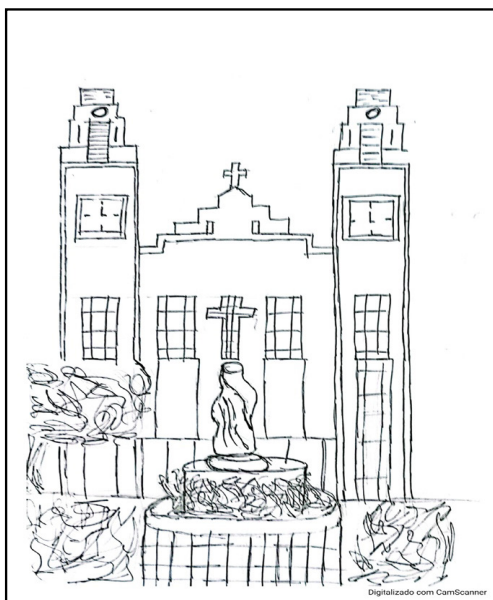
Se Caruaru escreve com o contraste entre centro e margem, Belo Jardim compõe com notas de música e memória. A cidade pulsa entre a beleza prometida no nome e a realidade desigual que molda suas ruas. Para os jovens da LiACA, Belo Jardim é uma partitura afetiva: carrega notas dissonantes, mas também melodias de luta, saudade e esperança. Em suas cartas, o espaço urbano é lido como corpo vivo — ferido pelas omissões, mas ainda vibrante naquilo que resiste a desaparecer.

**3.3.2.1 ONDE A CIDADE FALHA: TERRITÓRIOS ESQUECIDOS, CORPOS ATRAVESSADOS**

Mesmo com seu nome florido, a beleza ainda não foi compartilhada por todos. É uma cidade em que os rios viraram esgoto como sinal de abandono. A cidade se revela partida: em um lado, as narrativas oficiais de crescimento; no outro, os esgotos que transbordam, as ruas intransitáveis e a ausência de infraestrutura básica:

*“Mesmo com todo esse aumento populacional nos últimos anos, a prefeitura não se mobilizou para melhorar o sistema de esgoto da cidade [...] deixando os moradores ilhados em suas casas.”* — Jovem pesquisador(a)

*“A cidade precisa ainda melhorar muito, muitas ruas ainda precisam de calçamento, bairros ainda esquecidos, áreas sem água e sem energia, povoado passando fome.”* — Jovem pesquisador(a)



**Imagem 08.** Igreja Nossa Senhora da Conceição. Autoria: Arthur Pereira.

### **3.3.2.2 CRESCER COMO? DESENCANTAMENTO COM O PROGRESSO QUE NÃO INCLUI**

A promessa de progresso se revela seletiva. O traçado da cidade, em vez de desenhado para o povo, parece ser arquitetado por e para os interesses privados. A expansão urbana se curva aos interesses de quem lucra, enquanto a maioria observa de longe o avanço de obras que não lhes pertencem:

*“Existe um crescimento desenfreado no mercado imobiliário da cidade [...] casas de construtoras construídas nas margens do rio Bitury.”* — Jovem pesquisador(a)

*“As indústrias da cidade possuem bastante influência nas decisões públicas [...] têm liberdade para realizar ajustes no traçado urbano.”* — Jovem pesquisador(a)

*“Os políticos aceitam certas situações em troca do benefício dos próprios, deixando a população apenas com a ilusão de que essas ‘melhorias’ são realizadas para ela.” — Jovem pesquisador(a)*

### **3.3.2.3 A CIDADE QUE MORA NA MEMÓRIA: CULTURA COMO MAPA AFETIVO**

Apesar das falhas na infraestrutura, Belo Jardim abriga uma cultura poderosa que atravessa gerações. Na música, nas rendeiras, na Festa das Marocas, pulsa a cidade que resiste ao apagamento e ao esquecimento. É uma cidade onde a música ecoa como pertencimento e resistência:

*“A cidade tem duas escolas de música super importantes [...] a Filarmônica São Sebastião, fundada em 1887, e a Sociedade de Cultura Musical, de 1935.” — Jovem pesquisador(a)*

*“Tua cultura é extraordinária! [...] O artesanato também tem um espaço forte, principalmente com as rendeiras.” — Jovem pesquisador(a)*

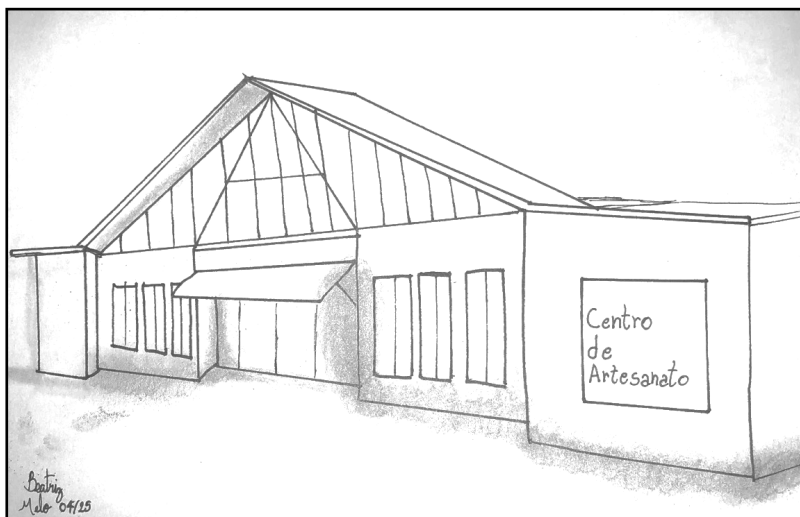
*“Belo Jardim é uma cidade repleta de histórias. Sonhos foram realizados, vidas foram vividas e legados foram deixados no decorrer das ruas dessa cidade.” — Jovem pesquisador(a)*

### **3.3.2.4 SONHAR É VERBO URBANO: JUVENTUDES QUE DESEJAM FUTURO**

Escrever sobre a cidade é também reescrevê-la no desejo. Ao escrever, os jovens transformam o afeto em projeto, o cotidiano em política e o sonho em ação. Os jovens de Belo Jardim não se rendem ao cinismo: suas cartas são declarações de amor, planos de cuidado e exigências por um futuro melhor:

*“Minha eterna gratidão e meu amor por tua cidade. Espero que possamos colaborar e garantir uma urbanização única e estável para todos!” — Jovem pesquisador(a)*

*“Belo Jardim é uma cidade que possui um potencial enorme [...] mas na maioria das vezes esses primeiros potenciais são deixados de lado pela prefeitura.” — Jovem pesquisador(a)*



**Imagem 09.** Centro de Artesanato de Belo Jardim/PE. Autoria: Beatriz Augusta

### **3.3.2.5 CIDADES QUE REPELEM: QUANDO O ESPAÇO EXCLUI EM SILÊNCIO**

O que se apresenta como modernização, muitas vezes, expulsa o brincar, o encontro, a permanência — tudo que faz da cidade um lugar de vida. A exclusão nem sempre é feita de muros: às vezes, ela se insinua nos desenhos urbanos que parecem neutros, mas empurram para longe os corpos que não vendem imagem de progresso:

*“A prefeitura permitiu que três restaurantes construíssem extensões dos próprios comércios no calçadão [...] ocupando cerca de 2/3 da área livre da praça.”*  
— Jovem pesquisador(a)

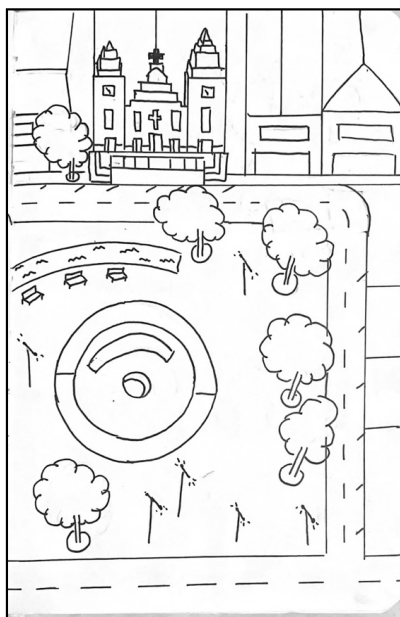
*“Os brinquedos, que antes ocupavam esse espaço com segurança, foram transferidos para a rua na esquina da praça, trazendo risco aos transeuntes.”*  
Jovem pesquisador(a)

### **3.3.2.6 O QUE JÁ FOI: PERDA DA MEMÓRIA COMO FERIDA URBANA**

Na história de Belo Jardim também há apagamentos. Recuperar a memória não é nostalgia: é insurgência. É o gesto de lembrar à cidade quem ela é — e quem ela pode voltar a ser, com justiça e cuidado. A memória local, viva nas narrativas populares e nos espaços simbólicos, precisa ser protegida do esquecimento e da omissão institucional:

*“Foi preciso pessoas passarem fome, teu dinheiro ser roubado, tuas ruas serem estouradas e teus antigos governadores serem presos para que os teus caminhos fossem glorificados.” — Jovem pesquisador(a)*

*“No ano seguinte, em 1854, começou a se formar uma feira [...] Primeiro, fizeram um oratório simples. Depois, construíram a capela e a igreja matriz.” — Jovem pesquisador(a)*



**Imagem 10.** Praça da Conceição – Belo Jardim/PE. Autoria: Mislleny Fianco

### **3.3.3. SÃO BENTO DO UNA – “DO BARRO À PROMESSA”**

Entre ruas de barro, galinhas e fé, São Bento do Una se escreve nas margens da promessa. A cidade que carrega no nome a ideia de proteção também abriga feridas abertas e uma juventude atenta aos silêncios do poder. Ao narrar sua cidade, os jovens da LiACA constroem pontes entre o passado e o presente, revelando camadas de sentido que a urbanização técnica não alcança. Suas cartas são como procissões de palavras: carregam a história nos ombros e o desejo nos pés.

#### **3.3.3.1 ONDE A CIDADE FALHA: TERRITÓRIOS ESQUECIDOS, CORPOS ATRAVESSADOS**

As palavras desenham uma cidade onde a precariedade não é exceção, mas o chão diário de quem vive em seus bairros esquecidos. Apesar da relevância econômica e cultural, São Bento do Una ainda tropeça nos mesmos obstáculos que marcam tantas cidades do interior: esgoto a céu aberto, vias esburacadas, lixo acumulado e um planejamento ausente.

*“Muitas ruas e avenidas necessitam de reparos urgentes, incluindo pavimentação e saneamento básico adequado.” — Jovem pesquisador(a)*

*“A cidade enfrenta um grave problema relacionado ao saneamento, com esgotos estourados que impactam diretamente a qualidade de vida.” — Jovem pesquisador(a)*

*“A presença de entulhos de obras espalhados, a vegetação excessiva em áreas públicas e o acúmulo de lixo [...] comprometem o bem-estar.” — Jovem pesquisador(a)*

### **3.3.3.2 CRESCER COMO? DESENCANTAMENTO COM O PROGRESSO QUE NÃO INCLUI**

A economia de São Bento do Una gira com força: sua produção agrícola e avícola é vital para a região. Mas o que se observa é um distanciamento cruel entre aquilo que se produz e aquilo que se vive. O crescimento não chega à mesa de quem sustenta o nome da cidade. As cartas denunciavam: o progresso que não inclui não é progresso. É retórica vazia.

*“Movimentando significativamente a economia local e regional, mas os recursos gerados não se traduzem em melhorias equitativas para a população.” — Jovem pesquisador(a)*

*“Torna-se imprescindível investir na ampliação dos serviços básicos [...] assegurando que São Bento do Una continue a se desenvolver de forma sustentável e equitativa.” — Jovem pesquisador(a)*

### **3.3.3.3 A CIDADE QUE MORA NA MEMÓRIA: CULTURA COMO MAPA AFETIVO**

Se os investimentos falham, a memória resiste. Em São Bento do Una, o passado ainda fala — nas promessas feitas aos santos, nas festas de reis, nas narrativas passadas de geração em geração. Essa cultura invisibilizada é, ao mesmo tempo, denúncia e resistência. A cidade existe na fé, na memória e nos detalhes que não cabem nos relatórios de gestão.

*“Desde pequenos nos é contada a história de como esse pequeno pedaço do Agreste era infestado de cobras [...] e o povo clamava a São Bento por ajuda.” — Jovem pesquisador(a)*

*“A Festa de Reis que, quando criança, ansiava o ano todo para os parques e shows de trio.” — Jovem pesquisador(a)*

*“Temos tanta cultura para mostrar, mas não somos vistos.” — Jovem pesquisador(a)*

#### **3.3.3.4 SONHAR É VERBO URBANO: JUVENTUDES QUE DESEJAM FUTURO**

Mesmo diante da exclusão, os jovens que escreveram sobre São Bento do Una não desistiram de sonhar. Suas palavras são planos afetivos, desenhos de cidade que desejam respirar justiça e pertencimento. O sonho aqui não é fuga: é planejamento insurgente.

*“Só lhe desejo que vejam toda sua história pintada e construída com cada parede, cada rua, cada praça, cada construção histórica.” — Jovem pesquisador(a)*

*“Somente por meio de ações concretas será possível garantir que nossa cidade prospere.” — Jovem pesquisador(a)*

#### **3.3.3.5 CIDADES QUE REPELEM: QUANDO O ESPAÇO EXCLUI EM SILÊNCIO**

A exclusão urbana nem sempre se mostra com força bruta. Às vezes, é a omissão que fere. São Bento do Una é uma cidade onde os vestígios da memória precisam disputar espaço com o esquecimento programado. A invisibilidade da cultura e da história local é também um projeto — de silenciamento, de apagamento simbólico, de desvalorização.

*“Temos tanta cultura para mostrar, mas não somos vistos.” — Jovem pesquisador(a)*

#### **3.3.3.6 O QUE JÁ FOI: PERDA DA MEMÓRIA COMO FERIDA URBANA**

A cidade pulsa no que ainda sobrevive da sua história. Padarias antigas, construções esquecidas, nomes que resistem no imaginário coletivo. Mas essa memória, se não cuidada, escorre junto com as águas do esgoto. A memória é também



infraestrutura — simbólica, sensível e estratégica. Quando negada, empobrece a cidade. Quando reconhecida, fortalece o pertencimento.

“Só lhe desejo que vejam toda sua história pintada e construída com cada parede, cada rua, cada praça, cada construção histórica com a padaria Sertaneja.” — Jovem pesquisador(a)

“Sua história remonta a aproximadamente 1825 [...] e desde então São Bento do Una tem se destacado cultural e economicamente.” — Jovem pesquisador(a)

### 3.3.4 CIDADES DE UMA SÓ VOZ: FRAGMENTOS AFETIVOS E POLÍTICOS DE QUEM OUSOU ESCREVER SUA CIDADE

Nem todas as cidades apareceram com o mesmo destaque ou volume de cartas. Algumas surgem como lampejos — mas ainda assim carregam densidade. São vozes que traçam contornos firmes do urbano vivido. Nestes fragmentos, aparecem seis cidades: Altinho, Ribeirão, Pesqueira, Sairé, Tacaimbó e Santa Cruz do Capibaribe. Suas juventudes revelam desigualdades históricas, apagamentos culturais e desejos potentes de transformação.

#### 3.3.4.1 ONDE A CIDADE FALHA: TERRITÓRIOS ESQUECIDOS, CORPOS ATRAVESSADOS

A infraestrutura precária, os serviços públicos ausentes e a ausência de lazer estruturam o cotidiano de milhares de jovens. São cidades que falham no básico — e isso reverbera no corpo e na experiência dos sujeitos.

*“A Vila Nova enfrenta vias degradadas, ausência de áreas de lazer e uma infraestrutura precária, refletindo uma clara desigualdade na distribuição de investimentos.”* — Jovem pesquisador(a) (Altinho)

*“Pesqueira dispõe de poucas praças com jardins urbanos com pouca manutenção e uma com área destinada ao lazer infantil.”* — Jovem pesquisador(a) (Pesqueira)

*“Problemas de infraestrutura básicos como falta de água, em especial nos bairros mais afastados do centro, saúde pública extremamente defasada, saneamento básico e transporte público.”* — Jovem pesquisador(a) (Ribeirão)

*“Enfrenta graves problemas de saneamento básico e drenagem, com alagamentos frequentes durante chuvas.” — Jovem pesquisador(a) (Santa Cruz do Capibaribe)*

#### **3.3.4.2 CRESCER COMO? DESENCANTAMENTO COM O PROGRESSO QUE NÃO INCLUI**

Mesmo aquelas cidades vistas como “potências” produtivas apresentam rachaduras profundas no pacto urbano. Os benefícios do crescimento não são distribuídos. A desigualdade se atualiza sob o disfarce do desenvolvimento.

*“A cidade representa um paradoxo urbano notável: alcançou dinamismo econômico como polo têxtil, mas permanece refém de problemas básicos.” — Jovem pesquisador(a) (Santa Cruz do Capibaribe)*

*“Tacaimbó está em ritmo desacelerado quando comparado a outros, portanto, esse município é lugar de pouco olhar acadêmico.” — Jovem pesquisador(a) (Tacaimbó)*

*“O crescimento constante e o surgimento de novos loteamentos em suas extremidades [...] resultaram em desigualdades entre os bairros.” — Jovem pesquisador(a) (Altinho)*

#### **3.3.4.3 A CIDADE QUE MORA NA MEMÓRIA: CULTURA COMO MAPA AFETIVO**

Mesmo onde falta quase tudo, sobra história. A memória afetiva dos territórios resiste às ausências estruturais. A feira, os casarios, os nomes antigos, os cheiros — tudo isso compõe um urbanismo sensível, resistente e inventivo.

*“Lembro-me das feiras de sábado e da expectativa de, junto com minha avó, comer churros e escolher DVDs. [...] O que permanece são as memórias, os cheiros e a atmosfera de um lugar que carrega um passado forte e cheio de promessas.” — Jovem pesquisador(a) (Sairé)*

*“Tacaimbó se desenvolveu como grande criação de gado. [...] Este que, por um longo tempo, viveu e serviu a grandes senhores de fazendas.” — Jovem pesquisador(a) (Tacaimbó)*

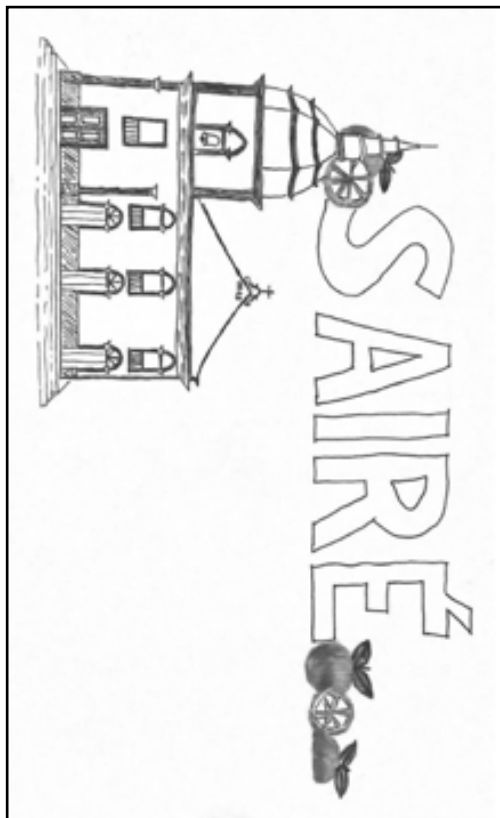
#### 3.3.4.4 SONHAR É VERBO URBANO: JUVENTUDES QUE DESEJAM FUTURO

Não se escreve apenas o que dói. Escreve-se também o que se quer. As cartas convocam políticas públicas, novas formas de educação, cuidado com o patrimônio e escuta institucional. Sonhar, aqui, é um verbo político.

*“É necessário que os governantes olhem para essas demandas com seriedade e compromisso, promovendo políticas públicas eficazes.” — Jovem pesquisador(a) (Altinho)*

*“Proponho: (1) incentivo à educação do ensino médio com palestras e prêmios; (2) novas perspectivas de construção profissional; (3) educação flexível para estudantes que trabalham no mercado.” — Jovem pesquisador(a) (Tacaimbó)*

*“Meus sonhos para Sairé não só estimulam a continuidade das coisas boas, mas também a melhoria de coisas básicas como educação, segurança, transportes.” — Jovem pesquisador(a) (Sairé)*



**Figura.** Sairé, a terra da laranja. Autoria: Alanna Lira.

### **3.3.4.5 CIDADES QUE EXCLUEM: QUANDO O ESPAÇO AFASTA EM SILÊNCIO**

A exclusão urbana também se manifesta nos detalhes invisíveis: a ausência de participação social, o planejamento tecnocrático, a recusa em dialogar com os habitantes.

*“A escassez de informações claras e o distanciamento da população nas decisões [...] resultam em um planejamento urbano muitas vezes desarticulado e ineficaz.”* — Jovem pesquisador(a) (Pesqueira)

*“A baixa participação da população nas decisões sobre planejamento urbano demonstra a falta de políticas que incentivem o engajamento comunitário.”* — Jovem pesquisador(a) (Altinho)

*“A persistência dos problemas decorre [...] da ausência de priorização política e instrumentos eficazes de gestão urbana.”* — Jovem pesquisador(a) (Santa Cruz do Capibaribe)

### **3.3.4.6 O QUE JÁ FOI: PERDA DA MEMÓRIA COMO FERIDA URBANA**

Nessas cidades menores, o tempo também apaga lentamente. Mas há quem resista à invisibilidade. A memória, quando registrada, pode virar gesto de fundação.

*“A cidade preserva sua arquitetura do século XIX, com casarios históricos e sítios simples e charmosos.”* — Jovem pesquisador(a) (Sairé)

*“Mais tarde, com a criação de gado, o lugarejo passou a denominar-se de CURRALINHO.”* — Jovem pesquisador(a) (Tacaimbó)

*“Altinho é uma cidade rica em história, cultura e aspectos geográficos singulares, mas sua realidade cotidiana é desafiadora para grande parte da população.”* — Jovem pesquisador(a) (Altinho)

### **3.3.5. A CIDADE COMO CORPO EM PALAVRA**

Ao longo desta seção, percorremos fragmentos de diferentes cidades do Agreste pernambucano. Em comum, essas cartas revelam um mesmo gesto: escrever é

mapear o vivido. As juventudes que integram a LiACA não escreveram como técnicos: escreveram como quem sente, sofre e deseja transformação. Cada carta é um contra-mapa que desafia os urbanismos oficiais e propõe uma proposição afetiva dos corpos atravessados pela cidade.

Nas palavras desses jovens, o esgoto deixa de ser um dado técnico e vira metáfora de abandono; a ausência de praça deixa de ser estatística e vira ausência de encontro. Os fragmentos se unem em uma constelação de sentidos. E cada cidade, mesmo na dor, encontra um nome próprio. Ao nomearem suas ruas, becos, histórias e saudades, os jovens da LiACA também se nomeiam: sujeitos urbanos, autores de cidade, planejadores afetivos de um Agreste que insiste em florescer.

#### 4. Fecho: fundar a cidade pela palavra

*“Se minha cidade não me reconhece, eu a nomeio com minhas palavras. Eu a desenho com minhas memórias. Eu a reinvento com meu afeto.”*

As cartas da LiACA não são apenas textos. São territórios. Cada uma delas desenha com palavras o que os mapas silenciam: o trajeto perigoso até a escola, o cheiro do churros na feira, a dor de morar onde não há calçada, o sonho de uma cidade que escute.

Ao longo deste texto, atravessamos fragmentos urbanos e afetivos de nove cidades do Agreste pernambucano pela escrita e pelo desenho. De Caruaru, Belo Jardim, São Bento do Uma, Altinho, Tacaimbó, Ribeirão, Sairé, Pesqueira e Santa Cruz do Capibaribe, os jovens se colocaram como autores da cidade – não como quem observa de fora, mas como quem sente, sofre, sonha e age. Suas palavras não apenas denunciam o que falta; elas anunciam o que pode vir. São contra-cartografias escritas com corpo, memória e coragem, capazes de tensionar os discursos oficiais e propor novas formas de planejar.



**Figura.** Bonequinha Agrestina. Autoria: Luan Rafael

A LiACA emerge, nesse processo, como mais do que uma liga acadêmica: ela é espaço de escuta, território de formação política e cidadã, campo de afeto e crítica. Aqui, pesquisa é vivência, método é experiência, e juventude é potência. Os estudantes não foram apenas ouvidos: foram lidos, levados a sério, tomados como autores legítimos de conhecimento sobre suas próprias cidades. Assim são autores coletivos do espaço e dos textos.

Porque antes da cidade técnica, há a cidade vivida. E nela, pulsa uma juventude que escreve.

Cada carta escrita é mais do que relato: é um gesto de fundação urbana. Cada frase refaz as margens. Cada vírgula é um convite ao pertencimento. Cada denúncia é também uma pergunta de cuidado: “e se fosse possível uma cidade outra?” O Agreste que emerge dessas vozes é um território em construção – não por retroescavadeiras, mas por afetos e narrativas.

A escrita, aqui, não é só instrumento. É arquitetura de resistência.

É planejamento afetivo.

É urbanismo insurgente.

É cidadania que começa com o gesto de dizer:

“Minha cidade é minha também.”

Fundar a cidade pela palavra é reconhecer que há saber onde há vivência. É afirmar que a juventude do interior não precisa esperar ser chamada à participação: ela já está planejando, escrevendo e recriando o lugar onde vive.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Adriana Aparecida de. A memória da cidade como recurso didático para a compreensão dos conceitos de espaço e lugar. *Revista Geografia Ensino & Pesquisa (UFSM)*, Santa Maria, v. 21, n. 2, p. 222–236, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/29328/pdf>. (acesso em 05/04/2025).
- AMORIM, Rafael; OLIVEIRA, Dinah de. A escrita afetiva como método de cartografia do território urbano. Anais do 26º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2017. Disponível em: <https://anpap.org.br/anais/2017/> (acesso em 05/04/2025).
- BACELAR, João. Memória coletiva: entre-lugares, conflitos e virtualidade. In: BACELAR, João et al. (org.). *Memória coletiva: entre-lugares, conflitos e virtualidade*. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 17–34. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2021/04/Memoria-Coletiva-Entre-lugares-conflitos-e-virtualidade.pdf> (acesso em 01/07/2025)
- BATTISTELLI, D. S.; OLIVEIRA, A. S. (2021). Cartas à cidade: escrita epistolar e memória como dispositivo de formação e pesquisa. *Currículo sem Fronteiras*, v. 21, n. 2. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol21iss2articles/battistelli-oliveira.pdf> (acesso em 05/04/2025).
- BORTOLANZA, M.; PASQUALLI, R.; SILVA, A. C. O. da; SALAZAR, D. M. (orgs.). *Juventudes: avanços e conflitos nos direitos pela educação e pelo trabalho*. Passo Fundo, RS: Edição dos Autores, 2024. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/917916/4/Juventudes%20-%20Volume%201%20-%20Livro%20Educapes.pdf> (acesso em 05/04/2025).
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v. 1. São Paulo: Editora 34, 1995.
- FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. São Paulo: Cortez, 1989. Disponível em: [https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/10/importancia\\_ato\\_ler.pdf](https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/10/importancia_ato_ler.pdf). (acesso em 05/04/2025).
- FREITAS, Vanildo Alves de. Para uma cidade habitar um corpo: proposições de uso do espaço urbano e seus acréscimos na formação do artista cênico. 2011. Dissertação (Mestrado em Artes) – Instituto de Artes, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia,



2011. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/12288/1/d.pdf>. (acesso em 05/04/2025).
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.
- HARVEY, David. Espaços de esperança. Trad. Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. 7ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.
- HÜNING, Simone Maria; GOMES, Carlysson Alexandre Rangel. A Pesquisa-experiência na Psicologia: Corpos, Afetos e Experiências em Territórios Urbanos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, n. spe 2, e225540, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/n8FP4g6gYMyqtnTmChPZvXD/>. (acesso em 05/04/2025).
- JACQUES, Paola Berenstein. A Pesquisa-experiência na Psicologia: Corpos, Afetos e Espaços Urbanos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, n. spe2, p. 100-111, 2019. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/pcp/a/n8FP4g6gYMyqtnTmChPZvXD/?utm\\_source=chatgpt.com](https://www.scielo.br/j/pcp/a/n8FP4g6gYMyqtnTmChPZvXD/?utm_source=chatgpt.com) (acesso em 05/04/2025).
- JUNG, Carl Gustav. O homem e seus símbolos. Tradução de Maria Luiza Appy. 17. ed. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2017
- KIMINAMI, Cristina Akemi Goldschmidt; SPERLING, David Moreno. Práticas contracartográficas artísticas e a desestabilização dos mapas. *Oculum Ensaios*, v. 17, e204492, 2020. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351763475028>. (acesso em 05/04/2025).
- LEFEBVRE, Henri. Direito à cidade. 3ª reimp. São Paulo: Centauro, 2011.
- MARES, Rizia Mendes. A dimensão afetiva na experiência urbana: os sentidos do habitar na cidade contemporânea. *Geografia em Atos*, v. 5, n. 12, 2017. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/6555>. acesso em 05/04/2025).
- MORAES, M. C.; CASTRO, M. L. (2018). Poemas, cartas e diários: por uma escrita acadêmica menos normativa e mais estética sem perder o rigor e a sistematização. *Revista Brasileira de Educação*, 23. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/yk6kZHzRLP7nhyPWHL7TRJC>. acesso em 05/04/2025).
- OLIVEIRA, R. M.; LACERDA, E. D. S. (2020). Escrevendo a cidade: a metodologia das cartas e os fluxos urbanos de jovens de periferias. *Psicologia, Educação e Cultura*, v. 24, n. 2, p. 79–94. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S2318-92822020000200007&script=sci\\_arttext](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S2318-92822020000200007&script=sci_arttext). (acesso em 05/04/2025).
- OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. O recurso da “metodologia de cartas” como forma de compreensão dos fluxos urbanos de jovens contemporâneos. *Psicologia, Ciência e Profissão*, v. 40, n. 2, 2020. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S2318-92822020000200007&script=sci\\_arttext](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S2318-92822020000200007&script=sci_arttext). (acesso em 05/04/2025).

- RODRIGUES, A. Métodos e técnicas de pesquisa qualitativa. *Sistemas*, 2005. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/9161/3/nobracompletametodologias000121580.pdf>. (acesso em 05/04/2025).
- SILVA, Alan Felipe Dias da; DINIZ, Maria Luisa Consalter; DUARTE, Rovenir Bertola. Um método categórico de sistematização para cartografias digitais afetivas na smart city. *Anais do Seminário Internacional sobre Urbanismo*, 2021. Disponível em: [revistes.upc.edu](https://revistes.upc.edu). (acesso em 05/04/2025).
- SOUZA, Carmem Zeli Vargas Gil. Juventude e contemporaneidade: possibilidades e limites. *Última Década*, Viña del Mar, v. 12, n. 20, p. 47–69, jun. 2004. Disponível e: <https://www.scielo.cl/pdf/udecada/v12n20/arto3.pdf> (acesso em 01/07/2025)
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010

# Juventudes e seus repertórios de luta: justiça climática e direito à cidade em contextos urbanos

## *Youth and their repertoires of struggle: climate justice and the right to the city in urban contexts*

Isabela Carmo Cavaco<sup>a</sup> , Pedro Henrique Campello Torres<sup>b</sup> 

**Resumo** Este estudo investiga como jovens ativistas climáticos no Brasil e na Holanda constroem repertórios de ação, organização e ocupação do espaço urbano, articulando afetos, política e pertencimento em torno da justiça climática. Reconhecendo esse campo como disputado e atravessado por diferentes ideologias, a pesquisa dialoga com o direito à cidade a partir das experiências juvenis. A problemática aborda a escassa caracterização dos perfis desses jovens (raça, gênero, idade, origem), bem como suas motivações e formas de engajamento político. Parte-se da hipótese de que atuam em coletivos já estabelecidos no contexto urbano. A metodologia inclui revisão teórica, aplicação do Método Q com jovens brasileiros e observação participante nos Países Baixos. Os resultados referem-se ao grupo específico de jovens ativistas participantes desta pesquisa e não pretendem representar a totalidade das juventudes brasileiras engajadas com justiça climática. Observou-se que, no Brasil, a justiça climática é vivida no cotidiano e atravessada por raça, território e gênero; na Holanda, prevalecem performances de protesto. Em ambos os países, os jovens subvertem formas hegemônicas de mobilidade e participação, reafirmando sua centralidade na luta por reconhecimento e direito à cidade.

**Palavras-chave** Justiça climática. Juventude. Repertórios. Ativismo climático. Método Q.

**Abstract** *This study investigates how young climate activists in Brazil and the Netherlands construct repertoires of action, organisation, and occupation of urban space, articulating affect, politics, and belonging around the notion of climate justice. Recognising this field as contested and shaped by different ideologies, the research engages with the right to the city through the lens of youth experiences. The central issue addressed is the limited characterisation of these young people — in terms of race,*

---

<sup>a</sup> Universidade de São Paulo. E-mail: [isabcv@usp.br](mailto:isabcv@usp.br)

<sup>b</sup> Professor em Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa da área de Ciências Ambientais no Departamento de Ciências Biológicas e Ambientais do Instituto de Biociências, na UNESP (Campus Litoral Paulista). Contato: [ph.torres@unesp.br](mailto:ph.torres@unesp.br)

*gender, age, and background — as well as their motivations and modes of political engagement. The study is based on the hypothesis that these youths act through already established collectives in urban contexts. The methodology includes a theoretical literature review, application of the Q Method with Brazilian youth, and participant observation in the Netherlands. The findings refer specifically to the group of young activists involved in this research and are not intended to represent the entirety of Brazilian youth engaged with climate justice. The study found that in Brazil, climate justice is experienced in everyday life and shaped by race, territory, and gender; whereas in the Netherlands, protest performances tend to prevail. In both countries, young people subvert hegemonic forms of mobility and participation, reaffirming their centrality in the struggle for recognition and the right to the city.*

**Keywords** Climate justice. Youth. Repertoires. Climate activism. Q method.

## INTRODUÇÃO

Este artigo investiga os repertórios de luta de jovens ativistas por justiça climática em contextos urbanos do Brasil e da Holanda, com o objetivo de compreender como esses sujeitos constroem práticas políticas, modos de ocupação do espaço e vínculos afetivos em torno da pauta climática. Inserido no campo emergente dos estudos sobre juventudes e direito à cidade, este trabalho contribui para a compreensão das formas como jovens se engajam em disputas por reconhecimento e visibilidade, articulando agendas interseccionais e práticas de resistência frente a diferentes regimes de mobilidade, vigilância e pertencimento.

A pesquisa busca suprir uma lacuna na literatura ao oferecer uma caracterização mais aprofundada dos perfis sociais (raça, gênero, faixa etária, naturalidade), motivações e estratégias de engajamento dos jovens ativistas, ainda pouco explorada nos estudos sobre justiça climática, principalmente no Brasil. Para isso, adota uma abordagem de métodos mistos que combina revisão de literatura (acadêmica e cinzenta), aplicação do Método Q com jovens brasileiros e observação participante em protestos nos Países Baixos, triangulando dados primários e secundários para construir uma análise mais abrangente e situada.

O artigo está estruturado em três seções principais: a primeira apresenta o referencial teórico, com destaque para os debates sobre justiça climática crítica e repertórios de ação coletiva; a segunda descreve os procedimentos metodológicos e o percurso da pesquisa; e a terceira analisa empiricamente os dados coletados nos dois contextos nacionais, evidenciando contrastes e convergências entre os repertórios juvenis em disputa pelo clima e pelo espaço urbano. Ao final, discute-

-se como essas experiências contribuem para uma leitura ampliada da justiça climática a partir dos territórios da juventude e do direito à cidade.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A justiça climática crítica, leitura central para este trabalho, parte de uma abordagem interseccional e descolonial que resiste à simplificação do termo e propõe, como sugere Sultana (2021), um processo contínuo de aprendizado coletivo. Em vez de uma definição única, ela se manifesta por meio de múltiplas interpretações que dialogam com diferentes experiências históricas, territoriais e sociais. Essa perspectiva é fundamental para compreender como jovens ativistas, especialmente no Sul Global, têm se apropriado da pauta climática a partir de seus próprios contextos de desigualdade, conectando-a a outras formas de injustiça sistêmica. A justiça climática, nesse sentido, torna-se uma agenda profundamente relacional, que exige considerar a interdependência entre justiça social, justiça ambiental e justiça espacial.

A mobilização juvenil por justiça climática tem se revelado um campo fértil para observar o entrelaçamento entre desigualdades climáticas e territoriais. Os repertórios de ação política desses jovens refletem não apenas seus posicionamentos ideológicos, mas também as oportunidades e restrições impostas por seus contextos locais. Inspirando-se na noção de *ecologia de ação coletiva* proposta por Dana R. Fisher (2019), os protestos e mobilizações em massa são compreendidos não como ações isoladas, mas como parte de uma rede coordenada de estratégias — que vão desde táticas de confrontação até mecanismos institucionais, como *advocacy* e litigância.

Nos Países Baixos, por exemplo, onde há um histórico de liberdade de manifestação e estruturas mais acessíveis à participação política, jovens ativistas utilizam o protesto de rua de forma recorrente, como visto nas ações organizadas por coletivos como *Extinction Rebellion*. Nessas manifestações, a rua é ressignificada como território político da juventude, um espaço de disputa simbólica e prática em que se exige o reconhecimento de seus direitos e a redistribuição de responsabilidades climáticas.

Já no contexto brasileiro, a mobilização juvenil por justiça climática enfrenta barreiras estruturais significativas que limitam o uso do protesto como principal forma de ação. A criminalização de movimentos sociais, o racismo estrutural e a necropolítica, a desigualdade de acesso à cidade e a violência urbana muitas vezes inibem a ocupação física do espaço público por jovens, especialmente os de territórios periféricos. Isso não significa ausência de mobilização, mas sim a emergência

de repertórios alternativos, como ações de educação popular, construção de redes comunitárias, produção de narrativas digitais e participação em iniciativas de base.

Ao recorrer ao Método Q, este estudo busca justamente captar as subjetividades e posicionamentos desses jovens em relação à justiça climática, respeitando os modos diversos como essa juventude se expressa politicamente. Tais práticas também devem ser compreendidas como formas legítimas de exercer o direito à cidade e ao território, mesmo quando ocorrem fora dos formatos tradicionais de manifestação pública.

Dessa forma, a análise dos repertórios juvenis de ação política permite iluminar como a justiça climática é performada nos territórios — ora por meio de marchas e ocupações, ora por narrativas e práticas cotidianas de resistência. Essas expressões se entrelaçam com o direito à cidade (Lefebvre, 1968) ao reivindicar o acesso a ambientes urbanos justos, seguros e sustentáveis, especialmente frente à intensificação das mudanças climáticas. A juventude, frequentemente excluída dos processos decisórios, passa a ocupar centralidade simbólica e prática na construção de futuros climáticos desejáveis. Seus corpos, discursos e práticas revelam que a luta por justiça climática é, ao mesmo tempo, uma luta por reconhecimento, redistribuição e representação — dimensões de justiça apontadas por autores como Schlosberg (2007) e Kashwan (2021). Ao se articular com lutas históricas contra o racismo ambiental, o colonialismo e as desigualdades territoriais, a juventude transforma a justiça climática em uma agenda radicalmente política e profundamente conectada aos seus cotidianos.

Uma abordagem interseccional de justiça climática é destacada por Amorim-Maia et al. (2022), próxima à de Sultana (2021), que priorizam a ênfase na sobreposição de vulnerabilidades de grupos sociais específicos de raça, gênero, etnia, e deficiências, por exemplo. Sob a perspectiva de Amorim-Maia et al (2022), a justiça climática interseccional deve atravessar o planejamento urbano e as ações de adaptação climática para que seja operacionalizada, enquanto Sultana (2021) ilumina as relações de poder e redistribuição necessária entre Norte e Sul para atingi-la.

Já as perspectivas dos próprios Princípios de Justiça Climática, estabelecidos em Joanesburgo, África do Sul, em 2002, e do Acordo de Paris, de 2015, trazem a conexão com povos originários globalmente, mencionando os direitos desses povos e a prioridade de sua proteção e de ações climáticas que os incluam, além do reconhecimento da biodiversidade como Mãe Terra, um ser vivo suscetível a injustiças. Recorrendo aos estudos de David Schlosberg (2007) que apresenta quatro dimensões de justiça ambiental (distributiva, processual, de reconheci-

mento e de capacidades) que estão postas para o mundo humano e não-humano, essa perspectiva é reforçada no acontecimento da Cúpula Mundial dos Povos sobre Mudanças Climáticas e os Direitos da Mãe Terra, em Cochabamba, Bolívia, 2010.

Também discutindo diferentes dimensões da justiça climática, Prakash Kashwan (2021) se foca nas dimensões distributiva, processual e de reconhecimento. A partir de Schlosberg (2007) e Kashwan (2021), portanto, a justiça distributiva refere-se à divisão equitativa de benefícios e ônus ambientais (como arborização ou poluição em diferentes regiões), a processual foca-se em tomadas de decisão e processos institucionais (litigância climática, legislação sobre o clima), e a de reconhecimento trata das identidades de grupos sociais comumente excluídos de decisões sobre o território e até do próprio processo legislativo, como a juventude que muitas vezes não é levada a sério.

Além disso, Kashwan (2021) enfatiza que a justiça climática deve sempre retomar as suas origens históricas de exploração predatória (também humana e não-humana) majoritariamente feita por colonizadores do Norte, que ainda hoje são os países que mais emitem gases de efeito estufa, a causa primor das mudanças climáticas. São padrões mantidos há séculos que reproduzem as relações de desigualdade sociais e territoriais.

Mesmo com tal pluralidade de leituras, uma das motivações para pautar a justiça climática entre os jovens ativistas climáticos globalmente é a sensação de desconfiança e frustração com a forma que seus respectivos governos lidam com a crise climática, como mostram Neas, Ward e Bowman (2022). Outros autores como Hickman et al. (2021) conectam ainda, a ansiedade climática desses jovens às respostas governamentais para a crise climática, onde, a partir de surveys a 10 mil jovens em dez países diferentes, inclusive do Brasil, mostram que a ansiedade climática é pior quando eles sentem que há pouca ou nenhuma ação de seu governo relacionada ao problema.

Nesse contexto, é possível compreender melhor a forma que o ativismo jovem por justiça climática se apresenta publicamente, devido a todas essas influências e experiências. Schlosberg et al. (2024) mostram que a fé no Estado tem diminuído entre acadêmicos e ativistas por justiça ambiental, precursora da e entrelaçada à justiça climática, e cada vez mais leituras disruptivas anti-liberais têm se desenvolvido. Isso é visto na representação da justiça climática fortemente conectada ao colonialismo e à reparação histórica entre nações e comunidades, por exemplo, na discussão de financiamento de perdas e danos.

Para além do aparente distanciamento da busca de soluções estatais, a juventude deste século XXI conta com outros diferenciais no seu ativismo, tais



como a comunicação digital, que traz uma velocidade de disseminação de ideias e experiências muito maior do que outras formas utilizadas por movimentos sociais historicamente, como panfletos, cartazes e outros (Santos, 2022). Essas diferenças são melhor discutidas pela teoria de novíssimos movimentos sociais (Santos, 2022), ou de redes de indignação e esperança (Castells, 2013), que, em suma, são definidos por rejeitarem as organizações formais, instituições e partidos políticos, não terem líderes, serem autônomos e pelo uso intenso do ciberativismo. Essas características influenciam seus repertórios, que são as maneiras como os ativistas mostram publicamente seu descontentamento com alguma questão (Della Porta, 2013).

Os repertórios de jovens ativistas climáticos são marcados por influências transnacionais, com mobilização a nível local, mas objetivos compartilhados em diferentes regiões do mundo, organizações de movimentos sociais transnacionais, como o Greenpeace, o uso da internet e de repertórios teatrais que ocupam as cidades (Della Porta, 2013; Della Porta, Portos, 2021) (Figura 1).



**Figura 1.** À esquerda, ativistas climáticos do grupo Red Rebel Brigade, do Extinction Rebellion, em Londres, Inglaterra, e à direita, ativistas do Greenpeace Brasil, na Marcha por Justiça Climática, setembro de 2024, São Paulo, Brasil. Fonte: Dhaka Tribune (2023); Conexão Verde (2023).

Outros repertórios também ainda se mostram presentes, como as ações ditas disruptivas não-violentas, característica de organizações como Greenpeace, *Extinction Rebellion* e *Just Stop Oil* (Figura 2), marchas climáticas, *advocacy*, arrecadações, litigância climática e lobby.



**Figura 2.** Ativistas por justiça climática do Greenpeace Internacional escalaram uma plataforma da indústria petrolífera Shell em Fevereiro de 2023, na cidade de Haugesund, Noruega, para protestar contra a perfuração de novos poços de exploração de petróleo, estendendo um banner com a frase “Parem de perfurar, comecem a pagar”. Fonte: Matthew Kemp/Greenpeace (2023).

No Brasil, é importante notar que tanto as ações ditas disruptivas como as marchas climáticas não parecem ser o foco dos ativistas aqui, segundo mostra a baixa aderência à Greve Mundial pelo Clima de 2019, primeira do tipo organizada globalmente via ciberativismo (Torres, Jacobi, Leonel, 2020), e ao Ato pelo Clima (2023) e Marcha por Justiça Climática (2024), importantes atos mas com pouca disseminação entre ativistas brasileiros nas redes sociais e cobertura midiática, em comparação ao Norte Global. Ações consideradas pela literatura como “disruptivas” aparentemente também não tem uma frequência significativa ou crescente no Brasil, exceto por algumas ações realizadas pelo Greenpeace, mas sem registros encontrados nos últimos anos para esta pesquisa.

Voltando ao conceito de direito à cidade, formulado por Henri Lefebvre (1968), que propõe uma visão ampliada do espaço urbano como um bem coletivo, no qual todos os cidadãos têm o direito não apenas de usufruir da cidade, mas também de transformá-la ativamente, a luta por justiça climática é, também, em última instância a luta por direito à cidade. Trata-se de um chamado à participação democrática, à inclusão social e à superação das desigualdades que estruturam a vida urbana. A agenda de lutas pelo direito à cidade envolve temas como o acesso à moradia, à mobilidade, aos espaços públicos, à cultura, à construção de pertencimento e identidade no território — e, por que não, também ao meio ambiente.

Nesse contexto, busca-se aqui o diálogo com o conceito de territórios da juventude, aqueles que emergem como espaços dinâmicos, plurais e em disputa, onde os jovens constroem sentidos de cidade, pertencimento e formas próprias de ocupação, resistência e invenção (Novaes, 2007). Como propõe Regina Novaes, esses territórios são também simbólicos, afetivos e relacionais, configurando-se como redes onde se articulam corpo, afeto, cultura e política. Marília Pontes Sposito ressalta que as juventudes atuam - ou podem atuar - como protagonistas no espaço urbano, desafiando as lógicas excludentes e instituindo práticas de apropriação e visibilidade social (Sposito, 2003).

Estas ações e iniciativas (protestos, manifestações etc.), dialogam, ainda, com a ideia de território como construção social (Brandão, 2007), esses espaços juvenis podem se constituir também como territórios de resistência, onde se enfrentam desigualdades estruturais por meio da criação de novas formas de viver, agir e sonhar a cidade. Neste artigo, compreendemos que os jovens não são apenas sujeitos em formação, mas atores centrais na disputa pelo direito à cidade e a um ambiente - ou um planeta - mais justo. Suas ações culturais, coletivas e políticas revelam formas de re-existência frente às injustiças urbanas e climáticas. Reconhecer os territórios juvenis urbanos como expressão legítima do direito à cidade é, portanto, essencial para imaginar e construir cidades mais justas, democráticas e ambientalmente comprometidas.

Essa perspectiva sobre os territórios juvenis urbanos como construções sociais e espaços de resistência se alinha profundamente às formas pelas quais jovens ativistas têm se mobilizado em torno da justiça climática como veremos nas seções posteriores a partir dos casos que ilustram o debate. Ao ocupar redes sociais, espaços públicos ou privados e até instituições políticas, esses jovens transformam seus territórios em arenas de visibilidade e reivindicação, denunciando os efeitos desiguais da crise climática sobre populações racializadas, periféricas e marginalizadas.

Nesses protestos, o território não é apenas o palco, mas também o conteúdo da luta — pois é nele que se expressam as ausências do Estado, as violências ambientais e as desigualdades históricas. Os jovens reivindicam o direito de existir e resistir nesses espaços, articulando dimensões ambientais, sociais e políticas em suas práticas de ativismo. Assim, os territórios da juventude tornam-se territórios de resistência climática, nos quais se disputam narrativas, se constroem afetos coletivos e se ensaiam futuros possíveis. Esses movimentos revelam que a justiça climática, para as juventudes, está profundamente enraizada no cotidiano e no lugar — e que lutar pelo clima é, também, lutar pelo direito de permanecer e transformar os espaços que habitam.

## MÉTODOS

A pesquisa foi conduzida em múltiplas etapas metodológicas, integrando revisão teórica, observação participante e aplicação de questionários com análise a partir da triangulação de dados. O estudo partiu de uma revisão da literatura sobre os principais conceitos que fundamentam a pesquisa: justiça, movimentos sociais e justiça climática no Sul Global. Esta etapa inicial visou construir uma base teórica sólida para a compreensão do fenômeno investigado.

A segunda etapa do estudo consistiu na realização de observação participante junto a ativistas por justiça climática nos Países Baixos, entre maio e julho de 2024 — período determinado pelo intercâmbio acadêmico da pesquisadora durante o mestrado. A experiência empírica possibilitou uma imersão nas dinâmicas do ativismo climático europeu, permitindo, ainda, a ampliação da revisão de literatura com temas emergentes observados no campo, como os repertórios de ação (Della Porta, 2013) e a discussão sobre branquitude no movimento climático holandês (Van der Loeff, 2022; Rowe; Ormond, 2023).

Buscou-se, nesta etapa, a familiarização com os diversos repertórios mobilizados pelo ativismo climático, incluindo protestos, *advocacy*, intervenções artísticas, lobby, arrecadações e litigância. A observação participante realizada em quatro cidades holandesas (Amsterdam, Groningen, Leeuwarden e Haia) resultou na coleta de dados primários, como notas de campo, fotografias, vídeos e relatos verbais. Os eventos observados foram:

- Celebração de um ano da organização Treesistance, Amsterdam, 24 de maio de 2024;
- Jantar coletivo e reunião da Extinction Rebellion (XR), Groningen, 11 de junho de 2024;

- Treinamento de Ação da XR, Leeuwarden, 2 de julho de 2024;
- A12 Blockade, ação de bloqueio organizada pela XR, Haia, 6 de julho de 2024.

A observação participante, conforme Gil (2022), pressupõe a inserção da pesquisadora no ambiente estudado como membro parcial do grupo, sem, contudo, interferir ou manipular as dinâmicas em curso. A inserção foi realizada em contextos nos quais a presença de jovens ativistas era significativa, como reuniões e eventos promovidos por organizações como *Treesistance* e *Extinction Rebellion*.

Além da literatura acadêmica, a pesquisa incorporou também literatura cinza — como relatórios de organizações — reconhecendo a relevância de materiais não acadêmicos para um campo em consolidação. Entre os documentos considerados destacam-se: *Quem precisa de justiça climática no Brasil?*, do GT Gênero e Clima do Observatório do Clima, e *Why North-South Intersectionality Matters for Climate Justice*, publicado pelo coletivo *Sapna South Asian Climate Solidarity*. A inclusão desses materiais já aponta para aspectos relevantes da construção discursiva e das trajetórias da justiça climática, especialmente em contextos periféricos.

A terceira etapa da pesquisa envolveu a aplicação de questionários analisados a partir do método Q (Kaufmann; Hurtienne, 2011), permitindo mapear os perfis e percepções de jovens ativistas por justiça climática no Brasil. A triangulação entre os dados primários (provenientes da observação participante e questionários) e os dados secundários (literatura acadêmica e cinza), foi adotada como estratégia para abarcar a complexidade do objeto de estudo e ampliar a robustez interpretativa.

Todo o material empírico e teórico foi analisado à luz da abordagem crítica da justiça climática (Sultana, 2021), em articulação com leituras provenientes do Sul Global e do contexto brasileiro (Torres; Jacobi; Leonel, 2020; Louback; Lima, 2022).

A proposta metodológica buscou, assim, contribuir com a agenda emergente da justiça climática no Brasil, por meio da caracterização dos jovens ativistas que integram este movimento, evidenciando suas heterogeneidades e contradições internas. Simultaneamente, investigou-se o contraste entre os perfis e repertórios do ativismo climático no Norte e no Sul Global, oferecendo elementos comparativos para compreensão das diferentes formas de engajamento e atuação política em torno da crise climática.

A escolha por uma abordagem metodológica mista nesta pesquisa se justifica pela diferença nos repertórios de atuação adotados por jovens ativistas climáticos nos Países Baixos e no Brasil. Nos Países Baixos, a prática de protestos públicos, ações diretas e outras formas de mobilização coletiva constitui um repertório

amplamente utilizado e recorrente entre os movimentos juvenis por justiça climática. Assim, a observação participante se mostrou uma estratégia adequada para captar as dinâmicas, performances, narrativas e formas de engajamento desses jovens em ações concretas realizadas em espaços públicos.

Em contraste, no Brasil, a juventude envolvida com a agenda climática tende a adotar estratégias menos visíveis e menos pautadas em protestos de rua, com forte presença em articulações digitais, produção de conteúdo, *advocacy* institucional, mobilização em redes e participação em espaços de incidência política, muitas vezes de maneira descentralizada ou difusa. Nesse contexto, a observação direta se mostrou limitada como ferramenta principal de coleta de dados. Diante disso, optou-se pela aplicação de questionários estruturados com base no método Q, a fim de acessar percepções subjetivas, identificar padrões de pensamento e mapear os posicionamentos dos jovens ativistas brasileiros em relação à justiça climática.

A escolha por métodos distintos, portanto, não decorre apenas de uma decisão técnica, mas responde a contextos empíricos diferentes. A proposta metodológica está, assim, alinhada às formas reais de engajamento juvenil em cada país, respeitando seus modos de mobilização, expressão política e atuação nos movimentos por justiça climática. Essa diferenciação metodológica também possibilita uma leitura mais precisa das especificidades e contradições de cada cenário, favorecendo uma análise comparativa que reconhece as particularidades do Norte e do Sul Global em termos de práticas e discursos climáticos.

## JUSTIÇA CLIMÁTICA NO BRASIL E NA HOLANDA EM TERRITÓRIOS DA JUVENTUDE

### *ATIVISMO JOVEM POR JUSTIÇA CLIMÁTICA NOS PAÍSES BAIXOS*

Com base em revisão de literatura focada no ativismo climático dos Países Baixos e nos dados obtidos na observação participante em quatro eventos relacionados ao tema entre os meses de maio a julho de 2024, nas cidades de Amsterdam, Groningen, Haia, e Leeuwarden, aqui o propósito é de apresentar brevemente uma leitura do que é pautado entre jovens ativistas por justiça climática de um país do Norte Global. Enfatiza-se que essa discussão busca destacar diferenças e similaridades dos Países Baixos com o que poderemos comparar adiante a partir dos dados de jovens ativistas brasileiros.

O contexto em que esse tópico se insere é, conforme apresenta Zantvoort (2023), o seguinte:



“Os Países Baixos estão situados no coração das estruturas de poder modernas/ coloniais como um país colonizador e um importante nó em indústrias agrícolas extrativas como óleo de palma, soja e cacau. Ao mesmo tempo, é particularmente vulnerável ao aumento do nível do mar como resultado das mudanças climáticas. Isso o torna um ponto de partida impressionante para estudar a resistência a sistemas interseccionais de exploração ecológica, colonial e econômica.” (Zantvoort, 2023, p. 278, tradução nossa)

Foi possível notar<sup>1</sup> algumas características das pessoas presentes, as etapas de organização de atos disruptivos de desobediência civil, a própria organização interna de um grupo ativista, o qual seja, o *Extinction Rebellion*, além de fazer contatos com ativistas que pautam a justiça climática e teriam interesse na minha pesquisa. Alguns pontos de destaque sobre essas experiências são descritos a seguir.

- Aniversário de um ano do Treesistance, Amsterdam (Figura 3): público majoritariamente branco<sup>2</sup>, foco em defender a Amazônia e capacitar comunidades indígenas a se defenderem de grandes produtores rurais. Houve apresentação musical das artistas e ativistas “As Karuana”, coletivo de mulheres indígenas de Alter do Chão, no Baixo Tapajós. Houve também a apresentação de dados sobre o ano de atuação do *Treesistance*, do dinheiro arrecadado, do perigo que os indígenas com quem trabalham correm no território, e o pedido de apoio aos convidados.

---

1 Nos eventos em que a autora participou, a coleta de dados resultou em notas de campo, fotografias, vídeos e informações verbais, que são detalhados aqui.

2 Apesar do Instituto Central de Estatística holandês (*Central Bureau of Statistics*, CBS em holandês) não realizar a classificação de raça e ao invés disso considerar a origem de nascimento das pessoas, destacando taxas de migração, a etnia e a cultura, é inequívoco que a maioria da população do país é branca, pela observação da autora nos três meses em quatro cidades diferentes do país, e considerando que cerca de 75% da população é holandesa com pais também holandeses, o que não necessariamente significa pessoas brancas, mas é o mais próximo obtido quanto a dados de raça. A desconsideração da raça no país e a preferência por nacionalidade, etnia e cultura é algo discutido por Van der Loeff (2022) como uma questão profundamente enraizada tanto na legislação quanto na cultura dos Países Baixos.





**Figura 3.** Durante o evento da Treesistance, o coletivo de mulheres indígenas de Alter do Chão, do Baixo Tapajós, As Karuana, se preparam para performar suas músicas. Fonte: autoria própria (maio/2024).

- Jantar e reunião do grupo Extinction Rebellion (XR), Groningen: aconteceu em uma escola desativada, e há um pagamento de €5 pelo jantar, que tinha opções veganas. A maioria das pessoas era mais velha (50+ anos) e todas brancas. Sempre ocorre uma apresentação para novos integrantes, chamada de ‘integração’, e, nesse dia, haviam quatro novas pessoas, incluindo-me. Durante a apresentação, foram feitas perguntas sobre o conflito entre Palestina e Israel, questionando se o XR estava discutindo o tema e defendendo algum lado. Houve dificuldade na resposta, e não ficou claro se o XR assume uma posição. Havia jovens (18-30 anos) que se identificaram como não binários. O grupo se baseia na coletividade, onde todos jantam juntos, conversam e, depois, organizam o local em conjunto. Havia pôsteres, bandeiras, bottons, adesivos e trajes usados pelo Red Rebel Brigade nos atos do XR expostos.
- Treinamento XR, Leeuwarden: aconteceu no fundo de um bar mas o espaço era bom, grande e silencioso. Havia mais jovens nessa reunião do que na de Groningen, e pessoas que se identificaram como não binárias e transgênero. Também teve um café coletivo, com opções veganas. A apresentação do treinamento para atos de desobediência civil foi extensa (2h e com pausa). A apresentação tratou sobre os tipos de atos, os níveis de risco, um passo a passo desde sair de casa, quanto tempo ficam, o que levar e o que não levar, como se vestir, cantos, gestos e sinais de comunicação, a estratégia de *flopping* (soltar todo o peso do corpo quando policiais tentarem fazer a prisão, para atrasá-los e cansá-los), o que falar, o nome e número do advogado do XR e quando acioná-lo, e as opções de resistir ou aceitar a prisão.

- A12 blockade, Haia (Figura 4): o bloqueio foi na avenida Utrechtsebaan, próximo ao Ministério dos Assuntos Econômicos e Política Climática dos Países Baixos. Havia polícia ao lado dos ativistas a todo momento, e comunicação do XR com os policiais. Também houve presença de fotógrafos com câmeras profissionais. Vieram vários grupos de pessoas de várias direções, que bloquearam diferentes ruas até o trajeto, mas se uniram ao fim na avenida Utrechtsebaan. Pessoas que assumiram baixo risco de serem presas, como eu, ficaram nas calçadas adjacentes, separadas dos grupos de alto risco de serem presas, que ficaram bem no meio da avenida e na frente da polícia. A polícia colocou fita zebraada amarela e preta na calçada para restringir o avanço das pessoas, e também pararam vans na frente das calçadas, para bloquear a visão e o apoio com gritos que estavam ocorrendo. A jovem ativista sueca Greta Thunberg estava lá e foi presa junto com a maioria dos ativistas que estavam na avenida. Não houve violência aparente, a polícia carregava as pessoas até vans e ônibus e as levavam para longe, conforme dito que ocorreria na reunião de treinamento.



**Figura 4.** Bloqueio da avenida Utrechtsebaan, próxima ao Ministério dos Assuntos Econômicos e Política Climática da Holanda, organizada pelo Extinction Rebellion da Holanda. Fonte: autoria própria (julho/2024).

Prontamente, uma diferença de destaque no ativismo climático dos Países Baixos é a raça ou origem étnica, que apresenta-se como um tópico secundário de acordo com o experienciado pela autora, e embasada por autores que se aprofundaram na branquitude dentro do ativismo climático holandês, como Van der Loeff (2022) e Rowe e Ormond (2023). Sem dúvidas, o fato da população do país

ser majoritariamente branca explica essa diferença em grande parte, apesar da incerteza sobre os dados de raça conforme apresentado anteriormente.

Ainda assim, a pauta de justiça climática aborda a solidariedade com outros povos (é pertinente também destacar que 13,2% da população dos Países Baixos em 2021 era de imigrantes, considerando pessoas nascidas em outro país e com um ou dois genitores também de outro país) (CBS, 2021). E a justiça climática aborda também o passado e presente colonial dos países, visto, neste caso, no domínio dos Países Baixos sobre os países caribenhos de Aruba, Curaçao e Saint Martin, ainda hoje. Quanto ao gênero, a percepção foi de que sempre haviam pessoas não-binárias envolvidas nas atividades do ativismo climático no país.

Similaridades se referem às experiências com repressão, ainda que no Brasil a violência contra ativistas seja mais comum e intensa, segundo o relatório do Global Witness (2024), que apresenta os dados mais próximos aos de ativistas climáticos encontrados para esses argumentos, apesar do próprio relatório reconhecer que é apenas uma representação parcial de defensores de terra e do meio ambiente<sup>3</sup>. Reconhece-se aqui que a escassez de dados sobre experiências de ativistas climáticos é limitante e torna essa análise parcial, ademais porque as informações sobre o ativismo holandês referem-se somente a experiências da autora em ativismo climático urbano no país.

Quanto à repressão para os ativistas climáticos holandeses, no Treinamento do XR, por exemplo, foi dito e repassado que a violência policial tem aumentado nos atos que organizam, principalmente nos bloqueios de avenidas importantes. Isso é respaldado por Gayle (2024), onde cinco ativistas climáticos foram presos por planejar o bloqueio de uma avenida em Londres, Inglaterra. Esse tipo de experiência, de grandes bloqueios de avenidas e prisões, não é observado no Brasil com os ativistas climáticos, por exemplo, e, por esse lado, mostra as diferenças do ativismo climático entre Norte e Sul.

Wahlstrom *et al.* (2019) mostram outras diferenças, de como jovens ativistas holandeses têm facilidade para conversar sobre questões climáticas com seus pais, e não só isso, mas também tomam ações sobre essas questões juntos (como reutilizar garrafas plásticas, doar para organizações ambientais, e participar de

---

3 O relatório Global Witness, em sua metodologia, define defensores de terras e do meio ambiente como pessoas que “vivem geralmente em comunidades cujas terras, saúde e meios de subsistência são ameaçados pelas operações de mineração, exploração de madeira, agronegócio ou outras indústrias.” (Global Witness, 2024, p. 60) e também pessoas que “apoiam tais esforços através do seu trabalho como advogados de direitos humanos ou ambientais, políticos, guardas florestais, jornalistas ou membros de campanhas ou organizações da sociedade civil.” (Global Witness, 2024, p. 60).

um protesto). É um contraste com Talukdar (2022) que fala da dificuldade que alguns jovens ativistas imigrantes na Austrália encontram para conversar sobre mudanças climáticas e seu ativismo com seus parentes mais velhos, que às vezes, também não apoiam o seu envolvimento no ativismo climático.

Para os jovens ativistas holandeses, as motivações para protestarem pelo clima perpassam sentimentos de raiva, preocupação e frustração (Wahlstrom *et al.*, 2019). Os mesmos autores mostram o nível de confiança que esses jovens têm em diversos atores que se envolvem em discussões climáticas. É interessante notar que eles têm um nível médio de confiança na polícia (52%), sendo que a maior confiança recai sobre grupos ambientalistas (60%), e a menor confiança, sobre a mídia (38%) (Wahlstrom *et al.*, 2019). Na observação participante por parte da autora, também notou-se a proximidade ao vegetarianismo e veganismo, por exemplo, nos eventos frequentados sempre haviam opções veganas e recomendaram lojas veganas para visitar, e a pauta de direitos animais foi levantada como uma motivação em conversas casuais com os ativistas.

As pautas de interseccionalidade, colonialismo e reparação histórica também estão presentes não só na literatura tanto do Norte quanto do Sul sobre justiça climática, mas também nos discursos dos jovens ativistas dos Países Baixos, a partir das experiências vivenciadas, o que mostra que, geralmente, quem está dentro do ativismo por justiça climática acredita nesses valores. Mas há obstáculos no movimento climático holandês, como discute Van Der Loeff (2022) quanto à branquitude que molda as visões de causas, consequências e soluções para as mudanças climáticas, e acabam protegendo o “conforto branco”, como diz a autora.

As características aqui apresentadas a partir de dados sobre o ativismo climático dos Países Baixos, são pertinentes para contrastar com os dados dos jovens ativistas por justiça climática do Brasil, e ajudam na reflexão, nas próximas páginas, sobre o perfil e repertórios brasileiros nesse recorte.

#### ATIVISMO JOVEM POR JUSTIÇA CLIMÁTICA NO BRASIL

A partir de revisão bibliográfica focada em justiça climática no Sul global e no Brasil e dos dados primários obtidos pela aplicação do método Q com jovens ativistas brasileiros, esta seção almeja apresentar os perfis encontrados desses jovens ativistas, bem como suas motivações e prioridades. Em uma breve comparação com os jovens ativistas de um país do Norte, apresentado anteriormente, é possível discutir as diferentes formas que a juventude deste século XXI, centrada no ativismo por justiça climática, se mobiliza, ou não, em áreas urbanas do Norte e do Sul global.

O relatório de Louback e Lima (2022) demonstra um dos perfis de ativistas por justiça climática do Brasil, ao entrevistarem pessoas na linha de frente das injustiças, principalmente mulheres indígenas, negras, quilombolas, periféricas, pesqueiras e rurais, que definem sua luta por justiça climática como “[...] uma maneira de combater injustiças raciais, de gênero, de classe, e tantos quantos forem os eixos de opressão que, somados, em última instância, culminam em impactos ao clima e ao meio ambiente” (Louback; Lima, 2022, p. 180).

Especificamente o movimento climático jovem no Brasil pode ter seu início traçado ao estabelecimento da organização *Fridays for Future* no país, ocorrida em 2019, mesmo ano da primeira Greve Global pelo Clima, embora já existissem outras organizações que já trabalhavam com a intersecção de juventude e a luta contra a mudança do clima, como o Engajamundo (2012) e o Youth Climate Leaders (2018). Como colocam Torres, Jacobi e Leonel (2020), portanto, é um movimento que chegou reproduzido a partir de organizações internacionais e do Norte global, com poucas conexões iniciais às desigualdades socioambientais brasileiras.

Apesar disso, por outro lado, nota-se que parte do movimento ambientalista brasileiro – como a rede brasileira por justiça ambiental – historicamente foi formado por comunidades como as seringueiras, indígenas, amazônicas, de atingidos por barragens, por exemplo, que sempre conectaram conservação ambiental aos seus modos de vida. No entanto, o movimento jovem por justiça climática no país mostra-se distinto deste histórico em seu início, de acordo com os resultados encontrados.

Para compreender melhor quem faz parte desse movimento no Brasil, foram coletadas 16 respostas a questionários com o uso do método Q. A análise e interpretação dessas respostas mostram um perfil geral de consensos dos ativistas e suas motivações e prioridades, em contraste com as apropriações e demonstrações dos jovens holandeses em seus territórios urbanos.

A análise feita no software da web Ken-Q Analysis envolveu os passos de fatoração (identificar grupos de pontos de vista), rotação Varimax (refinar e organizar os grupos para melhor interpretação) e interpretação (analisar o conteúdo dos fatores e interpretar o que representam para cada grupo). Foram analisados dois fatores de onde foram identificados os consensos gerais dos jovens ativistas brasileiros por justiça climática.

As respondentes foram, na maioria, mulheres cis (9), pessoas autodeclaradas pretas e pardas (9), da região Sudeste do Brasil (7), e que trabalham no terceiro setor (5). A idade média é de 24,5 anos. Não houveram respondentes da região Centro-Oeste, embora tenham sido convidados a responder o questionário. Além disso,



quatro perguntas abertas auxiliaram na descrição desse perfil. Uma dessas questões abertas era sobre o conhecimento de organizações brasileiras que pautavam a justiça climática, que resultou na citação de 50 diferentes organizações (**Figura 5**).



**Figura 5.** Nuvem de palavras de organizações brasileiras que trabalham com justiça climática, citadas pelos participantes dos questionários desta pesquisa. Fonte: autoria própria.

O Engajamundo foi a organização mais citada (10 menções), seguido do Instituto Perifa Sustentável e do Observatório do Clima (cada um com 4 menções). Destaca-se que a organização *Fridays for Future* não foi citada nenhuma vez, e a organização *Youth Climate Leaders*, apenas uma vez.

Assim como Schlosberg et al. (2024) encontraram fortes consensos no movimento global por justiça ambiental em seu estudo com acadêmicos e ativistas, que também utilizou o Método Q, aqui foi possível perceber fortes consensos no movimento por justiça climática entre jovens brasileiros em temas de colonialidade, interseccionalidade, ocupação de espaços oficiais nacionais e internacionais, como o governo e a Conferência das Partes, e na maior concordância pelo repertório de marchas climáticas do que repertórios mais disruptivos, como depredar bens e bloquear avenidas.

O maior consenso entre os respondentes foi quanto ao colonialismo ser um tema central para a justiça climática, bem como o tema da interseccionalidade, e a concordância de que a justiça climática deve ser discutida na Conferência das Partes (COP).

Sobre a interseccionalidade, uma pergunta aberta contribuiu para captar o que os jovens ativistas compreendem que devem ser as interseccionalidades inerentes à justiça climática. Essa pergunta foi a seguinte: “Cite cinco palavras/temas que você acha que devem inevitavelmente fazer parte de qualquer ação/discussão por justiça climática”. Dentre os temas citados, os três que mais apareceram foram: território/direito à terra/região e variações (8 vezes), raça/racismo/antirracismo e variações (7 vezes), e participação/democracia e variações (7 vezes). Portanto, para qualquer ação que possa ser chamada de “ação por justiça climática” para esses jovens brasileiros, deve-se explicitamente considerar as particularidades de cada território, a raça e a participação das pessoas que nele estão.

Há, ainda, um apoio positivo moderado aos repertórios de ativismo digital e às marchas climáticas, e um menor apoio sobre ações disruptivas serem necessárias no Brasil. Junto a isso, o território como tema mais citado conforme mostra o parágrafo anterior, retoma a importância da justiça climática como luta pelo direito à cidade, conectado à sua transformação em áreas primeiramente seguras em vista dos riscos climáticos e que, apesar do ativismo jovem não fazer tais transformações por meio de ocupações físicas expressivas, investe seus esforços em reconhecimento político e institucional buscando alterar relações de poder nos territórios.

A COP foi considerada um espaço importante para discutir a justiça climática de forma geral. Além disso, metade dos participantes (oito) já havia participado de alguma edição anterior. Isso indica que, embora existam muitas melhorias necessárias — como o desequilíbrio na realização das COPs, mais frequentes na Europa do que no Sul Global, as dificuldades enfrentadas por participantes de países do Sul (principalmente em relação a financiamento e locomoção), a baixa representatividade nas salas de decisão (especialmente de mulheres líderes, povos originários e tradicionais), a preocupação com a forte presença de grandes indústrias petrolíferas e poluidoras no evento e as negociações que frequentemente desconsideram as reivindicações de movimentos sociais e governos de países mais vulneráveis —, esses jovens ativistas ainda não enxergam a COP como um espaço completamente perdido.

Ambos fatores discordam de leituras da justiça climática que não discutam raça, gênero, classe social e a demarcação de terras indígenas, como por exemplo, alguns grupos locais do *Extinction Rebellion* dos Países Baixos, que têm dificuldades em defender uma visão única sobre o enfoque de raça, como visto em Rowe e Ormond (2023) e na observação participante em Groningen. Isso, novamente,



mostra como a interseccionalidade deve ser imperativa para a justiça climática segundo o ativismo jovem brasileiro.

A participação nas COPs e a participação ativa em outros movimentos sociais como de juventude, de raça e de gênero, são dados importantes nesse sentido. Esses jovens brasileiros são em si a própria intersecção pela justiça climática, levando a pauta a seus empregos, territórios, estudos e outros ativismos, e têm atenção especial para levá-la também a espaços nacionais e internacionais, como a COP e o governo. A priorização do território como tema central da luta também mostra a sua proximidade com a necessidade de justiça de reconhecimento, na garantia de espaços seguros, saudáveis e de pertencimento.

Conclui-se que realmente certos repertórios são mais distantes da realidade brasileira, e, aqui, exige-se a prioridade de outras maneiras de luta, como na comunicação, participar de espaços de decisão, e mesmo a conservação de modos de vida.

## CONCLUSÃO

Este artigo procurou compreender os territórios da juventude como espaços simbólicos, afetivos e políticos nos quais se articulam práticas de resistência e reinvenção diante das múltiplas crises urbanas e climáticas. A partir da análise do ativismo climático de jovens nos Países Baixos e no Brasil, ficou evidente que, embora os contextos sociais, raciais e históricos sejam distintos, há uma convergência no modo como esses sujeitos disputam o direito à cidade e à justiça climática. Ressalta-se, porém, que os resultados aqui apresentados referem-se aos sujeitos que participaram da pesquisa e não pretendem ser generalizados para toda a diversidade de juventudes engajadas com a agenda climática.

As práticas e discursos desses jovens revelam que o ativismo climático não é apenas uma resposta ao colapso ambiental, mas uma afirmação de existência diante de um mundo que insiste em negá-los. Os territórios da juventude tornam-se territórios de resistência climática, onde se reinventam formas de vida, se constroem afetos coletivos e se ensaiam futuros possíveis. Reconhecer esses territórios como expressão legítima do direito à cidade e à justiça climática é fundamental para repensar as relações entre juventude, espaço urbano e meio ambiente. Ao centro dessas mobilizações estão jovens que, longe de serem apenas sujeitos em formação, mostram-se protagonistas na construção de um presente e um futuro mais justo, democrático e ambientalmente comprometido.

Nos Países Baixos, observamos um ativismo mais institucionalizado, com forte presença de coletivos organizados, infraestrutura de apoio e relativa previsibilidade nas ações de protesto. Ainda assim, questões como a branquitude dominante no

movimento e o incômodo com as interseccionalidades evidenciam tensões internas importantes. No Brasil, o ativismo jovem por justiça climática emerge de uma longa tradição de lutas territoriais e socioambientais, conectadas a experiências de violência estrutural, racismo ambiental e colonialismo contínuo.

Os jovens brasileiros, majoritariamente negros, indígenas e periféricos, não apenas denunciam injustiças, mas propõem formas plurais de existência e resistência, ancoradas em saberes locais, na interseccionalidade e em uma visão crítica do modelo de desenvolvimento hegemônico. As práticas e discursos desses jovens revelam que o ativismo climático não é apenas uma resposta ao colapso ambiental, mas uma afirmação de existência diante de um mundo que insiste em negá-los.

Os territórios da juventude, nesse sentido, tornam-se territórios de resistência climática, onde se reinventam formas de vida, se constroem afetos coletivos e se ensaiam futuros possíveis. Reconhecer esses territórios como expressão legítima do direito à cidade e à justiça climática é fundamental para repensar as relações entre juventude, espaço urbano e meio ambiente. Ao centro dessas mobilizações estão jovens que, longe de serem apenas sujeitos em formação, mostram-se protagonistas na construção de um presente e um futuro mais justo, democrático e ambientalmente comprometido — não apenas em seus países, mas em um planeta em comum.

## REFERÊNCIAS

- AMORIM-MAIA, Ana T.; ANGUELOVSKI, Isabelle; CHU, Eric; et al. Intersectional climate justice: A conceptual pathway for bridging adaptation planning, transformative action, and social equity. *Urban Climate*, v. 41, n. 41, p. 101053, 2022.
- BRANDÃO, Carlos. Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2017.
- CBS (CENTRAAL BUREAU VOOR DE STATISTIEK). Origin. Statistics Netherlands: How many residents of the Netherlands were born abroad? Disponível em: <https://www.cbs.nl/en-GB/visualisations/dashboard-population/origin>.
- DELLA PORTA, Donatella. Repertoires of contention. *The Wiley Blackwell Encyclopedia of Social and Political Movements*, 2013.
- DELLA PORTA, Donatella; PORTOS, Martín. Rich kids of Europe? Social basis and strategic choices in the climate activism of Fridays for Future. *Italian Political Science Review/Rivista Italiana di Scienza Politica*, v. 53, n. 1, p. 24-49, 2023.

- FISHER, D. R.; LEIFELD, P. The polycentricity of climate policy blockage. *Climatic Change*, v. 155, p. 469–487, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10584-019-02481-y>. Acesso em: 7 abr. 2025.
- GAYLE, Damien. Five Just Stop Oil activists receive record sentences for planning to block M25. *The Guardian*, 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/article/2024/jul/18/five-just-stop-oil-supporters-kailed-over-protest-that-blocked-m25>.
- GIL, Antonio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 7a edição. São Paulo, SP: Atlas, 2022.
- GLOBAL WITNESS. *Global Witness Annual Defenders Report 2023/2024*. Missing voices: The violent erasure of land and environmental defenders. 2024. Disponível em: <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/missing-voices/>.
- HICKMAN, Caroline; MARKS, Elizabeth; PIHKALA, Panu; et al. Climate anxiety in children and young people and their beliefs about government responses to climate change: A global survey. *The Lancet Planetary Health*, v. 5, n. 12, 2021.
- KASHWAN, Prakash. Climate Justice in the Global North. *Case Studies in the Environment*, v. 5, n. 1, 2021.
- KAUFMANN, Götz; HURTIENNE, Thomas. Inglehart's World Value Survey and Q Methodology. *Journal of Human Subjectivity*, v. 9, n. 2, 2011. p. 41-71.
- LEFEBVRE, Henri. *Le droit à la ville*. Paris: Éditions Anthropos, 1968.
- LOUBACK, Andréia Coutinho; LIMA, Letícia M. R. T. (Orgs.). *Quem precisa de justiça climática no Brasil? GT de Gênero e Justiça Climática, Observatório do Clima, Hivos*, 2022.
- NEAS, Sally; WARD, Ann; BOWMAN, Benjamin. Young people's climate activism: A review of the literature. *Frontiers in Political Science*, v. 4, 2022.
- NOVAES, Regina. Juventude e sociedade: jogos de espelhos. *Revista Ciência e Vida – Sociologia*, ano 1, n. 2, 2007. Edição especial.
- ROWE, Tom; ORMOND, Meghann. Holding space for climate justice? Urgency and 'Regenerative Cultures' in Extinction Rebellion Netherlands. *Geoforum*, v. 146, p. 103868, 2023.
- SANTOS, Breno A. O. Novo" em velhas práticas: uma análise sobre a noção de "Novíssimos" Movimentos Sociais e Coletivos. *Simbiótica*, v.9, n.1, jan.-abr./2022, Vitória, Brasil - ISSN 2316-1620.
- SCHLOSBERG, David. *Defining Environmental Justice: Theories, Movements, and Nature*. [s.l.]: Oxford University Press, 2007. Disponível em: <https://academic.oup.com/book/4798>. Acesso em: 07 abr. 2025.

- SCHLOSBERG, David et al. Critical environmental justice in contemporary scholarship and movements: consensus and plurality of the discourse. *Environmental Politics*, p. 1-22, 2024.
- SPOSITO, M.P. Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas. São Paulo: Ação Educativa, 2003.
- SULTANA, Farhana. Critical climate justice. *The Geographical Journal*, v. 188, n. 1, p. 118-124, 2021.
- TALUKDAR, Ruchira. Why North-South Intersectionality Matters for Climate Justice: Perspectives of South Asian Australian Youth Climate Activists. Report published by Sapna South Asian Climate Solidarity, Sydney. 2022. 39p.
- TORRES, Pedro H. C.; JACOBI, Pedro R.; LEONEL, Ana L. Nem leigos nem peritos: o semeador e as mudanças climáticas no Brasil. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 19, n. 44, p. 17-38. 2020.
- VAN DER LOEFF, Agnes S. White inside: a critical examination of how structural whiteness in the Dutch climate movement obstructs climate justice. 2022. Master's thesis (Human Ecology) - Faculty of Social Sciences, Lund University, Lund, Suécia. 2022.
- WAHLSTRÖM, Mattias, Piotr Kocyba, Michiel De Vydt and Joost de Moor (Eds.) (2019). Protest for a future: Composition, mobilization and motives of the participants in Fridays For Future climate protests on 15 March, 2019 in 13 European cities.
- ZANTVOORT, Fleur. Movement pedagogies in pandemic times: Extinction Rebellion Netherlands and (un)learning from the margins. *Globalizations*, v. 20, n. 2, p. 1-14, 2021.

# Mapografias: arte, educação e resistência na produção de mapas com juventudes periféricas

*Mapographies: art, education and resistance in the production of maps with peripheral youths*

Carolina Clasen<sup>a</sup>, Jorge Bassani<sup>b</sup>, Analu Borges<sup>c</sup>, Cauê Maia<sup>d</sup>

**Resumo** O artigo examina metodologias participativas de produção cartográfica desenvolvidas pelo Grupo de Estudos Mapografias Urbanas (GeMAP/FAUUSP) junto à juventude na Ilha do Bororé e Jardim das Gaivotas, Zona Sul de São Paulo. Objetiva-se discutir como as práticas artísticas e educativas articulam mapeamentos afetivos e engajamento político de jovens periféricos, ressignificando espaços públicos negligenciados. A análise integra intervenções urbanas, como a criação coletiva de murais de memória e percursos paisagísticos que evidenciam contradições entre preservação ambiental e marginalização socioespacial. Métodos colaborativos como as oficinas de cartografia colaborativa destacam a construção de narrativas locais, traduzidas em mapas táteis e projeções luminosas. A abordagem metodológica, estruturada em três etapas — levantamento de dados, produção artística e compartilhamento comunitário —, prioriza a replicabilidade de tecnologias sociais e a valorização de saberes não acadêmicos. Conclui-se que essas práticas fortalecem o pertencimento territorial, transformando ruas em espaços pedagógicos e políticos, onde juventudes reivindicam o direito à cidade por meio de contranarrativas insurgentes.

**Palavras-chave** Cartografia participativa. Juventudes periféricas. Grupo de Estudos Mapografias Urbanas. Arte urbana. Direito à cidade.

**Abstract** This article examines participatory cartographic methodologies developed by the Urban Mapography Studies Group (GeMAP/FAUUSP) with youth in Bororé Island and Jardim das Gaivotas, South Zone of São Paulo. It aims to discuss how artistic and educational practices articulate affective mapping and political engagement among

<sup>a</sup> Universidade de São Paulo. E-mail: [carolinaclasen@usp.br](mailto:carolinaclasen@usp.br)

<sup>b</sup> Professor do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto, Faculdade de Arquitetura FAUUSP. E-mail: [jbassani@gmail.com](mailto:jbassani@gmail.com)

<sup>c</sup> Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU/UFBA. E-mail: [analuborges@ufba.br](mailto:analuborges@ufba.br)

<sup>d</sup> Poeta, artista plástico, arte-educador, editor. Doutor em Artes Visuais pela USP, mestre em Letras e cientista político pela UnB. E-mail: [caue.maia@gmail.com](mailto:caue.maia@gmail.com)

*peripheral youth, re-signifying neglected public spaces. The analysis integrates urban interventions, such as the collective creation of memory murals and landscape routes that highlight contradictions between environmental preservation and socio-spatial marginalization. Collaborative methods, including workshops on participatory cartography, emphasize the construction of local narratives translated into tactile maps and luminous projections. The methodological approach, structured in three stages — data collection, artistic production, and community sharing — prioritizes the replicability of social technologies and the valorization of non-academic knowledge. The study concludes that these practices strengthen territorial belonging, transforming streets into pedagogical and political spaces where youth reclaim the right to the city through insurgent counter-narratives.*

**Keywords** Participatory cartography. Peripheral youth. Urban Mapographies Study Group. Urban art. Right to the city.

## INTRODUÇÃO

Por meio de ações junto aos territórios da Zona Sul de São Paulo, propõe-se apresentar as relações entre as juventudes e o cotidiano, enunciado nas atividades culturais da Ilha do Bororé. Para a compreensão de juventude, noção cara ao debate proposto e colidem tanto com leituras de um recorte populacional desinteressado pela vida política (Sposito, 2014) quanto de uma condição essencialista da juventude como portadora de utopias (Abramo, 1994; 1997). Isto posto, trata-se de encontrar nos grupos de jovens da Zona Sul o que está para além de seu recorte etário, mas esta vinculação concreta para potencial participação em eventos e vivências comuns (Mannheim, 1993). É importante enfatizar que nas limitações do debate proposto, a reflexão implicada pela perspectiva das juventudes interessa do ponto de vista da produção do território (Abramo; Venturi; Branco, 2005). O questionamento que ronda o debate apresentado, parte do pressuposto abordado por Deleuze e Guattari (2011) nos estudos da linguagem e enunciado das juventudes, ou ainda, do sujeito ao agenciamento coletivo de enunciação (Guattari; Rolnik, 2011) em constituição com as experiências mapofográficas e como tais coletividades contribuem para a transformação dos territórios.

No primeiro momento, a aproximação com o debate é feita pela caracterização paisagística, suas relações com o processo de urbanização da cidade e as narrativas comunitárias. Posteriormente, as experiências realizadas pelo Grupo de Estudos Mapografias Urbanas estabelecem um pano de fundo para a reflexão sobre as vivências territoriais, principalmente no que diz respeito às noções sobre arte e pertencimento observadas na produção cultural dos jovens da Ilha. Logo,

adentramos a reflexão com atenção a região do Grajaú, principalmente a área denominada Ilha do Bororé. O relato coletivo aqui apresentado, enfatiza as territorialidades engendradas pelos habitantes do seu território, com ênfase às ações enunciadas nas juventudes.

A caminho da Ilha, percorremos a Avenida Nove de Julho, uma via arterial fundamental para o fluxo sudoeste da cidade, que tem a característica de ser “de fundo de vale”, esperei pelo ônibus Terminal Santo Amaro e percorri essa linha contínua desenhada durante o Plano de Avenidas do Prestes Maia. O deslocamento do centro até o extremo sul da cidade dura em média 1h40min (um hora e quarenta minutos) e pode ser feito por itinerários de ônibus até o Terminal Grajaú, pelas linhas de metrô que ligam à linha de trem CPTM 9 - Esmeralda, ou, ainda, de bicicleta por combinação de trechos de vias locais e com o Parque Linear Bruno Covas. No entanto, a malha viária não favorece ritmos tão variados e o fluxo da região é caracterizado pelo uso do Trem e trânsito intenso de automóveis nas Avenidas Belmira Marin, Teotônio Vilela, Interlagos e Marginal Pinheiros, contabilizando uma média diária de 46 mil (quarenta e seis mil) passageiros na Estação Grajaú, segundo a Empresa Via Mobilidade, em informações sobre a demanda publicadas em novembro de 2024. Esse número contrapõe-se ao total de 139 bicicletas que passaram na Avenida Belmira Marin, número publicado em contagens realizadas pela Ciclocidade dentro do Projeto “Contagens Linha de Base” (Parceria SMT/Ciclocidade, março 2023) e que apenas quantifica o modal em movimento na direção do interior do bairro e para o centro da cidade. Do ponto de vista paisagístico, as discrepâncias são principalmente quanto às áreas verdes. Já na chegada ao Terminal, sentimos a mudança de temperatura - sensação acentuada quando estamos à margem da Represa. Mas ainda teremos que percorrer a Avenida Belmira Marin até descrevermos esse quadro paisagístico.

Ainda no Terminal, quando nos encontramos, identificamos a demora do ônibus 6L11-10 na Linha Ilha do Bororé, que com previsão de saída a cada 30 minutos já obtinha uma fila considerável à sua espera. O ônibus enfim saiu e dali as narrações do dia de trabalho, conversas de rotina e encontros se deram mais uma vez.

Durante o trajeto que percorre a Avenida Belmira Marin, via arterial que começa na Avenida Senador Teotônio Vilela e termina na Represa Billings, abre-se um contato imersivo com o território digno de prelúdio, como algo que ocorre antes de um acontecimento maior e vagarosamente (muitas vezes bem devagar mesmo) fôssemos transportados coletivamente para esse pedaço de São Paulo localizado “da Balsa pra lá”.



## QUADRO PAISAGÍSTICO: A ILHA DO BORORÉ NA ZONA SUL DE SÃO PAULO

A “ilha do Bororé”, península circundada pela Represa Billings, como é popularmente conhecida, está situada na porção sul do município de São Paulo, no distrito do Grajaú, o qual juntamente com os distritos Cidade Dutra e Socorro são administrados pela subprefeitura de Capela do Socorro. A área mais ao norte da subprefeitura possui urbanização consolidada, presença intensa de atividade comercial e industrial, enquanto a área mais ao sul constitui-se como um território de características rurais, com a presença de chácaras, sítios, parques naturais, enquadradas nas Macroáreas de Contenção Urbana e Uso sustentável e de Preservação de Ecossistemas Naturais. Uma característica peculiar dessa região é a presença de remanescentes da Mata Atlântica e das bacias hidrográficas Guarapiranga, Billings e Capivari-Monos, bem como do Polo de Ecoturismo de Parelheiros, subprefeitura vizinha no extremo sul do município.

Os marcadores históricos na consolidação da ocupação dessa porção sul do território paulistano têm relação com os macroprocessos político-econômicos do país, envolvendo os fluxos migratórios no século XIX, que culminaram na formação da Colônia Alemã em 1829 na região de Parelheiros, bem como da migração japonesa em meados do século XX (Santos, 2003). Além disso, os projetos de modernização em busca do “progresso” da cidade de São Paulo no início do século XX, com as grandes obras de engenharia provenientes de empresas estrangeiras, como a “The São Paulo Trainway, Light and Power Company Ltda”, culminaram no rearranjo espacial da região sul, com a construção da barragem do Rio Guarapiranga em 1907, da represa Billings em 1925, ambas com a finalidade de abastecimento energético para a população em crescimento. Um fato curioso sobre a represa Billings é que ela carrega o nome do engenheiro norte-americano que a projetou – Asa White Kenney Billings (Santos, 2003). Com o crescimento da cidade, a Represa Guarapiranga passou a abastecer São Paulo e municípios vizinhos com água potável, e a Represa Billings, o abastecimento público de água. Atualmente, a região abastece 30% da metrópole paulistana (Prefeitura do Município de São Paulo, 2020). Outra obra importante nesse processo de rearranjo espacial foi a construção da auto-estrada Washington Luís, de 1927 a 1933, que ligava o município de São Paulo ao município de Santo Amaro, o qual seria incorporado à capital paulistana em 1935.

Tal reestruturação conformou os vetores de urbanização e a expansão industrial para a região sul a partir da década de 1960. São Paulo teve uma explosão populacional com os fluxos de migração nacional para atender às demandas de

mão-de-obra barata na indústria, o que levou à ocupação popular e irregular do solo na região sul. Tal ocupação se deu principalmente próxima aos mananciais, gerando um agravamento da questão urbana em torno da moradia e da preservação do meio ambiente.

Dessa forma, diversas legislações foram criadas para a regulação do uso e ocupação do solo, bem como da proteção ambiental dessa importante área de abastecimento de água e remanescente de Mata Atlântica, como a Lei Estadual nº 898/1975, disciplinando “o uso do solo para a proteção dos mananciais e recursos hídricos no interesse da Região Metropolitana da Grande São Paulo”, as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) 1 e 4, instrumentos de planejamento urbano voltados a fomentar melhorias urbanas, regularização fundiária e preservação ambiental em áreas estratégicas da cidade, bem como a Lei municipal nº 13.136/2001, instituindo a Área de Proteção Ambiental Capivari-Monos (APA) e a Lei municipal nº 14.162/2006, a Área de Proteção Ambiental (APA) Municipal Bororé-Colônia. Tais medidas possibilitaram enquadrar 90% da área de Capela do Socorro, que abrange 8,8% do território do município, em área de proteção de mananciais.

A “ilha do Bororé” é marcada por tais determinações territoriais que atravessam a história e a geografia da região, sendo uma das últimas fronteiras de expansão urbana do distrito do Grajaú e tendo a condição de “ilha” como um trunfo no que diz respeito à preservação ambiental, mas também uma barreira nos acessos e fluxos cotidianos. Tal realidade pode ser compreendida, por exemplo, pela distribuição territorial dos poucos equipamentos de cultura, educação e saúde, se comparados com outras localizações da cidade (Borges, 2021).

Dessa forma, é possível perceber na paisagem as presenças e ausências do território, as quais se contrastam com as dinâmicas observadas no cotidiano de sujeitos coletivos territorializados (Bassani, 2019) como a Casa Ecoativa e o coletivo Imargem com projetos e ações voltados à educação ambiental, cultura, pertencimento e formação política, com a criação de narrativas que combatem à ideia de periferia como apenas local marginal e de violência, mas, especialmente território constituído por sujeitos potentes, criativos, engajados politicamente em busca de transformações sociais.

## **ARTE E PERTENCIMENTO NO TERRITÓRIO**

Os percursos pelo território são marcados pela noção de museu a céu aberto, o espaço público da Ilha sensibiliza e transforma o olhar para o território. O debate sobre o desemparedamento da educação ganha rotinas de grupos escolares em

expedições pelo território, momento que eles têm contato com conteúdo da grade curricular que surgem nos muros, nos diálogos com a Maria da Lapa (Da Lapa, 2022), nas descobertas de plantas alimentícias não convencionais.



**Figura 1.** Mural Memória Coletivo Imargem. Fonte: GEMAP, 2017.

Durante tais percursos, o Mural Memória foi material de estudo. Construído pelo artista Wellington Neri (integrante do coletivo Imargem), a narrativa expressa no Mural demonstra o desenho do território articulado aos processos históricos que o constituíram. No reconhecimento dos lugares, dos processos de urbanização, de seus agentes e da cultura ali produzida estão os subsídios para uma experiência pedagógica territorializada. Neste sentido, a reflexão acerca da *comunidade-agente* em territórios periféricos de São Paulo, por intermédio de atividades artísticas e educativas, encontra interlocuções no trabalho dos coletivos da Ilha. Entendemos que as ações artísticas e educativas, resultam em leituras dos territórios expondo suas problemáticas com proposições para novas abordagens no seu desenvolvimento, percebidas a partir do olhar de seus referentes.



**Figura 2.** Mapas com técnica mista Stencil, grafitti, tinta de terra Coletivo Imagem Fonte: Acervo GEMAP, 2025.

A descrição sobre o avizinhamiento com cotidiano da Ilha é um modo de narrar as nuances que aparecem na produção do espaço - seus acessos, caracterizações e cotidiano. No que diz respeito ao espaço produzido, seu caráter político ganha destaque na abordagem mapográfica, revelando relações de poder (Raffestin, 1993) – e potência, como contragolpe. A fim de mobilizar tais vivências e articular às percepções comunitárias como ação da juventude, utilizaremos breve revisão bibliográfica que resultam de ações na Ilha do Bororé (Bassani; Clasen; Ribeiro; Borém; Pardo, 2023; Bassani; Massimetti; Rodrigues, 2019) e Jardim Gaivotas (Bassani; Clasen; Borém, ARQUISUR, 2023)<sup>1</sup>, contribuindo para o debate diante da realização de intervenções no cotidiano por parte das juventudes locais. No que diz respeito às ações que articulam educação ambiental e práticas culturais, a reflexão enunciada entre arte e pertencimento, propõe apresentar resultados por meio de duas principais experiências pregressas, direcionando o debate para o evento realizado pelos jovens “Da Balsa pra cá”, como forma de enfatizar tais percepções.

A primeira experiência no território ocorreu em 2012, com idealização do GeMAP como projeto de cultura e extensão intitulado “Mapografias de São Paulo por estudantes do ensino médio da rede pública”. O projeto atuava em outras regiões distintas e a partir da necessidade de aprofundamento aos estudos do território, a continuidade do trabalho se dá nas ações extensionistas permanentes “Revisitando o território – Novas percepções sobre o Grajaú” (2017 – 2018),

<sup>1</sup> Disponível em <[https://arquisur.org/wp-content/uploads/2024/04/Arquisur-2023\\_compilado-de-ponencias\\_FADU.pdf](https://arquisur.org/wp-content/uploads/2024/04/Arquisur-2023_compilado-de-ponencias_FADU.pdf)> Acesso em 19 de fevereiro, 2024.



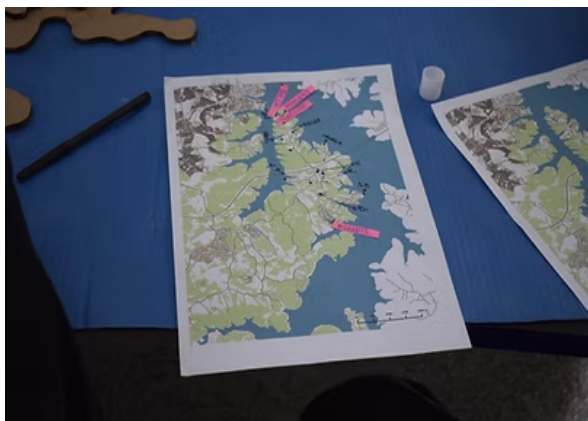
“Contracartografia do Bororé – Memória e território” (2018 - 2019), “Memória do Bororé – geografia e cultura do território” (2019 - 2020).



**Figura 3.** Encontro Núcleo de Arte Educação Ambiental na Casa Ecoativa Fonte: GEMAP, 2017.

Do vínculo instituinte de um trabalho permanente e através da interlocução com as reivindicações da juventude, a extensão é redesenhada e junto ao Laboratório de Ensino e Material Didático do Departamento de Geografia da FFLCH - USP, surge a proposta de implementação do Núcleo de Arte Educação Ambiental - NAEA. Durante as vivências quando do período de implementação do Núcleo, as reflexões formuladas foram pautadas pelo olhar dos jovens voltados para questões sobre o patrimônio ambiental, a paisagem, a cultura material e imaterial, cuidados com a terra e as expressões do território.





**Figuras 4 e 5.** Ações mapográficas com jovens da Ilha do BororéFonte: Acervo GEMAP, 2023.

O que fica exposto é a possibilidade de estar em relação e tal relação possuir qualidade, fundamentalmente, territorial. Aprendemos coletivamente o que Gilles Deleuze trouxe em seu Abecedário (1989) sobre a Fidelidade. Não estamos fazendo necessariamente um trabalho juntos, mas compreendendo juntos e fiéis ao nosso encontro, fiéis a essa junção. Tal fidelidade, segundo o filósofo, é um vínculo da pré-linguagem. Escutar, ler, desenhar e criar coletivamente são exercícios praticados coletivamente debruçados sobre o mapa como objeto e como motivação. Além disso, este é o conjunto de vivências que desloca arte e pertencimento, produzindo conteúdos territorializados como processo de diferenciação nos cotidianos das comunidades. A diferença, neste caso, é a relação da comunidade com o poder, o atrito que se produz com olhar crítico voltado para a Ilha. Não é a autonomização dos jovens da Zona Sul de São Paulo, mas a reivindicação de um letramento da territorialidade enunciada neste coletivo que fica expresso no mapa. Compreendemos que é tarefa mapográfica a captura destas diferenças, a fim de invocar novos códigos para o mapa, como forma de dizer de si com a própria voz, contar sua história com seus fatos, criar as coordenadas com assentamentos geográficos, pontos de referência, elementos da paisagem que qualificam e são próprios da Ilha.

## ENUNCIADOS METODOLÓGICOS DA PRODUÇÃO MAPOGRÁFICA

Enunciado nas problemáticas dos cotidianos periféricos e a partir da compreensão da sua heterogeneidade e potência singular, as elaborações mapográficas constituem uma topografia do encontro. De modo a perceber nesta diversidade as territorialidades que emergem, as similaridades e distanciamentos existentes quanto às temáticas relacionadas ao pertencimento (Da Lapa, 2021) e ao direito

à cidade (Lefebvre, 1968), o processo mapográfico constitui-se no engajamento entre o mapa e seus referentes.

Para tanto, compreendemos que as camadas que compuseram as etapas da produção mapográfica, podem ser descritas em três momentos: a) mapeamento com levantamento dos dados cartográficos, para constituição de um plano comum; b) acompanhamento e produção das atividades artísticas e c) compartilhamento dos materiais mapográficos por meio de encontros em arte. No primeiro momento, o levantamento de dados cartográficos organiza momentos de reflexão em que nos debruçamos de modo quantitativo sobre o território, a fim de orientar o trabalho qualitativo. A reflexão se dá auxiliada pela revisão de bibliografias e publicações que expõem as questões mais urgentes localizadas tendo na centralidade dos territórios as instituições culturais e educativas referidas. Desse modo, mapear as atividades já realizadas nos territórios estudados colabora para elaboração dos encontros mapográficos em conjunto com a comunidade local por meio da produção de enunciados das atividades artísticas vinculadas às questões mais urgentes de cada território.

Como próximo passo, quando acompanhamos os coletivos artísticos e atuamos em colaboração, criação, produção das atividades programadas; compreendemos que o momento propicia que o processo criativo esteja fundado no engajamento coletivo e territorial. Os resultados das atividades através dos registros fotográficos, audiovisuais e outros materiais narrativos contribuem para a construção de um acervo de representação e códigos do território. Neste momento, por meio dessa polifonia das expressões do território, anotamos novos elementos no mapa.

Da produção de um acervo cujos registros são resultado do engajamento coletivo, as reflexões em torno das questões mapográficas articulam a topografia ao cotidiano mediante produção cartográfica de tais expressões. Neste momento, as tarefas não estão centralizadas apenas em sistematizar as atividades propostas coletivamente; mas em atualizar os códigos de representação a partir da perspectiva comunitária. Construimos sobre e sob o mapa a política estética (Ranciere, 2009) que se revela no cotidiano do território, ou seja, o mapa é produto e também suporte da participação.

## **A EXPERIÊNCIA MAPOGRÁFICA ALIADA À BAZUCA POÉTICA**

Nossas experiências anteriores de produção de cartografias urbanas junto às juventudes periféricas demonstram a demanda por metodologias que transcendam representações poético/políticas convencionais, integrando dimensões afetivas, táteis e vocabulares próprias no mapeamento do universo cultural local. Dentre



as múltiplas tecnologias do encontro pensadas para proporcionar a abertura de diálogos no espaço público e junto a organizações culturais periféricas, gostaríamos de destacar aqui as experiências realizadas em torno da Bazuca Poética, projetor analógico portátil de baixa tecnologia criado em 2013 e aprimorado desde então (Baptista, 2019).

A Bazuca Poética é um dispositivo replicável que opera na intersecção entre poesia urbana, pesquisa e ativismo (Baptista, 2024). Seu funcionamento, desenvolvimento e o passo-a-passo para sua construção se encontram descritos no *Manual de construção e uso* (Baptista, 2022), possibilitando a difusão do acesso à tecnologia, um dos princípios da estética DYI.

A cartografia afetiva proposta pelo GeMAP prioriza registros sensoriais e narrativas construídas em parceria com os jovens, não sobre eles. Isso implica atenção às interações não verbais, gestos e preocupações cotidianas, evitando hierarquias focados na “qualidade técnica” de suas produções. Esses princípios orientaram as intervenções realizadas em abril de 2024 no Jardim das Gaivotas (São Paulo), dentro do projeto Praça de Aulas, utilizando a Bazuca Poética como ferramenta central de mediação entre arte, educação e pesquisa.

A seleção colaborativa dos conteúdos, via Jogo das Perguntas — exercício de livre associação em roda —, garantiu que os temas refletissem inquietações locais, como a falta de espaços para poesia e a invisibilidade de narrativas históricas marginalizadas. Ao traduzir as produções coletivas para slides da Bazuca Poética como dispositivo de mediação, três dimensões metodológicas foram reveladas:

1. **Provocação Estética:** A projeção de frases (“O que a cidade te diz?”) e retratos (Marielle Franco, Luiz Gama) em muros e asfaltos instaura paisagens efêmeras que questionam hierarquias estabelecidas do sensível (Rancière, 2009). A escolha colaborativa dos conteúdos, via Jogo das Perguntas, assegura que os temas refletem inquietações locais. A dimensão dialógica da atividade segue durante a projeção no espaço público, quando as imagens e textos projetados suscitam respostas e comentários dos passantes. A projeção, assim, serve ao método investigativo da *image elicitation*, com as imagens atuando como disparadores para a discussão sobre temas que desejamos investigar junto a pessoas na rua.

2. **Pedagogia da Replicabilidade:** O manual de construção da Bazuca (Baptista, 2022), distribuído na Casinha, estimula a autonomia tecnológica, alinhando-se à lógica faça-você-mesmo. Em oficinas (como a de 25 de abril na EMEF Jardim Sipamar), jovens criam slides sobre temas como o Parque Linear Billings, convertendo a Bazuca em ferramenta de participação comunitária.

3. Tática de Resistência: A portabilidade do dispositivo permite respostas ágeis, enquanto a projeção não provoca danos ou deixa rastros que poderiam ser reprimidas sob o argumento da depredação ou vandalismo, como acontece com a *pixação*, grafite e outras técnicas de intervenção urbana mais duradouras.

A Bazuca Poética, produzida a partir de materiais de fácil acesso (eletrodutos, lupa, transparências), encarna a lógica da “desobediência tecnológica” (Oroza, 2023). Sua estética cyberpunk e funcionamento óptico simples possui a capacidade de explicar noções básicas de física às crianças e jovens que participam das atividades, despertando curiosidade e engajamento. As intervenções também funcionaram como um foco coletivo na atenção sobre o espaço público, em parceria com a produção de fotos e vídeos por parceiros. Registros fotográficos das projeções em muros grafitados serviram não apenas para documentação, mas como base para futuras intervenções *site-specific*. A projeção itinerante, ou “peripatética”, revelou-se uma estratégia eficaz para testar receptividades e identificar superfícies projetáveis.

Em ocasião com a oficina na EMEF Jardim Sipramar, ocorreu a ampliação do potencial educativo da Bazuca, os integrantes da ação criaram *slides* com perguntas como “Você sabe o que é o Parque Linear?”, vinculando a projeção a um podcast comunitário sobre questões ambientais. Aqui, a Bazuca deixou de ser apenas um dispositivo de pesquisa para tornar-se instrumento de proposição de novos temas pelos jovens, demonstrando como metodologias artísticas podem catalisar processos de pesquisa-ação. Isto posto, entende-se que o conjunto de questões inerentes às experiências estéticas vinculadas ao território produzem um duplo de decodificar o lugar e anotar novos códigos correlatos à enunciação coletiva – linguagem, engajamento, narração.

Essas experiências ilustram como a cartografia voltada para a produção coletiva, ou ainda, a mapografia, realizada em fotos, caminhadas e produção poética aliada à arte urbana, pode constituir-se como ato político. Ao converter muros em suportes para contranarrativas, o GeMAP ressignifica espaços públicos negligenciados, instaurando “contrapúblicos subalternos” (Fraser, 2009) onde moradores discutem memória, direitos e projetos comunitários.



**Figuras 6 e 7.** Ações mapográficas com Bazuca Poética junto aos jovens do Jardim Gaivotas. Fonte: Acervo GEMAP, 2025.

A projeção efêmera — comparada pelos participantes a uma “pescaria” ou “semeadura” — opera como gatilho para debates que transcendem o momento da intervenção, ecoando a ideia de Harvey (2013) sobre o direito à cidade como prática ativa de transformação.

O caráter replicável da Bazuca Poética, aliado à ênfase na autoria coletiva, aponta caminhos para metodologias decoloniais em educação. Ao priorizar saberes locais e técnicas faça-você-mesmo, o GeMAP não apenas desafia hierarquias acadêmicas, mas oferece ferramentas para que jovens periféricos reivindiquem seu lugar como agentes de mapeamento e transformação urbana. Futuras ações poderão explorar como essas práticas, ao converterem ruas em “praças de aulas”, fortalecem redes colaborativas capazes de enfrentar as anestésias do urbano contemporâneo (Debord, 2014).

Diante das intersecções entre a temática dos territórios com preservação ambiental, desenvolvimento territorial e valorização da cultura periférica, a participação comunitária por meio do mapeamento coletivo, oferece o território para o centro do debate, possibilitando que as localidades em questão sejam debatidas a partir da perspectiva das comunidades e da construção de espaços fundados no pertencimento coletivo.

## **CONSIDERAÇÕES INSURGENTES NOS PROCESSOS MAPOGRÁFICOS**

Na atuação permanente junto ao território, remontamos a experiência paisagística da Ilha, suas topografias e narrativas a fim de operar as territorialidades a partir das perspectivas das juventudes. Como principal consideração, ressaltamos os diálogos insurgentes durante os processos mapográficos que contribuem para uma investida contemporânea na chave de uma crítica radical: negação da possibilidade de constituição de um sujeito subalterno que reproduz o projeto civilizatório hegemônico.

Portanto, por meio do mapeamento e difusão das iniciativas artísticas existentes ou pensadas em conjunto, buscamos enfatizar estratégias que aparecem nos processos mapográficos e contribuem para a sensibilização da comunidade local em questões relativas ao território e ao pertencimento. Diante do cenário das cidades contemporâneas com problemáticas emergentes sendo apresentadas para a agenda urbana, um estudo territorial junto com as comunidades e seus referentes, por meio de ações artístico-educativas visa reforçar uma reflexão urbanística em que “mapear e analisar o território reformula a relação não apenas da criança com a cidade, mas dela com o mapa, e instiga uma reformulação do mapa a serviço de outras abordagens topográficas da cidade” (Clasen, 2023).

Dito isso, percebemos que os mapas produzidos em processos de aprendizagem como proposto pelo Grupo de Estudos e Mapografias Urbanas, ou como visto na aprendizagem situada que trouxe para a reflexão a participação periférica legitimada, possuem em seus manejos da manufatura do mapa, da revisão das políticas públicas ambientais, da leitura do território e da proposta de continuidade como produção da diferença de um regime por meio da política comunitária, posto que os jovens manifestam, criam e atualizam a gramática da comunidade.

## **REFERÊNCIAS**

- ABRAMO, H. W. Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Scritta, 1994. ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n.5-6, p. 25-36, 1997.

- ABRAMO, H. W.; VENTURI, G.; BRANCO, P. P. M. Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania, 2005
- Atas do 50. [quinto] Colóquio Internacional Imaginário: construir e habitar a terra – imaginários urbanos = Colloque International imaginaire: construire et habiter la terre: imaginaire urbains / organização de Artur Simões Rozestraten -- São Paulo : FAUUSP, 2024.
- BAPTISTA, Cauê Augusto Maia. *Cada caminho é um risco: o livro de artista como tradução da intervenção poética no espaço público*. Tese (doutorado). PPGAV-ECA/ USP: São Paulo, 2019.
- BAPTISTA, Cauê Augusto Maia. Manual de construção e uso da Bazuca Poética. São Paulo: Editora Coletivo Transverso, 2022.
- BAPTISTA, Cauê Augusto Maia. “Bazuca Poética: a intervenção luminosa low tech no espaço público como disputa pela memória social”. Em: Anais do XIII Congresso Internacional do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte. São Paulo: USP, 2024.
- BASSANI, J.; CLASEN, CAROLINA; RIBEIRO, H. B.; BORÉM, L.; PARDO, Mariana R. . Dos mapas ao território: arte e educação ambiental. XIV Encontro Nacional da ANPUR, v. 1, p. 1-15, 2023.
- BASSANI, Jorge, MASSIMETTI, Flávia, RODRIGUES, Marla. Extensão universitária na Ilha do Bororé: O território como instrumento pedagógico. XVIII Encontro da Associação Nacional de Planejamento Urbano Regional, Natal, 2019.
- BASSANI, Jorge, MASSIMETTI, Flávia, RODRIGUES, Marla. Cultura e Identidade: A resignificação do território da ilha do Bororé. III Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas, Salvador, 2018.
- BITOUN, Jan (2004). Movimentos sociais urbanos e a trajetória do urbanismo. Revista Cidades (Grupo de Estudos Urbanos), Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 67-78.
- BORGES, Analu Garcia. Território Educativo: as práticas educativas da extensão universitária e dos coletivos culturais na periferia de São Paulo. 2021. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
- CENTRO DE PRESERVAÇÃO CULTURAL DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Inventário. In: LIRA, José Tavares. Patrimônio Construído da USP: Preservação, Gestão e Memória. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. p. 407-413.
- CLASEN, Carolina. Cidade e crianças: direito ao devir urbano. CLASEN, Carolina Mesquita. Cidade e crianças: direito ao devir urbano. 2018. 219 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo

- Universidade Federal de Pelotas. - PROGRAU-UFPel. 2018.mento de História da Arquitetura e Estética do Projeto.
- CLASEN, CAROLINA. Criar o urbanismo: uma contribuição da infância para a discussão das cidades. *OCULUM Ensaios*, v. 20 (2023), p. 1-15, 2023.
- DA LAPA, Maria. Trajetória e vida na ilha do Bororé. [Entrevista concedida ao] GeMAP/FAUUSP. São Paulo, jun. 2021
- DEMUTH, M.; FARIA, Ana Beatriz Goulart; POMPEIA, Anna; CLASEN, CAROLINA; LAUB, D.; VIOLA, G.; RIBEIRO, H. B. . Escolas saudáveis: o papel do território educativo no contexto da pandemia de Covid-19. *CADERNOS DO APLICAÇÃO (UFRGS)*, v. 34, p. 40-61, 2021.
- DELEUZE, G. O abecedário de Gilles Deleuze: uma realização de Pierre-André Boutang, produzido pelas Éditions Montparnesse, Paris. 1988-1989. Disponível em: <[www.ufrgs.br/corpoarteclinica/obra/abc.prn.pdf](http://www.ufrgs.br/corpoarteclinica/obra/abc.prn.pdf)>. Acesso em: 18 jan. 2025.
- FRASER, N. *Scales of Justice: Reimagining Political Space in a Globalizing World*. Columbia University Press, 2009.
- FREIRE, P. *Educação como Prática da Liberdade*. Paz e Terra, 1967.
- GUATTARI, F.; ROLNIK S. *Micropolítica. Cartografias do desejo*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- GOMES, M. P. A. . (2024). Resistência urbana através da metanarrativa: o direito ao território mobilizado através de festas e memória social ritualizada. *Plural*, 31(2), 74-93. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2024.230491>
- HARVEY, D. *Cidades Rebeldes*. Martins Fontes, 2013.
- LAVE, J. Situated learning in communities of practice. In: RESNICK, L.; LEVINE, J.; TEASLEY, S. (Ed.). *Perspectives on socially shared cognition* Washington, DC: American Psychological Association, 1991. p. 63-82.
- LAVE, J.; WENGER, E. *Situated learning: legitimate peripheral participation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991
- LEE, S.; ROTH, W. M. Becoming and belonging: learning qualitative research through legitimate peripheral participation. *Forum: Qualitative Social Research/Forum Qualitative Sozialforschung*, v. 4, n. 2, p. 1-22, 2003.
- MASSIMETTI, Flávia Tadim. (À) margem da cidade: o extremo sul de São Paulo. 2016.
- MANNHEIM, K. El problema de las generaciones. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)*, Madrid, n. 62, p. 192-242, 1993.
- MANNHEIM, K. Funções das gerações novas. In: PEREIRA, L.; FORACCHI, M. M. *Educação e Sociedade: leituras de sociologia da educação*. São Paulo: Cia. Editora Nacional. 1978, p. 91-97.
- OROZA, E. *Desobediência Tecnológica*. Editorial UFRJ, 2023.

- PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Área de proteção ambiental Bororé-Colônia, 2020. Disponível em:< [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio\\_ambiente/unid\\_de\\_conservacao/apa\\_bororecolonia/index.php?p=41963](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/unid_de_conservacao/apa_bororecolonia/index.php?p=41963)>. Acesso em 24 fev. 2021.
- PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras Perímetros de Ação – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU/SP, 2016.
- RANCIÈRE, J. A Partilha do Sensível. Editora 34, 2009.
- SANTOS, R. M. “APA Bororé: subsídios à implantação – praticando geografia com a teoria dos geossistemas”. Trabalho de Graduação – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia. São Paulo, 2003.
- <https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/sma/atlas/represa-billings-nossa-agua-nossa-vida>
- SILVA, Eric, RIBEIRO, Heloisa, ZAMPIERI, Jessica, BASSANI, Jorge, PARDO, Mariana, CLASEN, Carolina. Aprendendo com Maria da Lapa: Comunidade e cuidado contra a cidade do medo. 11º Seminário Urbanismo da Bahia - urbBA, 2021.
- SPOSITO, M. P. Ação coletiva, jovens e engajamento militante. In: CARRANO, P.; FÁVERO, O. (org.). Narrativas juvenis e espaços públicos: olhares de pesquisa em educação, mídia e ciências sociais. Niterói: UFF, 2014. p. 97-130
- PARTICIPATÓRIO – Observatório Participativo da Juventude. Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013. Secretaria Nacional de Juventude, Brasília, 2013.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.



# “This is Maré”: dança e performance como estratégias de representação e resistência de jovens periféricos em um ambiente necropolítico

*“This is Maré”: dance and performance as strategies of representation and resistance of peripheral youth in a necropolitical environment*

Henrique Ferreira da Silva<sup>a</sup>, Michele Doris Castro<sup>b</sup>,  
Deivison Moacir Cezar de Campos<sup>c</sup>

**Resumo** Este artigo investiga as interseções entre juventudes negras, arte, cultura e violência, analisando suas implicações para a construção de saberes e representações das juventudes faveladas. Fundamenta-se no arcabouço teórico pós-estruturalista dos Estudos Culturais, mobilizando os conceitos de pedagogias de morte e resistência, juventudes negras, performance, território e necropolítica como ferramentas analíticas centrais. O objetivo é examinar como a arte e a performance na dança são apropriadas como práticas pedagógicas pelas juventudes do Complexo da Maré, permitindo a construção e a expressão de novos saberes. A pesquisa se ancora em autores como Hall (2008), Mbembe (2018), Silva (2024) e Camozzato e Costa (2012). O material empírico – o videoclipe “THIS IS MARÉ”, produzido pelo grupo Dance Maré e divulgado em maio de 2024 – é analisado a partir da etnografia de telas (Balestrin; Soares, 2017), permitindo explorar como a performance visual e digital contribui para a produção de contranarrativas sobre territorialidade. Os resultados indicam que a dança e a arte emergem como formas de resistência, ressignificando a vivência na favela e reverberando discursos que desafiam as representações hegemônicas das juventudes negras e periféricas.

**Palavras-chave** Pedagogias de morte e resistência. Juventudes negras. Arte. Performance. Corpo-memória.

- 
- a) Doutorando em Comunicação (PUC-RS). Mestre em Educação (ULBRA/CANOAS). Graduado em Comunicação Social - Habilitação em Publicidade e Propaganda (ULBRA/CANOAS). Pesquisa sobre necropolítica, juventudes negras, corpo, Estado e policiamento. Contato: henriqueferreiras@gmail.com.
- b) Doutoranda em Educação do PPGEDU (UFRGS). Mestre em Educação (UFRGS). Licenciada em Ciências Sociais (UFRGS). Professora dos cursos técnicos e tecnológicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRS). Pesquisa sobre estudos raciais e relações de gênero na música. Contato: michele.castro@veranopolis.ifrs.edu.br
- c) Doutor em Ciências da Comunicação (UNISINOS). Mestre em História (PUC-RS). Professor adjunto da Escola de Comunicação, Artes e Design (PUC-RS). Pesquisa sobre mediatização, relações étnico-raciais, política dos corpos, jornalismo e decolonialidade. Contato: deivisondecampos@gmail.com

**Abstract** *This article investigates the intersections between Black youth, art, culture, and violence, analyzing their implications for the construction of knowledge and representations of youth in favelas. It is grounded in the poststructuralist theoretical framework of Cultural Studies, mobilizing the concepts of pedagogies of death and resistance, Black youth, performance, territory, and necropolitics as central analytical tools. The objective is to examine how art and dance performance are appropriated as pedagogical practices by the youth of the Complexo da Maré, enabling the construction and expression of new forms of knowledge. The research is based on authors such as Hall (2008), Mbembe (2018), Camozzato and Costa (2012). The empirical material—the music video THIS IS MARÉ, produced by the group Dance Maré and released in May 2024—is analyzed using screen ethnography (Balestrin & Soares, 2017), allowing for an exploration of how visual and digital performance contributes to the production of counter-narratives about territoriality. The results indicate that dance and art emerge as forms of resistance, re-signifying life in the favela and amplifying discourses that challenge the hegemonic representations of peripheral Black youth.*

**Keywords** *Pedagogies of death and resistance. Black youth. Art. Performance. body-memory.*

## APONTAMENTOS INICIAIS

Outra rodada de tiros atinge minha pele  
Bem, mandem bala, porque hoje, eu não vou deixar a vergonha penetrar  
Estamos rompendo as barricadas e  
Alcançando o Sol (somos guerreiros)  
*This is Me - O Rei do Show*

O excerto acima compõe parte da canção *This is Me*, tema do filme *O Rei do Show* (2017), dirigido por Michael Gracey. Vencedora de prêmios como o Globo de Ouro e o Oscar de Melhor Canção Original, a música foi reinterpretada no videoclipe *This is Maré*, lançado em 19 de maio de 2024 nas redes sociais do grupo *Dance Maré* (@dancemare) e de Raphael Vicente (@raphaelvicente), seu fundador.

Historicamente, as favelas têm sido entendidas como resultado de um processo de urbanização marcado pela desigualdade, informalidade e precarização do acesso à cidade, fomentado pelo Estado (Leitão, 2009). Mendes (2006) relaciona a consolidação desses espaços à expansão do capitalismo e ao respaldo dado ao racismo científico e às ideias eugenistas. Nessa perspectiva, Silva (2024) acrescenta que essa desigualdade não se limita às condições materiais, mas também

se manifesta nas representações midiáticas, apontando que veículos como o G1 contribuem para a naturalização da violência contra corpos negros ao enquadrar as favelas como territórios de conflito.

Esse debate insere-se nas discussões sobre território e brutalidade policial contra as juventudes negras e faveladas em um contexto de necropolítica e atualização das dinâmicas racistas no Brasil. Nesse contexto, sob a lógica do necropoder, o corpo torna-se um campo de disputa (Mbembe, 2018; Silva, 2024) e a performance do Grupo Dance Maré emerge como um gesto pedagógico de resistência.

O presente texto analisa como a arte – em especial a dança/performance – é mobilizada pelas juventudes negras do Complexo de favelas da Maré como uma estratégia de (re)mobilização do espaço e (re)produção de novos saberes. Do ponto de vista teórico-metodológico, se insere no campo dos Estudos Culturais, dialogando com autores como Williams (2003), Giroux (2004) e Costa (2010). A análise está respaldada em conceitos como de necropolítica (Mbembe, 2018) e performance negra (Santana, 2021), representação (Hall, 2008), território (Santos, 1998) e pedagogias culturais (Camozzato e Costa, 2012). O material empírico consiste na análise do videoclipe *This is Maré*, do grupo *Dance Maré*.

Dessa forma, a análise do videoclipe, compreendido como um artefato cultural, busca evidenciar como as práticas artísticas das juventudes negras faveladas podem ser entendidas como pedagógicas. Parte-se do princípio de que performances como essa confrontam a lógica necropolítica do Estado e reconfiguram as narrativas sobre a favela e seus moradores, acionando a humanidade frequentemente negada à população favelada pelos processos racistas – um dos alicerces das estratégias que sustentam o necropoder.

## ENTRE O CONTROLE E A RESISTÊNCIA

A relação entre juventudes negras, território e necropoder constitui um campo de tensão permanente, marcado tanto pela imposição de mecanismos de controle estatal quanto pela emergência de dinâmicas de resistência e reapropriação do espaço urbano (Silva, 2024). Nesse contexto, o conceito de necropolítica, desenvolvido por Mbembe (2018), é fundamental para compreender como o Estado regula a vida e a morte de determinadas populações, especialmente das juventudes negras periféricas. No Brasil, esse fenômeno se manifesta por meio da violência policial, das políticas de gentrificação e da precarização das condições de moradia e mobilidade nas periferias urbanas (Silva, 2024; Pires & Stanchi, 2021).

Santos (1998), argumenta que o território é um espaço produzido por práticas e relações de poder. A favela, representada como um espaço de desordem e histo-

ricamente estruturada por lógicas excludentes, configura-se como um campo de disputa onde a mobilidade das populações negras é frequentemente restringida por mecanismos de vigilância e repressão. Esse controle se materializa na limitação ao direito de ir e vir, na criminalização dos corpos negros e de suas expressões culturais. Nesse sentido, a criminalização e desterritorialização do sentido de pertencimento das juventudes negras emerge como um processo que busca desarticular formas de organização comunitária e de resistência ao longo dos anos, a partir da manutenção de estereótipos raciais (Silva, 2024).

Hall (2016) discute como a representação e a identidade são construídas em resposta às dinâmicas de poder. O autor aponta ainda que a identidade é um processo em construção e negociação constante, e ao pensar no recorte específico deste texto, passa pela disputa do direito à cidade e o enfrentamento de discursos que as enquadram em estereótipos de criminalidade e subalternidade. Nesse sentido, as juventudes negras ressignificam o território ao ocuparem os espaços com práticas artísticas e culturais que desafiam narrativas de violência e marginalização - apontando para uma juventude que não se apresenta como agentes passivos; ao contrário, a resistência emerge por meio da reapropriação simbólica e material dos espaços urbanos (Holloway, 1997; Mbembe, 2018; Silva, 2024).

Esse processo de inferiorização encontra um viés histórico. Assim, o corpo negro vem sendo representado de maneira estereotipada em diversos contextos - inclusive no midiático. Segundo Kellner (2001), a mídia desempenha o papel de fornecer significados que moldam nossa compreensão do que é relevante, correto e adequado em diversos contextos. Nessa perspectiva, também exerce um papel importante na educação de nossa visão, percepção e conduta. O autor destaca que os produtos culturais têm caráter pedagógico, uma vez que neles são gerados, reforçados ou contestados significados que adquirem relevância ao interagir com repertórios culturais. Acrescenta, ainda, que “a narrativa e as imagens veiculadas pela mídia fornecem os símbolos, os mitos e os recursos que ajudam a constituir uma cultura comum para a maioria dos indivíduos” (p. 9).

A representação de jovens negros na mídia brasileira é um fenômeno marcado pela associação recorrente com a violência e perpetuação de estereótipos raciais que refletem e reforçam as estruturas de desigualdade do país. Santos (1998) reforça que essa construção midiática não é neutra: ela mantém privilégios e perpetua desigualdades. Araújo (2008) destaca que, ao longo da história da telenovela brasileira, os papéis destinados a atores negros foram majoritariamente subalternos, como escravos ou serviçais, fortalecendo uma hierarquia racial que os colocava à margem da sociedade.

Na contemporaneidade, os trabalhos de Pereira e Gomes (2001) e Sodré (2015) argumentam que a mídia continua a oferecer uma representação distorcida dos jovens negros, associando-os predominantemente à criminalidade e à marginalização. Quando não se enquadram nesses estereótipos, suas vozes são silenciadas, e suas histórias, invisibilizadas. Essa narrativa midiática não apenas reforça preconceitos, mas também contribui para a naturalização do genocídio da juventudes negras. Para Collins (2016), as “imagens de controle” criadas pela mídia perpetuam opressões cotidianas, reforçando a ideia de que o jovem negro é um “outro” indesejável, um intruso em espaços dominados pela branquitude.

Nesse sentido, Bhabha (1984) aponta que os estereótipos não apenas refletem a realidade, mas a produzem, criando um ciclo de exclusão social, econômica e política. A associação constante com a violência e a criminalidade dificulta o acesso a direitos básicos, perpetuando um sistema que marginaliza e oprime. Freire (2004) e Zilda Martins (2011) complementam essa análise ao afirmar que as distorções na representação midiática dificultam a democracia, pois contribuem para a manutenção e reprodução das relações de poder, desigualdade e exploração. Na atualidade, para romper ciclos de marginalização, as juventudes negras vem buscando construir novos modos de ser e estar no mundo, com representações que reflitam sua humanidade, a partir de mecanismos de resistência.

Exemplos desse processo podem ser observados em práticas culturais como as danças urbanas, o grafite, o funk e o rap, que historicamente são reivindicados pelas juventudes negras como mecanismos de presença e pertencimento. O videoclipe *This is Maré*, do grupo Dance Maré, ilustra como a performance corporal pode ser uma forma de combate ao necropoder, transformando corpos antes vistos como alvos em agentes de expressão e resistência. Dessa forma, a relação entre juventudes negras, território e necropoder é marcada por um duplo: de um lado, a imposição de mecanismos de controle e regulação da vida; de outro, a criação de formas de resistência que reafirmam a existência e a agência desses sujeitos no espaço.

## ARTE E PERFORMANCE COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA

Hall (2003) explica que o domínio europeu sob África teria não apenas invadido o conhecimento dos povos não brancos, mas separado essas populações de seus elementos materiais de significação do mundo. Como consequência, teriam-se produzido em diversos lugares a imagem de povos da diáspora, os quais teriam encontrado na cultura, sobretudo na música, possibilidade de reelaboração de seus modos de existência e compreensão de si. Para ele, na diáspora novas iden-

tidades provisórias passam a ser produzidas, onde não apenas elementos do local de origem são acionados, mas outros da nova realidade encontrada são agregados para a formação de elementos comuns de identificação, o que ao mesmo tempo distingue e produz diferenças em relação a outros grupos sociais.

Neste processo, o corpo e a performance, comumente retratados como irracionais e promíscuos, teriam sido fundamentais para a ressignificação das experiências e pensamentos dos povos negros. Sendo também, importantes na desconstrução de estereótipos impostos pela branquitude. Para ele, a estereotipagem (como processo), envolveria a redução dos sujeitos a partir da identificação externa (visível) de suas características físicas. O autor explica, ainda, que a através das performances são produzidas contranarrativas em resistência às representações reducionistas, onde as performances negras não são ingênuas, mas carregadas de intencionalidades específicas. Não interessando assim, a localização de verdadeiras expressões negras, mas a compreensão dos processos e negociações que rompem determinadas imagens excludentes para para os grupos minorizados.

Loponte (2020), mostra que não existe neutralidade no artístico, mas disputas constantes de interesses que se atravessam em direções e polaridades opostas, onde continuamente os sentidos são (re)criados e contestados a partir das disputas de poder no artístico. Em meio a esse movimento, a performance negra é compreendida como uma das principais estratégias de reformulação das práticas e humanização dos sujeitos negros:

A performance negra é uma estratégia de luta de oposição a estruturas desumanizantes para os sujeitos negros — estratégia que não necessariamente se dá por vias lógicas ou argumentativas, nas quais a palavra se sobressai ao corpo, ao movimento, ao alimento e à relação com a natureza, ou por seguir algum tipo de cartilha ou projeto norteador de arte políticaa (Santana, 2021, p.60).

Para Martins (1995), diferentemente dos povos brancos do Ocidente, onde a escrita passa a endossar o conhecimento, nas culturas africanas e afrodescendentes o corpo e a oralidade assumem destaque na produção do conhecimento, uma vez que expressões culturais como a dança, música, teatro e as artes visuais são entendidas como potentes formas de criação e representação da vida.

## **DELINEAMENTO DOS CONTORNOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS E CONTEXTUALIZAÇÃO DO MATERIAL EMPÍRICO**

A pesquisa adota uma abordagem metodológica pós-crítica, que entende os métodos como construções dinâmicas, ajustadas ao longo da investigação para

atender às especificidades dos sujeitos do estudo. Diferente das metodologias tradicionais, que são prescritivas e rígidas, a abordagem pós-crítica privilegia a fluidez, a adaptação e a construção contínua do conhecimento (Costa, 2010).

Nesse contexto, os Estudos Culturais em Educação são mobilizados para questionar essencialismos, eurocentrismos e racismos, apontando formas de resistência (Bonin; Ripoll; Wortmann; Santos, 2020). A pesquisa não busca conclusões totalizantes, mas compreende as discursividades emergentes como um campo de disputas em constante construção. Nesse contexto, destaca-se o potencial pedagógico da favela como espaço ativo na constituição de sujeitos e pertencimentos. Essa dinâmica se materializa, entre outros fenômenos, no videoclipe *This is Maré*, produzido pelo Grupo Dance Maré em maio de 2024<sup>1</sup>.

O Dance Maré foi criado em 2019 por Raphael Vicente, morador do Complexo de Favelas da Maré. Segundo a biografia do canal no YouTube, trata-se de um grupo de dança formado por 14 jovens da comunidade, que buscam “espalhar o amor da favela através da dança”. Em entrevista ao Multishow, em 2022, Raphael afirmou que criou o canal com o objetivo de dar visibilidade aos espaços da Maré. Segundo o artista:

[...] tem vezes que eu recebo algumas mensagens de pessoas perguntando como a gente anda aqui dentro por que acha que aqui dentro é um campo de guerra. E a gente que mora aqui, a gente sabe que não é assim, óh [sic] a música alta, óh [sic] o som alto, a gente sabe que é festa o tempo inteiro e com um gesto simples que a gente faz como filmar um vídeo de dança em algum lugar aberto aqui na Maré, a gente já mostra que a gente pode andar aqui a vontade, que a gente pode sair, que a gente dança, a gente brinca, e que é bom viver aqui dentro, sabe, que é tranquilo viver aqui dentro (Vicente, Raphael. Youtube, 2023).

Esta pesquisa adota uma abordagem que privilegia a análise cultural para compreender como a dança e a performance são mobilizadas como práticas pedagógicas pelas juventudes do Complexo da Maré, promovendo a construção e expressão de novos saberes. A partir desse enfoque, examina-se a configuração das relações de poder, conhecimento e subjetividade em contextos sociais assimétricos, articulando essas dimensões de forma interconectada (Williams, 2003).

---

<sup>1</sup> Conforme dados disponibilizados pela plataforma *youtube*, que abriga o perfil de Raphael Vicente, criador do videoclipe *This is Maré*, o mesmo conta com 8.476 visualizações desde sua postagem em 19 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EgE7WNE4J-U>. Acesso em 29 de junho de 2025.



Como recurso metodológico utilizamos a etnografia de tela uma vez que esta nos possibilita aprofundar a compreensão de “imagens em movimento [...] olhar mais e mais a tela, de diversos ângulos” (Balestrin; Soares, 2012, p. 22), tão cara para o artefato analisado, o qual envolve jovens periféricos em movimento que, a partir disso, produzem novos sentidos para sua existência. Nessa abordagem, as imagens são interpretadas como textos, permitindo múltiplas leituras conforme a seleção prévia das cenas e a perspectiva teórica adotada.

A metodologia possibilita a combinação de técnicas utilizadas pela etnografia clássica, como a observação, o registro e a descrição detalhada do diário de campo agregada a métodos desenvolvidos nas análises fílmicas e textuais (Aumont, 1993). O que não só possibilita a produção de recortes e escolha das telas analisadas, de modo a focar e desenvolver análises aprofundadas a partir dos registros do pesquisador, mas também a descrição das relações e jogos de poder imbricados (Kellner, 2001).

Para a elaboração do texto, capturamos 14 telas, agrupadas em 7 figuras que constituíram um mapa de análise com os seguintes tópicos: a) mobilização da dança e da arte como forma de representações de resistência; b) reconfiguração de narrativas e sentidos sobre as juventudes periféricas no Brasil.

**Quadro 1.** Mapa constitutivo de análise, a partir da organização das telas em figuras

FIGURAS	TEMÁTICA	JUSTIFICATIVA	REPRESENTAÇÕES
<b>Figura 1</b> (O Complexo de favelas da Maré) 0:00; 0:01; 0:04; 0:06	A	Espaço como lugar de vida e coletividade	Espaço como lugar de vida e coletividade
<b>Figura 2</b> (A transição criança-juventude) 00:51; 00:56; 01:01	A	Transição entre “criança-juventude” sugere uma brecha entre o fazer morrer	Um corpo que ameaçado continuamente pela morte, se põe em movimento
<b>Figura 3</b> (O movimento) 01:32	A	Reivindicação do território enquanto prática corporal e cultural de resistência	Juventudes negras ocupam o território para prática cultural
<b>Figura 4</b> (Caminhada) 01:58-02:03	B	Diferentes enunciações presentes nos cartazes	Cartazes escritos à mão sugerem um esforço pessoal e coletivo
<b>Figura 5</b> (As crianças) 02:20	B	Nomes de crianças assassinadas	A denúncia de um Estado necropolítico

<b>Figura 6</b> (O olhar) 02:35	B	O olhar simboliza o passado, o futuro e o presente	Diferentes etapas de uma vivência marcada
<b>Figura 7</b> (O punho cerrado) 02:42	A	Referência aos Panteras Negras	Alusão à movimentos realizados pela ancestralidade

Fonte: elaborado pelos autores

ISSO É MARÉ - A FAVELA DAS JUVENTUDES NEGRAS: REFLEXÕES ACERCA DO MATERIAL EMPÍRICO OBSERVADO

Na cena da figura 1 o audiovisual apresenta-se como uma estratégia de representação alternativa para corpos periféricos, reivindicando para si e para o território das comunidades, uma dignidade historicamente roubada pelo processo de criminalização dos moradores e de suas trajetórias. Ao iniciar, o vídeo introduz o espectador ao Complexo de Favelas da Maré, uma escolha narrativa que não apenas delimita o espaço de atuação, mas também situa o público dentro de um contexto geográfico-simbólico que guiará sua experiência ao longo dos 2 minutos e 58 segundos de duração.



**Figura 1.** O Complexo de favelas da Maré. Fonte: THIS IS MARÉ (remix from THIS IS ME - O REI DO SHOW), Youtube. Captura em 29 jun. 2025.

As quatro visualidades apresentadas logo nos primeiros instantes (Figura 1) mostram a madrugada e o nascer do sol no Complexo da Maré. Essa escolha

estética sugere um esforço para que o público compreenda determinados aspectos do território - como a sua estética em que predominam as vielas e os becos, sua amplitude e multiplicidade de tons, entre outros. Nesse sentido, os momentos iniciais do vídeo operam como um recurso pedagógico, oferecendo uma contraposição sensível à construção hegemônica das favelas no imaginário coletivo. A suavidade e a tranquilidade da trilha sonora intensificam essa dissonância, desafiando representações estereotipadas que associam esses espaços exclusivamente à violência e à marginalidade.

Revisitando o processo de formação das favelas cariocas, Enders (2015) conclui que, desde sua origem, elas estavam associadas à divisão e estigmatização do espaço urbano. Teria sido a partir de 1903, que o então prefeito da cidade, Pereira Passos, passaria a expulsar as populações negras das áreas centrais do Rio, para “revitalizar a estética” da cidade - processo que ainda perdura, mesmo com roupagens distintas (Silva, 2022).

Nos próximos tempos de vídeo (00:51s; 00:56s e 01m:01s), somos apresentados a outras três visualidades que merecem ser destacadas.



**Figura 2.** A transição criança-juventude. Fonte: THIS IS MARÉ (remix from THIS IS ME - O REI DO SHOW), Youtube. Captura em 29 jun. 2025.

Nas primeiras cenas da figura 2 destacadas, uma mãe se despede da filha. Na cena seguinte, ela se encontra com um grupo de crianças que caminham em direção ao espectador. Como marcador de transição, uma van atravessa a cena, substituindo a imagem das crianças pelas juventudes negras do Complexo de Favelas da Maré. Durante essa passagem, a música ecoa: *“Outra rodada de tiros atinge minha pele. Bem, mandem bala, porque hoje, eu não vou deixar a vergonha penetrar”*. A justaposição entre imagem e som revelam camadas simbólicas que se desdobram em diferentes leituras: 1) Em um ambiente necropolítico a morte de crianças negras tem sido uma realidade recorrente; 2) A transição temporal sugerida pela van e o deslocamento narrativo da infância para as juventudes negras da Maré sugerem um percurso marcado pela superação de vulnerabilidades estruturais; 3) A letra da canção reforça essa construção, ao enunciar: *“mais uma rodada de tiros atinge a minha pele”*, evidenciando tanto a violência física quanto suas reverberações simbólicas. O verso final, *“mas hoje, eu não vou deixar a vergonha penetrar”*, opera como afirmação e insubmissão, recusando a internalização da dor e da desumanização impostas pelo contexto social; 4) As relações de afeto emergem como um elemento central, contrastando com a dureza das representações usuais destinadas à periferia. Neste sentido, ao contar as histórias sob a ótica desses jovens, o audiovisual cria rupturas nas representações negativas das juventudes periféricas, aos quais passam a também serem revistas como possibilidades de afeto - imagens comumente pensadas para a branquitude.

Acerca dessas construções, é possível evocar o caráter normativo dos dados sobre a violência estatal, apontando para a lógica racista militarizada nas polícias do Brasil. Essa continuidade pode ser evocada ao se pensar na dinâmica policial nas comunidades, segundo a qual justifica o uso letal da força policial (Leitão, 2009; Mendes, 2006; Mbembe, 2018). De acordo com o Instituto Fogo Cruzado, somente em 2024, 39 operações policiais resultaram em tiroteios na Maré. Ao todo, 16 pessoas foram mortas e outras 11 ficaram feridas. Ainda segundo o levantamento, a cada quatro tiroteios ocorridos na Maré em 2024, três foram motivados por operações policiais, evidenciando a centralidade da força letal como estratégia de segurança pública. Em entrevista ao Brasil de Fato, Carlos Nhangá, coordenador do Instituto Fogo Cruzado no Rio de Janeiro, destaca esse padrão:

Os dados mostram um padrão preocupante [...]. Ou seja, aquela população que vive ali está convivendo com níveis de violência armada sem comparação na região metropolitana hoje. Por quê? A população tem direito de saber qual o

objetivo desta política de segurança que deixa crianças sem aula, fecha a UPA, interrompe o transporte público (Brasil de fato, 2024).

O questionamento levantado por Nhangá remete ao caráter estrutural da repressão nos espaços periféricos, onde a violência não se manifesta de forma episódica, mas sim como um regime contínuo de controle e eliminação (Silva, 2024; Mbembe, 2018). Como observado por Fanon (2005), a desumanização não ocorre apenas pela violência física, mas também pela produção de discursos que legitimam a marginalização desses sujeitos, reforçando a ideia de que suas vidas são descartáveis. Essa construção simbólica se reflete na forma como as mortes nas favelas são noticiadas, muitas vezes sem indignação ou responsabilização do Estado, consolidando a percepção de que a violência contra os corpos racializados é apenas um efeito colateral das políticas de segurança pública - tal como aponta Silva (2024).

Já na figura 3 da cena subsequente (1min32s), todos os jovens vestem jeans azul e camisas brancas, simbolizando a paz.



**Figura 3.** O movimento. Fonte: THIS IS MARÉ (remix from THIS IS ME - O REI DO SHOW), Youtube. Captura em 29 jun. 2025.

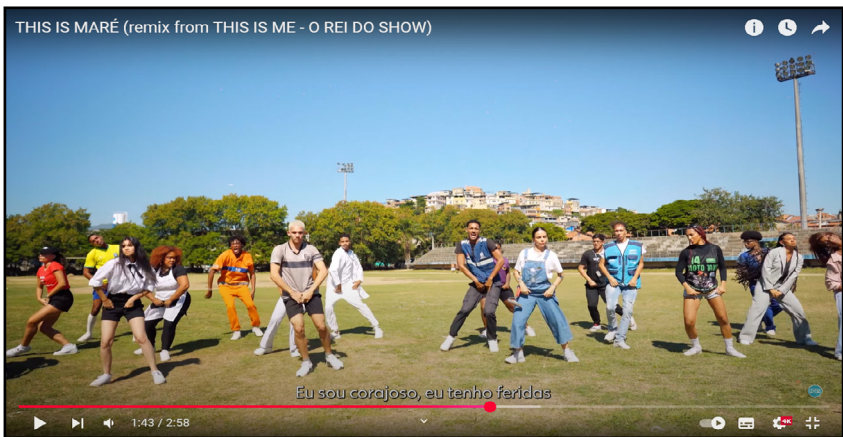
Enquanto os jovens dançam ao som de “*Não vou deixar eles me derrubarem/ Eu sei que existe um lugar para nós/ Pois somos gloriosos*”, é possível ver uma moradora acompanhando da janela de casa, ao fundo. A partir do exposto, podemos inferir acerca do caráter pedagógico do movimento artístico ‘Dance Maré’ dentro da comunidade, uma vez que personificado na figura da vizinha, é possível visualizar um sem-número de atributos que levaram a essa contemplação, desde curiosidade até prazer - neste momento, aprende-se sobre o espaço e seus jovens. Uma juventude que, em movimento, desloca-se a partir do seu próprio lugar, reivindicando



seu território para uma retomada de pertencimento. Assim, através dos usos do espaço o grupo faz o que Raiane Gomes, uma das pessoas que trabalhou nos bastidores do clipe, sintetizou ao portal Maré de Notícias:

Mostrar a Maré através da cultura acaba permitindo que as pessoas de fora conheçam essa riqueza que a gente tem aqui, sabe? Essa resiliência e a criatividade como um todo, acaba possibilitando mostrar as nossas histórias, as nossas perspectivas de forma autêntica (Maré Online, 2024).

Esse sentido de pertencimento e retomada, a construção de novas histórias e perspectivas apontado por Raiane, constitui o fio condutor do trecho subsequente (01m:43s). Nele, as crianças-adultas da Maré dançam vestidas de seus sonhos, encarnando representações que transcendem os limites apresentados aos corpos negros em espaços racializados, muitas vezes condicionado-os a futuros trabalhadores braçais. Enfermeiros, jogadores, professores, mototaxistas, médicos, dançarinos – os sujeitos que emergem na cena não apenas simbolizam aspirações individuais, mas também materializam um horizonte de possibilidades coletivas que se choca com as narrativas hegemônicas. Neste momento, a música ecoa: *“Eu sou corajoso, eu tenho feridas/ Eu sou/quem eu deveria ser, essa sou eu”*.



**Figura 4.** Vestidos de sonho. Fonte: THIS IS MARÉ (remix from THIS IS ME - O REI DO SHOW), Youtube. Captura em 29 jun. 2025.

Na Figura 4, a dimensão artístico-pedagógica da performance assume um papel central, operando como um dispositivo de resistência que ressignifica a relação entre corpo, território e futuro. Como observa Silva (2024), essa disputa simbólica se insere no embate mais amplo entre as políticas de controle do Estado e as práticas cotidianas de (re)existência que emergem da favela:

[...] a Pedagogia de morte e resistência está diluída no confronto entre as práticas do Estado, que se reconfiguram conforme os desenhos políticos presentes em cada época, e as práticas atualizadas de (re)existência circunscritas no povo, a partir das ações que se inscrevem no território e nos habitantes da favela - fazendo emergir uma vivência que é racialmente marcada pelo envolvimento precoce com os mecanismos que conformam o necropoder (Silva, p. 108-109, 2024).

Ao articular o corpo negro como lugar de luta e criação, a performance dos dançarinos do Dance Maré desafia as narrativas de morte impostas pelo Estado, elaborando um imaginário que projetam as infâncias e as juventudes faveladas para além da lógica da criminalização e do extermínio. Nessa disputa, a arte torna-se uma estratégia fundamental de reivindicação de vida, um gesto de insurgência contra a necropolítica (Mbembe, 2018) que historicamente estrutura o Estado brasileiro (Silva, 2024).

Trata-se de um processo de ressignificação das próprias narrativas, evitando o enquadramento naquilo que Adichie (2019) descreve como a “história única”. Essa ressignificação ocorre por meio de práticas de resistência que reivindicam o direito à auto expressão, mesmo sob a imposição dos dispositivos do necropoder. Dessa forma, é essencial compreender que a formação identitária se constrói dentro das dinâmicas sociais, sendo atravessada por desigualdades estruturais que moldam as interações entre os indivíduos. Para Hall (1995), “as identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições de sujeito que as práticas discursivas constroem para nós” (p.112). Isso significa que a identidade não é fixa ou imutável, mas um processo contínuo de significação, constantemente influenciado pelas condições sociais e históricas. No caso das juventudes negras, a marginalização estrutural restringe o acesso a oportunidades em diferentes áreas, configurando uma experiência identitária marcada pela exclusão e pelo enfrentamento às representações dominantes (Woodward, 2000). Esse percurso evidencia como a construção das identidades está inserida em relações desiguais de poder, nas quais determinados grupos detêm a prerrogativa de definir e enquadrar o “outro”.

No contexto brasileiro, é possível perceber esse processo ao analisarmos a realidade das pessoas negras. O negro é designado como esse “outro” e marginalizado por uma construção que tem no racismo sua base fundamental, operando como uma ferramenta para marcar as diferenças. A imagem do outro-negro é forjada a partir de uma ideia sustentada por preceitos racistas, os quais atribuem a esse “outro” uma série de estereótipos que constroem uma figura quase mítica



do negro, associando-o a algo negativo, o que resulta em seu isolamento e exclusão. Conforme Hall (1993):

As “unidades” que as identidades proclamam são, na verdade, formadas no interior do jogo do poder e da exclusão; elas não são o produto de uma totalidade natural e inevitável ou primordial, mas de um processo naturalizado, sobrecarregado, de “fechamento” (p.111).

Esse processo de construção de uma narrativa contra-hegemônica, fundamentada em uma formulação que dialoga com os escritos de Silva (2024), sobre as pedagogias de morte e resistência, também permeia os momentos seguintes - e finais - do produto audiovisual. Na sequência de cenas selecionadas para a continuidade da narrativa (01m:58s - 02m:03s), os jovens ocupam coletivamente uma das ruas, portando megafones e cartazes conforme mostra a Figura 5.



**Figura 5.** A caminhada. Fonte: THIS IS MARÉ (remix from THIS IS ME - O REI DO SHOW), Youtube. Captura em 29 jun. 2025.

Nos cartazes carregados pelos jovens, é possível ler alguns enunciados que refletem lutas e reivindicações significativas. “Marielle vive” - em consonância com os protestos recorrentes dos movimentos negros no Brasil, em defesa da vida das mulheres negras, pelo direito das populações faveladas e pelo seu legado enquanto

mulher e ativista, fazendo-a emergir, nesse contexto, enquanto corpo-memória; “Vidas negras importam” - em consonância com os debates do movimento “Black Lives Matter”, que nasceu nos Estados Unidos e vem ganhando força no Brasil ao se conectar com a luta contra a violência policial; “A favela além do jornal” - que problematiza as representações da favela a partir das distorcidas narrativas midiáticas; e, o último selecionado, o cartaz com um apelo direto: “menos tiros, mais aulas” - segundo os dados produzido pela Redes da Maré, em 2022 ocorreram 27 operações policiais e oito confrontos entre grupos armados, resultando em 15 dias de atividades suspensas nas escolas e uma média de 60 horas de aulas perdidas. Já em 2023, esse número subiu para 28 dias, e, em 2024, até 22 de agosto, os 20 mil estudantes das 49 escolas da Maré perderam 26 dias de aula devido às operações policiais - fato esse que expressa os aprofundamentos concretos na realidade experienciada pelos moradores a partir dos resultados de uma política de morte, no qual, Mbembe aponta a realidade das colônias como um cotidiano militarizado’ (Redes da Maré, 2024; Mbembe, 2018).

Neste contexto, a performance viva dos corpos em cena evoca a noção de corpo-memória (Silva, 2024) como operador de denúncia e de reorganização simbólica: ao erguerem os cartazes, esses jovens inscrevem no gesto o grito coletivo de resistência, atualizando uma memória social encarnada no corpo que marcha, denúncia e insiste em viver.

O corpo-memória, categoria teórica em construção, procura apreender como as experiências de violência e perda vividas por sujeitos negros e periféricos são transformadas em iniciativas de luta, denúncia e resistência. São rituais comunitários que transformam vítimas em entidades de mobilização simbólica e política, “[...] preservados ao longo do tempo por meio de diversas práticas culturais, narrativas orais, iniciativas de (re)memorialização e formas de organização comunitária (Silva, 2024, p. 25).”

Este se constitui no cruzo da dor e da insurgência e designa, portanto, o modo como os sujeitos negros e periféricos encarnam, registram e atualizam experiências históricas de opressão e resistência, dando forma material e simbólica ao que seria invisibilizado. Sua materialidade pode ser observada em atos: a mãe que ergue o cartaz do filho assassinado em protesto; na voz embargada de um sobrevivente; em passeatas, camisas, pichações e *hashtags* que convocam o luto e, principalmente, a luta coletiva.

O corpo-memória designa, portanto, uma ruptura nas linearidades sob as quais se localizam as mortes em territórios periféricos. É um gesto coletivo que

recusa a indiferença e retoma a tradição afro de entender que a pessoa segue viva enquanto seu nome não for esquecido. Para Silva (2024):

o conceito de corpo-memória proporciona uma lente através da qual se pode analisar a resiliência e a resistência das comunidades negras diante da violência e do racismo estrutural. Ao reconhecer e honrar as vidas perdidas, as comunidades transformam a dor em ação, construindo um legado de luta por um mundo mais justo e igualitário (p.25).

Ou seja, a noção de corpo-memória ajuda a visibilizar subjetividades negras quando estas se colocam em movimento. A categoria que apresenta-se aqui permite compreender como o vivido se transforma em narrativa, como a memória e a dor ancestral do povo negro podem se converterem em discursos, práticas e performances que busquem a interdição e a repetição da violência sistêmica, a partir de práticas sócio-comunicacionais de luta coletiva.

O ímpeto denunciativo das juventudes marchando pelas ruas da favela, carregando cartazes e megafones, adquire uma nova intensidade nos trechos subsequentes do videoclipe (Figura 5 - 02min20s). Neste momento, a cena evoca de maneira mais contundente a imagem das crianças, imbuída agora de um peso simbólico. Dez crianças aparecem segurando cartazes pretos, com nomes escritos em letras brancas. Cada um desses nomes corresponde a uma criança negra assassinada pela polícia dentro dos limites da favela, sendo eles: João Pedro Mattos, Kauan Vitor, Maria Eduarda, Ágatha Félix, Marcus Vinicius, Eloah da Silva, Thiago Flausino, Jeremias Moraes, Eduardo de Jesus e Leônidas Augusto. Diversos corpos-memória são então acionados para posicionar a produção e a performance como estratégia de vida.



**Figura 6.** As crianças. Fonte: THIS IS MARÉ (remix from THIS IS ME - O REI DO SHOW), Youtube. Captura em 29 jun. 2025.

Este cenário remete ao que Mbembe (2018) chamou de “política colonial do terror” ao descrever o “franqueamento deliberado de um limiar de violência e crueldade, que se abate sobre aqueles que foram previamente privados de todo e qualquer direito” (p.45). Para o autor, a história da democracia moderna se desenrola em uma dualidade de corpos: o corpo solar, de um lado, e o corpo noturno, do outro – com a *plantation* representando um dos principais emblemas desse corpo noturno. Ao atualizar essa visão para o contexto contemporâneo, podemos entender as políticas de morte nas favelas como um forte símbolo do corpo noturno, uma vez que essas práticas se perpetuam por meio de imagens de controle<sup>2</sup> que, mediadas pelo racismo estrutural, consolidam o *modus operandi* necropoder – justificando até mesmo a morte de crianças, ao transformá-las em uma realidade naturalizada (Figura 6).

No entanto, para reforçar o caráter denunciativo dessa nova passagem das crianças pela narrativa, a música cantada nesta parte do clipe se desvia do conteúdo original da letra, com um adendo que adiciona uma nova carga simbólica ao videoclipe, ao ser cantado por uma das crianças: “Quando faltam forças para continuar/ Eu não vou desistir, eu vou acreditar/ Com coragem, sem temer/ Isso é quem eu devo ser”. Ou seja: quando as crianças entram em cena segurando os cartazes, o gesto transcende a homenagem. É o corpo que acusa o Estado. Aqui, a noção de corpo-memória se atualiza como denúncia, conectando a infância presente à memória histórica violência racial sistemática que acomete os territórios negros.

Na cena seguinte (Figura 7), ela fecha os olhos com força, enquanto a câmera foca em seu rosto – quase como uma metáfora para a luta pela sobrevivência, a luta por um sonho – na transição seguinte, vemos Raphael Vicente simbolizando essa passagem da infância para a juventude, pronto para seguir em frente:



**Figura 7.** O olhar. Fonte: THIS IS MARÉ (remix from THIS IS ME - O REI DO SHOW), Youtube. Captura em 29 jun. 2025.

<sup>2</sup> Collins (2016), aponta que a mídia constrói as imagens de controle para indicar representações específicas de gênero para pessoas negras no contexto social.

Esse trecho se torna um gesto de afirmação, uma vez que diante da opressão e da violência sistemática, a resistência se manifesta não apenas fisicamente, mas também de maneira simbólica, na medida em que o trecho retoma a existência e o direito das crianças a um futuro, mesmo que permeado pelas práticas do Estado necropolítico. Em um dos momentos finais (02min:40s), a música retrata bem esse espírito de reafirmação ao apontar: *“Observe, porque aí vou eu/ E estou marchando na minha própria batida/ Não tenho medo de ser vista/ Eu não peço desculpas,/ Essa sou eu”*. Enquanto isso, os dançarinos seguem em marcha pela favela, coreografando, com uma faixa tremulando ao vento, acima deles, em que se lê: *“This is Maré”*.

Ao proclamarem “Essa sou eu”, os jovens não apenas se afirmam enquanto indivíduos, mas também recobram a identidade coletiva da Maré, apresentando uma força representacional que transita entre o individual e o coletivo. O “Isso é a Maré” (tradução livre) estampado na faixa, figura mais do que uma simples afirmação geográfica; desempenha também o papel de ratificação de um espaço que, embora marcado pela violência e pela exclusão, é também lugar de vida, arte, cultura e resistência. E essa resistência é pontuada mais uma vez ao final do vídeo:



**Figura 8.** O punho cerrado. Fonte: THIS IS MARÉ (remix from THIS IS ME - O REI DO SHOW), Youtube. Captura em 29 jun. 2025.

Em um movimento que coloca a arte e a performance não apenas como suporte denunciativo, mas como ferramentas pedagógicas de afirmação, construção de novas histórias e reapropriação de seus próprios corpos e territórios. Esses jovens desafiam as narrativas dominantes e provam que, mesmo em meio à necropolítica coordenada nas favelas brasileiras, existem estratégias de (re)existência que persistem e ganham forma (Silva, 2024). O gesto dos punhos cerrados, é a síntese dessa afirmação (Figura 8), com o punho erguido em formato emblemático para a



comunidade negra - retomam o gesto de protesto utilizado pelos Panteras Negras nas décadas de 60 e 70 e reafirmam a força coletiva da Maré, não só resistindo à violência e à marginalização, mas também se posicionando como sujeitos ativos na construção de um futuro possível, onde a vida, a arte e a dignidade prevalecem.

## ALGUMAS PALAVRAS FINAIS

A análise do videoclipe “This is Maré” apontou como a arte, a performance e a ocupação do espaço urbano pelas juventudes negras e periféricas podem constituir estratégias de resistência. A noção de pedagogias de morte e resistência, proposta por Silva (2024) foi posta em centralidade para compreender o embate entre as políticas de morte elaboradas nos meandros do Estado necropolítico e as práticas de resistência elaboradas pelos moradores apesar desse contexto. Nesse sentido, o grupo Dance Maré transforma a performance em um ato pedagógico, instaurando novas formas de pertencimento, oferecendo possibilidades de reconstrução de uma identidade negra, jovem e periférica baseada no afeto e na auto representação e dos saberes que emergem dessas práticas (Camozzato e Costa, 2012).

Em consonância com essa retomada conceitual, a ideia de representação discutida por Hall (2016) foi central para compreender como as juventudes negras se apropriam das linguagens e códigos visuais/corporais para construir narrativas que colidem com a história única contada acerca dos negros no Brasil, associando-os a marginalidade e violência (Adichie, 2019). Nesse sentido, a afirmação “This is Maré” no encerramento do vídeo sintetiza uma disputa simbólica que aponta essas juventudes como sujeitos políticos, protagonistas de suas histórias - que, através da arte, reivindicam futuro e pertencimento.

A partir disso, a arte, aqui contemplada através da dança e da performance, se inscreve como mecanismo estratégico na constituição de novas subjetividades e da maneira como são percebidas pela sociedade. A partir do que destaca Santana (2021), entendemos que no videoclipe são criados sentidos que combatem as estruturas desumanizantes para o jovem periférico, onde o corpo e a oralidade são valorizados como lógicas argumentativas que transcendem o escrito e a palavra.

Assim, o videoclipe *This is Maré* evidencia um componente social e simbólico de juventudes negras que não apenas habitam espaços de opressão, mas o transformam a partir de dentro - através da dança, do movimento, do afeto cotidiano, das práticas do comum, investindo no simples e interagindo com o contexto. Neste sentido, o videoclipe pode ser pensado como uma pedagogia do presente (Camozzato, 2014) ao ensinar modos de ser e compreender o mundo que combatem narrativas de exclusão e preconceito para as juventudes periféricas. Produzindo

representações que passam a ser vistas tanto por espectadores de outros grupos sociais, quanto por jovens de comunidades que assim, como na Maré, muitas vezes são apenas representados a partir do olhar da morte. Através da arte são produzidas, como ressalta Silva (2024), novos caminhos possíveis que contrapõem os cenários de morte e fazem emergir, mesmo em contextos que operam a partir da lógica do necropoder, práticas de resistência que subvertem as noções eurocêtricas e racistas. Oferecendo um novo olhar para as juventudes, sendo este um espaço de sociabilidade que não nega a violência, mas mostra a potência transformativa das juventudes periféricas mesmo diante destes cenários.

Em outras palavras, podemos dizer que a simbologia da “cidade do colonizado”, termo empregado por Fanon (1991), é cuspidada de volta para o colonizador como um lugar de boa fama, criatividade e vida. Onde pelas mãos da arte juvenil emerge tanto uma possibilidade de reinvenção de si e compreensão da realidade quanto de transformação da maneira como são mostrados para além da favela - o que chamamos de transformação por dentro. A performance juvenil, tão narrada em outras mídias, como rebelde e inconstante, aqui é o elo que gera e reivindica mudança, utilizando para isso, a arte - através de um corpo que não aceita mais ser ridicularizado e punido pelo opressor, mas se performa estrategicamente como um instrumento de mudança social.

É nesse gesto - onde o corpo dança, denuncia e sonha - que se inscreve o corpo-memória como dispositivo político-comunicacional. Trata-se do corpo que carrega as marcas da opressão, mas que as transforma em linguagem, presença e organização simbólica através de sua presença-ausência. Sendo assim, ao contar as histórias sob a ótica desses jovens, o audiovisual rompe não apenas com as representações negativas das juventudes periféricas, mas da própria fetichização das comunidades, vistas como espaços de criminalidade que passam também serem vistos como lugar de lar e afetuosidade, imagens pensadas apenas para as elites. Por fim, observa-se que o enredo é uma exigência de futuro, onde estes jovens, entoam seus desejos de possuírem sonhos e concretizá-los.

## REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi (2019). *O perigo da história única*. tradução Julia Romeu - 1º edição - São Paulo: Companhia das letras.
- ARAÚJO, Joel Zito.(2008). O negro na dramaturgia, um caso exemplar da decadência do mito da democracia racial brasileira. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 979-985, set/dez.



- AUMONT, Jacques (1993). *A imagem*. Trad. Estela dos Santos Abreu e Cláudio C. Santoro. Campinas: Papirus.
- BALESTRIN, Patrícia Abel; SOARES, Rosângela. Etnografia de tela: uma aposta metodológica. In.: *Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil*: esboço de um mapa. MEYER, Dagmar; PARAÍSO, M. (Org). Belo Horizonte: Mazza. p.87-107.
- BHABHA, Homi Kharshedji (2005). *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- BONIN, Iara; Ripoll, Daniela; WORTMANN, Maria L & SANTOS, Luis H (2020). Por Que Estudos Culturais?. *Educação & Realidade*, 45. <https://doi.org/10.1590/2175-6236100356> (acesso em 29/06/2025).
- CAMOZZATO, Viviane C; COSTA, Maria V. (2012). Vontade de pedagogia—pluralização das pedagogias e condução de sujeitos. *Cadernos de Educação*, 44. <https://doi.org/10.15210/caduc.voi44.2737> (acesso em 29/06/2025).
- CARVALHO, Maiara(2024). *This is Maré*: videoclipe do Dance Maré retrata as diferentes vivências de moradores. <https://mareonline.com.br/this-is-mare-videoclipe-do-dance-mare-retrata-as-diferentes-vivencias-de-moradores/> (acesso em 29/06/2025).
- COLLINS, Patrícia. Aprendendo com a outsider within (2016). *Sociedade e Estado*, v. 31. <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt> (acesso em 29/06/2025).
- COSTA, Maria Vorraber (2010). Sobre as contribuições das análises culturais para a formação dos professores do início do século XXI. *Educar em Revista*, Curitiba, n.37, p. 129-152. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602010000200009> (acesso em 29/06/2025).
- DERY, Mark (1994). *Flame: The discourse of Cyberculture*. Durham, N C: Duke University Pres. p. 172-222.
- DEISTER, Jaqueline (2024). *Operações policiais na Maré(RJ) mataram 16 pessoas em 2024*. Brasil de Fato (FTD). <https://www.brasildefato.com.br/2024/09/05/operacoes-policiais-na-mare-rj-mataram-16-pessoas-em-2024/> (acesso em 29/06/2025).
- ENDERS, Armelle (2015). *A história do Rio de Janeiro*. Tradução de Joana Angélica d'Ávila Melo. Rio de Janeiro: Gryphus.
- FANON, Frantz (2005). *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FERREIRA, Bia (2020). Entrevista Alma Preta. <https://www.youtube.com/watch?v=BebSj1uNd5c> (acesso em 29/06/2025).
- FREIRE, João, (2004). Mídia, estereótipo e representação das minorias. *ECO-PÓS*. Rio de Janeiro. v 7, n 2. <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v7i2.1120> (acesso em 29/06/2025).
- GIROUX, Henry (2004). Cultural Studies, public pedagogy, and the responsibility of intellectuals. *Communication and Critical/Cultural Studies*.v.1, n.1, p. 59–79.
- HALL, Stuart (2016). *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: Apicuri.

- HALL, Stuart (2003). *Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: UFMG.
- HOLLOWAY, Thomas (1997). *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- KELLNER, Douglas (2001). *A Cultura da mídia - estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru: EDUSC.
- LOPONTE, Luciana Gruppelli (2020). Gênero, arte e educação: resistências e novas paisagens do possível. *Cartema*, n8,v.8, p.81–96. <https://doi.org/10.52583/cartema.v8i8.248458> (acesso em 29/06/2025).
- LEITÃO, Gerônimo (2009). *Dos barracos de madeira aos prédios de quitinetes: uma análise do processo de produção da moradia na favela da Rocinha, ao longo de cinquenta anos*. Niterói: EdUFF.
- MARTINS, Zilda (2011). *Ações afirmativas e cotas na mídia: a construção de fronteiras simbólicas*. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social/Jornalismo). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação.
- MARTINS, Leda (1995). *A cena em sombras*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- MBEMBE, Achille (2018). *Necropolítica*. 3. ed. n-1 edições São Paulo.
- MENDES, Izabel Cristina. Reis (2006). Programa Favela-Bairro: Uma Inovação Estratégica? Estudo do Programa Favela-Bairro no contexto do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado). São Paulo: USP/FAU.
- MONCORVO, Diogo Álvaro Ferreira. *BLVESMAN* [S.1.: s.n.], 2018. 1 vídeo (2 min 53 s). Baco Exu do Blues. <https://www.youtube.com/watch?v=82pH37YoqC8> (acesso em 29/06/2025).
- PEREIRA, Edimilson de Almeida Pereira; GOMES, Núbia Pereira de Magalhães(2001) *Ardis da Imagem*. Belo Horizonte: Mazza Edições & Editora, PUCMINAS.
- SANTOS, Milton (1998). O retorno do Território. In: Santos, Milton et al. (Org.). *Território: Globalização e Fragmentação* 4 ed. São Paulo: Hucitec: Anpur. p. 15-20.
- STANCHI, Malu; PIRES, Thula (2021). “Quem é o preso político da necropolítica?” *De presos políticos a presos comuns: estudos sobre experiências e narrativas de encarceramento*. Rio de Janeiro. Ed. PUC-Rio, p. 287-310. <http://www.editora.puc-rio.br/media/De20opresos%20polC3ADticos20a20presos20comuns.pdf> . (acesso em 29/06/2025).
- SANTANA, Monica Pereira de (2021). Mulheres negras, performance negra e reinvenções reflexões sobre a performance negra e as mulheres negras como artistas e intelectuais. *Revista eletrônica de Ciências Sociais (CAOS)*, João Pessoa, v. 1, n 26, p.55-70, jan/

jun 2021. <https://periodicos.ufpb.br/index.php/caos/article/view/57501/33548> (acesso em 29/06/2025).

SILVA, Henrique Ferreira (2024). *Pedagogias de morte e resistência: racismo, necropolítica, juventudes negras e violência policial no Rio de Janeiro a partir do portal de notícias G1*. 2024. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Canoas: Universidade Luterana do Brasil.

SILVA, Gabriel Weber de Almeida de P. (2022). *474 Jacaré - Copacabana: o projeto de uma linha*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Portugal: Universidade do Porto/Faculdade de Arquitetura.

VICENTE, Raphael. *This is Maré: remix from This is Me - O rei do show*. [S. l.: s. n.], 2024. 1 vídeo (2 min. 57 s.) Publicado por Raphael Vicente em 19 de maio de 2024. <https://www.youtube.com/watch?v=EgE7WNE4J-U>. (acesso em 29/06/2025).

WILLIAMS, Raymond (2003). *La larga revolución*. Buenos Aires: Nueva Visión.

WOODWARD, Kathryn (2008). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes. p.7-72.

# Práticas espaciais e grafias da juventude no espaço: Inventário dos graffitis no viaduto Arquiteto Hélio Fadel em Juiz de Fora – MG\*

*Spatial practices and writings of youth: an Inventory of the graffiti in Arquiteto Hélio Fadel overpass, Juiz de Fora - MG*

Clarice Cassab<sup>a</sup> 

**Resumo** O trabalho pretende reconhecer a presença das juventudes na paisagem da cidade através da identificação de suas grafias. Expressões de práticas que grafam o espaço e desenharam na paisagem da cidade a presença e a existência de sujeitos muitas vezes invisibilizados na cidade desigual. Apresentaremos o esforço de reconhecimento da presença e ação desta juventude a partir da identificação e inventário dos graffitis existentes na ocupação realizada pelo Coletivo Espaço Hip Hop na cidade em um vão de um viaduto central na cidade de Juiz de Fora, Zona da Mata Mineira. Entendemos os graffitis marcam a paisagem ao produzirem o espaço através de práticas espaciais que são fortemente atravessadas pela condição juvenil.

**Palavras-chave** Grafias das juventudes. Graffiti. Práticas espaciais.

**Abstract** *This work aims to recognize the presence of young people in the city's landscape by identifying their graffiti. Expressions of practices that mark the space and sketch into the city's landscape the presence and existence of individuals who are often made invisible unequal cities. We present the effort to recognize the presence and action of these young people through the identification and inventory of the graffiti in the occupation carried out by the Espaço Hip Hop Collective in the city, on a central overpass in the city of Juiz de Fora, Zona da Mata Mineira. We understand that graffiti marks the landscape by producing space through spatial practices that are strongly influenced by the condition of youth.*

**Keywords** Youth marks. Graffiti. Spatial practices.

---

<sup>a</sup> Docente na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: [clarice.cassab@ufjf.br](mailto:clarice.cassab@ufjf.br)

\* Este trabalho é desdobramento da pesquisa “Dos espaços-mortos à produção do lugar? Juventudes, planejamento urbano e outros usos da cidade”, coordenada pela autora no âmbito do NuGea/UFJF, contando com financiamento da FAPEMIG, a quem agradecemos.

## INTRODUÇÃO

A cidade não é apenas um conjunto de fixos, ela é materialidade e representação. Sendo construção social, produz e reproduz em sua paisagem as relações sociais que constituem a sociedade e o espaço. Ela é forma-conteúdo, objetos e ações, fixos e fluxos (Santos, 2003). Nela, se expressam a diversidade, a pluralidade e a coexistência. Espaço público, a cidade é também lugar de conflito e de negociação. Produto da ação dos muitos sujeitos que a produzem e a habitam, manifesta na paisagem intencionalidades, sempre conflituosas, iluminando muitas vezes a presença de alguns e apagando a de outros, sendo, portanto, produzida, engendrando contradições e desigualdades de diferentes ordens: de renda, de cor, de gênero, territoriais, de idade e outras.

É, assim, espaço de disputa pela ação dos seus sujeitos (re)produtores, dentre os quais estão os diferentes jovens que vivem suas distintas experiências de juventudes. Mendes (2020, p. 123) indica que os jovens participam da disputa pelo “ambiente do viver, no que se refere a sua criação, administração, uso e sentido do próprio ambiente construído”, em um movimento de buscar seu lugar como protagonistas, criadores do tempo presente e, conseqüentemente, do seu futuro. Desta forma, procuram “habitar a cidade como criadores, pois habitar é produzir coisas, edificar lugares, produzir espaços que permitem a homens e mulheres existirem” (Mendes, 2020, p. 123).

Este trabalho pretende reconhecer a presença das juventudes na paisagem da cidade através da identificação de suas grafias. Expressões de práticas que grafam o espaço e desenharam na paisagem a presença e a existência de sujeitos muitas vezes invisibilizados na cidade desigual. Apresentaremos o esforço de reconhecimento da presença e ação da juventude a partir da identificação e inventário de grafitis produzidos por jovens na ocupação do vão de um viaduto na cidade mineira de Juiz de Fora pelo coletivo Espaço Hip Hop. Entendemos que seus grafitis marcam a paisagem ao produzirem o espaço através de práticas espaciais, que são fortemente atravessadas pela condição juvenil.

O Espaço Hip Hop consolidou-se como uma referência fundamental para a expressão da cultura Hip Hop em Juiz de Fora. Surgido como uma iniciativa que buscava promover e difundir os elementos do Hip Hop — como rap, graffiti, *breakdance* e DJing —, o coletivo encontrou no vão de um viaduto recém-inaugurado, localizado na região central da cidade, o cenário ideal para suas atividades. Esse espaço, antes subutilizado, foi transformado pelo coletivo em um vibrante palco de expressão artística e cultural.

O viaduto tornou-se, a partir da ocupação feita pelo coletivo, um ponto de encontro, abrigando eventos periódicos que reúnem intervenções artísticas, apresentações de rap, batalhas de break, discotecagem e grafiteagem. Essas atividades atraem um público diversificado, composto por jovens, adultos e crianças, criando um ambiente de convivência e troca de experiências. Dessa forma, o coletivo não apenas deu um novo uso ao local, como também o transformou em um ponto de cultura e referência para a cidade, fortalecendo a identidade e a visibilidade do Hip Hop na região e atraindo uma diversidade de jovens oriundos de diferentes pontos da cidade.

Nas duas primeiras partes deste texto, desenvolvemos a ideia do graffiti como uma forma de escrita da juventude, articulando-a à prática espacial. Nesse sentido, entendemos que a juventude, por meio de suas práticas espaciais, inscreve marcas visíveis na paisagem, revelando como esses sujeitos participam ativamente da produção do espaço. Num terceiro momento, apresentaremos a metodologia de construção do inventário dos graffiti e como ele se articula com o projeto maior de entendimento acerca dos usos dados pela juventude a um determinado fragmento da cidade mineira. Intentamos pontuar como é possível, através do inventário dos graffiti, compreender e apreender os modos cotidianos pelo quais os jovens vão elaborando outros usos do urbano e, com isso, como afirmam sua existência como sujeitos políticos capazes de produzirem e se apropriarem do espaço, segundo suas próprias intencionalidades.

## **JUVENTUDES E PRÁTICAS ESPACIAIS NA PRODUÇÃO DA CIDADE**

A juventude, enquanto categoria socialmente construída, pode ser compreendida como uma etapa crucial na formação do sujeito, marcada especialmente pela produção de sociabilidades secundárias, que o inserem, pela primeira vez, em uma relação mais intensa com o outro e com o mundo. Nesse sentido, envolve a vivência e a realização de um conjunto de experiências — especialmente aquelas que ocorrem no espaço público — que levam os jovens a construir vínculos sociais e territoriais a partir dos diferentes lugares que ocupam no mundo e das diversas experiências que vivenciam. (Cassab, 2023, p. 147).

A juventude, portanto, não se limita a um marcador biológico relacionado a fases ou transformações nos corpos dos indivíduos. Trata-se, sobretudo, de um marcador social que evidencia as diferenças e desigualdades na construção das experiências que formam os sujeitos enquanto seres sociais. Isso implica reconhecer a diversidade dessas vivências e das oportunidades de sua realização, determinadas por múltiplos fatores que compõem a vida em sociedade. Os jovens,

em suas singularidades, compartilham contextos que lhes atribuem certas particularidades e, por isso, experiências comuns.

Deste modo, a juventude é compreendida como experiência socioespacial, sendo o jovem o sujeito concreto, que a vivencia de forma diferente, distinta e desigual, de acordo com a multiplicidade de condicionantes sociais. Dessa forma, afirmamos a juventude como uma categoria múltipla e plural, sem perder de vista que as formas de vivenciá-la são condicionadas pelo contexto temporal e espacial, o que confere à juventude uma singularidade particular. Os jovens abordados neste trabalho são, em sua maioria, pretos e pardos, moradores das periferias de Juiz de Fora, que vivem e produzem a cultura Hip Hop. Ao se apropriarem do espaço sob um viaduto central da cidade, eles reivindicaram novos usos para o espaço urbano e construíram um lugar onde podem vivenciar sua juventude também como uma experiência territorial.

Dizer a quais jovens nos referimos ganha importância, pois se é certo que há várias juventudes, também é verdade que elas precisam ser apreendidas e compreendidas nos contextos históricos e concretos em que os jovens as vivem. São esses contextos que nos possibilitam reconhecê-los como sujeitos que vivem e compartilham experiências comuns, que dão a particularidade na singularidade da experiência juvenil.

Neste aspecto, também são diversos os espaços das juventudes. Hopkins (2010, p. 25), em seu texto, explora a diversidade de espaços que os jovens ocupam e como são influenciados por suas identidades sociais, de idade, gênero, classe, sexualidade e outras características. O autor destaca que os espaços dos jovens são fluidos e mudam ao longo do tempo, dependendo de fatores como crescimento, regras sociais e eventos específicos. Para isso, explora a relação entre os jovens e os distintos espaços, por ele classificados como “espaços designados para o uso dos jovens, espaços que são abertos (ruas ou espaços públicos) e espaços que são restritos de acordo com a rede social ou situação familiar em que cada jovens se encontra ou devido as suas circunstâncias pessoais (...)” (Hopkins, 2010, p. 25). Seu interesse é compreender como cada um deles impacta a vida dos jovens e como eles negociam seu acesso e uso.

Seguindo a proposta de Hopkins (2010), o trabalho buscará entender a relação dos jovens com o espaço da rua, considerando-a tanto um palco importante para a construção da identidade social dos jovens, como também um espaço onde eles são frequentemente vistos como uma ameaça pela sociedade adulta. De acordo com o autor:



Para alguns jovens, os espaços da rua representam locais onde podem escapar das regras e restrições do ambiente doméstico e passar tempo apenas com seus pares. [...] No entanto, na rua, embora crianças mais novas tendam a ser vistas como inocentes e necessitadas de proteção, os jovens são amplamente percebidos como “presenças ameaçadoras” (Evans, 2008, p. 1671) e como um risco para a ordem social e as regras da rua. [...] Excluídos e posicionados como intrusos, o uso que os jovens fazem das ruas como espaços de expressão de sua própria cultura é frequentemente mal compreendido por muitos adultos (Malone, 2002, p. 157), o que resulta na vigilância e no controle de seus comportamentos (Hopkins, 2010, p. 30, tradução da autora).

Nas ruas, jovens criam seus próprios espaços culturais em áreas esquecidas ou marginalizadas, longe da vigilância dos adultos, deixando suas marcas e grafias na paisagem da cidade. Deste modo, se o viaduto atende à circulação, garantindo a reprodução do capital e da produção de uma cidade fragmentada, os jovens, ao ocuparem seu vão com arte e cultura, através das intervenções artísticas do Hip Hop (DJ, *Breaking*, *Rap* e Graffiti), forjaram verdadeiras práticas espaciais, cuja intencionalidade é atravessada pela experiência de suas juventudes. Ou seja, produzem suas práticas tendo o espaço como elemento constitutivo e a partir também das vivências e experiências de serem jovens em determinado contexto socioespacial. Essas práticas são condicionadas e produtoras do espaço e produzem um espaço cuja lógica de organização e uso é a aquela dada pela própria juventude.

É o conceito de prática espacial que nos permite compreender as relações sociais e o espaço a partir da ação desses jovens, pois é inadequado pensar as relações sociais dissociadas do espaço, dos agentes sociais e das interações que estabelecem entre si. Como afirma Souza (2015), “as práticas espaciais são práticas sociais em que a espacialidade (a organização espacial, a territorialidade, a lugaridade) é um componente nítido e destacado da forma de organização, do meio de expressão e/ou dos objetivos a serem alcançados” (p. 241).

Dessa maneira, a prática espacial pressupõe o reconhecimento da existência de sujeitos que realizam ações no espaço movidos por determinada intencionalidade. Compreender quem são esses sujeitos e quais são seus propósitos é fundamental para entender os desdobramentos das ações que se dão com e no espaço. Além disso, é preciso considerar, conforme o alerta de Souza (2010), que embora todas as práticas espaciais sejam, por natureza, sociais, algumas possuem uma “densidade de espacialidades” maior do que outras. São aquelas em que a dimensão espacial da

sociedade está fortemente presente, tornando o espaço um elemento constitutivo da própria ação do sujeito (Souza, 2015).

Para Spósito (2017), as práticas espaciais dizem respeito às escolhas espaciais dos habitantes comuns da cidade e estão diretamente ligadas ao cotidiano e à escala local, sendo mais influenciadas por fatores culturais, políticos e sociais do que por aspectos econômicos. Contudo, como alerta a autora, isso não significa que essas práticas não ocorram sob determinadas condições materiais e subjetivas, estando atravessadas pelas circunstâncias concretas que moldam a vida dos sujeitos. Dessa forma, elas frequentemente se encontram subordinadas à lógica econômica que transforma o espaço em mercadoria.

Reconhecer essa imbricação não elimina a possibilidade de que sujeitos não hegemônicos produzam o espaço a partir de intencionalidades que divergem da lógica econômica dominante. Para Pádua (2018), a prática espacial, compreendida como práxis, embora inserida em processos totalizadores impostos pela reprodução social capitalista, não se limita a eles. Pelo contrário, o autor defende que a prática espacial, enquanto expressão da reprodução do humano, está aberta ao novo, ao contraditório e ao encontro com o outro, ocorrendo no e como espaço da vida. Nesse sentido, “a prática se realiza como reprodução (repetitivo) e como o novo (criativo, irreduzível à condição humana), o possível no real, no presente/futuro, como contradição” (Pádua, 2018, p. 37). É no cotidiano, no plano da realização concreta da vida, que esse novo se manifesta como potência criadora, ao mesmo tempo em que expõe as contradições geradas pela lógica fragmentada de produção do espaço urbano.

Souza (2015) denomina de práticas espaciais insurgentes aquelas que desafiam a lógica econômica dominante. Essas práticas, ao confrontarem as formas hegemônicas de produção e uso do espaço, expressam uma dimensão política e transformadora da ação dos sujeitos no território. Assim como Pádua (2018), ainda que partindo de uma base teórica distinta, o autor associa essas práticas à noção de práxis — uma ação voltada à transformação política da realidade. Em um esforço de classificação, Souza propõe seis tipos gerais de práticas espaciais insurgentes, destacando entre elas aquelas que promovem a ressignificação de lugares. Nessas situações, “a imagem dos lugares é, muitas vezes, disputada entre diferentes agentes. Nessas circunstâncias, a cultura, o simbolismo e o discurso aparecem na qualidade de ‘campos de batalha’, em que visões de mundo e práticas hegemônicas e não hegemônicas entram em confronto” (Souza, 2015, p. 253).

A disputa pelo espaço no vão do viaduto Hélio Fadel, realizada pelo coletivo de jovens Space Hip Hop, manifesta-se como uma prática espacial que, no cotidiano,

busca ressignificar esse lugar por meio de usos criativos da cidade, tendo a cultura Hip Hop como força motriz. Entre as intervenções que compõem essa prática, o graffiti é o elemento ao qual dedicaremos atenção na próxima seção.

## **GRAFFITIS: DESENHOS DAS JUVENTUDES NA CIDADE**

Ao se colocarem na cidade como sujeitos, os jovens produzem e grafam o espaço com sua presença, deixando marcas de suas práticas espaciais. Um olhar pela paisagem da cidade permite à observadora atenta perceber algumas destas grafias. Interessa-nos as grafias expressas pela arte urbana do graffiti.

De acordo com o Inventário Participativo da Cultura Hip Hop o graffiti

é a arte de elaborar obras visuais, normalmente com letras, personagens ou desenhos, em suportes físicos não convencionais tais como muros, prédios, viadutos, etc., localizados em espaços públicos ou privados normalmente visualizáveis a partir da rua. Em suas diversas técnicas, a principal ferramenta utilizada para elaboração do graffiti é a tinta em spray; contudo, contemporaneamente, admitem-se outras ferramentas e técnicas (tinta látex, rolo, estêncil, etc.), conjuntamente com o graffiti (Construção Nacional do Hip Hop, 2023, p. 43)

Diniz et al (2017, p. 594) dirão que o graffiti “representa uma forma de arte e expressão urbana, com fortes preocupações estéticas, que utiliza como suporte muros, paredes, fachadas, viadutos, vagões de trens ou metrô, ônibus, ou outros elementos da paisagem”. Ele toma como tela os objetos espaciais que constituem o espaço urbano, fundindo-se à cidade e estando presente no cotidiano daqueles que a habitam. Interfere, deste modo, na construção e significação do espaço urbano, pois comunica, denuncia e educa o olhar para a cidade, seus sujeitos e conteúdos. Os autores ainda sublinham o quanto os graffiti expressam “resistências e dramas”, apresentando-se como “expressão político-simbólica da sociedade urbana”.

Guerra (2013, p. 3) também enfatizará sua dimensão política ao dizer que o graffiti é

Uma expressão que não só tem implicações comunicativas e artísticas que apelam e transformam a aparência da cidade, mas também políticas, por meio das quais se configuram novos significados entre aqueles que participam. Nesse sentido, a cidade se converte em um espaço de representação e expressão das novas tensões sociais, culturais e políticas (tradução da autora)

Deste modo, o grafitti tanto impacta a comunicação e a estética da cidade, alterando sua aparência, como tem um caráter político, criando significados e interpretações entre aqueles que interagem com ela. Isso se dá porque a cidade se torna um palco onde as tensões sociais, culturais e políticas são representadas e expressadas, refletindo as mudanças e conflitos da sociedade e expressando o quanto a cidade não é apenas um espaço físico, mas também um local de interação simbólica, onde as expressões artísticas e políticas se entrelaçam para refletir e transformar as dinâmicas sociais.

O grafitti é, portanto, expressão artística e política capaz de atribuir sentido e (re)significar a paisagem e o espaço, comunicando uma visão de cidade e de mundo a partir das vivências e experiências cotidianas de seus autores. Neste aspecto, ele seria uma linguagem plena de mensagens de resistência e de denúncias. Como grafia capaz de expressar ideias, visões de mundo e contextos socioespaciais de seus produtores, transmite mensagem e visões políticas do mundo através de suas cores, traços e temas, contribuindo para a ressignificação da paisagem e do espaço urbano, dando-lhes sentidos por usos que são vividos por sujeitos cujas ações não hegemônicas produzem a cidade. Um evento comunicativo e político que tem nos objetos espaciais seus meios de comunicação, sendo estratégia adotada por determinados grupos sociais para expressarem seus modos de ver e viver o mundo como experiência socioespacial.

Como elemento da cultura Hip Hop, o grafitti é sobretudo uma expressão artística e política da juventude e expressa as vivências dos jovens a partir dos muitos marcadores sociais que constituem a juventude como uma experiência singular e particular vivida pelo sujeito jovem. Por esta razão, eles comunicam práticas espaciais ligadas às juventudes, alçando-os a lugares de visibilidade e anunciando como jovens vivenciam as cidades, sendo essas grafias uma forma de resistência e/ou contornamento à ordem hegemônica, fragmentadora e adultocêntrica, produtora da cidade (Pires et al, 2024).

Através deles reconhecemos na cidade mineira de Juiz de Fora algumas das práticas espaciais das juventudes, identificando de que forma o espaço é dimensão da própria experiência da juventude. Os graffitis foram o primeiro marcador territorial utilizado pelos membros do coletivo Espaço Hip Hop ao ocuparem e se apropriarem do vão do Viaduto Hélio Fadel, na área central de Juiz de Fora.

Esse viaduto é parte integrante de um grande projeto viário que prevê a construção de oito viadutos espalhados pela cidade, priorizando a circulação de veículos e impactando o seu entorno. Para Lévy (1999), o carro introduz uma lógica de afastamento no coração da cidade que, por sua vez, seria um espaço de contato e densidade.

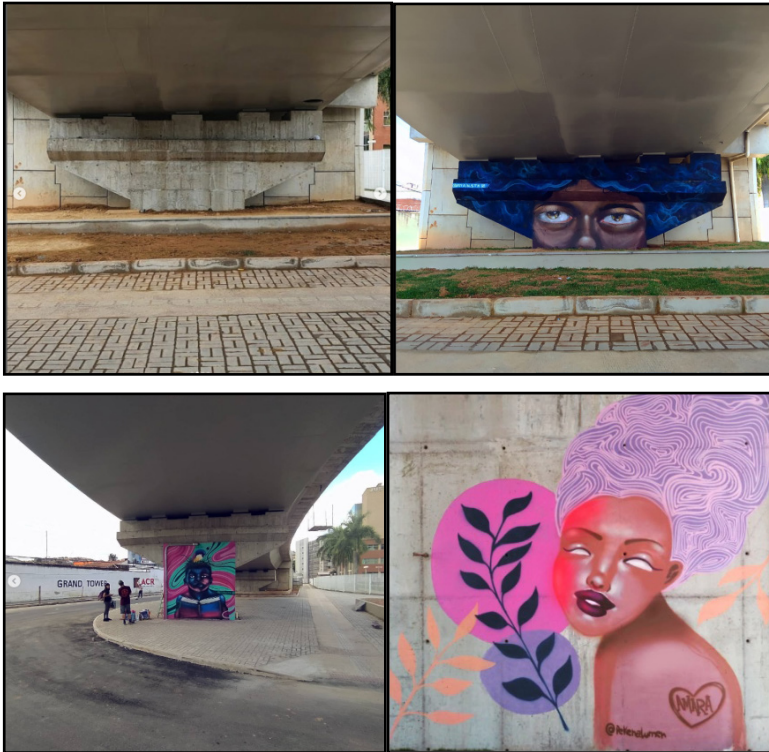
O autor destaca que embora o automóvel permita deslocamentos porta-a-porta, oferecendo conforto, ele exige um espaço significativo para circulação e estacionamento, o que entra em conflito com a densidade urbana. Isso leva à fragmentação da cidade, com a criação de áreas especializadas que exigem longos deslocamentos e uma ampla infraestrutura viária para sua realização. Deste modo, defende Lévy (1999, p. 20), “nessas condições, os veículos individuais geram, para sua circulação e seu estacionamento, um espaço muito presente e com muita pregnância, que entra em contradição com o espaço da cidade, notadamente sobre um ponto essencial: a densidade”. Resulta disso o fato de que o carro não poderia ser adaptado à cidade, uma vez que seria, por natureza, um veículo individual que exige espaço e, portanto, entra em conflito com a densidade urbana produzindo fragmentações e afastamentos.

Um viaduto, portanto, traz fortes impactos na cidade e nas possibilidades de permanência e encontros. Contudo, a produção da cidade não se dá sem contradições e, nos interstícios da lógica fragmentadora e de afastamento, foram criadas as condições para a criação de lugar da juventude e da cultura Hip Hop na cidade. Através de sua ocupação foi iniciado um potente movimento cultural e político em Juiz de Fora que vem tensionando e reivindicando a cidade a partir da inscrição de práticas espaciais que garantem vida e dinamismo a um potencial espaço hostil da cidade.

Embaixo do viaduto eles realizam eventos ligados ao Hip Hop que atraem um público de jovens vindos de todas as regiões da cidade, que lá se reúnem e, de forma festiva e lúdica, se apropriam da cidade como espaço de encontros e coexistências. Os eventos são procurados por jovens que dividem contextos socio-espaciais semelhantes, assim como vivências da cidade fortemente atravessadas pelas suas condições de classe, cor e território e que partilham uma forte inserção na cena Hip Hop da cidade. Foi a partir desse lugar social que ocuparam o vão do viaduto reivindicando um espaço não só da cultura Hip Hop, mas um espaço para a própria juventude. Nesse processo de ocupação e negociação, o graffiti foi a primeira intervenção artística por eles realizada, na perspectiva de promover sua territorialização e anunciar que aquele, a partir de então, seria um lugar de encontros, festas e cultura. Neste aspecto, ele foi utilizado como um marcador de presença no espaço urbano.

Assim, mesmo antes de sua inauguração, o viaduto já estava na mira de interesse daqueles que fazem o Hip Hop na cidade. Em 31 de novembro de 2021, quase um mês antes da abertura oficial do viaduto, Felipe Rosa e Fernanda Vale, mais conhecidos como Stain e Pkena, respectivamente, iniciaram o movimento de ocupação, resignificação e reivindicação do local desenhando os primeiros graffitis nas pilastras sob o viaduto, apresentados na figura 1. As fotos 1 e 2 são

os grafittis feitos por Stain e Pekená ainda em final de novembro, já as fotos 3 e 4 mostram a pilastra vazia e ocupada por graffiti feito por Stain apenas 5 dias após a abertura do viaduto, em 01 de dezembro de 2021, espaço que viraria o palco onde se localiza a pickup dos DJ's que animam os eventos que lá ocorrem.



**Figura 1.** Primeiros grafittis feitos nas pilastras do viaduto Arquiteto Hélio Fádel. Fonte: @stain.stn e @pekenalumen, 2024

Em sua página do Instagram, os artistas fizeram o registro dessas primeiras ocupações. Stain publicou a foto 1 em 31 de novembro com a legenda: “Um graffiti na parede já defende algum direito daquele jeito”. Em 06 de Dezembro do mesmo ano, as legendas das fotos 3 e 4 são, respectivamente, “Um graffiti na parede já defende algum direito” e “Ressignificação de centros urbanos”.

Nota-se a clara intencionalidade ao grafitar as paredes. Cada desenho é uma marcação territorial que anuncia a presença de outros sujeitos que se colocam em cena na disputa pelo direito de uso não apenas daquele fragmento, mas da própria cidade. É neste sentido que, conforme Mondardo e Goetttert (2008, p. 299) escrevem, o graffiti manifesta-se “como expressão da produção de territórios, a partir da fixação simbólica e material de grafias em pontos fixos ou móveis da cidade”.

Grafitar constitui-se, portanto, em uma prática socioespacial que toma os objetos do espaço como tela, tornando visível a presença de corpos e histórias muitas vezes invisibilizadas. Trata-se da



expressão de uma nova estética e de uma nova subjetividade coletiva que se apropria do espaço da cidade, dando visibilidade para grupos sociais historicamente silenciados e marginalizados (principalmente jovens negros e moradores de favelas e periferias). A apropriação do espaço urbano se dá através de desenhos, mensagens políticas, assinaturas com nomes e apelidos etc (Bruce Rodrigues, 2009, p. 95).

Nesse sentido, constitui-se como estratégia de resistência cotidiana e de apropriação alternativa do espaço, promovendo sua ocupação e ressignificação, mesmo diante das restrições impostas pelas forças de fragmentação. Assim, é possível pensá-lo como uma marcação territorial da juventude e da cultura Hip Hop, um tipo de prática espacial que “vai no sentido contrário ao da fragmentação e alienação da vida cotidiana, desenvolvendo, por exemplo, a socialização, o imprevisto, o jogo, o encontro, as pequenas costuras do cotidiano” (Legroux, 2021, p. 14).

Em nossa pesquisa, eles foram o primeiro marcador do território. É aquela grafia que, de acordo com Oliveira e Barbosa (2023, s/p), mantém uma profunda relação “com o território periférico”, pois, associado ao Hip Hop, “busca territorializar suas identidades pela cidade, ao demarcar as assinaturas de artistas em diferentes espaços pela cidade”. Precedia e anunciava que aquele local estava sendo reivindicado por sujeitos dispostos a darem ele um sentido de lugar.

Assim, seguiram-se aos primeiros graffitis nas três pilastras do viaduto muitos outros. Vários artistas da cidade foram convidados e provocados a registrarem suas marcas nos objetos espaciais lá existentes. De forma individual ou coletiva, em momentos solitários ou durante os muitos eventos promovidos pelo coletivo Espaço Hip Hop, os jovens deixaram suas grafias nas paredes, muros e pilastras do viaduto, dando sentido àquele espaço segundo suas próprias experiências e tornando aquele um território da cultura Hip Hop e da juventude na cidade.

Através do graffiti e de outras expressões artísticas, os jovens disputam sua existência em uma cidade produzida sob uma lógica que por valoriza a circulação, o tempo veloz do ritmo acelerado da produção da mercadoria e do capital. Isso é possível porque em sua dimensão comunicativa, informam os lugares partilhados e as experiências particulares e singulares vividas pelos jovens, compondo a estratégia acionada por eles para tornarem um local potencialmente hostil da cidade em um território de encontros, festa, visibilidade, autonomia e existência deixando no espaço e em sua paisagem as grafias de sua presença.

É por meio do desenho desse território, através do inventário e da identificação de suas grafias expressas nos graffitis, que acreditamos ser possível compreender



as práticas espaciais desses jovens, porque, em consonância com Moreira (2017), entendemos que “as práticas espaciais representam o ser (sujeito) e o estar (espaço) no mundo”, o que significa que, ao produzirem espaço, os jovens também se (re) constroem enquanto sujeitos, vivenciando suas juventudes como uma experiência essencialmente espacial.

## **INVENTARIAR PARA REVELAR: REGISTROS, MEMÓRIAS E ANUNCIACÕES DAS JUVENTUDES**

Um importante passo em direção à apreensão das práticas espaciais destas juventudes foi a construção do “Inventário dos grafittis do vão do Viaduto Arquiteto Hélio Fádel”. O inventário é ao mesmo tempo uma metodologia e um subproduto da pesquisa maior, que durante dois anos acompanhou a ocupação feita por jovens no referido viaduto. O que apresentaremos nesta seção são os caminhos que levaram à construção do inventário e como ele nos revela os usos, as representações, as vivências e as práticas espaciais daquela juventude.

Inventariar é relatar, enumerar minuciosamente, pormenorizar, esmiuçar e detalhar determinada coisa, bem ou patrimônio. É mais do que apenas listar. Inventariar é fazer o registro e a memória de algo, sendo uma forma de “pesquisar, coletar e organizar informações sobre algo que se quer conhecer melhor” (Iphan, 2016, p. 7). Para tanto, nos interessa não apenas o registro mecânico dos grafittis, mas apreendê-los como expressões das práticas espaciais dos jovens, a partir das quais revelam na paisagem o incessante processo de produção de si e do espaço. Mais do que arrolar os grafittis existentes naquele local, o Inventário é o registro e a memória de um espaço da vida, do cotidiano, das experiências, das disputas, da criatividade que fazem estes sujeitos dotados de ações criativas e potentes.

Mas como captar tudo isso? Inicialmente, a partir da compreensão dos grafittis em seu contexto de produção, ou seja, como elemento de marcação territorial no processo de territorialização dos jovens no vão do viaduto. Neste sentido, como discutido, o graffiti não é apenas um desenho, ele é um elemento constitutivo e uma marca daquele território sempre em disputa. Ele marca objetiva e simbolicamente um território da juventude Hip Hop na cidade. Neste aspecto, o inventário começa ao reconhecer que cada graffiti existente no vão do viaduto, isolado ou em composição, é uma grafia da juventude em processo de territorialização.

Desta forma, “registrar os grafittis existentes no Espaço Hip Hop tem como objetivo inventariar, temporal e espacialmente, a grafia e a presença das juventudes na cidade, identificando, suas intervenções na cidade a partir de suas trajetórias e marcadores sociais” (Pires, Rodrigues, Vasconcelos e Cassab, 2024,

p. 167). Neste esforço, foi fundamental compreender sua dimensão temporal e em disputa. Como arte urbana, o graffiti tem sua temporalidade fortemente atravessada pelos interesses e ações de outros sujeitos que disputam também a cidade: os proprietários, o setor imobiliário, o Estado e a própria população residente da cidade. Também estão sujeitos às intempéries e ao clima, bem como ao próprio tempo que desgasta, esmaece e apaga seus traços e cores. Além disso, os próprios artistas podem sobrepor desenhos, apagando alguns e produzindo outro em seu lugar. Reconhecer o graffiti como marca territorial que revela disputas e temporalidades foi importante na construção do Inventário. Somente assim foi possível reconhecê-los como grafias que expressam ações, intencionalidades, contextos e experiências vividas por seus autores.

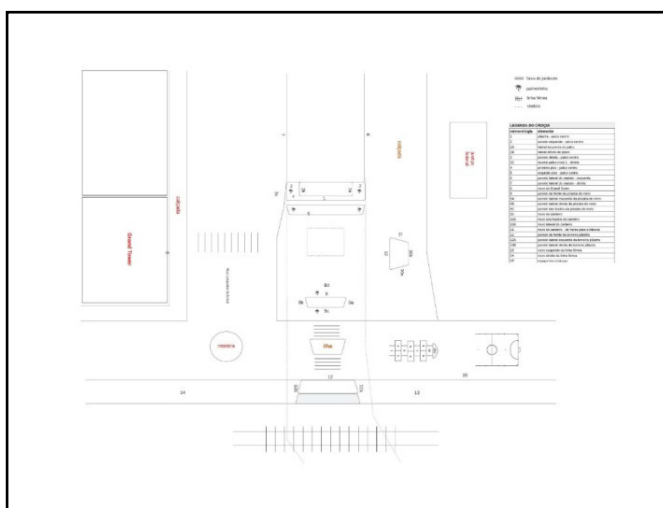
Determinado este aspecto, o movimento seguinte foi iniciar os registros propriamente dito. Mas como organizá-los de tal forma que pudessem revelar o desenho daquele território? A solução foi elaborar uma representação esquemática da organização espacial do vão do viaduto a partir dos usos dados pelos jovens durante os muitos eventos que realizavam no local. Fizemos isto através da elaboração de um croqui esquemático que representava o vão do viaduto e os elementos territoriais atribuídos pelos jovens.

A compreensão de que o território produzido pelos jovens se expressava em objetos e ações que constituíam o espaço do vão do viaduto foi orientadora para a construção do croqui esquemático. A pilastra e o canteiro que demarcam o palco. O calçamento embaixo do viaduto. As demais pilastras. As ruas que delimitam o vão. As paredes do viaduto. O muro que limita a linha férrea. Objetos espaciais que ganham outros usos quando acionados pelos jovens a partir de suas intencionalidades. A figura 2 apresenta o espaço do vão do viaduto Hélio Fadel.



**Figura 2.** Foto panorâmica do vão do viaduto Arquiteto Hélio Fadel, 2024. Fonte: Inventário dos grafittis do vão do viaduto Arquiteto Hélio Fadel (2021-2024)

Nela, é possível identificar os elementos espaciais que são apropriados pelos jovens. Suas paredes e pilastras. O canteiro próximo à pilastra que vira palco em noite de evento. A pista de dança. Os muros. Cada objeto foi apreendido e representado no croqui, capaz de demonstrar de forma esquemática o desenho daquele território. Nele, os objetos expressam não suas funções originais, mas os usos dados ao ocuparem e se apropriarem dos objetos a partir das diferentes intervenções ligadas ao Hip Hop em dias de eventos, de forma que cada expressão da cultura Hip Hop tem um momento e um papel na apropriação dos objetos espaciais que conformam o local. A figura 3 apresenta o croqui produzido e os elementos espaciais representados.



**Figura 3.** Croqui representativo do vão do viaduto Arquiteto Hélio Fadel. Fonte: Inventário dos grafis do vão do viaduto Arquiteto Hélio Fadel (2021-2024)

Feita a representação, foi possível distribuir os grafis, situando-os em cada elemento espacial que constitui aquele território, de forma que o leitor do Inventário possa visualizar não apenas o desenho do grafiti, mas sua marcação territorial. Visando minimamente capturar sua temporalidade, o inventário tem como recorte temporal o período de 2021 a 2024, do ano de inauguração do viaduto e ocupação pelos jovens até o término da pesquisa. Os registros de 2021 e primeiro semestre de 2022 foram coletados a partir da rede social dos artistas e do próprio coletivo Espaço Hip Hop, bem como por imagens do Google Map. Os demais períodos tiveram sua coleta a partir de registros em campo.

O primeiro evento ocorrido no vão e organizado pelo coletivo Espaço Hip Hop ocorreu em 19 de dezembro de 2021. Seguiram-se a esse mais dois outros, antes que tivesse início a pesquisa. Em setembro de 2022, foi iniciado o campo da pesquisa que, a partir de então, esteve presente em todos os eventos realizados no vão, até

dezembro de 2024. Durante cada evento, vários registros audiovisuais foram tomados, compondo um banco com centenas de fotos, muitas das quais dos grafittis.

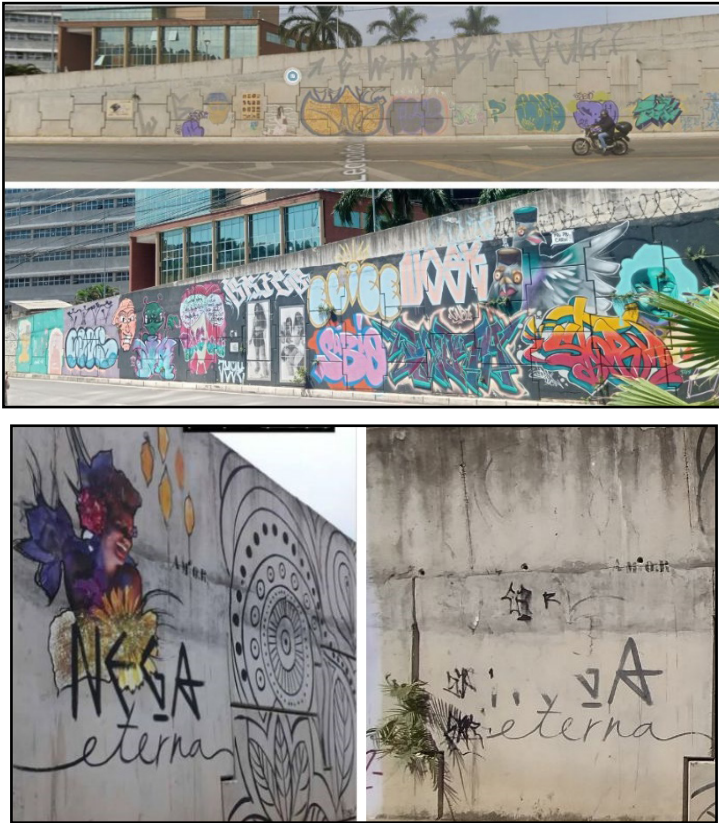
A captura da temporalidade implica determinadas escolhas que privilegiam um momento ou situação em detrimento de outro. Para Lima (2023), “é como se houvesse um recorte no tempo, visto que o graffiti está sujeito às constantes transformações sob diversas circunstâncias”. Assim, embora não seja possível capturar todos os momentos da vida daquela obra, o esforço foi de registrar fotograficamente o mesmo graffiti ao longo de diferentes momentos e situações. As fotos foram tiradas tanto durante os eventos acompanhados, como em dias ordinários no decurso dos anos da pesquisa.

O inventário produzido possui duas apresentações. A primeira é um banco de dados, mais amplo e detalhado, em que a cada graffiti coletado foram associados os seguintes atributos: 1) autoria<sup>1</sup>, 2) localização no território a partir da representação no croqui, 3) tema retratado, 4) descrição do desenho, 5) data do registro e 6) foto do graffiti. A segunda, uma cartilha digital cuja intenção é ser um documento visual de fácil manuseio e leitura.

Sua organização acompanha a distribuição espacial dos grafittis conforme a representação feita no croqui. Além disso, buscou-se indicar as mudanças temporais destas grafias no vão do viaduto. Em alguns dos elementos espaciais que compõem o vão do viaduto como território da juventude do Hip Hop, foi possível reconhecer e apresentar as mudanças, bem como os momentos e contextos em que foram produzidos. A figura 4 exemplifica a temporalidade dos grafittis desenhados na parede lateral direita do viaduto.

---

1 Cabe enfatizar que nem todas as autorias foram identificadas. Algumas, especialmente *tags*, não foram reconhecidas, o que, no entanto, não inviabilizou sua inclusão no Inventário.



**Figura 4.** Dimensão temporal dos graffitis. Registro na parede lateral direita do viaduto. Fonte: Inventário dos graffitis do vão do viaduto Arquiteto Hélio Fadel (2021-2024)

A foto 1, retirada do Google Map, mostra a paisagem ainda em 2021, ano de inauguração do viaduto. Nela, visualizam-se os primeiros graffitis feitos na parede direita do viaduto, muitos dos quais sendo *tags* de artistas da cidade. Para Zieleniec (2018) as *tags* são a forma mais comum de graffiti, caracterizando-se como assinaturas individuais que representam a identidade do grafiteiro e sua participação ativa na cultura do graffiti.

Feitas com marcadores permanentes ou tinta spray, podendo variar de simples a mais elaboradas, elas funcionam como um marcador de presença no espaço urbano, refletindo tanto a identidade individual, quanto a conexão com uma comunidade de escritores de graffiti (Zieleniec, 2018). Trata-se, deste modo, de “uma assinatura de graffiti que identifica o escritor individual, reconhecendo sua presença no local, bem como sua participação e pertencimento a uma comunidade ativa, ainda que amorfa e não constituída, de escritores de graffiti. É semelhante a fazer uma declaração de que ‘X esteve aqui’” (Zieleniec, 2018, p. 203, tradução da autora).

O autor também destaca que a concentração de *tags* em um único local pode indicar tanto a facilidade de acesso ao espaço, quanto a tentativa de demarcar

um ponto de encontro significativo para os grafiteiros, “permitindo que demonstrem claramente sua presença e participação ativa na cena e nas ruas” (idem). Deste modo, segundo o autor, longe de serem apenas assinaturas aleatórias, as *tags* tem um papel essencial na cultura do graffiti, funcionando como marcações territoriais, símbolos de identidade individual e coletiva e expressões artísticas que transformam a paisagem urbana. São elas as principais expressões do graffiti encontradas no espaço do vão do viaduto estudado, indicando a delimitação de um espaço compartilhado onde se reúnem, interagem e expressam sua cultura.

Na foto 2, de 2024, já notamos uma mudança significativa, com a inscrição de vários desenhos com elementos mais elaborados e complexos, que ocupam quase a totalidade da parede. Destacam-se estilos como o *grapixo*, *bomb*, estilos livres, colagem, *WildStyle*, personas. A foto 3 mostra um detalhe da parede, destacando o trabalho da artista Taina Novellino. Para Zieleniec (2018), o *WildStyle* seria uma das formas mais sofisticadas do graffiti moderno, caracterizando-se pelo uso de letras entrelaçadas, formas abstratas e complexidade visual. Ele destaca que esse estilo representa um avanço no desenvolvimento do graffiti, exigindo alto nível de habilidade e domínio técnico. Já as personas são representações frequentemente utilizadas pelos artistas para expressarem como se veem e como praticam o graffiti, geralmente com autorretratos e representações figurativas de si.

Considerando em seu conjunto, as fotos apresentadas ilustram duas situações em que é possível perceber a temporalidade dos graffiti. No primeiro caso, os próprios jovens e artistas apagaram os graffiti anteriores, sobrepondo a eles novos desenhos, o que ocorreu durante o evento de celebração de 1 ano de ocupação do vão e do coletivo Space Hip Hop, quando diversos artistas foram convidados a usarem esta imensa parede como tela. Neste mesmo dia, foi feito o graffiti “Nega Eterna”, com colagem e tinta.

A foto 4, tirada em 2024, mostra os efeitos do tempo sobre o graffiti. A fragilidade do material escolhido pela artista, neste caso, contribuiu para o seu rápido apagamento na paisagem, mas mesmo aqueles feitos com tinta spray não passam sem marcas pelo tempo. Muitos perderam suas cores ou foram manchados pela chuva e pelo sol. A temporalidade, é, portanto, um elemento crucial quando falamos deste tipo de arte e, neste sentido, como reforça Lima (2023), reconhecer os graffiti como patrimônio material e imaterial e deste modo inventariá-lo

possibilitaria não só captar um determinado momento em que a obra foi realizada, como também contar um pouco da história daquele local (muro, viaduto ou outro suporte) ao longo do tempo em que a obra esteve ali antes de ser apagada



ou modificada. Sob outra perspectiva, poderia contribuir também com a história social, expondo o histórico da vida na cidade, com foco no modo como as pessoas, ao longo do tempo, se manifestaram e quais eram ou são as características dessas manifestações artísticas (Lima, 2023, p. 106).

Fazer os registros e o inventário é também preservar a memória destas grafias na cidade e, sobretudo, contribuir para a memória da presença das juventudes e desta arte urbana na paisagem, assim como da própria história de formação, ocupação e consolidação daquele território e do próprio movimento que tem reivindicado o vão como espaço cultural, político e da juventude em Juiz de Fora.

O inventário dos grafittis, portanto, não é apenas um registro documental dos grafittis em um fragmento da cidade. Sua intenção é que ele possa ser o registro e a memória da presença da juventude em Juiz de Fora. Um instrumento que seja capaz de colaborar para a leitura das práticas espaciais que conformam, produzem e ressignificam a cidade. Ele revela as grafias de parte da juventude juizforana, que deixa suas marcas na paisagem e afirma sua existência enquanto corpos políticos e produtores da cidade.

Trata-se, portanto, de algo que extrapola a mera inscrição visual na paisagem, tornando-se uma estratégia de territorialização e disputa pelo direito à cidade. Através dos grafittis e das demais práticas espaciais juvenis promovidas no viaduto, os jovens desafiam a normatividade produtora da cidade ao transformar o espaço, inicialmente concebido para a circulação, em um lugar de encontro, de expressão cultural e de construção de pertencimento.

Assim, a proposta de inventariar essas grafias ultrapassa a ideia de simplesmente catalogar ou sistematizar os registros dos grafittis. Ela pretendeu ser um instrumento de reconhecimento e valorização das juventudes e de suas formas de ser, estar e fazer a cidade, ou seja, as próprias práticas espaciais, conforme definida por Moreira (2017). Deste modo, os grafittis inventariados, em sua diversidade estética e política, apontam o quanto a ocupação do viaduto se inscreve em um movimento de disputa pelo direito de ser visível e de viver a cidade enquanto lugar de permanência e existência, anunciando, no presente, futuros possíveis em que a cidade possa ser concebida também a partir dos sentidos que as juventudes dão a cidade que habitam.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, apresentamos a proposição de uma iniciativa que possibilite a apreensão e compreensão de práticas espaciais das juventudes através do levanta-



mento e registro de uma de suas grafias na cidade, o graffiti. Para isso, partimos da construção do entendimento da juventude como experiência socioespacial vivenciada pelos sujeitos jovens. Neste aspecto, é possível entender que, como sujeitos, eles realizam ações que produzem e grafam o espaço, marcando na paisagem sua existência e presença. Marcas que são capturadas e, quando lidas, revelam outros sujeitos e outras intencionalidades no processo desigual e conflituoso de produção da cidade e do urbano.

É nesta perspectiva que o graffiti é compreendido. Ele marca a paisagem com suas cores e traços, indicando, mesmo em dias em que não há eventos e na ausência da juventude, a presença e territorialização dos jovens. Deste modo, o graffiti é visto não apenas em sua dimensão artística, mas também como expressão comunicativa das vivências e experiências de determinada juventude e de práticas que tencionam, ressignificam, subvertem e/ou contornam as forças e as ações dos sujeitos hegemônicos da cidade. Sob este olhar, ele configura-se como uma marca territorial, um registro de sujeitos que, em seu processo de territorialização, disputam um pedaço da própria cidade, reivindicando outros usos e formas de experimentá-la.

A proposta de inventariar os graffiti existentes no viaduto em Juiz de Fora, nesta perspectiva, possibilitou registrar as múltiplas maneiras pelas quais as juventudes constroem, significam e reivindicam a cidade através de seu uso e apropriação. Deste modo, abre-se a possibilidade de compreendermos os graffiti para além de traços e desenhos na paisagem, como marcadores territoriais que revelam a existência de sujeitos que procuram viver a cidade pela lógica da densidade e do encontro, rompendo e/ou contornando os processos e formas que produzem a cidade sob a lógica do afastamento, sinalizada por Lévy (1999).

Falamos, portanto, de jovens, em sua maioria periféricos e negros, que disputam a cidade ao produzirem outros modos de habitar a cidade. Como elementos das práticas espaciais destes jovens, essas grafias tornam visível sua presença e indicam processos de territorialização que desafiam a lógica fragmentária e adultocêntrica da cidade. Neste sentido, as práticas espaciais ligadas à cultura do Hip Hop e, no caso particular deste trabalho, o graffiti, se apresentaram como potentes no sentido de transformar um espaço hostil em um lugar e em um território da juventude em Juiz de Fora, indicando que a juventude não apenas ocupa, mas cria e recria, ressignifica e transforma o espaço, elaborando territórios de encontro, coexistência, expressão e resistência. O inventário, portanto, revelou o quanto o graffiti, nesse contexto, aparece como um primeiro marcador, anunciando a presença dos jovens e estabelecendo visualmente sua relação com o espaço. Deste modo, ele não se reduz a um exercício de catalogação, pois opera

como um dispositivo de revelação, evidenciando os múltiplos tempos e disputas que atravessam a presença juvenil no viaduto. Há tempos que se revelam, por exemplo, na dimensão não estática dos grafitis, que são apagados, sobrepostos, refeitos e renovados, demonstrando como o espaço é constantemente atualizado pela ação dos jovens e pelos embates que envolvem sua ocupação.

O esforço, portanto, não foi apenas o de documentar a história e a memória das grafias presentes no viaduto, mas também de escancarar estas juventudes e suas práticas. Através do inventário, espera-se que, mesmo diante das dinâmicas de apagamento e controle da cidade, as práticas espaciais desses jovens sigam vistas, lidas e apreendidas em sua potência criadora. Ao tornar visível essa dimensão, reafirma-se que as juventudes não apenas desenharam a cidade com suas grafias, mas também a anunciam como um espaço de disputa, permanência e invenção de novos futuros possíveis.

## REFERÊNCIAS

- BRUCE RODRIGUES, G. Quando a política encontra a cultura: a cidade vista (e apropriada) pelo movimento hip-hop. *Revista Cidades*, Brasil, v. 6, n. 9, p. 93–120, 2021.
- CASSAB, C. Pensando juventudes e cidade a partir da experiência de jovens cotistas. In: OLIVEIRA, V. H. N. (Org.). *Geografia das Juventudes*. 1. ed. Porto Alegre: GEPJUVE, 2023, v. 1, p.77-107.
- CONSTRUÇÃO NACIONAL DA CULTURA HIP HOP. *Projeto Inventário participativo da Cultura Hip Hop brasileira*. Brasília, p. 1-78, 2023. Disponível em <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/movimento-realiza-pedido-de-registro-do-hip-hop-como-patrimonio-cultural-do-brasil-1/VersoPrincipalInventrioParticipativo.pdf>. Acesso em 26 jun. 2024.
- DINIZ, A. M. A.; FERREIRA, R. G. B.; LACERDA, A. G. Territórios renitentes: os efeitos das políticas repressivas à pichação em Belo Horizonte (2011-2015). *Caderno de Geografia*, v. 27, n. 50, 2017.
- GUERRA, G. *La ciudad y sus escrituras alternativas*: la marca del grafiti como interpelación política. Universidad Andina Simón Bolívar, Programa de Estudios de la Cultura, 2013. Disponível em [https://www.academia.edu/3613830/La\\_ciudad\\_y\\_sus\\_escrituras\\_alternativas\\_la\\_marca\\_del\\_graffiti\\_como\\_interpelaci%C3%B3n\\_pol%C3%ADtica](https://www.academia.edu/3613830/La_ciudad_y_sus_escrituras_alternativas_la_marca_del_graffiti_como_interpelaci%C3%B3n_pol%C3%ADtica). Acesso em 25 jun. 2024.
- HOPKINS, P. Young people's spaces. In: FOLEY, P.; LEVERETT, S. (Eds). *Children and Young People's Spaces: Developing Practice*. Basingstoke: Palgrave, 2010, p.25-39.
- IPHAN. *Educação patrimonial*: inventários participativos. Brasília, 2016.

- MENDES, J. T. N. Políticas habitacionais e juventude: incursões sobre a morada dos jovens pobres na cidade. In: BARBOSA, J. L.; DAMASCENO, I. (Org.). *Juventudes das Cidades*. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020, v. , p. 120-137.
- LÉVY, J. O contato e o afastamento. In: LÉVY, J. *Le Tournant Géographique: Penser l'espace pour lire le monde*. Paris: Belin, 1999.
- LEGROUX, J. A triplicidade do espaço e das práticas cotidianas de mobilidade para o estudo da fragmentação socioespacial. *GEOgraphia*, v. 23, n. 51, 19 jul. 2021.
- LIMA, F. R. B. Graffiti: Patrimônio cultural material ou imaterial? *Art&Sensorium: Revista Interdisciplinar Internacional de Artes Visuais*. v. 10, n. 01, p. 97-110, 2023.
- MONDARDO, M. L.; GOETTERT, J. D. Territórios simbólicos e de resistência na cidade: grafias da pichação e do graffiti. *Terr@ Plural*, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 293-308, 2009.
- MOREIRA, R. Uma ciência das práticas e saberes espaciais. *Rev. Tamoios*. São Gonçalo. ano 13, n. 2, p. 26-43, 2017. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/30458>. Acesso em: 18 mar. 2025.
- OLIVEIRA, J.; BARBOSA, J. L. A rua é nóiz - fundamento hip-hop e direito à cidade. ENANPEGE, 15, Campina Grande, 2023. *Anais [...]*. Campina Grande: Realize Editora, 2023.
- PADUA, R. F. de. Pensando a noção de prática socioespacial. In: CARLOS, A. F. A.; SANTOS, C. S.; ALVAREZ, I. P. (Org.). *Geografia urbana crítica: teoria e método*. São Paulo, Contexto, p. 35-52, 2018.
- PIRES, V. M. H; RODRIGUES, J. N.; VASCONCELOS, M. A.; CASSAB, C. Inventário dos graffitis: uma proposta para o reconhecimento das grafias das juventudes em Juiz de Fora – MG. Seminário Brasileiro de Pesquisa com Juventudes na geografia, 1, 2024, Online. *Anais [...]*. Porto Alegre: GEPJUVE, 2024. 236 p. v. 1. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/nugea/wp-content/uploads/sites/338/2024/05/ANAIS-DO-I-SEMIN%C3%81RIO-BRASILEIRO-DE-PESQUISA-COM-JUVENTUDES-NA-GEOGRAFIA-final.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024.
- PIRES, V. M. H; RODRIGUES, J. N.; CASSAB, C. Juventudes e cultura urbana: uma análise do perfil dos participantes do 'Espaço Hip Hop' em Juiz de Fora. Seminário Cidades, Territórios e Direitos: A Cultura na Construção do Espaço Urbano, 5, 2024, Viçosa. *Anais [...]*. Viçosa: Pupa – Laboratório de Pesquisa em Urbanidades e Patrimônio, UFV, 2024.
- SPOSITO, M. E. B.. Práticas espaciais e reestruturação em cidades médias. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. (Orgs.). *O espaço e a metropolização: cotidiano e ação*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, p. 627-677, 2017.

- SODRÉ, R. Prática espacial, habitus e espaço urbano: ensaio de geografia da vida cotidiana. *Geopauta*, Vitória da Conquista, v. 5, n. 1, e7287, 2021. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/geo>. Acesso em: 03 mar. 2025.
- SOUZA, M. L. de. Como Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. *Cidades*, v. 7, n. 11, p. 13-47, 2010.
- SOUZA, M. L. de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

# Os “jovens do projeto”: sociabilidades e experiências juvenis no contexto de uma política pública

## *The “Youth of the project”: social bonds and and Youth Experiences in the Context of a Public Policy*

Isabelle Melo Rocha<sup>a</sup>, Isaurora Cláudia Martins de Freitas<sup>b</sup>,  
Alexandre Almeida Barbalho<sup>c</sup>

**Resumo** Este artigo trata das interações sociais, práticas culturais e percepções dos jovens sobre as experiências cotidianas vividas no bairro Novo Recanto, em Sobral-CE. O estudo se concentra nas dinâmicas das culturas juvenis do bairro, utilizando a Estação da Juventude como ponto de partida. O referido equipamento é fruto de uma política pública federal destinada a oferecer atividades culturais e esportivas para os jovens da periferia. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, utilizando diários de campo, fotografias e rodas de conversa, construindo metodologias em diálogo com os próprios jovens. O estudo buscou compreender as culturas juvenis a partir do cotidiano dos sujeitos, superando os estereótipos sobre a juventude periférica no interior nordestino. A análise revela que a experiência de ser jovem está profundamente ligada ao lugar e às relações afetivas construídas no bairro. A Estação da Juventude emerge como um espaço central de sociabilidade, tornando-se uma referência identitária para esses jovens.

**Palavras-chave** Culturas. Juventudes. Território. Experiências. Sociabilidades.

**Abstract** *This article examines the social interactions, cultural practices, and perceptions of young people concerning their everyday experiences in the Novo Recanto neighborhood, in Sobral, Ceará, Brazil. The study focuses on the dynamics of local youth cultures, taking the Estação da Juventude (Youth Station) as a central analytical point. This facility is the result of a federal public policy initiative aimed at promoting cultural and sports activities for young people in peripheral urban areas.*

- 
- a Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará-UECE. Coordenadora do Curso de Serviço Social do Centro Universitário INTA-Uninta. Coordenadora Institucional de Extensão e Responsabilidade Social da Faculdade 05 de Julho em Sobral-Ce. E-mail: belmrocha2@hotmail.com
- b Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará- UFC com pós-doutorado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. É professora do Mestrado Profissional em Sociologia em rede Nacional (PROFSOCIO - UVA). E-mail: isaurora68@gmail.com
- c Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará- UFC. E-mail: alexandrealmeidabarbalho@gmail.com

*A qualitative methodological approach was adopted, incorporating field diaries, photographic records, and conversation circles, with the research design developed in dialogue with the participants. The objective was to understand youth cultures through their daily life, challenging prevailing stereotypes about peripheral youth in Brazil's northeastern interior. The findings indicate that the experience of being young is deeply intertwined with place and the affective relationships established within the neighborhood. The Estação da Juventude emerges as a pivotal space of sociability and stands as a significant site of identity formation for these young individuals.*

**Keywords** Youth. Culture. Territory. Experiences. Sociability.

## INTRODUÇÃO

Este texto<sup>1</sup> busca refletir sobre as interações sociais entre os jovens, suas práticas culturais e as percepções sobre suas experiências no bairro Novo Recanto, em Sobral<sup>2</sup>, município da Região Noroeste do Ceará, localizado às margens do Rio Acaraú e que é sede de uma região metropolitana formada por 18 municípios.

O estudo tomou como ponto de partida o equipamento público Estação da Juventude e surgiu da necessidade de compreender as sociabilidades juvenis e a produção de diferenças a partir dos significados compartilhados que simbolizam a pertença a um determinado grupo. Ele investiga como a linguagem, os eventos e os encontros dão sentido às vidas dos jovens, observando como esses significados são construídos no cotidiano do bairro Novo Recanto, onde os jovens compartilham experiências comuns e, através delas, estabelecem pontos de conexão e de diferenciação nas formas como ocupam e pensam os espaços do bairro.

O bairro é compreendido aqui, na acepção de Michel De Certeau (1996), como espaço vivido — ou seja, lugar de práticas cotidianas e apropriações simbólicas, no qual os sentidos e experiências dos indivíduos são construídos a partir de seus movimentos e interações. Nessa perspectiva, o Novo Recanto configura-se como um lugar em permanente processo de construção, simbolizando a vida na periferia de uma cidade do interior do Nordeste. Ali habitam sujeitos dotados de agência, cujas experiências são tecidas nas mais diversas formas de se fazer a cidade, contribuindo, assim, para a tessitura da vida urbana. O reconhecimento mútuo

---

1 Texto adaptado da pesquisa “Os Jovens do Projeto”: diversidades e sociabilidades na Estação do Novo Recanto, em Sobral - Ce, realizada para a tese de doutorado da autora principal sob orientação dos dois coautores e defendida em 2024, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará-UECE. (Rocha, 2024)

2 Sobral é o quinto município mais populoso do Ceará, com uma população de 212.437 habitantes. Dentro desse contingente, 42.092 pessoas se enquadram na faixa etária de 16 a 29 anos, com uma distribuição quase equitativa entre os sexos. <https://sig.tse.jus.br/> (Acesso em 15/04/2024)

entre os moradores é uma marca do bairro, evidenciado na fala de um deles, que o descreve como “um lugar onde todas as pessoas se conhecem”.

Nesse contexto, embora o bairro seja entendido como lugar, ele também se configura como território, à medida que se torna alvo de disputas e relações de poder, especialmente em razão da presença e dos conflitos entre facções do crime organizado. Essa territorialização imposta interfere diretamente na vida dos moradores, delimitando percursos, impondo fronteiras simbólicas e concretas, e marcando, de modo particular, a experiência dos jovens. O Novo Recanto é, portanto, simultaneamente, um lugar de pertencimento e um território em disputa.

É importante ressaltar que, embora as distinções entre os conceitos de espaço, lugar e território sejam fundamentais como demonstram os trabalhos de Gomes (2002) e Santos (1999), ao definirem o espaço como um sistema dinâmico de objetos e ações, o lugar como um centro de significados e o território como expressão das relações de poder —, este artigo não tem como objetivo aprofundar essas diferenciações. No campo das ciências sociais, é comum que essas categorias sejam utilizadas de forma intercambiável; ainda assim, permanece a necessidade de reconhecer suas especificidades analíticas, conforme os objetivos e enfoques de cada estudo.

A pesquisa indagou como os jovens do Novo Recanto se relacionam entre si e com a cidade, compartilhando experiências que se cruzam e reafirmando-se mutuamente em suas vivências. O que os une é a participação em projetos e atividades da Estação da Juventude (EJ), um programa criado pelo Governo Federal em 2014 e reformulado em 2023, que visa garantir direitos e promover a emancipação dos jovens, com foco no fortalecimento das políticas públicas de juventude no território.<sup>3</sup>

No Brasil, entre 2005 e 2015, as políticas públicas de juventude passaram por um ciclo importante, caracterizado por avanços significativos que deixaram um legado jurídico e conceitual. Este “Ciclo das Políticas Públicas para Juventude”, como denominam Ribeiro e Macedo (2017, p. 107) foi fundamental para a criação de estruturas públicas, discursos e processos formativos que continuam a influenciar as políticas atuais.

Um marco inicial foi a inclusão da juventude na Constituição Brasileira de 1988, modificada pela Emenda Constitucional nº 65 (2010), que passou a reconhecer o “jovem” como sujeito de direitos. Esse reconhecimento foi complementado pela

---

3 <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/editais/inscricoes-encerradas/edital-programa-estacao-juventude-1/anexo-lv-projeto-do-programa-estacao-juventude.pdf> (Acesso em 15/04/2024).



promulgação, em 2013, do Estatuto da Juventude<sup>4</sup> (Lei 12.852), que estabelece os direitos dos jovens de 15 a 29 anos de idade, cria o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE) e orienta as políticas públicas voltadas para esse público.

Embora para efeito de construção de políticas públicas a juventude seja definida em termos etários, é preciso atentar para o fato de que essa categoria social não pode ser pensada como homogênea. Nessa perspectiva, as identificações dos jovens são analisadas como expressões de suas culturas, influenciadas por suas diferenças sociais e refletidas em seus discursos sobre si mesmos. As representações sobre “ser jovem” ou o processo de “vir a ser” contradizem, muitas vezes, as experiências que esses sujeitos vivenciam. Os jovens pesquisados enfrentam diversas formas de opressão social, decorrentes da intersecção de marcadores como classe, raça, gênero, sexualidade, território e deficiência. Essas opressões se manifestam em espaços institucionais como a família, a escola e o trabalho, onde suas trajetórias são frequentemente reduzidas a interpretações homogêneas que não capturam a complexidade de suas histórias.

A partir dessa realidade, com inspiração nos escritos de Pais (2003, p. 66), busca-se decifrar o que ele chama de “[...] enigmas dos paradoxos da juventude”: por que e como os jovens significam suas experiências cotidianas compartilhadas? Essa foi a questão central da pesquisa. A hipótese que guiou a investigação é de que as relações entre grupos juvenis desempenham um papel crucial na formação de suas culturas e identidades. Supõe-se que as experiências compartilhadas nesses grupos influenciam a forma como ocupam o espaço ao seu redor, criando laços que, por sua vez, reconfiguram suas percepções sobre si mesmos e sobre seus contextos socioespaciais.

O objetivo geral desta pesquisa foi compreender como os jovens que frequentam as atividades da Estação da Juventude do bairro Novo Recanto, em Sobral, significam suas relações de sociabilidade e como as experiências ali vividas e no bairro contribuem para a construção e afirmação de suas identidades e pertencas.

A sociabilidade aqui é pensada nos termos de Simmel (2006) como um tipo de interação pura onde o único interesse é o estar junto, sendo, portanto, a forma lúdica da *sociação*. A experiência, por sua vez, segundo Bondía (2002), é o que nos acontece, nos atravessa e nos afeta e, portanto, assume algum sentido para nós.

Sposito, Almeida e Corrochano (2020, p. 9) ressaltam que a pluralidade de experiências juvenis se manifesta em contextos de transformação social e mobi-

---

4 Ver: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm) (Acesso em 14/05/2024)

lização, tornando essencial a discussão sobre as diferenças sociais entre os jovens e suas interseccionalidades. Esses autores enfatizam, ainda, a importância de estudar a “[...] apropriação criadora” do espaço urbano pelos jovens, analisando como ocupam e transformam territórios em resposta às suas demandas e necessidades. Essa perspectiva converge com a de Diógenes (2012, 40), que observa a diversidade dos encontros juvenis na cidade e a articulação entre lugar, corpo e território, destacando que as juventudes “[...] usam, experimentam e recriam a cidade”.

Os interlocutores desta pesquisa<sup>5</sup> foram jovens com idades entre 12<sup>6</sup> e 22 anos, totalizando 18 participantes. Desses, 8 estão cursando o Ensino Fundamental II, 5 estão no Ensino Médio, 2 já concluíram os estudos e 3 estão matriculados no ensino superior. Para 55% dos participantes, a escola é percebida como uma obrigação, sendo criticada devido ao tempo excessivo, à estrutura precária e às cobranças intensas.

Quanto à orientação sexual, 10 jovens se identificam como heterossexuais, 5 como bissexuais, 2 como homossexuais e 1 não soube responder. Questões de gênero e sexualidade são frequentemente abordadas nos projetos da Estação da Juventude, influenciando a construção de suas identidades. Em relação à identidade racial, 12 jovens se consideram negros, 4 pardos e 2 brancos. A forte presença de práticas culturais como a Capoeira e o Hip-Hop, fortalece esse reconhecimento racial, mais presente na EJ do que na escola. Além disso, 3 jovens se identificam como pessoas com deficiência.

No que diz respeito à composição familiar, 13 jovens são filhos de mães solo ou foram criados por outras mulheres, enquanto apenas 5 moram com ambos os pais ou com a mãe e o padrasto. A renda familiar provém, majoritariamente, de programas sociais e empregos informais, sendo que alguns familiares trabalham em funções de baixa remuneração na empresa Grendene, localizada no bairro. Todos os jovens participam ativamente dos projetos sociais da Estação

---

5 Sobre os aspectos éticos da pesquisa, foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Ceará - UECE (CAAE: 78304024.0.0000.5534), levando em consideração a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde, que trata sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

6 Embora o Estatuto da Juventude (Brasil, 2013) considere jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos de idade, sendo o termo jovem-adolescente usado para os que estão na faixa etária de 15 a 18 anos, neste trabalho, consideramos como jovens-adolescentes também os que são classificados no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) como adolescentes, ou seja, os que estão entre 12 anos completos e 18 anos incompletos, pois o critério foi escolher jovens que participam com mais frequência das atividades da Estação da Juventude do Novo Recanto e que se voluntariaram a participar da pesquisa.

da Juventude do bairro Novo Recanto, com apenas um residindo atualmente em um bairro vizinho, mas mantendo vínculo com as atividades da EJ. O perfil dos jovens, evidencia como as experiências juvenis são atravessadas por fatores territoriais, raciais, sociais e econômicos que moldam suas percepções e formas de pertencimento.

A metodologia adotada emergiu da própria dinâmica do campo, considerando as relações dos jovens com seus grupos de pertencimento e com a cidade. Esse processo revelou um encontro com diferentes culturas juvenis, provocando deslocamentos e permitindo uma troca de experiências que só é possível “[...] de perto e de dentro” (Magnani, 2002, p.11).

O artigo está estruturado em três seções, além da introdução e das reflexões finais. A primeira expõe a metodologia empregada no desenvolvimento da pesquisa. A segunda é dedicada à apresentação da Estação da Juventude no contexto do bairro Novo Recanto. A terceira seção do texto é dedicada às sociabilidades e experiências juvenis e seus significados a partir do desenvolvimento da política pública aqui analisada.

## **AFETAÇÕES EM CAMPO: A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA EM UM CALEIDOSCÓPIO DE EXPERIÊNCIAS COM AS JUVENTUDES**

A abordagem metodológica adotada é de caráter qualitativo, integrando diários de campo, fotografias e rodas de conversa com os jovens participantes do Programa Estação da Juventude. A metodologia foi sendo moldada pelo contexto da pesquisa, permitindo que os próprios jovens participassem ativamente da escolha das técnicas de produção de dados. Assim, a inserção no campo ocorreu de forma gradativa, acompanhando a rotina do Projeto e escutando as histórias dos jovens — seus afetos, desejos, sofrimentos e até mesmo as fofocas sobre o cotidiano no Recanto.

Esse processo possibilitou a observação do movimento das culturas juvenis no cotidiano das ações da EJ, compreendendo como suas sociabilidades se desenvolvem e como essas relações moldam sua conexão com o bairro em que vivem. A confiança estabelecida ao longo do tempo, aliada à percepção dos gestores de que a Estação do Novo Recanto se destaca em comparação com outras iniciativas similares, ampliou o interesse em investigar para além dos discursos institucionais.

Observar as interações entre os jovens, conhecidos como “crias da Estação” ou como “jovens do projeto” foi fundamental para compreender suas narrativas, experiências de amizade e relações com a vida cotidiana em um bairro periférico. A pesquisa, realizada entre 2020 e 2024, foi construída como um mosaico de

experiências, influenciada pelo tempo e pelo contexto de vida dos participantes. As observações centraram-se nas atividades dos projetos oferecidos pelo equipamento público, analisando a rotina diária, a construção de vínculos institucionais e as amizades estabelecidas.

Neste contexto, o diário de campo foi utilizado como ferramenta fundamental para registrar as interações cotidianas entre os jovens e seus grupos de pertencimento. A pesquisa caminhou pelo compartilhamento de experiências, linguagens e estilos, em paralelo às atividades dos projetos e às interações que ocorriam nos bastidores dos eventos institucionais.

Além dos diários, as rodas de conversas e a fotografia também foram utilizadas como estratégias de pesquisa. Bittencourt (2018, p.232) destaca a fotografia como um instrumento etnográfico capaz de materializar a “[...] história visual de uma sociedade” ao registrar interações cotidianas. As imagens documentam não apenas os sujeitos, mas também seu contexto sociocultural, capturando estilos, gestos e rituais.

As rodas de conversa aconteceram porque, durante essas interações, observou-se que eles demonstravam uma postura receptiva e participativa nas atividades coletivas. Organizavam-se espontaneamente em trios ou duplas, sentando-se no chão para compartilhar vivências, experiências familiares, histórias sobre amizades e os espaços que frequentavam. Esse contexto foi viabilizado com o apoio dos arte-educadores, que abriram espaço para a participação durante as atividades.

A proximidade com os jovens foi sendo conquistada ao longo do percurso, e nesse processo, a colaboração de Maria foi fundamental. Maria, uma jovem de 17 anos se considera negra e trabalha como auxiliar administrativo em uma padaria de Sobral, pela manhã. Estuda à tarde e reside próximo à Estação com seus pais. Sua presença remete ao papel de “Doc” descrito por William Foote White (2005, p.304) em *Sociedade de Esquina*, funcionando como uma informante-chave que facilitou a integração com as famílias e os jovens.

O “objeto” de pesquisa não é algo dado, mas se constrói ao longo do tempo, em diálogo com os sujeitos e no contexto das observações, exigindo ajustes e estratégias que só surgiram através de um rigoroso processo metodológico de olhar, ouvir e escrever (Oliveira, 2000, p.25).

Seguindo a proposta de Pais (2003, p.102), buscou-se atravessar os caminhos da rotina e da ruptura, questionando o que está instituído para melhor compreender as relações juvenis em suas intimidades. O objetivo foi ir além da rotina institucional para captar as formas como os jovens vivenciam as experiências proporcionadas pelo Programa, através de suas amizades, parcerias e conflitos,

valorizando muito mais suas trajetórias do que os resultados esperados pelas políticas públicas.

### **A ESTAÇÃO DA JUVENTUDE DO NOVO RECANTO: “UM LUGAR DE MUITAS EMOÇÕES”**

A Estação da Juventude, inaugurada em 10 de março de 2014, situada na Rua João Paulo II, s/n, no Bairro Novo Recanto, foi resultado de uma parceria entre os governos Federal e Estadual, e é a primeira do Brasil a ser mantida com recursos municipais. Durante esse período, dentro da Estação, também existia uma espécie de memorial do bairro, composto pelas 4 primeiras casas de taipa<sup>7</sup> que remetiam às raízes dos primeiros habitantes. Essas casas, localizadas aos fundos do prédio, serviam como exposição de artesanato, exibindo os trabalhos locais e preservando as origens históricas da comunidade, que surgiu por volta de 1940, após a ocupação realizada por cinco famílias que ali chegaram fugindo das enchentes ocorridas em outros bairros (Sobral, 2018).

Embora tenham sido retiradas fisicamente, as estruturas remanescentes das primeiras casas continuam a ecoar como símbolos tangíveis da história e da identidade do bairro, que nasceu como bairro “espontâneo” ou “informal” (Agier, 2015, p.487).

O prédio é considerado no imaginário social dos moradores do bairro como uma importante referência que liga o passado e o presente e se traduz no trânsito de pessoas que o frequentam. Importante ressaltar que as atividades deste equipamento não se restringem aos jovens e acontecem em tempo integral, durante a semana e aos finais de semana.

A comunidade utiliza esse espaço para as reuniões dos Alcoólicos Anônimos, grupos de idosos, grupos de capoeira, ensaios de festas juninas e aulas de ginástica e zumba. Funciona integralmente durante a semana e à noite é o turno mais movimentado. Nos fins de semana serve para encontros de grupos do bairro, ensaios dos grupos de dança e realização de eventos das famílias (Lima, 2017, p. 54).

A Estação do Novo Recanto, uma das sete estações de juventude de Sobral, está sob a gestão da Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer (SECJEL) e é vinculada à Coordenadoria de Juventude. Em 2023, o relatório da SECJEL registrou 1.583

---

7 Taipa é um método construtivo vernacular que consiste no uso do barro e da madeira para criar moradias. <https://arquitetura.vivadecora.com.br/taipa/> (10/05/2022)

jovens cadastrados nas Estações da Juventude, que são identificadas pelos nomes dos bairros e distritos da cidade<sup>8</sup>. Todas as Estações da Juventude estão localizadas na periferia e são consideradas porta de entrada para as ações da política pública voltada diretamente para as juventudes em seus territórios.

No equipamento, uma variedade de práticas e atividades interligadas apoiam as políticas públicas do bairro, abrangendo áreas como saúde, assistência social e educação. Parcerias com instituições de ensino superior e organizações não governamentais ampliam os serviços disponíveis para os jovens da comunidade.

Os jovens começam a frequentar a EJ a partir dos 12 anos de idade e, progressivamente, a participação nas atividades vai diminuindo, especialmente a partir dos 17 anos. Esse processo de transição é marcado por diferentes etapas que moldam as trajetórias juvenis e delimitam a interação com a Política Pública de Juventude (PPJ). Entre os principais marcos desse percurso estão a retirada de documentação, a participação em cursos profissionalizantes, oficinas de arte e cultura, atividades socioeducativas e projetos de esporte e lazer. O momento que mais define o encerramento desse fluxo é a entrada no mercado de trabalho, frequentemente citado pelos profissionais que atuam na Estação da Juventude como um indicativo da efetividade da política pública na vida dos jovens.

Na comemoração do aniversário da EJ, ocorrida em 22 de março de 2024, um documentário foi produzido pela gestão sobre a trajetória do equipamento. Quem protagonizou as falas foram jovens que já foram acompanhados por projetos sociais e que hoje seguem carreiras no mercado de trabalho e/ou na universidade. As imagens a seguir remetem ao referido momento.

---

8 <https://secjel.sobral.ce.gov.br/institucional/organograma?view=category&id=8>. (Acesso em: 15/11/2024).





**Imagem 1.** Aniversário dos 10 anos da EJ<sup>9</sup>. Fonte: Acervo da pesquisa (2024).



**Imagem 2.** Aniversário dos 10 anos da EJ<sup>10</sup>. Fonte: Acervo da pesquisa (2024).

<sup>9</sup> Pessoas espalhadas pela praça que fica em frente ao prédio assistindo ao documentário.  
<sup>10</sup> Os pais e familiares assistindo às apresentações na praça da EJ, juntamente com as crianças e adolescentes que se aglomeravam ao redor do tablado onde aconteciam as apresentações.





**Imagem 3.** Aniversário dos 10 anos da EJ<sup>11</sup>. Fonte: Acervo da pesquisa (2024).

Naquela noite, o palco era a praça da Estação, onde os jovens que outrora haviam sido pesquisados estavam agora na tela, compartilhando suas experiências como artistas e profissionais. As histórias revelaram os sentidos que atribuem às suas trajetórias dentro do contexto de uma política pública de juventude.

Um exemplo disso é Kaio (25 anos), que foi acompanhado pela Estação da Juventude e, no momento da pesquisa, atuava como produtor cultural na Prefeitura de Sobral. Além disso, é DJ, frequentemente convidado para conversar com os jovens nas atividades do projeto, bem como em outros espaços, onde compartilha sua experiência. Como artista, levanta bandeiras políticas importantes, principalmente envolvendo os direitos da população LGBTQIAPN+<sup>12</sup>. A seguir, segue seu relato em uma atividade:

*Eu com 13, 14 anos eu queria estar reunido com um monte de gente para falar sobre política pública para falar sobre direito, sobre empoderamento. Hoje eu entro na Estação da juventude, eu vejo o tanto de criança assim pô igual a mim, no quesito que eu falo assim de ser elétrico, de querer falar o tempo todo e que só precisa realmente de auxílio, para acreditar. Às vezes não é favorável de*

11 Apresentação do *breakdance*, momento em que um jovem se apresentava e a comunidade assistia ao redor.

12 L (lésbicas), G (gays), B (bissexuais), T (transgêneros), Q (queer), I (intersexuais), A (assexuais), P (pansexuais), N (não binárias). O sinal + (mais), ao final da sigla LGBTQIAPN (+), representa as identidades de gênero e orientações sexuais que possam existir além dessas. Inclui os indivíduos que não se encaixam em um desses grupos.

*onde vem ter sonhos, às vezes a galera não imagina, na periferia que o sonho dele é só trabalhar ter um salário-mínimo e ajudar os pais, entendeu igual eu já tive esse pensamento. Eu só queria terminar o ensino médio e ajudar minha mãe, era meu único pensamento. Só que hoje em dia por exemplo, aí Kaio tu quer entrar na universidade? No momento eu falei que não. Eu queria trabalhar para ajudar minha mãe, porque o que me incomodava naquele momento era necessidade, é precisar das coisas, para mim me maltratava muito então eu queria resolver isso, a dependência também com meu pai, queria arrancar ela dessa dependência e deixar ela viver outras possibilidades.*

A análise dos dados e a compreensão dos jovens sobre suas próprias trajetórias trouxe à tona um elemento crucial: a cultura. A cultura, através da linguagem, dos comportamentos e daquilo que faz sentido para esses sujeitos, atravessa o tempo e o espaço, sendo refletida em suas vivências e expressões. Esses aspectos dizem respeito ao estilo de vida dos jovens, materializados nas relações que estabelecem por meio da sociabilidade e da interação com o equipamento e com o bairro. A Estação da Juventude, como cenário central, torna-se o ponto de convergência das histórias compartilhadas. Na praça, os jovens abordavam as relações simbólicas que marcam suas vidas cotidianas na periferia.

O campo de pesquisa, ao mostrar as culturas juvenis, também revelou seus “[...] trajetos habituais”, os quais podem ser interpretados como seus “[...] mapas de deslocamento” (Magnani, 2002, p. 15). Esses trajetos são imersos em experiências cotidianas, que se entrelaçam com os projetos e atividades desenvolvidos dentro da EJ. Durante o tempo em que participam desses projetos, os jovens formam laços de amizade que vão além do espaço físico da estação. Além disso, o projeto se torna um suporte fundamental para lidar com questões familiares e outros conflitos, oferecendo aos jovens um ambiente de apoio.

Assim, a Estação é também espaço de construção de redes afetivas e novas formas de interação. Muitas vezes, frequentar o Projeto é vista como uma alternativa para evitar “entrar pelo caminho errado” como disse Baco Exu do Blues (15 anos) que se autodeclara negro e estuda no 2º ano do ensino médio.

Meu melhor amigo não tá aqui hoje. Infelizmente, ele não tem vindo mais. Eu e ele temos uma conexão muito forte. Não o considero só meu melhor amigo, considero ele meu irmão. Vejo muito de mim nele. Muitos dos erros que cometi no passado, às vezes vejo que ele também comete. Eu aconselho ele porque não quero que ele siga um caminho errado. Mesmo que a gente não se veja tanto

hoje, continuo amando ele. Pra mim, é bizarro, parece que a gente se conhece há muito tempo, é uma parada espiritual. A pessoa com quem mais passo tempo conversando é ele. Evito falar demais pra não chorar (Baco Exu do Blues, 15 anos).

Neste caso, o “caminho errado” pode ser o envolvimento com as drogas e com o tráfico, evidenciando o sentido do bairro como lugar de risco devido à presença das facções que disputam o controle do tráfico de drogas.

Marinho (2012, p. 85) argumenta que as realidades que moldam as culturas juvenis revelam os “[...] signos da contemporaneidade”. Ela aponta que os indivíduos das classes populares, como os jovens da pesquisa, enfrentam realidades distintas das classes médias e altas, principalmente em contextos marcados pela pobreza, pelo racismo, pela violência relacionada às identidades sexuais e pelos conflitos familiares. É nesse contexto, dentro das políticas públicas, que essas experiências são compartilhadas, influenciando a maneira como os jovens ocupam os espaços e o significado atribuído às suas relações.

A Estação da Juventude, como cenário dessas histórias, torna-se um ponto de referência importante para os jovens. Em uma das rodas de conversa, ao questionar como é ser jovem no Recanto, um dos participantes respondeu com outra pergunta: “quando a gente quer falar que um lugar é cheio de emoções, como é que fala?” (LDR, 12 anos). Essa interação ilustra como os jovens percebem o território, carregado de significados afetivos e emocionais.

A interpretação dos jovens sobre suas relações com o bairro e com a Estação da Juventude está profundamente ligada às suas vivências afetivas. Para muitos, o bairro e o equipamento não são vistos como dois lugares distintos, mas como uma única realidade permeada por diversas emoções. Muitos deles têm dificuldades em expressar com palavras o que sentem sobre esse espaço, mas a expressão “lugar de afetos” parece capturar a complexidade e a riqueza dessas experiências. A Estação, portanto, é mais do que um simples equipamento público: ela se configura como um espaço simbólico de sociabilidade, onde os jovens se reconhecem e se fortalecem mutuamente. Na próxima seção trataremos outras falas e fatos que reforçam essa ideia.

## **ESPAÇO, AFETO E IDENTIDADE: A EXPERIÊNCIA JUVENIL NA ESTAÇÃO DA JUVENTUDE**

Durante uma atividade da EJ, os participantes foram convidados a refletir sobre momentos significativos de suas trajetórias, seguidos pelo compartilhamento dessas experiências em grupo. Foi nesse encontro que conhecemos Taylson, um

jovem de 21 anos, negro e residente do Novo Recanto, que está no projeto há dois anos. Ao relatar os momentos marcantes de sua vida, declarou: “O projeto salvou minha vida”.

Taylson explicou: “Ampliou minha mente, eu quase não falava, não me socializava, o teatro ajudou a controlar minha raiva”. Atualmente, Taylson é aluno do Curso de Psicologia em uma faculdade particular, beneficiando-se de uma bolsa como cotista. Seu caso é frequentemente destacado por profissionais da EJ como um exemplo de sucesso a ser seguido por outros jovens.

O relato do jovem evoca atenção não apenas pelo resultado de sua entrada na faculdade, mas também pelos significados atribuídos à experiência de ser “um jovem do projeto”, alterando sua percepção sobre si mesmo e ampliando suas relações de sociabilidade. Essa experiência transcende a conquista do ingresso no ensino superior, como é destacado pelos atores institucionais que reproduzem os ritos de passagem para a vida adulta.

A presença de políticas públicas é fundamental durante a transição na vida de jovens que vivem em contextos marcados por desigualdades sociais. Esse processo não apenas ajuda a cumprir os padrões culturais que orientam a passagem para a vida adulta, como o trabalho e o ingresso no ensino superior, mas também amplia suas relações de amizade, permitindo a busca por novos referenciais para a construção de suas identidades.

Segundo Pais (2011, p. 281), os jovens que se inserem em grupos tendem a se distanciar de certos padrões sociais, buscando reconexão com coletivos que refletem seus valores e crenças. Em um projeto social, as sociabilidades representam uma expressão dessa diferença, e o investimento em relações de intimidade e proximidade “[...] recria novas afiliações sociais”. Esse processo ocorre em meio ao desafio de preservar suas singularidades em sociedades que moldam as representações da juventude.

A sociabilidade não apenas resgatou Taylson do silêncio e da solidão, mas também, por meio da arte, ensinou-o a lidar com suas emoções. Seu relato reflete os significados das experiências e das relações discutidas, baseadas nas interpretações que as juventudes atribuem a partir de suas culturas, vivendo no Novo Recanto e sendo acompanhados por projetos artísticos e culturais da EJ.

Dentro da diversidade das experiências juvenis, o espaço reflete as relações simbólicas presentes nas atividades de lazer, na praça da Estação e na quadra. Esses locais ocupam o tempo livre dos jovens fora da rotina escolar, contribuindo para a singularidade da condição juvenil. Nesse contexto, o bairro emerge como um “campo de possibilidades” que foi ampliado pela Estação da Juventude. Num

contexto de limitações impostas pela violência que demarca territórios e pela restrição de mobilidade que obstaculiza o acesso a bens culturais em outros locais da cidade, a EJ se transforma em espaço para encontros de amigos e construção de redes pessoais. Como alguns jovens relataram: “Viramos amigas através do projeto” (Maria, 17 anos); “As amizades que eu tenho são mais do projeto, porque com eles eu me sinto acolhida” (Elen, 13 anos); “Desde pequeno, nós brincávamos aqui na estação” (Lalau, 15 anos).

Os jovens descrevem a frequência à Estação após a rotina exaustiva da escola em tempo integral<sup>13</sup>, não apenas como uma oportunidade de acesso a serviços, mas, principalmente, como um espaço de interações afetivas. Apesar de contar com poucos profissionais e recursos limitados, a Estação carrega um sentido de comunidade. Todos os funcionários são moradores do bairro, e as famílias compõem o público que circula pela “Estação Praça”, lugar que possui para os jovens um significado cultural, simbólico e comunitário.

O valor que atribuem ao lugar se revela na possibilidade de encontros e trocas. Eles recriam espaços e significados que refletem suas vidas e moldam suas trajetórias, conferindo um novo sentido às atividades desenvolvidas. Isso se manifesta na ocupação do espaço e do tempo, e na forma como lidam com as emoções e os desafios de enfrentar as diferenças de raça, classe, gênero e sexualidade, tão presentes em suas vivências na escola, na família e entre amigos.

A Estação da Juventude é um espaço afetivo e um ponto de encontro das histórias dos jovens. Ao observar as atividades dos projetos, especialmente à noite, quando há um maior fluxo de pessoas, os jovens atribuem um novo significado a esse tempo, que deixa de ser uma atividade rotineira ou uma obrigação, transformando-se em um desejo de estar ali. Esse componente modifica a experiência, suspendendo a percepção do tempo. Por exemplo, um jovem de 14 anos, que escolheu o nome de Gavião, que se autodeclara pardo e mora sozinho com sua mãe, destacou, em uma das atividades registradas em diário de campo, que se sente “preso” em casa, pois não consegue expressar seus sentimentos. A praça da Estação é um “refúgio”, onde ele pode namorar, encontrar amigos, jogar bola e participar das atividades do projeto. Em casa, ele se vê restrito ao celular.

A expressão de seus sentimentos está diretamente relacionada às suas amizades, que se constituem no contexto de um projeto social. Os jovens não enxergam a família e a escola, principais instituições socializadoras nesta fase da vida, como

---

13 No Ceará, está em curso desde 2016 um processo de integralização das escolas de ensino médio e no município de Sobral quase todas as escolas nessa modalidade de ensino já funcionam em tempo integral.

o centro de suas relações. Embora sempre se baseiem nessas instituições para falar sobre suas experiências, não as consideram como suas únicas referências.

Nos registros das observações em diário de campo, Gavião retrata sua vida antes e depois de ingressar no projeto; antes, descreve-se como “imaturo”, brigando e xingando devido ao *bullying* sofrido na escola por causa de seu corpo e cabelo. Hoje, após dois anos no projeto, ele afirma que “é de boa” e lida melhor com o *bullying*. Quando está triste, escreve poesias em sua página no Instagram. Mesmo ao brigar com a namorada, ele se inspira a escrever sobre decepções e sentimentos bons. Para ele, escrever poesia é uma forma de expressar seus sentimentos.

Assim como Gavião, muitos outros jovens revelaram que o significado dessa experiência que atravessa suas vidas está ligado aos encontros que ocorrem, às brincadeiras na praça, aos jogos na quadra, às caminhadas em grupo, às paqueras e namoros nas atividades, bem como aos conflitos e críticas em relação aos próprios atores institucionais. Há uma dinâmica própria que os jovens desfrutam a seu modo.

Segundo Magnani (2002, p.15), existe uma gama de práticas que não são visíveis através da leitura política tradicional, e é justamente essa dimensão que a etnografia ajuda a resgatar. A incorporação desses atores e de suas práticas permite introduzir outros pontos de vista sobre a dinâmica da cidade, além do olhar objetivo de pertencer a um projeto social, que vai além da perspectiva e interesse do poder, que decide o que é conveniente, como a inserção no mercado de trabalho ou o ingresso na universidade.

Os jovens relatam que participar dos projetos os ajuda a escapar das drogas e a enfrentar problemas familiares e situações de *bullying* nas escolas. Esse *bullying* inclui piadas racistas e questões relacionadas à orientação sexual ou deficiência. Nesse contexto, a Estação da Juventude e seus projetos sociais se tornam uma alternativa crucial para a sobrevivência em um ambiente marcado por desigualdades e exclusões sociais. Esse espaço é considerado um local de aceitação, onde as diferenças são compartilhadas, permitindo que os jovens se encontrem com seus pares e compartilhem as dificuldades que enfrentam.

LC, de 17 anos cursa o 3º ano do ensino médio, sua mãe vende brigadeiros e ela trabalha como auxiliar de limpeza em um shopping de Sobral. Ao refletir sobre sua vida, LC destaca o constante julgamento que enfrenta e a pressão para alcançar seus objetivos. Essa pressão decorre das diferenças que ela carrega, como ser pobre, negra e bissexual. Durante vários encontros, ela relatou situações de racismo na escola, em casa e até o se relacionar com um namorado branco. Durante uma roda de conversa do projeto sobre racismo estrutural, LC pediu a palavra e falou:

*Já ouvi: “Você não vai ser nada na vida porque é negra e mulher.” Gostaria de destacar aqui um ponto: só porque é mulher, dizem que não pode ser alguém na vida. Isso me lembra do caso da Marielle Franco, que foi assassinada e agora descobriram quem foram os supostos culpados... três homens. Tudo isso porque ela era mulher e negra. A segunda coisa foi ainda mais dolorosa, porque envolvia meu namorado. Ele é branco e eu sou negra, e me disseram que eu não podia namorar com ele por causa disso. Doeu muito porque veio da minha própria família (voz embargada de choro). Isso me machucou porque foi minha avó quem disse. Ela também foi a autora da primeira frase. Para quem não sabe, minha avó era branca e sempre me surpreendeu e me discriminou, dizendo que eu não parecia com meu pai porque minha pele era escura (silêncio e lágrimas). A terceira coisa foi o que sofri na escola: “Você tem o cabelo ruim.” Como mencionei antes, para quem me conhece há muito tempo, sempre me apontaram o dedo porque, segundo muitos, “eu tenho cabelo ruim”. Mas eu não acredito que exista um cabelo ideal (Aplausos demorados dos jovens que estavam na atividade).*

A jovem questiona o discurso de sua avó sobre o que significa “*ser mulher e negra*”, um discurso que lhe foi imposto como uma realidade inescapável. Em contraste, ela busca inspiração em outra mulher negra, que, embora carregue os mesmos marcadores em seu corpo, representa uma história de resistência. Mesmo com dor e lágrimas ao relatar essas histórias, falar e ser ouvida é um ato de resistência. Ao expressar sua voz e encontrar eco em outros jovens que compartilham das mesmas situações, ela consegue ressignificar a vivência de estigma, que, muitas vezes, vêm de quem deveria ser seu núcleo de afeto.

Novaes (2006, p.113), ao falar da realidade de jovens que frequentam projeto sociais, enfatiza que a inclusão em projetos sociais pode “[...] contribuir para supressão de certas marcas da exclusão pelo aumento da escolaridade, da capacitação profissional, da consciência étnica, de gênero, de pertencimento local comunitário”. Os projetos sociais acabam influenciando nas trajetórias dos jovens marcados por contextos de exclusão social, proporcionando novas formas de estabelecer relações sociais que resultam em novos projetos de vida, diferenciados daqueles que não têm acesso a essas oportunidades.

Para participar dos projetos oferecidos pela Estação da Juventude, é necessário estar matriculado em escola pública e residir no bairro. Em alguns projetos, como o Vida nas Teias da Cultura<sup>14</sup>, que concentra a maioria dos participantes desta

---

<sup>14</sup> O projeto Vida nas teias da Cultura é gerido por uma organização não governamental, tem como objetivo promover a produção cultural e valorizar as potencialidades artísticas e culturais de



pesquisa, o rendimento escolar é acompanhado periodicamente pelos agentes do projeto. No “Vida”, os jovens passam por um período de avaliação no primeiro mês de ingresso. Durante esse período, devem participar regularmente das atividades, sendo observados pelos agentes institucionais. Após essa avaliação, recebem a blusa amarela do projeto, considerada por um dos agentes sociais de cultura como um “símbolo da identidade”. Os jovens assinam um termo de responsabilidade pela blusa, comprometendo-se a devolvê-la caso deixem o projeto.

Os participantes costumam ser reconhecidos nos territórios pela cor da blusa, que se tornou uma referência, especialmente para aqueles que moram em bairros marcados pela violência. Ser do projeto e usar a blusa do “Vida” funciona como um “passaporte” para transitar em territórios onde predominam relações de conflito entre jovens de diferentes bairros, algo muito presente na cidade de Sobral.

Esse fato foi notório quando, em uma das atividades em que receberam jovens de outro bairro, todos estavam usando a blusa e transitavam livremente brincando na praça. “Ser do projeto” representa um símbolo de pertencimento para os jovens que não estão envolvidos em facções criminosas e, portanto, não são considerados uma ameaça. Na imagem a seguir, temos um exemplo do que foi exposto.



**Imagem 4.** Jovens brincando na praça da Estação da Juventude. Fonte: Acervo da pesquisa (2024).

---

jovens de 12 a 24 anos. Recebe financiamento do Instituto Votorantim e do Instituto Hartman Hergueira. <https://www.institutoteiasdajuventude.org.br/p/projeto-vida-nas-teias-da-cultura.html> (acesso em 15/02/2024).

Carrano (2008, p. 65) destaca que a relação dos corpos juvenis com a cidade se dá em territórios carregados de significados. Ele descreve como “[...] uma praça se transforma em campo de futebol, sob um vão de viaduto se improvisa uma pista de skate ou um baile de música negra (tradução própria), e o corredor da escola se torna ponto de encontro e sociabilidade”. Esses espaços são marcados por significados partilhados, fundamentais para a constituição de identidades juvenis e pertencimentos coletivos. O autor reforça que “[...] é em torno de determinado território que se constitui o grupo de iguais”, evidenciando a relevância desses lugares na conformação das dinâmicas juvenis.

No Novo Recanto, essa relação com o território se materializa nos percursos e usos que os jovens fazem dos espaços do bairro. A Estação da Juventude, a praça, a quadra, deixam de ser apenas locais de realização das atividades institucionais e passam a ser lugares possíveis de encontro, convivência e experimentação, numa cidade cuja experiência periférica é marcada pela violência e pelas interdições impostas pelas facções e pela polícia, que muitas vezes também impede que os jovens saiam de seus bairros para frequentar eventos e equipamentos no Centro da cidade. Não são raros os relatos de jovens periféricos de Sobral que afirmam terem sido parados pela polícia ao saírem do bairro para tentar ir a algum show ou festa promovidos pela Prefeitura Municipal no Centro da cidade.

Assim, o bairro, que também se configura como território atravessado por conflitos e relações de poder das mais diversas naturezas, é também uma espécie de “prisão”, e a Estação da Juventude, como único equipamento público de cultura e lazer do bairro, representa a liberdade possível para o exercício das culturas juvenis. Ao narrarem suas vivências, os jovens evidenciam como o Projeto atravessa suas experiências, impactando suas relações, expectativas e modos de ser no mundo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Novo Recanto, situado à margem dos grandes equipamentos culturais e eventos do Centro de Sobral, carrega o estigma da exclusão e da violência, frequentemente associada ao domínio de facções criminosas. Nesse cenário, “ser um jovem do projeto” emerge como um marcador identitário que distingue esses jovens em meio às desigualdades sociais e à violência que permeia o bairro. Essa distinção reflete um deslocamento simbólico dentro da comunidade, transformando discursos e ressignificando as representações desses sujeitos, muitas vezes associados à marginalidade.

Os “jovens do projeto” são reconhecidos pela sua participação ativa na Estação da Juventude, envolvendo-se em atividades, eventos e programas sociais que ampliam suas possibilidades de acesso à cidadania. Essa vivência contribui para trajetórias que incluem a conclusão dos estudos e a inserção no mercado de trabalho, desconstruindo discursos deterministas historicamente impostos à juventude negra e periférica.

O percurso desses jovens na Estação da Juventude pode ser compreendido como um “itinerário infantojuvenil”, orientado por discursos de educadores, pesquisadores e agentes culturais, que sugerem comportamentos e escolhas. No entanto, esses jovens não apenas assimilam tais diretrizes, mas as reinterpretem a partir de suas próprias experiências e culturas juvenis, conferindo novos significados aos ritos de passagem, às relações de sociabilidade e aos laços afetivos estabelecidos.

Mais do que estratégias de sobrevivência preconizadas pelas políticas públicas, suas trajetórias evidenciam expressões simbólicas e culturais que, embora invisibilizadas pelas instituições, são fundamentais na construção de suas subjetividades. A relação desses jovens com o território é fortemente influenciada por suas experiências afetivas e coletivas. Para muitos, a experiência juvenil no bairro se confunde com a frequência à Estação da Juventude, consolidando esse equipamento como referência essencial para suas sociabilidades.

A Estação da Juventude se configura como lugar de afeto e pertencimento, onde se fortalecem significados coletivos e formas de afiliação a uma cultura juvenil específica. Suas atividades ressignificam os espaços públicos, convertendo lazer e convivência em processos de construção identitária. Nesse contexto, pertencer a esse coletivo torna-se uma maneira de reinventar a realidade diante das adversidades cotidianas.

Dessa forma, a pesquisa reafirma a importância de compreender a juventude a partir de seus próprios referenciais, respeitando suas narrativas, trajetórias, valores e os significados que atribuem às suas experiências.

## REFERÊNCIAS

- AGIER, M. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. *Mana*, v.21, n.3, p. 483-498, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/wJfG33S5nmwwjb344NF3s8s/>. Acesso em: 21 fev. 2020.
- BITTENCOURT, L. “A Fotografia Como Instrumento etnográfico”. *Anuário Antropológico*, v. 17, v. 1, p. 225-241, jan. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6536>. Acesso em: 21 fev. 2020

- BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, abr. 2002.
- CARRANO, P. Jovens pobres: modos de vida, percursos urbanos e transições para a vida adulta. *Ciências Humanas e Sociais em Revista*. Seropédica, RJ, EDUR, v. 30, n. 2, p. 62-70, 2008. Disponível em: [https://www.academia.edu/1204539/JOVENS\\_POBRES\\_MODOS\\_DE\\_VIDA\\_PERCURSOS\\_URBANOS\\_E\\_TRANSI%C3%87%C3%95ES\\_PARA\\_A\\_VIDA\\_ADULTA](https://www.academia.edu/1204539/JOVENS_POBRES_MODOS_DE_VIDA_PERCURSOS_URBANOS_E_TRANSI%C3%87%C3%95ES_PARA_A_VIDA_ADULTA). Acesso em 20 fev. 2020
- DE CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: artes de fazer. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- DIÓGENES, G. Juventudes, violência e políticas públicas no Brasil: tensões entre o instituído e o instituinte. *Sinais Sociais*, Rio de Janeiro, V.6 Nº18, p. 102-127, jan./abr. 2012. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21358/1/2012\\_art\\_gmsdiogenes.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21358/1/2012_art_gmsdiogenes.pdf). Acesso em 14 fev. 2024.
- GOMES, Paulo César da Costa. *A condição urbana: ensaios de geografia crítica*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- LIMA, Isabelle Melo. *Culturas Juvenis e a Produção da Saúde no cotidiano de um Grupo de Dança Pop*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, Campus de Sobral, Programa de pós-Graduação em Saúde da Família, Sobral, 2017.
- MAGNANI, J.G.C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, jun. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/KKxt4zRfvVWbkgfsfQD7ytJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 mar. 2024.
- MARINHO, C. H. *Afetos de rua: culturas juvenis e afetividades nos bastidores da Cidade*. Orientador: Glória Maria dos Santos Diógenes. 2012. 241f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2012.
- NOVAES, R Os jovens de hoje, contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes; EUGENIO, Fernanda (org.s). *Culturas jovens: novos mapas de afetos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 105-120.
- OLIVEIRA, R.C. *O trabalho do antropólogo*. 2. ed, Brasília/São Paulo: Editora da UNESP, 2000.
- PAIS, J. M. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2003.
- PAIS, J. M. Juventude como Fase de Vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. *Saúde Soc. São Paulo*, v. 18, n. 3, p. 371-381, 2009.
- PAIS, J. M. *Sexualidade e Afetos Juvenis*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2012.
- PAIS, José Machado. Grupos e afiliações sociais. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 26, p. 40 pgs., 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/24223>. Acesso em: 21 mar. 2021.

- RIBEIRO; E.; MACEDO, S. Notas sobre políticas públicas de juventude no Brasil: conquistas e desafios. *Revista de Ciencias Sociales*, DS-FCS, v. 31, n. 42, p. 107-126, 2018. Disponível em: [http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?pid=So797-55382018000100107&script=sci\\_abstract](http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?pid=So797-55382018000100107&script=sci_abstract). Acesso em 23 mar. 2020.
- ROCHA, Isabelle Melo. Os jovens do projeto: diversidades e sociabilidades na Estação do Novo Recanto, em Sobral - CE. 2024. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2024.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SIMMEL, G. *Questões fundamentais de sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- SOBRAL. TERRITORIALIZAÇÃO CENTRO DE SAÚDE NOVO RECANTO. SOBRAL: PREFEITURA DE SOBRAL; SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, 2018.
- SPOSITO, M.P.; ALMEIDA. E. CORROCHANO, Maria Carla. jovens em movimento: mapas plurais, conexões e tendências na configuração das práticas. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 41, e228732, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/ssmN855vJ5bZWdm5cb6HxxN/>. Acesso em: 20 mai. 2024.
- WHITE, W. F. *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

# A perpetração do lawfare de gênero no Brasil: análise do caso Márcia Barbosa de Souza e outros vs. Brasil

## *The perpetration of gender lawfare in Brazil: analysis of the case of Márcia Barbosa de Souza et al. vs. Brazil*

Desirée Costa Maués<sup>a</sup>, Giovana Nogueira de Sousa<sup>b</sup>,  
Manuela Bitar Lelis dos Santos Pickerell<sup>c</sup>

**Resumo** O presente artigo científico tem como objetivo analisar de que forma a discriminação de gênero é perpetuada a partir do Poder Judiciário, tendo como base o caso “Márcia Barbosa de Souza e outros vs. Brasil” para a análise do conceito de “lawfare de gênero”, cunhado por Isadora Dourado e Soraia Rosa Mendes (2022). Para tanto, foi utilizado o método indutivo de pesquisa e a técnica documental indireta, os quais possibilitaram constatar a universalização dos sujeitos nas instâncias judiciais, ensejando a reprodução de ideais racistas e sexistas aos corpos que não se enquadram no padrão estipulado como “sujeito de direitos”, principalmente ao se tratar de mulheres negras em situações de violência. Observou-se que, não obstante a compreensão acerca do Poder Judiciário enquanto locus de proteção dos direitos humanos, a sua atuação perante os casos envolvendo vítimas mulheres está envolta ao ataque das garantias e aos direitos assegurados pela legislação brasileira.

**Palavras-chave** Discurso Jurídico. Revitalização. Lawfare de Gênero. Direitos Humanos. Ordem de Gênero.

**Abstract** *The aim of this scientific article is to analyze how gender discrimination is perpetuated by the judiciary, using the case of Márcia Barbosa de Souza and others vs. Brazil as a basis for analyzing the concept of “gender lawfare”, coined by Isadora Dourado and Soraia Rosa Mendes (2022). To this end, we used the inductive research method and the indirect documentary technique, which made it possible to verify the universalization of subjects in the courts, leading to the reproduction of racist and sexist ideals against bodies that do not fit the standard stipulated as “subjects of rights”,*

---

a Graduada em Direito na Universidade Federal do Pará. E-mail: [desireecmaues@gmail.com](mailto:desireecmaues@gmail.com)  
b Graduada em Direito na Universidade Federal do Pará. E-mail: [giovana.sousa@icj.ufpa.br](mailto:giovana.sousa@icj.ufpa.br)  
c Doutora em Direito pela Universidade Federal do Pará. E-mail: [mbitarlelis@hotmail.com](mailto:mbitarlelis@hotmail.com)

*especially when it comes to black women in situations of violence. It was observed that, despite the understanding of the Judiciary as a locus for the protection of human rights, its actions in cases involving women victims are surrounded by attacks on the guarantees and rights guaranteed by Brazilian legislation.*

**Keywords** *Legal Discourse. Revictimization. Gender Lawfare. Human Rights. Gender Order.*

## INTRODUÇÃO

No percurso do ordenamento brasileiro, grandes conquistas foram alcançadas em prol da proteção dos direitos das mulheres. Em 27 de novembro de 1995, por exemplo, foi ratificada pelo Brasil a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, chamada de Convenção de Belém do Pará, sob o contexto da necessidade de se reconhecer as violações contra as mulheres como sendo violações aos direitos humanos e às liberdades fundamentais (Brasil, 1996). Seguindo esta perspectiva, a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW), promulgada no Brasil por meio do Decreto Nº 4.377/2002, tornou-se um importante marco de natureza internacional para a perspectiva dos direitos humanos centrados nas mulheres, buscando ensejar o enfrentamento às formas de discriminação, com a finalidade de efetivar condições que possibilitem um cenário de equidade social (Brasil, 2002).

Destaca-se também a obrigatoriedade da implementação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero através da Resolução CNJ 492/2023, determinando diretrizes para a atuação do Poder Judiciário em conformidade com as lentes de gênero sobre o caso concreto (CNJ, 2023); além da determinação das Diretrizes Nacionais para Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres com base no Protocolo Latino-Americano de Investigação de Mortes Violentas de Mulheres por razões de Gênero, com o objetivo de estabelecer a perspectiva de gênero no âmbito investigativo, por intermédio da capacitação, estrutura e procedimentos realizados de acordo com esta ótica (Onu Mulheres, 2016).

Apesar da carga normativa desenvolvida em âmbito nacional e internacional, o Brasil, embora vinculado juridicamente, configura-se enquanto nação marcada pela incapacidade de proteção, prevenção e resolução no que tange à violência exercida contra as mulheres no país (Andrade, 2009). Esta inépcia produz e torna evidente a esfera de desequilíbrio existente entre o que compõe o escopo legislativo e a realidade gerida pela constância de violações perpetradas em âmbito privado e público.



Não obstante os meios legais disponibilizados para proteger as garantias fundamentais das mulheres, podem ser observadas, ainda, inúmeras agressões a estes direitos e ao próprio ser constituinte enquanto mulher, por parte, inclusive, das instituições e agentes públicos e privados da esfera jurídica. Tais fatos podem ser percebidos através da análise do caso “Márcia Barbosa de Souza e outros vs. Brasil”, que demonstra a forma com que o direito no território brasileiro é utilizado para desacreditar, subalternizar e estigmatizar mulheres vítimas de violência.

Em junho de 1998, a estudante negra de 20 anos de idade Márcia Barbosa de Souza, residente de Cajazeiras-PB, foi cruelmente assassinada pelo então deputado do Estado da Paraíba, Aécio Lima. De acordo com informações apresentadas na sentença dada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (2021), Márcia estaria em João Pessoa no dia do fato para participar de eventos na localidade e também iniciar suas buscas por trabalho para contribuir com a renda da família. Na data supracitada, Aécio Lima realizou uma ligação para Márcia com o intuito de encontrar-se com ela – contato prévio este apresentado como parte das provas.

Conforme relatos testemunhais de transeuntes, Aécio foi flagrado transportando o corpo de Márcia de dentro de um veículo a um terreno baldio no bairro Altiplano Cabo Branco, na cidade de João Pessoa. Ainda segundo dados da Corte (2021), a morte teria sido resultado de uma asfixia por sufocamento, consequência de uma ação mecânica. Na autópsia e no momento em que o corpo foi encontrado, a constituição física de Márcia continha escoriações, revelando hemorragias internas e agressões sofridas antes de morrer.

O início formal das investigações data de 19 de junho de 1998, ocorrendo a coleta dos relatos das testemunhas e das provas periciais, o que incidiu na compreensão da provável participação direta por parte do deputado estadual na execução do crime. Entretanto, em virtude das prerrogativas associadas à imunidade parlamentar assegurada à Aécio em função de seu cargo, diversas foram as complicações para o desenvolvimento do processo. Observa-se, então, as garantias políticas enquanto instrumentos que inviabilizaram o percurso do processo, de modo a caracterizarem-se como um “escudo”, implicando na difícil tarefa de responsabilização do deputado.

Além dos obstáculos encontrados em decorrência da figura política de Aécio, inúmeras são as violências institucionais e processuais que podem ser identificadas no processo, o que possibilita a constatação de um Poder Judiciário brasileiro marcado pela perpetuação de uma acentuada divisão de gênero, bem como orientado a realizar uma seleção de mulheres em situação de violência enquanto

merecedoras ou não da tutela jurídica penal, tendo como critério principal a adequação ao papel atribuído social e historicamente a elas.

Sob essa perspectiva, o caso de “Márcia Barbosa de Souza e outros vs. Brasil” joga luz ao direito brasileiro, mostrando como o Judiciário, através de seus agentes e dos discursos jurídicos que compõem um processo, torna-se um mecanismo perpetuador de agressões direcionadas às mulheres e, especialmente, às mulheres negras. Tendo em vista as argumentações apresentadas por parte da defesa é possível constatar inúmeras violências no presente caso, sendo desenvolvidas por intermédio de ações revitimizadoras – muitas vezes baseadas na divisão social dos papéis de gênero.

Diante de tal problemática, utilizando-se do método indutivo de pesquisa, por intermédio da técnica documental indireta, o presente trabalho visa, principalmente, analisar de que forma a discriminação de gênero e raça é perpetrada a partir do Poder Judiciário, identificando o modo pelo qual a violência processual se manifesta no caso “Márcia Barbosa de Souza e outros vs. Brasil”, levando em consideração os aspectos descritos pelo lawfare de gênero, termo cunhado por Dourado e Mendes (2022), assim como observando o modo pelo qual o discurso jurídico é utilizado como legitimador das estruturas de poder, reforçando, deste modo, uma ordem de gênero.

## 1 TEMPOS DE GUERRA NA PROTEÇÃO DIRECIONADA ÀS MULHERES

A violência de gênero adquire outros contornos quando incide sobre os indivíduos à luz das interfaces inerentes ao Sistema de Justiça, tendo em vista que perpassa pela institucionalização e reprodução de sentidos androcêntricos de existência que orientam a forma como a realidade deve ser vista e compreendida pelos sujeitos. Neste contexto, Soraia da Rosa Mendes e Isadora Dourado (2022) falam sobre o *lawfare* de gênero, o qual consiste no esfacelamento de direitos e garantias a partir de violências perpetradas pela instrumentalização do Direito atuando em desfavor das mulheres, por intermédio de circunstâncias enviesadas por padrões desiguais de gênero.

Assim, o conceito abarcado pela presente pesquisa consolida-se enquanto categoria de análise da realidade marcada por disparidades multifatoriais – tais como raça, gênero e classe – dentro do âmbito jurídico, uma vez que “[...] nos dias atuais, as batalhas tornam-se imateriais e os campos físicos de guerra se trans-

---

<sup>1</sup> *Lawfare*, conforme dispõe Zanin, Martins e Valim (2019, p. 26), corresponde à junção das palavras *law* (Direito) e *warfare* (guerra), compreendendo o “uso estratégico do Direito para fins de deslegitimar, prejudicar ou aniquilar o inimigo”.

formam em tribunais” (Hildebrand, Vienna, Moura, 2023, p. 12), sendo constituído por dimensões que possibilitam efetivar sua reprodução naturalizada dentro do corpo social, posto que se encontra substancialmente fundamentado pelo patriarcalismo estrutural e latente, viabilizando a perpetuação da violência praticada contra mulheres por meio de seu apagamento e descrédito nos espaços de poder.

Nesse sentido, a exposição das dimensões centradas no gênero por Mendes e Dourado (2022) a partir de estudos precedentes sobre este mecanismo de guerra (*lawfare* de gênero), elencam-se em: locus de batalha, relativo à dimensão espacial de ocorrência; o arsenal a ser empregado contra o não sujeito, tido como inimigo/oponente, a fim de enfraquecê-lo; bem como a utilização dos meios de difusão informacional como método para alcançar e influir juízos morais do corpo social sobre a mulher vítima de violência.

Ao analisar o caso de “Márcia Barbosa de Souza e outros vs. Brasil”, busca-se evidenciar a perpetuação destas três dimensões durante o percurso processual. A presente seção busca, portanto, fragmentá-las, tendo por base o contido na sentença disponibilizada pela Corte Interamericana (CIDH, 2021) que possibilita a realização da análise e identificação de violação dentro do caso.

### 1.1 LOCUS DE BATALHA: NAS ENTRANHAS DO SISTEMA JUDICIÁRIO

Analisar as nuances que permeiam a instituição judiciária, a partir do entendimento dos contornos que incidem diretamente sobre o modo como seus mecanismos são manejados, é essencial para a percepção crítica quanto a conformação que ela adquire como locus de perpetuação da violência praticada em decorrência do gênero, assumindo caráter predominantemente centrado em uma lógica androcêntrica.

Tal configuração, conforme explicita Vera de Andrade (2009), decorre da continuidade de perspectivas discriminatórias de gênero concernentes à formação subjetiva do indivíduo por meio de determinações sociais primárias surgentes no campo relacional informal. Estas passam, como consequência da perpetuação de lógicas dominantes através do senso comum da coletividade, a reverberar sobre o cerne fundante do modo como a regulação social formal é exercida pelo sistema de justiça. Assim, a autora diz que:

A passagem da vítima mulher ao longo do controle social formal acionado pelo sistema de justiça criminal implica, nesta perspectiva, vivenciar toda uma cultura da discriminação, da humilhação e da estereotipia. Pois, e este aspecto é funda-

mental, não há uma ruptura entre relações familiares (pai, padrasto, marido), trabalhistas ou profissionais (chefe) e relações sociais em geral (vizinhos, amigos, estranhos, processos de comunicação social) que violentam e discriminam a mulher, e o sistema penal que a protegeria contra este domínio e opressão, mas um continuum e uma interação entre o controle social informal exercido pelos primeiros (particularmente a família) e o controle formal exercido pelo segundo (Andrade, 2009, p.56).

Ressalta-se que esta conjuntura assimétrica impera sobre campos que transcendem a discussão de gênero como aspecto uno de análise e abarcam acepções que corroboram para a visualização da raça enquanto elemento de relevância ímpar para a verificação do sistema de exploração. Este, portanto, constitui-se não somente sob os moldes do patriarcado, mas igualmente pela hierarquização com base na raça, compreendendo a singularidade decorrente das bases históricas de formação da sociedade brasileira.

A análise que não pressupõe a interseccionalidade de marcadores existentes na sociedade, ou seja, a produção de opressões a partir da articulação de raça e gênero que singulariza a experiência dos sujeitos por meio do viés racista genderizado (Kilomba, 2019), torna-se aquém das necessidades exigidas na esfera protetiva, uma vez que suprime as articulações confluentes entre ambos - e também com outros fatores como a classe - ao individualizá-los tal como se não produzissem mecanismos de opressão próprios que impactam as vítimas de violência de forma divergente ao comumente posto enquanto universal.

Nesse viés, a imposição do olhar masculino e branco no sentido dominante de tornar-se o “horizonte civilizatório do conjunto da sociedade” (Almeida, 2019, p. 27) corrobora para a estruturação de apreensões reguladas pelo patriarcado racista engendrado na ordem social, incidindo sobre os corpos que estão subjugados a esta imperatividade a partir da imposição de diretrizes que o converte em substância social adequadamente funcional à ordem (de dominação masculina) instituída.

Assim, estes espaços de concentração de poder nas mãos do grupo dominante configuram o lócus por onde perpetuam-se imagens e significados negativos atribuídos arbitrariamente às formas de gênero e raça quando distanciados da imagem do Eu dominante investido pelo manto da normalização e padronização do *ser* masculino e branco, e passam a estar inseridos na esfera do Outro, ou seja, do *não ser*, sendo por isso marginalizados e invisibilizados (Kilomba, 2019).

Constata-se, desse modo, a dominação masculina vinculada à branquidade sobre os espaços jurídicos de decidibilidade, e conseqüentemente sobre as pers-

pectivas que norteiam o controle social exercido sobre a sociedade, a partir do evidenciado pelos dados que materializam a constituição do sistema judiciário brasileiro, no qual a hegemonia masculina e branca continua a predominar e constituir um perfil padrão de “herança da magistratura” (Siqueira, 2022, p. 21)<sup>2</sup>. Em vista disso, conforme disposições da Corte Interamericana no tocante às deliberações realizadas a partir do caso de Márcia Barbosa,

[...] A ineficácia judicial frente a casos individuais de violência contra as mulheres propicia um ambiente de impunidade que facilita e promove a repetição de fatos de violência em geral e envia uma mensagem segundo a qual a violência contra as mulheres pode ser tolerada e aceita, o que favorece sua perpetuação e a aceitação social do fenômeno, o sentimento e a sensação de insegurança das mulheres, bem como sua persistente desconfiança no sistema de administração de justiça. Essa ineficácia ou indiferença constitui em si mesma uma discriminação à mulher no acesso à justiça (CIDH, 2021, p. 39).

Desse modo, tem-se que a ausência da perspectiva de gênero no tocante ao processo de decidibilidade corrobora para o apagamento de nuances que norteiam e legitimam a conjuntura desigual na qual se encontra a população feminina no país, principalmente por estar vinculada a atribuições produzidas e significadas pela simbiose de intersecção entre gênero e raça, por meio da qual condições desiguais de acesso passam a estratificar a própria esfera intragênero (Carneiro, 2019).

## 1.2 ARSENAL: A DESVALORIZAÇÃO FEMININA

As estratégias utilizadas na argumentação jurídica e na forma como o processo passa a ser controlado se tornam símbolos da segunda dimensão do *lawfare* de gênero, passando a constituir o arsenal construído ao longo do percurso histórico em que as relações sociais estão situadas e absorvem transformações que buscam fortalecer o sustentáculo de perpetuação da ordem de supremacia masculina gerada conforme interesses de natureza patriarcal, com a finalidade de assegurar a posição inferior imposta às mulheres como sinal de submissão e desvalorização frente aos anseios masculinos de controle e dominação.

---

2 Em esfera política, as mulheres, em perspectiva geral, correspondem ao percentual de apenas 17,5% nos parlamentos no Brasil, estando o país na posição 135 no ranking de participação feminina neste ambiente (TSE, 2024). No que diz respeito ao meio judiciário, mulheres formam 38% da magistratura (CNJ, 2023), sendo que deste quantitativo apenas 4% é formado por mulheres negras (CNJ, 2023).

Em todos os âmbitos também são armas mediante o ataque à imagem da mulher – demonstrá-la como culpada, “promíscua”, “aproveitadora”; a juntada aos autos de informações embaraçosamente irrelevantes; falsas acusações de transtornos mentais ou abuso de substâncias como forma de culpabilizar vítimas [...]. As armas descritas têm altíssimo poder de fogo, posto que têm efeito subterrâneo na subjetividade nos processos, onde é mais fácil encobrir os influxos da moral patriarcal. (Mendes, Dourado, 2022, p. 3).

Assim, atitudes e discursos com vínculo estrito com o grupo dominante, na forma do homem branco cisgênero, perduram socialmente através da permanência de perspectivas que incidem na forma como a sociedade perpetua construções sociais que passam a gerar predefinições sobre os indivíduos, principalmente no que diz respeito à difusão de estereótipos que visam demarcar lugares de poder e subordinação.

Tais estruturas configuram-se como decorrências diretas do que Fanon destaca como “inconsciente cultural”, dispondo que ele corresponde ao “conjunto dos preconceitos, mitos, atitudes coletivas de um determinado grupo” (Fanon, 2020, p. 138), os quais passam a interferir de modo contínuo sobre todo o mecanismo em que a coletividade se insere, reproduzindo e legitimando normas fenotípicas e comportamentais como pressupostos de exclusão.

Os estereótipos passam, portanto, a engendrar meios que possibilitam a desvalorização feminina dentro de espaços de poder, por intermédio de postulados que tornam ativa a cultura patriarcal que enseja a perpetuação da violência conjugada a formas de incidência institucionalizadas (Ministério da Justiça, 2015). De acordo com Adilson Moreira (2019), os estereótipos são construídos a partir de duas dimensões principais que contribuem para a consolidação de um sistema de opressão a grupos determinados na sociedade por meio de características especificamente delimitadas:

[...] os estereótipos possuem uma dimensão descritiva e uma dimensão prescritiva. A primeira designa supostas características de membros de grupos minoritários, características que são atribuídas a todos eles em todas as situações. Esses traços podem ser positivos ou negativos, sendo que essa classificação depende do status cultural do grupo. [...] A segunda dimensão dos estereótipos designa o lugar que os indivíduos que pertencem a certos segmentos podem ocupar. O valor diferenciado deles serve para justificar as funções que podem desempenhar. (Moreira, 2019. p. 43)

Ao observar a atuação das dimensões descritiva e prescritiva nos espaços de poder, é notório destacar a forma como as características em torno da feminilidade “ideal” são continuamente impostas às mulheres nas esferas da sociedade, refletindo na realidade de normalização estrutural de aspectos intrínsecos à vivência e ocupação desigual de espaços.

No caso de Márcia Barbosa foi deflagrada a vigência de práticas usadas com a finalidade de desvalorizar a vítima, culpabilizando-a pela violência a fim de suprimir o aspecto criminoso do agente que praticou a conduta:

[...] a repetição de provas testemunhais buscou construir uma imagem de Márcia Barbosa para gerar dúvidas a respeito da responsabilidade penal do então deputado por seu homicídio. A perita Mendes enfatizou que as testemunhas não apenas foram inquiridas sobre os fatos, mas também sobre a conduta social, a personalidade e a sexualidade de Márcia Barbosa, o que indicaria uma “investigação sobre a vítima, seu comportamento, sua reputação [...] Igualmente, descreveu a Márcia como uma “prostituta” e a Aécio como “o pai de família” que “se deixou levar pelos encantos de uma jovem” e que, em um momento de raiva, teria “cometido um erro” (CIDH, 2021, p. 45).

Desse modo, tem-se a sobreposição do julgamento moral em relação ao juízo objetivo do fato/caso concreto mediante a utilização de juízos de valor enviesados pelos papéis de gênero tidos como partes do “senso comum” que regula a sociedade, havendo o deslocamento da culpabilização de forma implícita e dissimulada do réu à vítima (Almeida; Lima, 2019).

Porém, cabe ressaltar que tais situações se tornam ainda mais gritantes quando o entrecruzamento de gênero e raça se faz presente no desenvolvimento da perspectiva crítica quanto à violência e sua naturalização, haja vista que mulheres negras estão situadas em uma esfera de impacto distinta das mulheres brancas pelo contexto histórico de colonização. Enquanto estas estiveram vinculadas à ideia de cuidado, recato e delicadeza, mulheres negras foram destituídas da condição basilar de humanização dentro do sistema escravocrata, invertendo a lógica de dependência marital (Carneiro, 2011) e fragilidade ao perpassar pela barbárie imposta pelo sistema colonial.

Conforme o perfilamento indicado no caso, Márcia Barbosa, enquanto mulher negra, ao ter sua identidade intrínseca aos fatores que norteiam esta simbiose de raça e gênero, encontra-se inserida em *locus* de violência e opressão que a



distanciam das abordagens direcionadas ao ideal de feminilidade universalmente representado pelas mulheres brancas.

Centralizar este aspecto na análise do caso é essencial para a compreensão das nuances que o norteiam, tendo em vista que os efeitos discriminatórios decorrentes da sistematização de opressões sexistas e racistas produzem violências que particularizam a vivência de mulheres negras (Akotirene, 2018), principalmente quando expostas ao contexto norteado por estereótipos e violências que historicamente orientam as percepções e representações negativas sobre a mulheridade negra dentro das instituições de poder (Siqueira, 2022).

Assim, a partir desta sistemática opressão que opera sobre os indivíduos dentro de espaços de decisão e controle, convém ressaltar que a reverberação dessas assimetrias se encontram aliadas a outras estratégias que buscam o enfraquecimento da parte litigante dentro do processo. Isso tem como objetivo gerar o dispêndio de tempo originalmente direcionado aos procedimentos de resolução regulados pelo ordenamento, visando assegurar o domínio sobre a vítima.

A partir da análise da sentença da CIDH, constata-se a morosidade ao longo de todo o percurso processual envolvendo o caso de Márcia Barbosa de Sousa, estando este marcado por interferências e descumprimentos no tocante à consagração da devida diligência (CIDH, 2021), isto é, a perseguição, através de todos os meios possíveis e cabíveis, da investigação e resolução justa do caso.

Nesse sentido, Mendes e Dourado dispõem que essa rede de aquisição e reprodução de valores e construções sociais, a qual estrutura assimetrias em esferas de regulação, “além do medo, temperado com o desigual tratamento a mulheres no judiciário, pelo machismo estrutural, é a munição para todas as armas utilizadas” (Mendes, Dourado, 2022, p. 3) em detrimento à dignidade feminina sob o olhar do sistema de justiça.

### 1.3 EXPOSIÇÃO MIDIÁTICA: ENSEJO E PERPRETAÇÃO DO REBAIXAMENTO

A exposição midiática reverbera sobre o processo enquanto terceira e última dimensão por meio da qual a incidência do *lawfare de gênero*, conforme disposto por Soraia Mendes e Isadora Dourado (2022), assimila o processo de concessão de juízos valorativos através dos conteúdos reproduzidos por plataformas de difusão de informações e de comunicação. Assim, a mídia consiste em um suporte estruturado socialmente para a legitimação e perpetuação do exercício de poder punitivo, sendo fundamentada pela pressuposição da punição a partir da pena imposta sobre a conduta (Batista, 2002)

A partir disso, a pena assume o caráter privado destinado às mulheres, uma vez que a divisão vigente, relativa à atribuição de papéis sociais de acordo com o gênero, torna o feminino impregnado por construções que o relegam ao espaço privado em contraposição à produção masculina pública, materializando a pena como forma de controle perpassado informalmente na esfera privada (Hildebrand, Vienna, Moura, 2023), contribuindo para que marcadores voltados, principalmente, para concepções morais sejam utilizados como arma legitimada pelos meios informacionais através das representações por eles perpetuadas. Nesse sentido, Mendes e Dourado destacam que:

O uso de redes sociais, o “boca a boca”, a manipulação da informação, as notas plantadas na imprensa têm efeitos nefastos não só na medida em que são transplantados para o interior dos processos, mas também porque minam a rede de apoio, de amigas e colegas das mulheres durante o curso de processos judiciais. A exposição pública é uma maneira de envergonhá-la e isolá-la, enfraquecendo-a psicológica e financeiramente. O efeito deste enfraquecimento “externo” retumba nos processos judiciais-arma (Mendes, Dourado, 2022, p. 3).

Ao analisar a manipulação midiática, entende-se que aspectos discriminatórios são repassados de forma a desestruturar a vítima à medida que se utiliza de todo o arcabouço comportamental posto como inerente à feminilidade a fim de que a conjuntura seja devidamente transformada em favor do agressor, recorrendo, para tanto, à desestabilização do status social.

bell hooks<sup>3</sup> elucida a “contribuição” conferida pela mídia para o processo de manutenção da soberania branca em detrimento do bem-estar e plena vivência dos indivíduos negros no período pós-escravidão nos Estados Unidos, uma vez que sua instrumentalização propiciou a propagação de representações estereotipadas de mulheres e homens negros, buscando atribuir-lhes sentidos deturpados sobre sua existência em sociedade ao indicá-los como não-sujeitos marcados pela personalidade de “depravação moral” à medida que se configuram em *locus* de existência divergente do padrão da branquidade (Hooks, 2022).

Assim, os suportes da carga imagética gerada pela mídia, os quais continuamente reforçam padrões de conduta normativamente consolidados, tornam-se fontes de aquisição informacional usadas pelo “senso comum” para posterior

---

3 Manteve-se as referências à bell hooks usando o B minúsculo tendo em vista que é forma como a autora opta por ser chamada.

disseminação de concepções pré-determinadas sobre os indivíduos, em conformidade à classificação que os papéis de gênero e raça impõem como adequados às convenções sociais e manutenção do *status quo* da camada dominante constituída majoritariamente pelo patriarcado branco.

Em relação ao caso analisado, observa-se que esta carga expositória e reprodutora entranhada aos meios midiáticos foi articuladamente utilizada com fins de impactar de modo negativo a imagem e comportamentos de Márcia Barbosa, com o intuito de beneficiar o réu Aécio Lima e, tal como na dimensão de desvalorização, reverter o critério de culpabilização para a vítima e não mais para o seu autor. Consta no documento disposto pela CIDH (2021) que:

[...] durante a tramitação do processo penal contra Aécio Pereira de Lima perante o Tribunal do Júri, o advogado de defesa solicitou a incorporação aos autos do processo de mais de 150 páginas de artigos de jornais que se referiam à prostituição, overdose e suposto suicídio [de Márcia Barbosa] (CIDH, 2021, p. 45, grifos nossos).

Ademais, houve a atuação policial inquirindo pessoas próximas à vítima no intuito de questioná-las sobre a conduta da vítima, sua personalidade e sexualidade (CIDH, 2021, p. 45), como se a conduta pressupusesse justificativa para a morte, e, portanto, a defesa do investigado. Tais atitudes demonstram a presença latente do uso de estereótipos raciais e de gênero nas instâncias judiciais (e policiais), trazendo à tona a vida pessoal da vítima com intuito de culpá-la pela ocorrência das violências, bem como a utilização do Direito como um mecanismo perpetuador da violência contra as mulheres.

A partir disso e considerando o contexto sobre o qual as repercussões da mídia constroem as narrativas a serem publicizadas, importa a compreensão de que, sendo fruto da interação com o meio em que se encontra inserido, o instrumento midiático difunde simbologias e valores que exprimem a ordem estabelecida conforme o disposto e consolidado pela hierarquia dominante sobre grupos minoritários seletivamente marcados pelo sistema (Roso et al, 2002).

Tem-se, portanto, a urgência pela implementação concreta e geral da ótica de gênero que se coaduna com a perspectiva racializada enquanto mecanismo analítico interseccional, a fim de observar os sujeitos envolvidos na extensão dos arranjos impostos sobre o seu *viver*, os quais suscitam no impacto gerado pelas engrenagens de controle das instituições sociais.

Em vista disso, a partir das deliberações construídas acerca do caso e compreendendo as nuances da violência externalizada não somente no ato que findou a vida de Márcia Barbosa, mas também na atitude processual absorvida ao longo dos mais de 20 anos em que o caso esteve no centro de análise, o entendimento firmado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos foi de que a ausência de perspectivas genderizadas – e adiciona-se, igualmente, perspectivas racializadas – provocou e naturalizou violações ao direito de igualdade e acesso pleno à justiça (CIDH, 2021).

Isso acabou por impedir a atuação jurisdicional concatenada ao respeito e proteção dos princípios que regem a dinâmica adequada e justa com a qual o processo deve ser conduzido (Hildebrand, Vienna, Moura, 2023), principalmente no que tange ao modo como este foi transfigurado negativamente em relação à vítima. Nesse sentido, é válido analisar a forma pelo qual o Direito e, consequentemente, sua estrutura e seus mecanismos são utilizados para a perpetuação da violência contra as mulheres.

## 2 O DISCURSO JURÍDICO E O SEU PAPEL NA PERPETUAÇÃO DA ORDEM DE GÊNERO

Conforme dispõe Raewyn Connell e Rebecca Pearse (2015), a chamada “ordem de gênero” corresponde às rígidas atribuições dicotômicas conferidas aos sujeitos com base na natureza biológica (dentro da lógica binária homem-mulher) que implicam no funcionamento das esferas que regem as relações humanas a partir de normas previamente consolidadas quanto ao comportamento pressuposto de cada gênero.

O *continuum* de opressão corrobora a institucionalização de meios violentos que buscam atingir as mulheres até mesmo no âmbito formal, sendo o *lawfare* de gênero uma das ferramentas centrais para sua perpetuação, uma vez que enseja a revitimização e culpabilização da vítima a partir da desvalorização da imagem feminina fundada em juízos de valor, de cunho patriarcal e racista, oriundas da atuação dos profissionais de direito.

Sendo assim, é válido relembrar que os textos legais são meios para a manifestação de relações de poder, na mesma medida em que ocorre a expressão de relações de gênero, logo:

As mulheres que são parte em processos legais (e.g. reclamantes, rés, testemunhas, etc.) estão expostas a um duplo grau de discriminação e exclusão: primeiro, como leigas, elas ocupam uma posição desfavorecida se comparadas com militan-

tes legais (advogados, juizes, promotores, etc.); segundo, elas são estigmatizadas também por serem mulheres, e têm seu comportamento social e sexual avaliado e controlado pelo discurso jurídico (Figueiredo, 1997, p. 39).

Não obstante o avanço das legislações, os valores estruturados a partir do conservadorismo não estão extintos da sociedade, portanto, a discriminação de gênero ainda é uma realidade no corpo social, cultural e até mesmo jurídico brasileiro, tendo em vista a influência de cada campo nos demais, fortalecendo, assim, o emprego do sexismo nos discursos legais em casos de violência contra a mulher (Figueiredo, 1997). Dessa forma, recorre-se a uma análise crítica do discurso (ACD) jurídico, tendo em vista sua importância para a coleta de informações sobre a forma que os textos legais são utilizados como instrumentos de manutenção da organização coletiva estruturada em padrões hierárquicos sexistas.

Para tanto, urge salientar que a ACD tem o intuito de averiguar a relação entre as estruturas e organizações de poder apresentadas nos discursos, haja vista que a configuração da linguagem se encontra pautada nas estruturas sociais (Halliday apud Figueiredo, 1997, p. 44). De acordo com Van Dijk (1996), ao se fazer uma investigação acerca do discurso jurídico, aquele que reproduz a mensagem de dominação é o grupo que compõe a elite.

O autor citado busca a definição de “acesso” para fundamentar sua argumentação acerca das estruturas de poder na sociedade, elucidando o poder como o acesso a diversos recursos sociais importantes que, posteriormente, podem ser utilizados para controlar a opinião pública, “mais acesso, mais poder”. Na medida em que os operadores de direito – em especial, os juízes – possuem, não raras as vezes, acesso aos recursos sociais tidos como significativos (sistema educacional, político e econômico), é possível observar o acesso a estes recursos transformando-se em mecanismo de poder e controle.

Em uma estrutura patriarcal em que os homens categorizam o que é um comportamento apropriado para as ordens sociais nomeadas, compreendem também a concessão ou a anuência de punir comportamentos desviantes por meio da violência (Saffioti, 2001) ocasionando a manutenção da maquinaria dominação-exploração das mulheres, a normatização das condutas violentas por parte dos homens e a categorização da agressão masculina como peça de suma importância para as relações de gênero (Figueiredo, 1997) e para a ordem dos vínculos sociais.

Outrossim, contribuem em igual importância para a responsabilização das mulheres nos casos de agressões, uma vez que passam a ser entendidas como respostas correcionais a uma conduta classificada como inapropriada. Não raras

as vezes os aspectos mencionados são apresentados e valorados nos Tribunais de justiça, ocasionando às mulheres a revitimização, uma vez que vivem os resultados gerados pelo próprio delito, bem como as violências institucionais e processuais cometidas pelos operadores de direito.

Estando os julgadores e defensores jurídicos imersos numa cultura a qual perpetua a naturalização da divisão sexual entre os homens e as mulheres, atribuindo-lhes papéis sociais a serem seguidos, estes reproduzirão as desigualdades de gênero e violências simbólicas como mensagens políticas (Barsted, 1997). Nessas considerações, cita-se a violência processual de gênero, esta que vem sendo observada de modo cada vez mais recorrente, adequando-se à seara jurídica a qual perpassa.

De acordo com informações apresentadas por Mayra Cardozo (Conjur, 2022), a violência processual se manifesta de diversas formas, desde a investigação e exposição de aspectos íntimos da vida da mulher durante o processo, do uso de estereótipos de gênero a favor do homem e contra a mulher, a litigância abusiva e o descumprimento de decisões judiciais até o uso dos próprios filhos como forma de se aproximar da mulher mediante alegações falsas de alienação parental.

No âmbito penal, referente aos casos de violência sexual que possuem como vítimas as mulheres, consta a incidência de ferramentas voltadas à descredibilização de sua palavra, a análise de seu comportamento, personalidade e contribuições para a eclosão do delito e constrangimentos durante as audiências por parte dos advogados de defesa.

À guisa de exemplo, tem-se a ação penal envolvendo Mariana Ferrer, na qual tais características podem ser observadas com maior clareza na medida em que fotos ditas “sensuais” de Ferrer foram utilizadas para questioná-la sobre sua idoneidade, sendo descritas pelo advogado de defesa como fotos tiradas em posições “ginecológicas” intentando “reações no instagram”<sup>4</sup>. Além disso, o referido advogado, durante a audiência, por diversas vezes, questionou Mariana acerca de suas reais intenções com o processo e, em caráter discriminatório, em momentos nos quais Ferrer se emocionava, proferia sentenças desmoralizando suas emoções, em um evidente tratamento humilhante e vexatório, no qual se expressa a revitimização<sup>5</sup>.

Outro caso brasileiro que retrata a opressão praticada contra as mulheres no âmbito jurídico diz respeito ao homicídio doloso qualificado de Ângela Maria Fernanda Diniz (vítima), perpetrado em 1976, pelo seu companheiro, Doca Street.

---

4 <https://youtu.be/Pos9cEAPysY?si=cT5HXvB3se1OUbY> (acesso em 27/09/2023).

5 <https://youtu.be/Pos9cEAPysY?si=cT5HXvB3se1OUbY> (acesso em 27/09/2023).

No livro “A defesa tem a palavra”, escrito por Evandro Lins e Silva – advogado de defesa do assassino de Diniz –, consta os argumentos utilizados e fragmentos dos autos processuais do caso, apresentando tópico destinado apenas às “provocações da vítima”, resumindo-se a culpabilização da vítima sobre os atos do criminoso:

**O acusado tornou-se um brinquedo nas mãos da vítima, subjugado, torturado, contido, e, ainda mais, espicado e afligido por um ciúme que não conseguia vencer.** [...] No dia do fato queria a presença, a cooperação da alemãzinha Gabrielle, a quem fez carícias eróticas na praia. Brutal insulto, suprema afronta ao brio, **terrível humilhação à masculinidade do acusado.** A sucessão de provocações ia tornando a vítima como aquela figura que os autores denominam como **vítima provocadora** porque o crime resulta da provocação, **a conduta da vítima é que gera o delito** (Silva, 2011, p. 260, grifos nossos).

À luz de Hulsman (1993), as consequências da estigmatização decorrente da intervenção estereotipada abrangem o sujeito-agressor e a mulher em situação de violência. Assim, há a construção do perfil de uma vítima ideal para que, posteriormente, possa ser utilizada como modelo para a seleção de mulheres que merecem a proteção da tutela penal, isto é, aquelas que seguem as morais patriarcais de submissão e docilidade.

Isto exposto, assim como apresentado por Andrade (2003) nos casos de estupro, o molde de vítima e autor do delito se constitui na lógica da honestidade. De modo similar há a seletividade nos crimes de homicídio doloso contra as mulheres, os quais regularmente são respondidos com perguntas que questionam o comportamento da vítima para ocasionar o ato, o motivo de tal violência e demonstrações de espanto quando o autor do delito não se encaixa no padrão de agressor-assassino. Nesse sentido,

[...] A mulher assassinada é tratada como alguém que deve estar adequada a um certo papel para ser considerada vítima. Há nos processos de homicídios contra mulheres uma verdadeira investigação sobre a vida da vítima para tentar explicar como o comportamento foi capaz de levar seu marido ou companheiro a matá-la. Ou seja, a defesa do acusado tenta provar que ela não estava no seu lugar, que ela transgrediu, procurando despertar no júri os seus sentimentos mais conservadores sobre os papéis socialmente construídos para homens e mulheres (Barsted, 1997, p. 82)



Dessa forma, Ana Luiza Flauzina (2016) argumenta sobre a necessidade de singularização das mortes das mulheres, passando a entendê-las como parte de uma sistemática específica de gênero, tendo em vista a ocorrência de tais violências em relações de poder que manifestam o sujeito que possui a autorização de matar e quem deve morrer.

Isto exposto, contata-se que o sistema jurídico não cumpre sua função protetiva quando reproduz estes valores conservadores patriarcais por intermédio de seus discursos jurídicos, através dos próprios mecanismos legais e da atuação dos operadores de direito, gerando uma verdadeira violência processual e institucional. Constatase ainda a forma como tais violações encontram diferentes corpos, marcados por diversos indicadores de raça e classe, uma vez que os padrões impostos a mulheres brancas (recato e pureza, por exemplo) são extirpados das mulheres negras, sofrendo estas violações explícitas, tendo seus corpos à livre disponibilidade (Flauzina, 2016).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar de que maneira a discriminação de gênero é perpetrada dentro do ordenamento brasileiro, especificamente no Poder Judiciário brasileiro. A partir da sentença proferida pela CIDH concernente ao homicídio de Márcia Barbosa de Souza, foi possível compreender a complexidade com a qual as relações hierárquicas de gênero, constituintes da dinâmica relacional fundada, basilarmente, pelo produto decorrente da simbiose da dominação patriarcal e racista, estruturam o impacto das instituições formais sobre as mulheres vítimas de violência.

Em vista da natureza discriminatória presente no Direito, ficou evidente a inaplicabilidade de compreender a realidade através da lente universal sobre os indivíduos, tendo em vista as diversas articulações entre fatores sociais que implicam no produto gerado pela violência. Dessa forma, considerar as nuances desiguais impostas sobre as mulheres, por intermédio da compreensão dos efeitos gerados ao longo da manifestação rígida da estrutura social assimétrica é essencial para expor o cenário a ser transformado a partir do estabelecimento de diretrizes de atuação da magistratura que vedem a continuidade da violência institucional propagada através dos meios processuais.

Isto suscita perspectivas futuras quanto à vigência de um sistema jurídico educacional que esteja pautado na análise de gênero racializada, possibilitando a ampliação de políticas de capacitação centrados na conjuntura interseccional dentro do contexto judicial.

Ademais, é urgente o desenvolvimento de mecanismos que vedem a violação de princípios e valores de dignidade tanto sobre as mulheres vítimas de violência quanto sobre a família e terceiros igualmente afetados. Em vista disso, diante das considerações formuladas quanto à importância do olhar atento à realidade social deste grupo, importa destacar medidas já observadas em pronunciamentos judiciais brasileiros que permitem constatar avanços no sentido de transformar a forma como o direito tem sido instrumentalizado, tornando o Judiciário, paulatinamente, em uma instituição passível de manifestações de cunho equitativo sobre as partes que buscam sua tutela.

Exemplo desses “passos” podem ser observados na tese firmada em âmbito do Superior Tribunal de Justiça, que passou a entender que “É inadmissível a utilização da tese da “legítima defesa da honra” como argumento no feminicídio e nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher, pois se trata de alegação discriminatória que contribui para a perpetuação da violência de gênero” (STJ, 2023).

Adjunto a este (apesar de ambientar-se em esfera material divergente da tratada na pesquisa), vigora o entendimento pela vedação de práticas inerentes à propagação do *lawfare* de gênero que evocam a desvalorização feminina sob a justificativa de utilização como meio de defesa do réu, estabelecendo que:

É admissível a condenação do advogado a reparar os danos morais causados à parte adversária em virtude do uso, em ação de investigação de paternidade, de ofensas gratuitas tendentes a desqualificar a conduta, a imagem e a reputação da mãe biológica, dissociadas de defesa técnica, por meio de um discurso odioso, sexista, machista e misógino (STJ, 2023, p. 5).

Assim, o presente estudo tem como fundamento, em certo modo, denunciar as práticas recorrentes de violência deflagradas não apenas no meio privado à sombra da informalidade, mas também no meio em que se perpassa o controle formal exercido na esfera judicial, através de mecanismos genderizados que expressam a dominação masculina de modo a consagrar a hegemonia dentro dos espaços de poder e perpetuar a ordem de gênero que relega as mulheres à desvalorização e vulnerabilização.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen.

- ALMEIDA, Fernanda Andrade; LIMA, Larissa Gil de (2019). Poder Judiciário, decisão judicial e estereótipos de gênero. *Revista Electrónica de Direito*, v. 20, n. 3. [https://cij.up.pt/client/files/0000000001/2-artigo-fernanda-andrade-almeida\\_1211.pdf](https://cij.up.pt/client/files/0000000001/2-artigo-fernanda-andrade-almeida_1211.pdf) (acesso em 25/10/2023).
- ALMEIDA, Silvio (2019). *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de (2009). A Soberania Patriarcal: o Sistema de Justiça Criminal no Tratamento da Violência Sexual contra a Mulher. *Direito Público*, Porto Alegre, ano 5, n.17, p. 52-75.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de (2003). Sistema penal máximo x cidadania mínima: códigos da violência na era da globalização. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2003.
- BASTERD, Leila Linhares (1997). Metade vítimas, metade cúmplices? A violência nas relações conjugais. In: DORA, Denise Dourado (org.). *Femino masculino: igualdade e diferença na justiça*. Porto Alegre: Sulina, p. 73-85.
- BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade, Rio de Janeiro: Revan, Instituto Carioca de Criminologia, nº 12, 2002, p. 271-288. Disponível em: <https://www.bocc.ubi.pt/pag/batista-nilo-midia-sistema-penal.pdf> (acesso em 20/11/2023).
- BRASIL (1996). Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. Brasília, DF: Diário Oficial da União. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1996/d1973.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm) (acesso em 15/11/23).
- BRASIL (2002). Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002. Brasília, DF: Diário Oficial da União. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4377.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm) (acesso em 15/11/23).
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (2015). *Relatório 52º*. Brasília. [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9998/1/MJ\\_ViolContraMulher\\_52.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9998/1/MJ_ViolContraMulher_52.pdf).
- ONU MULHERES (2016). *Diretrizes nacionais feminicídio*: Investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. Brasília. [https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes\\_femicidio.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio.pdf).
- Conjur (2022). *Oito Características de Violência Processual Contra a Mulher*. <https://www.conjur.com.br/2022-nov-24/mayra-cardozo-caracteristicas-violencia-processual-mulhe> (acesso em 14/03/2023).
- CARNEIRO, Sueli (2011). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro.
- CARNEIRO, Sueli (2019). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de.

- Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 313-321.
- CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca (2015). *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: InVerso.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ (2023). *Resolução n. 492, de 17 de março de 2023*. Diário da Justiça [do] Conselho Nacional de Justiça, Brasília. <https://atos.cnj.jus.br/files/original144414202303206418713e177b3.pdf> (acesso em 15/11/2023).
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ (2023). *Diagnóstico Étnico-Racial no Poder Judiciário*. Brasília: CNJ. <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/09/diagnostico-etnico-racial-do-poder-judiciario.pdf> (acesso em 29/02/2024).
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ (2023). *Participação feminina na magistratura: atualizações 2023*. Brasília: CNJ. <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/03/relatorio-participacao-feminina-na-magistratura-v3-20-03-23-ficha-catalografica.pdf> (acesso em 29/02/2024).
- CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS - CIDH (2021). *Caso Barbosa de Souza e Outros vs. Brasil*. [https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec\\_435\\_por.pdf](https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_435_por.pdf) (acesso em: 30/09/2023).
- DIJK, Teun Van (1996). "Discourse, power and access". In: Caldas-Coulthard, C.R. and Coulthard, R.M. (Eds). *Texts and Practices: Readings in Critical Discourse*. London: Routledge, p. 84-104.
- FIGUEIREDO, Débora de Carvalho (1997). Gênero e poder no discurso jurídico. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 15, n. 21, p. 37 - 52. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacf/article/view/23353> (acesso em 11/11/23).
- FANON, Frantz (2020). *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu Editora.
- FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro (2016). O feminicídio e os embates das trincheiras feministas. *Revista Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*, v. 20, n. 23/24, p. 95 -106.
- HILDEBRAND, Cecília Rodrigues; VIENNA, Stephanie Dettmer; MOURA, Kamile Santos (2023). Condenação por litigância de má-fé como forma de coibir a lawfare de gênero. In: FIUZA, César Augusto de Castro; DIAS, Jean Carlos Dias; BELLINETTI, Luiz Fernando (Orgs.). *Processo, jurisdição e efetividade da justiça*. Florianópolis: CONPEDI, p. 139-160. <http://site.conpedi.org.br/publicacoes/4k6wgq8v/7sympmxbv/pRN7719z49UYjMc1.pdf> (acesso em 26/11/2023).
- HOOKS, Bell (2022). *E eu não sou uma mulher?*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- HULSMAN, Louk (1993). *Penas Perdidas: o sistema penal em questão*. Rio de Janeiro: Luam Editora.

- KILOMBA, Grada (2019). *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó.
- SILVA, Evandro Lins e (2011). *A defesa tem a palavra: o caso Doca Street e algumas lembranças*. Rio de Janeiro: Booklink.
- MENDES, Soraia da Rosa (2017). *Criminologia Feminista: novos paradigmas*. São Paulo: Saraiva.
- MENDES, Soraia; DOURADO, Isadora (2022). Lawfare de Gênero: o uso do direito como arma de guerra contra mulheres. *Agência Patrícia Galvão*. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/lawfare-de-genero-o-uso-do-direito-como-arma-de-guerra-contramulheres-por-soraia-mendes-e-isadora-dourado> (acesso em 20/10/2023).
- MOREIRA, Adilson (2019). *Racismo recreativo*. São Paulo: Pólen.
- ROSO, Adriane; STREY, Marlene; GUARESCHI, Pedrinho; e BUENO, Sandra (2002). Cultura e ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero. *Psicologia & Sociedade*, n.14, p. 74-94. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/ScgBPSCs36N664M84wRY7hw/?lang=pt> (acesso em 25/11/2023).
- SAFFIOTI, Heleieth (2001). Contribuições para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, v. 16, p. 115-136.
- SIQUEIRA, Samara (2022). *Mulheres negras no palco do debate sobre crimes raciais: uma análise das ofensas racistas no Tribunal de Justiça do Pará*. Dissertação (Mestrado). Belém: Universidade Federal do Pará.
- SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ (2023). Julgamentos com Perspectiva de Gênero III. *Jurisprudência em Teses*, Brasília, n. 211. [https://www.stj.jus.br/docs\\_internet/jurisprudencia/jurisprudenciaemteses/Jurisprudencia%20em%20Teses%20211%20-%20Julgamentos%20Com%20Perspectiva%20de%20Genero%20III.pdf](https://www.stj.jus.br/docs_internet/jurisprudencia/jurisprudenciaemteses/Jurisprudencia%20em%20Teses%20211%20-%20Julgamentos%20Com%20Perspectiva%20de%20Genero%20III.pdf). (acesso em 15/02/2024).
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE Mulheres (2024). *Relatório de Estatísticas*. <https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/#estatisticas>.
- ZANIN, Cristiano Martins; MARTINS, Valeska Teixeira; VALIM, Rafael (2019). *Lawfare: uma introdução*. São Paulo: Editora Contracorrente.

# O retrato despedaçado da branquitude

## *The shattered portrait of whiteness*

Anderson dos Santos Cordeiro<sup>a</sup> 

*Agir é comprometer-se, e comprometer-se é ficar em perigo. Nesse caso, o perigo, na mente da maioria dos brancos norte-americanos, é a perda da identidade dêles.*

(Baldwin, p. 25, 1967)

Imaginar um mundo em que a cor da pele não defina padrões estéticos, raciais e morais pode parecer uma utopia, perto da real condição que a brancura da pele estabelece no ideal de universalidade, privilégios e opressões contra negros, indígenas, minorias e grupos de indivíduos não brancos ao redor do globo. Ademais, talvez, situar esta lógica quando analisada à luz da questão racial no Brasil, pode soar equivocadamente muito “fácil” quando se tem o referencial de “igualdade de raças” como foi amplamente divulgado e ainda se faz presente como perspectiva ideológica no imaginário e senso comum da sociedade brasileira (Guimarães, 2002).

Mas o intuito desta resenha é outro, como diria José de Souza Martins (2014), sociólogo e professor emérito da Universidade de São Paulo quando indagado como seria suas aulas de sociologia hoje, diferentemente de quando iniciou na docência por volta da década de 80 do século passado, respondeu que pela literatura, sem sombra de dúvidas. Eis, então, a razão desta resenha que é pensar a literatura como meio social possível, seja ele distópico, utópico, biográfico ou científico, que busca interagir com o autor, o leitor, o curioso e, quiçá, o pensamento sociológico e o debate que se estabelece sobre a branquitude no Brasil — como fez Mohsin Hamid em sua mais recente obra ao discutir a questão racial como identidade.

A tradução do livro de Mohsin Hamid — *O último homem branco*, traduzido e lançado em 2023 pela Companhia das Letras, nos indaga a pensar as problemáticas de um mundo cuja brancura da pele desaparece, tornando todos negros e as implicações de pensar novas realidades, questões e contornos para os problemas

---

<sup>a</sup> Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGS-UFPE), integra o grupo de Estudos e Pesquisa em Pensamento social e Político brasileiro – ARIADNE. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. E-mail: andersondsc97@gmail.com

raciais que se perpetuam de outras maneiras e se manifestam em novos arranjos nas relações entre os indivíduos.

A literatura de Mohsin Hamid é marcada por discussões que versam sobre o campo da ficção e o da atualidade com temas que vão desde o debate sobre nação, raça e xenofobia até os assuntos mais contemporâneos sobre imigração e política. Hamid é um paquistanês que nasceu em Lahore, cidade que faz fronteira com a Índia, e, atualmente, mora na Inglaterra. Seus romances e obras têm chamado atenção e vem sendo traduzido em várias línguas a exemplo do português e a obra aqui escolhida. Destaca-se que o sucesso que seus livros causaram na América do Norte e na Europa veio por meio da sátira ao propor relacionar questões atuais com mesclas de ficção e crítica social.

Em *O último homem branco*, traduzido por José Geraldo Couto do inglês sob o título original de *The Last White man* – o autor nos mostra as implicações de uma sociedade que luta contra uma nova “chaga” ou problema endêmico que é mais social e político do que de saúde. Pessoas brancas que estão ficando com a pele “escurecida”<sup>1</sup>. Como é retratado no caso do protagonista *Anders*, que ao acordar pela manhã se depara com a condição inusitada, de ser aquilo que ele via nos outros não brancos, pois ele não se enxergava enquanto pessoa racializada. A crítica de Hamid, confronta a branquitude ao inquietar o leitor a perceber que *Anders* ao se tornar negro, se torna alvo de uma hora para outra do racismo e ao mesmo tempo precisa deixar de ser branco nas práticas, ações e sobretudo na subjetividade que lhe foi construída enquanto pessoa branca.

Hamid nos propõe a pensar como a cor da pele modificaria as relações sociais, políticas e as regras a partir da lógica da outridade, como já argumentou Grada Kilomba (2020), ao enxergar o outro sem ser enxergado como o que é também racializado. Nesse caso, pensar as problemáticas da outridade, seria nomear e identificar na branquitude a norma e o padrão que está por desaparecer. Além disso, a trama proposta pelo autor não mostra como se inicia essa nova condição imposta às pessoas, mas demonstra como o simples ato de tornar pessoas nascidas brancas em negras, modifica todas as questões que envolvem a vida do indivíduo em sociedade: amor, beleza, estética, estruturas de poder, hierarquias, identidade e, sobretudo, a subjetividade.

---

1 Mohsin Hamid utiliza algumas expressões como *brown* (marrom) e *dark people* (pessoas de pele escura) – como argumenta em nota do editor para justificar estas expressões que são problemáticas ao se referir às pessoas negras e pretas. Entretanto, dentro dos diálogos travados mesmo sendo fiel à tradução, ainda é perceptível um certo estranhamento à forma como se constrói e aparece as expressões nas interlocuções e na narrativa, fruto da forma como foi construída o debate no movimento negro brasileiro sobre determinadas expressões e seus usos políticos.



O livro emerge na história de *Anders* e *Oona*, os dois jovens protagonistas do livro que vivem um relacionamento conturbado, mas que passam por dilemas familiares e sociais diante do surto epidêmico das pessoas se tornando negras. Hamid opta por não dar muitas pistas sobre como acontece o processo, porém destaca dentro do enredo da história que ocorre apenas com a população branca. E aqui reside a dualidade da sátira e crítica da obra: como até mesmo uma questão política pode ser vista pela branquitude como efeito para reafirmar seus privilégios e os bens materiais e simbólicos nas quais ela tem acesso excluindo aqueles que estão sendo “exilados” do grupo racial branco.

Com o início dos primeiros casos noticiados na mídia, o pânico moral, a histeria e o medo da população se tornam face comum das inúmeras teorias da conspiração que aparecem nas redes sociais e nos jornais. Ao identificar no novo surto uma doença ou talvez problema endêmico, as pessoas no enredo de Hamid começam a se questionar e tratar o dilema como um caso de vida ou morte. Por que alguns estão a se tornar negras e outras não? Seria um castigo divino? O que esse tornar a ser, traz consigo? — Algumas destas questões abordadas ao longo do livro, relata como a simples mudança na estrutura racial de um grupo ou sociedade, pode movimentar todas as relações sociais que baseiam os processos de socialização dos indivíduos. Bem como, demonstra de maneira prática como os efeitos do racismo e das situações cotidianas acabam se deslocando para segundo plano, de uma possível nova doença; para o feito inevitável e político da situação que todos negam querer enxergar: tornar-se negro(a).

Neste caso, o próprio trabalho de *Anders* se torna exemplo cabal para referenciar o argumento do autor, o protagonista da obra trabalha em uma academia e volta à rotina depois de muita relutância diante da atual e nova condição. Dessa forma, inevitavelmente, começa a reparar nos olhares e nas inquietações geradas pela sua nova feição. O estranhamento de *Anders* mostra que antes sua brancura da pele não o possibilitava enxergar ou perceber que sua cor da pele modificaria as relações das pessoas que cotidianamente estão em seu entorno, para além do fato inusitado que a mudança carrega consigo nas percepções dos indivíduos.

Se (des)colocar no lugar do outro emerge na história de Hamid a partir de suas próprias condições biográficas e dilemas em que está submetido enquanto paquistanês e homem. Ademais, os desdobramentos e inquietações de sua obra surgiram depois dos ataques do 11 de setembro de 2001 onde sua raça, sua aparência e sua língua eram sempre colocadas sob dúvida, suspeita e questionamento nos aeroportos e ambientes nos quais transitava – algo que o incomodava e gerava inúmeros transtornos ao fazerem comparações e ligações aos atos terroristas.

E isso fica evidente em sua obra, ao mostrar de forma crítica que, a cada dia que passava, a porcentagem de pessoas tornando-se negra aumentava de maneira exponencial, ocasionando, então, uma verdadeira eugeniação dos bairros e habitantes a fim de afastar essa “chaga” pouco conhecida e misteriosa para a população. Mas que no fundo diz respeito ao racismo cotidiano e as formas de exclusão de pessoas a partir de critério raciais e fenotípicos.

E a crítica social e política implícita no enredo e nos capítulos é justamente como as pessoas passam a enxergar seus parentes, vizinhos, familiares e amigos de maneira totalmente diferente da forma como eles estavam habituados a ver. Não apenas por uma questão estética e racial, mas de forma política, de negação e repúdio ao que é veementemente constatado como inferior, ruim, negativo e estereotipado que é ser negro(a). Neste sentido, reside a lógica e da crítica construída por Hamid: a cor da pele mudaria tanto as relações sociais dos indivíduos? O Simples fato de mudar a cor da pele? E quais implicações políticas há nisso?

Outrora a socióloga Eliane Veras Soares, professora da Universidade de Pernambuco escreveu um trabalho sob o título “*Embora lidando com literatura, você está fazendo sociologia*” (2014) – fruto de uma frase mencionada em um seminário da qual participava e que versa sobre as barreiras e fronteiras da literatura com a sociologia enquanto campos que se complementam. A obra de Hamid faz ligações com o pensamento sociológico ao tratar diretamente dos processos de socialização racial na qual os indivíduos estão sujeitos a passar por questões culturais, mas sobretudo políticas. As ideias contidas no livro fazem parte do debate das relações étnico-raciais no Brasil, e mais recentemente com o início do século XXI, das agendas de pesquisa sobre branquitude no país. Identificar as correlações entre a literatura e o debate acadêmico ao olhar a branquitude tem gerado inúmeras críticas e inquietações aos intelectuais que estão investigando as relações raciais a partir do sujeito branco e sua construção enquanto identidade racial pouco nomeada, ou não identificada enquanto racializada. Asaid Haider destaca que “Identidade” como conhecemos “é um fenômeno real: ela corresponde ao modo como o Estado nos divide em indivíduos, e ao modo como formamos nossa individualidade em resposta a uma ampla gama de relações sociais” (2019, p. 35)

Ao retratar como a mudança de pele das pessoas esbarra no preconceito e no racismo estrutural vinculando a negritude às causas pejorativas, a mãe de Oona entra como indivíduo que compartilha a noção de superioridade racial e moral, atribuindo aos sujeitos brancos a pureza e a eficácia para a chaga do “enegrecer”.

O livro não tem capítulos nomeados, apenas enumerados de 1 a 16, divididos em duas partes, retratando temas como: violência, racismo, política, identidade e

subjetividade de uma maneira sátira e crítica. Ao longo de todo livro, os personagens centrais *Oona* e *Anders* são permanentemente colocados sob pressão ao ter que lidar com os dilemas raciais que para eles são novos, mas que corriqueiramente são parte do cotidiano da população negra e não branca. Os olhares, as conversas, as negações, os estranhamentos, constrangimentos e, sobretudo, as violências sofridas com ares de sadismo. Este último exemplo explicita o que ocorre com *Anders* ao ser expulso de sua residência por parte de seus vizinhos e da comunidade branca restante que estava insatisfeita com a presença dos indivíduos enegrecidos em sua área, sob a justificativa de colocar em risco a brancura dos demais, ou a estrutura da branquitude na qual o mundo ocidental e europeu foi edificado.

Da mesma forma *Oona*, ao acordar negra, passa a se dar conta que conviver com sua mãe se tornaria um dilema por morarem na mesma residência — uma vez que sua mãe acreditava piamente que a população branca que restava estaria num grau de pureza racial superior aos demais, incluindo ela mesma e sua filha. As tensões construídas por Hamid nas relações sociais e familiares de seus personagens expõem as ambiguidades das relações que as pessoas estabelecem de maneira racial e estética entre seus pares.

A crítica de Hamid faz jus ao debate sobre branquitude mesmo não dialogando de maneira direta com os autores e pesquisas feitas no Brasil e nos Estados Unidos. Entretanto, coloca sob a égide da branquitude a inquietação de sua norma enquanto padrão universal e que se pretende inquestionável. E acaba por evidenciar que a raça enquanto construção social, ao longo dos anos, tornou-se fato superado ao demonstrar que todos ficaram negros com o tempo, sendo naturalizado o deixar de ser branco nas percepções, construções e subjetividades. Concerne destacar que a crítica e analogia com a branquitude como tema central da obra do autor, não diz respeito apenas aos modelos raciais, explicitamente, mas a própria compreensão do mundo contemporâneo ditado pelos moldes do que são expostos entre critérios do que é aceitável: brancos; e recusáveis, feios, negativo, pejorativo, inferior e criminoso: pessoas não brancas.

James Baldwin, escritor americano escreveu certa vez em ensaio publicado em 1967 sob o título de *Da próxima vez o fogo: racismo nos EUA* (1967) que a lógica racial é estruturada para fazer com que o negro entenda seu “lugar no mundo”. Hamid, contrariamente, opta por inverter esta lógica, questionando e convidando o sujeito branco a se colocar como o outro “visível”, que por sua vez, agora, é negro. Isso coloca o indivíduo branco no lugar incômodo que lhe obriga abrir mão involuntariamente de sua invisibilidade camuflada pelos privilégios da branquitude, a fim de entender as questões que o fizeram não racializado.

Portanto, penso que a obra de Mohsin Hamid emerge em momento oportuno ao leitor por evidenciar o debate racial posto sob novos modelos como a literatura ficcional apresentando questionamentos pertinentes que também vêm sendo feito em consonância com os estudos críticos sobre raça e branquitude no Brasil. Assim, as fronteiras da literatura e do campo sociológico, nestas circunstâncias, mostram que ambas estão em sintonia ao indicar a pertinência de se questionar a branquitude em suas múltiplas dimensões, seja na subjetividade e na identidade de pessoas brancas. Assim como no âmbito acadêmico, literário, ficcional, sociológico, histórico e, sobretudo, político na qual se naturaliza a não racialidade dos interlocutores brancos.

## REFERÊNCIAS

- BALDWIN, James (1967). *Da próxima vez, o fogo: O racismo nos EUA*. Tradução de Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca Nacional Popular.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo (2002). Democracia racial: el ideal, el pacto y el mito. *Estudios Sociológicos*, México, v. 20, n. 59, p. 305-333.
- HAIDER, Asad (2019). *Armadilha da identidade: Raça e classe nos dias de hoje*. São Paulo: Veneta.
- HAMID, Mohsin (2023). *O último homem branco*. Tradução: José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras.
- KILOMBA, Grada (2020). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Editora Cobogó.
- MARTINS, José de Souza (2014). *Uma sociologia da vida cotidiana*. São Paulo: Editora Contexto.
- SOARES, Eliane Veras (2020). Embora lidando com literatura, você está fazendo sociologia. *Civitas -Revista de Ciências Sociais*, v. 14, p. 81-92.

# Outras regras da arte<sup>\*,\*\*</sup>

## *Other rules of art*

Gabriel Cardoso Gonzaga<sup>a</sup> 

**Resumo** Resenha do livro *The global rules of art* de Larissa Buchholz. Nesse livro, publicado em 2022, nove anos depois de a autora defender sua tese homônima na Universidade de Columbia, Buchholz analisa as transformações recentes da arte contemporânea por meio da noção de campo de Pierre Bourdieu. Reconstruindo as duas últimas décadas do século passado e a primeira do século XXI, Larissa capta o desenvolvimento de um campo global da arte pela articulação de uma análise estrutural do campo (macro), de um conjunto amplo de trajetórias (meso) e pela o exame detido de duas trajetórias artísticas específicas (micro). Outro objetivo do livro é analisar a correlação (ou a ausência dela) entre a internacionalização do campo e o aumento da diversidade (sobretudo, de origem nacional) dos artistas que integram esse campo, muitas vezes expresso no discurso produzido pelo campo. Além de inscrever-se nos estudos de da sociologia da arte e da cultura contemporâneas, com os quais pretende contribuir com uma abordagem de campo global, o livro também se nos estudos recentes sobre transnacionalização de fenômenos culturais.

**Palavras-chave** Arte. Artes visuais. Campo artístico. Sociologia da Arte. Sociologia da Cultura.

**Abstract** *Review of the book The Global Rules of Art by Larissa Buchholz. In this book, published in 2022 – nine years after the author defended her doctoral dissertation of the same name at Columbia University – Larissa Buchholz analyzes recent transformations in contemporary art through Pierre Bourdieu’s notion of field. Reconstructing the last two decades of the twentieth century and the first of the twenty-first, Buchholz captures the development of a global art field by articulating a structural analysis of the field (macro), a broad set of trajectories (meso), and a close examination of two specific artistic careers (micro). Another goal of the book is to analyze the correlation (or its absence) between the internationalization of the field and the increase in*

---

<sup>a</sup> Mestrando em Sociologia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. E-mail: [g.cardosogonzaga@usp.br](mailto:g.cardosogonzaga@usp.br).

<sup>\*</sup> Agradeço à FAPESP pelo período na França que me possibilitou entrar em contato com esse livro, custeado com bolsa de estágio de pesquisa no exterior [processo nº 2022/02597-3, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)].

<sup>\*\*</sup> Agradeço também a Gisèle Sapiro pela recomendação do livro que havia acabado de ser lançado.

*diversity especially national diversity – among the artists who are part of this field, a phenomenon often emphasized in the discourse produced by the field itself. In addition to situating itself within the studies of the sociology of art and contemporary culture – fields to which it aims to contribute with a global field approach – the book also engages with recent studies on the transnationalization of cultural phenomena.*

**Keywords** Art. Visual Arts. Artistic Field. Sociology of Art. Sociology of Culture.

O título do livro de Larissa Buchholz não esconde a ambição da sua tese. Retomando o título do “now-classic” (Buchholz, 2022, p. 3) de Pierre Bourdieu (1996) sobre o campo literário francês, livro em que o autor propôs uma espécie de modelo de interpretação dos campos culturais, *As Regras da Arte*, Buchholz propõe pensar *As regras globais da arte*. Assim, a socióloga de origem alemã, que realizou sua tese na Universidade de Columbia e hoje leciona na Northwestern University, reivindica a noção de campo para pensar um outro estado do campo artístico, definido por ela como um *campo global da arte*. Em seu interior, como explicita o subtítulo do livro, houve *a emergência de uma economia cultural mundial*.

Essa economia da arte atual, cujas transformações tem sua gênese na década de 1980 e adensamento no início da primeira década do século XXI, é marcada por uma divisão em dois grandes polos. Um mais heterônomo, do mercado de arte (subcampo comercial global) e o outro mais autônomo, cultural (subcampo artístico global). Aqui, pode-se ver a relação do campo reconstituído por Buchholz com o campo artístico de Bourdieu (1996), cuja oposição tem fundamento semelhante: a prevalência do capital econômico em um polo e de capital simbólico no outro. No entanto, alerta a autora:

o livro que descreve as divisões entre autonomia e heteronomia de um campo global não é simplesmente uma ampliação da teoria modernista ocidental de Bourdieu. A economia mundial dividida que apresento está ancorada em instituições bastante distintas (...) que Bourdieu não considerou (Buchholz, 2022, p. 19, tradução minha)<sup>1</sup>.

---

1 No original: “the book’s account of a global field’s autonomy-heteronomy divisions is not simply an upscaling of Bourdieu’s modernist Western theory. The divided world economy I introduce is embedded in quite distinctions institutions (...) that Bourdieu did not consider” (Buchholz, 2022, p. 19)

Há, então, nesse novo estado do campo artístico, agora mais internacionalizado, novas instituições, e, portanto, novas dinâmicas sociais. Há outras regras no jogo da arte.

Tais regras e instituições estão relacionadas a três mecanismos internos ao campo global da arte; que configuram, também, indicadores da emergência desse campo. Primeiro, o adensamento de circuitos institucionais globais – “infraestruturas organizacionais que dão suporte a circulação transnacional de pessoas, ideais e artefatos” (Buchholz, 2022, p. 14) –, como o *global biennial circuit*, constituído pelas bienais e espaços transnacionais de exposição, e o *global art fair circuit*, das ICAFs (feiras internacionais de arte contemporânea). Respectivamente, os circuitos dos polos autônomos e heterônomos do campo global da arte. O segundo mecanismo é a instituição de um discurso global específico do campo (*field-specific global discourse*) que produz um sentido da prática artística como uma prática social global, produto de discussões e publicações realizadas por especialistas. E, por fim, a emergência de instituições globais de consagração e avaliação, como os prêmios de Veneza e os rankings de artistas – especialmente o Artfacts.

Com a reconstituição desses mecanismos realizada na primeira parte do livro, Buchholz desvela um outro estado do campo da arte, agora global, que não apenas faz circular práticas artísticas realizadas no âmbito nacional em uma outra dimensão, mas que produz outro tipo de prática social. O que se forma com esses três mecanismos é uma estrutura de campo que não se resume a uma “soma de várias arenas nacionais” (Buchholz, 2022, p. 15). Emerge, assim, um campo global da arte – que não substitui os campos nacionais – com suas respectivas instituições, disputas, discursos, agentes.

É a prática social desses agentes, ou melhor, o modo pelo qual ela se transforma na relação com essas transformações do campo, que Buchholz trata na segunda parte do livro, analisando as *dinâmicas de reconhecimento artístico no campo global* da arte.

Se, antes, era numa verdadeira antinomia entre arte e dinheiro, entre sucesso no mercado e sucesso na arte, que se produzia o valor artístico, de modo que, ao menos no curto prazo, era preciso recusar ganhos econômicos para obter ganhos simbólicos, só depois passíveis de conversão em capital econômico (cf. Bourdieu, 1996); hoje, para alguns, teria havido uma verdadeira inversão dessa lógica. Uma antinomia total entre arte e dinheiro teria sido substituída por uma convergência total entre ambos nesse estado do campo em que o mercado de arte adquiriu força. Isto é, teríamos passado do modelo de conversão de Bourdieu para um outro – localizado por Buchholz (2022) em Diana Crane – em que valor econômico e artístico



se reforçariam e equivaleriam. Para Buchholz, esse tipo de interpretação generaliza para todo o campo a lógica de apenas uma parte dele – “particularmente do mercado de leilões” (Buchholz, 2022, p. 116).

Na verdade, no campo global da arte, o modo de produção de valor artístico é bifurcado nos dois subcampos reconstituídos na primeira parte do livro. De modo que, nesse campo, há uma maior possibilidade de ser reconhecido em um subcampo sem ser no outro. Pode-se, então, obter reconhecimento no mercado sem, necessariamente, ter obtido tal tipo de capital no polo autônomo. Essa bifurcação desvela-se pelo manejo de duas diferentes bases de dados nativas do campo da arte realizado pela autora. *Artprice*<sup>2</sup>, base que reúne os valores de venda de artistas em leilões, e *Artfacts*<sup>3</sup>, ranking de artistas que pretende classificar os artistas de acordo com sua visibilidade por uma correlação de diferentes dados, são as formas pelas quais Buchholz visualiza os subcampos comercial e artístico, respectivamente, do campo global da arte.

Analisando essas bases de dados, com especial atenção a variável de origem nacional dos artistas, a fim de compreender também em que medida o discurso que correlaciona a globalização da arte com uma democratização dela (no sentido de uma maior presença de artistas *non-western* em todo o mundo) fundamenta-se numa transformação efetiva do campo, Buchholz capta essa outra lógica; por exemplo, pelo caso de artistas chineses. Artistas que conseguiram ganhar posições no ranking dos leilões ao passo que perderam no ranking de reconhecimento. Artistas que, portanto, obtiveram valor de mercado ao mesmo tempo em que perderam valor artístico. Já a consagração no polo autônomo, diferente dessa valorização rápida no polo comercial, segue o ciclo longo descrito por Bourdieu (1996). Cruzando o topo das listas das duas bases de dados, Buchholz constrói um conjunto de 179 trajetórias que, analisadas pelos dados de exibição em exposições e vendas em leilões, se dividem em quatro grupos. As trajetórias autônomas, semi-autônomas, semi-heterônomas e heterônomas.

Desses quatro tipos, construídos por uma análise de um conjunto amplo de trajetórias que dá o primeiro passo analítico da estrutura do campo para as trajetórias dos agentes, dois são desenvolvidos em uma análise mais detida. As trajetórias do artista mexicano Gabriel Orozco e do artista chinês Yue Minjun, objeto da terceira parte do livro, são analisadas como estudos de caso para pensar

---

2 <https://www.artprice.com/> (acesso em 17/06/2024).

3 <https://artfacts.net/> (acesso em 17/06/2024).

o campo global da arte. Um passo final do livro que busca articular análises *macro*, *meso* e *micro* para compreender esse espaço social.

Gabriel Orozco iniciou sua carreira como pintor na década de 1980, mas obteve sucesso internacional com produções afeitas aos princípios da arte conceitual. Com ela, construiu-se como artista universal, a despeito da sua origem fora dos centros do campo global da arte. Por meio da arte conceitual e da recusa de tematizar sua origem nacional como parte da produção artística, Orozco pôde conciliar a demanda por maior inclusão de artistas de diferentes origens em voga na década de 1980 com a defesa da autonomia da arte. Desse modo, obteve reconhecimento (rápido) no polo autônomo – sendo a participação polêmica na Bienal de Veneza e a retrospectiva de 2009 no MoMA marcos fundamentais dessa obtenção – reconvertido em presença no mercado de arte – cuja assinatura com Marian Goodman é expressão importante. Até aqui, a análise da trajetória de Orozco é bastante afinada aos postulados de Bourdieu – mesmo que inclua variáveis relativas à diferença não consideradas pelo francês (cf. Buchholz, 2022). Mas, ela não para aí. Buchholz mostra que as estratégias de Orozco para construir-se como artista autônomo, irredutível as demandas de mercado, incluem uma defesa da autonomia da arte que não se dá por uma recusa do mundo externo a arte, isto é, pela defesa estrita da *arte pela arte*. Orozco, inscrito em outro momento da história e do campo da arte, alia à defesa dessa autonomia a ideia da arte como ferramenta cotidiana. De modo que, então, no campo global da arte, a defesa da autonomia da arte não tem mais, necessariamente, o sentido formalista do campo artístico reconstituído por Bourdieu (1996).

Já o caso de Yue Minjun mostra como o reconhecimento no polo heterônomo, no estado do campo global da arte, pode se dar sem a passagem e obtenção de reconhecimento no outro polo. Isto é, há outro tipo de valorização no campo global da arte que não é o da reconversão de capital cultural em capital econômico. Apesar de também ter participado de uma Bienal de Veneza, Buchholz encontra outro padrão nas exposições de Yue. Diferente de Orozco, cuja carreira se deu pelas exposições com curadoria de agentes relevantes do polo autônomo em espaços não comerciais de exibição (bienais, centros culturais, etc.) sem vincular-se diretamente a uma arte nacional mexicana, as exposições de Yue deram-se, sobretudo, pela mediação de agentes do mercado de arte em galerias e feiras de arte com ênfase na sua nacionalidade. Nas exposições não diretamente comerciais, Yue expôs quase sempre em grupo, sob a classificação de representante de uma arte nacional chinesa e, é importante ressaltar, muitas vezes como parte de coleções privadas. No entanto, mesmo sem forte reconhecimento no polo autônomo, em apenas em nove anos,

obras suas atingiram valores maiores que cinco milhões de dólares. Se em 1994 suas pinturas valiam cinco mil dólares, em 2007, no mercado de leilões, “sua arte podia valer mais de 5 milhões” (Buchholz, 2022, p. 259).

Assim, com a análise dessas duas trajetórias contrastantes, Buchholz relaciona a estrutura dual do campo reconstituída na primeira parte à dinâmica de obtenção de reconhecimento discutida na segunda parte e, ambas, às trajetórias artísticas. Desvelando uma nova lógica de produção de valor da arte, agora em escala global e com diferentes agentes (curadores, leiloeiros, “comerciantes especulativos, colecionadores orientados para o risco, gerentes de investimentos em artes” (Buchholz, 2022, p. 264)) e instituições (como os circuitos internacionais das bienais e das feiras de arte); mas, ainda bastante afinada a estrutura desenvolvida por Bourdieu. “É a velha história da arte *versus* dinheiro, embora esteja se desenvolvendo sob condições históricas e geográficas diferentes no século XXI” (Buchholz, 2022, p. 269). Ou, nos termos do último capítulo do livro, é a velha história da oposição “entre autonomia e heteronomia”.

Mas, se essa oposição entre produção orientada para os pares e produção orientada para o mercado que remete às análises de Bourdieu é encontrada nessa análise de Larissa Buchholz que vai das estruturas do campo às trajetórias de artistas específicos, intermediada por uma análise mais distanciada de um conjunto amplo de trajetórias, ela não se dá nos mesmos termos. Essa oposição – que deve ser pensada em um contínuo entre polos e não como polos estanques –, no campo global da arte, se dá por um conjunto de agentes e instituições ainda pouco analisado. Integrando na análise *experts* do polo autônomo e os diferentes agentes do mercado de arte, sejam os de vanguarda das galerias ou especuladores dos leilões, Buchholz dá um passo para a reconstrução de outras regras do jogo da arte. E, assim, propõe uma interpretação das transformações estruturais do campo artístico na direção de uma maior heteronomia sem fazer do que é verdade em um polo valer para todo o campo. Se, hoje, há uma força de mercado diferente da identificada por Bourdieu, isso não significa dizer que não há mais espaço para a lógica antieconômica dos campos culturais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. (1996) *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo, Companhia das Letras.
- BUCHHOLZ, Larissa. (2022) *The global rules of art: The Emergence and Divisions of a Cultural World Economy*. Princeton & Oxford, Princeton University Press.

---

Recebido: 20/06/2024 | Aprovado: 08/07/2025

# Reflexões etnográficas sobre o trabalho marítimo

## *Ethnographic Reflections on Maritime Work*

Tarik Dias Hamdan<sup>a</sup> 

SAMPSON, Helen. *Sea-Time: An Ethnographic Adventure*. Abingdon, Oxon; New York: Routledge, 2024.

O livro “Sea Time”, lançado em 2024, é fruto de uma etnografia baseada em cerca de 25 anos de pesquisas em navios cargueiros. Escrito por Helen Sampson, professora renomada por seus trabalhos nos campos da antropologia do trabalho e com trabalhadores marítimos, a obra é uma continuidade de seu trabalho publicado em português em 2019 com o nome de “Trabalhadores Marítimos Internacionais e Transnacionalismo no Século XXI”. Nele, Sampson já havia abordado questões ligadas ao espaço e à migração dos trabalhadores no livro (Sampson, 2019).

Neste novo livro, a autora explora como a vida e o trabalho dos marinheiros mudaram ao longo do tempo, sobretudo nas últimas décadas, tendo em vista as transformações na regulação da indústria naval e o aumento da inovação tecnológica. Em especial, a mudança e a experiência do tempo são temas centrais, observados à luz dos fatores previamente mencionados.

Além disso, o livro fornece uma visão detalhada dos bastidores da realização da pesquisa, tornando-se uma excelente fonte para aqueles interessados em trabalho marítimo, bem como para os que desejam aprender mais sobre como conduzir uma etnografia de qualidade e enfrentar as dificuldades do trabalho de campo. Em especial, por se tratar de uma indústria moldada por processos de reestruturação ao nível transnacional, o trabalho pode ser entendido dentro do gênero da etnografia global, ou seja, de uma etnografia que, através de um trabalho de observação participante – por definição, realizado localmente –, procura captar processos e transformações multi-escalares (Burawoy, 2018).

Além da introdução e da conclusão, o livro está organizado em dez capítulos. Os primeiros seis acompanham a inserção da pesquisadora em um navio que

---

a Doutorando em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPG-SA/UFRJ).

representa o principal “cenário” da maior parte do livro, chamado Beluga, embora o relato seja complementado com etnografias realizadas em outras embarcações. Assim, o leitor tem a oportunidade de acompanhar desde a preparação da autora para ingressar no navio até os desafios de inserção no mundo dos trabalhadores marítimos.

Além das dificuldades usuais de um trabalho de campo, dois elementos são destacados ao longo da narrativa: primeiro, a relação hierárquica no navio, em que, devido ao fato de o capitão ocupar a posição de maior autoridade, tanto os trabalhadores quanto a pesquisadora se sentem oprimidos pela sua intransigência. Segundo, a questão do gênero, indicativa das dificuldades inerentes à inserção de uma pesquisadora mulher em um mundo predominantemente masculino. Nesse sentido, é pertinente observar o contraste entre o estudo de campo realizado por Sampson e a descrição usualmente apresentada pela sociologia acerca das transformações no mundo trabalho ocorridas no final da década de 1980. Enquanto grande parte da literatura destaca o fim de regimes de trabalho caracterizados pela hierarquia, a transição para formas mais flexíveis e a crescente inserção das mulheres nos ambientes laborais, a autora descreve um cenário aparentemente imune a essas mudanças (Piore; Sabel, 1986).

O restante do livro é organizado de maneira mais temática. Dessa maneira, o capítulo sete considera a questão do tempo no mar de forma mais ampla, discutindo as maneiras pelas quais o tempo é marcado, passado e experienciado. No capítulo oito, são abordadas as questões de gênero, tendo em vista o pequeno número de marinheiras que trabalham na indústria e o fato de que, em vinte anos, pouco se alterou. No capítulo nove, Sampson destaca como as mudanças regulatórias e tecnológicas alteraram a vida dos trabalhadores, produzindo uma sensação de perda de autonomia. Finalmente, o capítulo dez ressalta a situação dos trabalhadores durante a Covid-19, quando, para cumprir as exigências sanitárias, o bem-estar dos trabalhadores foi deixado de lado. A seguir, apresento uma breve análise dos temas centrais abordados no livro e mencionados neste parágrafo.

No que tange à questão da experiência do tempo, Sampson mobiliza as noções marxianas de valor de troca e valor de uso para entender a vivência temporal dos trabalhadores. O valor de troca representa a venda do tempo de trabalho em troca de salários, que ocorre predominantemente nas embarcações, mas também parcialmente quando os navios estão atracados. Por outro lado, o valor de uso refere-se ao tempo que os indivíduos dedicam a si mesmos, caracterizado pela fruição, que ocorre exclusivamente fora das embarcações, quando os navios atracam nos portos e os trabalhadores têm a oportunidade de desfrutar de

relações sociais nas cidades que visitam e, entre um contrato de trabalho e outro, de passar tempo com a família e amigos.

Sampson relata a luta dos marinheiros pela extensão do tempo destinado ao valor de uso, que se daria principalmente quando o navio atraca nos portos. Antes dos anos 1990, os marinheiros podiam desfrutar de períodos em terra, longe do confinamento do navio e das restrições impostas por seus supervisores. Hoje, em contraste, os navios permanecem o mínimo de tempo possível nos portos e, quando atracam, são tão isolados que os marinheiros desfrutam de pouco tempo significativo em terra. Além disso, as empresas vêm aumentando a duração dos contratos, e os trabalhadores os aceitam por temerem não encontrar trabalho futuramente.

Nesse contexto, os trabalhadores vivenciam seus longos contratos como um sacrifício de seu tempo e de suas vidas. Na visão dos trabalhadores, além de representar tempo de vida vendido a serviço de outrem (a empresa), implica um distanciamento crescente de suas origens sociais, como família e amigos, o que produz uma sensação de estranhamento e não pertencimento quando retornam para casa. Nesse sentido, a vida embarcada é vivida como marcada pela sensação de esvaziamento e quando retornam, pela sensação de desencaixe com seus pares.

Mesmo assim, a autora também destaca a agência dos trabalhadores na elaboração de estratégias contra a monotonia do tempo de trabalho vendido para a empresa e para o preenchimento de sentido que é constantemente retirado pelas tarefas impostas. Nesse sentido, fazem parte das atividades dos trabalhadores rituais como brincadeiras, piadas ou intervalos para descontrair. Ainda, de forma contraintuitiva, alguns marinheiros também passavam o tempo se entretendo com trabalhos mais estimulantes, que, na visão de Sampson, eram aqueles que preservam a autonomia do trabalhador. A abordagem que busca analisar como os trabalhadores lutam para conferir sentido ao processo de trabalho remete às correntes teóricas que valorizam a subjetividade dos trabalhadores. Em especial, destaca-se a influência das abordagens Thompsonianas, bem como os estudos de Burawoy (2012) e sua noção de “jogo”. Esta última se refere à maneira como os trabalhadores preenchem a monotonia do tempo de trabalho taylorista, criando margens de liberdade em suas ocupações por meio do estabelecimento de regras informais com seus colegas, desafiando assim as normas impostas pela gerência.

Sampson também aborda a questão das trabalhadoras mulheres dentro das embarcações. Segundo a autora, as mulheres são frequentemente marginalizadas em diversas esferas da vida social a bordo. Diferentemente de outras profissões, a proporção de homens e mulheres nos navios não mudou significativamente nos últimos 25 anos, permanecendo amplamente desigual. Como consequência, há

uma total falta de provisões adequadas para as necessidades femininas, como a ausência de mecanismos apropriados para a compra e o descarte de absorventes e outros itens sanitários.

Para a autora, as embarcações ainda são dominadas por atitudes profundamente conservadoras por parte dos marinheiros, que marginalizam as mulheres e perpetuam um *ethos* masculino em todo o setor. Isso resulta em muitas mulheres tendo experiências negativas ao trabalhar no mar, levando algumas a abandonar a carreira no início de suas trajetórias. Embora a cultura conservadora tenha origem fora dos navios, Sampson destaca como as embarcações criam um ambiente institucionalizado dominado por homens, permitindo uma expressão de misoginia e sexismo mais aberta do que aquela que seria tolerada em outros locais de trabalho.

Essa cultura masculina inclui determinados ritos de iniciação para os jovens marinheiros, como relações sexuais com prostitutas e a prática recorrente de assistir a filmes pornográficos em espaços públicos, como as salas de confraternização da tripulação. Nos anos recentes, as empresas têm adotado medidas para tornar o ambiente de trabalho mais profissional, introduzindo políticas de anti-assédio e antibullying. No entanto, o ambiente ainda permanece extremamente desafiador para as mulheres, que enfrentam dificuldades em afirmar-se em seus cargos e em ser promovidas.

No que tange à dimensão regulatória e tecnológica do setor, Sampson destaca como essas mudanças afetaram diretamente os trabalhadores, resultando em maior vigilância e controle rigoroso do navio e de sua tripulação. Uma das consequências foi a diminuição do sentimento de autonomia em relação às tarefas a bordo. A autora ressalta que, nas últimas décadas, uma série de regulamentações patrocinadas pela Organização Marítima Internacional (OMI) passam a ser aplicada tanto aos países considerados “estados de bandeira” quanto pelos “estados portuários”. Os primeiros são os países em que os navios são registrados (ou bandeirados) e os segundos os estados nos portos em que os navios atracam.

Sampson descreve que as inúmeras regulações implementadas visaram, sobretudo, padronizar e melhorar as condições de transporte de cargas, representando um fardo adicional para os trabalhadores, que passaram a ser pressionados por suas empresas para cumprir um vasto conjunto de regras. Isso fazia com que a empresa pressionasse o capitão do navio, que, por sua vez, pressionava seus subordinados, aumentando a sensação de hierarquia dentro dos navios. Caso as regras não fossem cumpridas, a punição recaía, na maior parte das vezes, sobre o capitão, e não sobre a empresa, resultando em multas ou até demissão. Para a



autora, de maneira geral, a hipertrofia das regulações expropriou grande parte do saber-fazer dos trabalhadores, substituindo-os por regras impostas pelas empresas.

Em relação à tecnologia, Sampson afirma que é incontestável que a navegação foi transformada por uma série de inovações e desenvolvimentos notáveis, especialmente em relação à tecnologia de comunicações. No entanto, essa tecnologia também aumentou a vigilância e minou a autonomia profissional a bordo. À medida que o GPS passou a ser amplamente utilizado para a navegação, ele também proporcionou a base para uma nova forma de comunicação a ser usada em emergências. Isso teve implicações semelhantes ao aumento das regulações, minando a autonomia a que os trabalhadores estavam acostumados e submetendo-os ao monitoramento e escrutínio rigorosos por parte dos gerentes em terra. Novamente, é evidente a discrepância entre o que é comumente abordado nos estudos sobre o trabalho e o que Sampson descreve. Enquanto a literatura tradicional sugere a transição para formas de trabalho mais autônomas sob a égide do modelo flexível ou toyotista (Coriat, 1994), a autora destaca que princípios associados ao taylorismo, como o controle exercido por uma gerência científica, expropriação do saber e diminuição da autonomia, ainda podem ser observados no setor naval (Braverman, 1978).

Sampson também destaca que, nas últimas décadas, o setor marítimo foi caracterizado por um aumento na competição entre as empresas, o que, consequentemente, piorou as condições de moradia e recreação dos trabalhadores embarcados. Essa situação dramática se intensificou com a pandemia da Covid-19, quando muitos navios foram impedidos de atracar e os trabalhadores a bordo foram proibidos de desembarcar e interagir nas cidades visitadas. Embora algumas medidas tenham sido adotadas pelas empresas para mitigar essa situação, elas foram insuficientes diante da magnitude do problema.

Concluo esta resenha destacando alguns pontos positivos que justificam a leitura do livro. Primeiramente, como mencionado no início, a autora realiza um excelente trabalho etnográfico, servindo como um guia exemplar para todos os entusiastas dessa abordagem. Além da descrição detalhada fornecida pela autora, ela se esforça constantemente para situar o papel da pesquisadora em relação aos demais, considerando como idade, gênero e posição social são fatores constitutivos do trabalho etnográfico.

Ademais, Sampson foca em um setor que tem sido profundamente afetado por intensas mudanças decorrentes da globalização, como o aumento da concorrência, das regulamentações internacionais e do uso da tecnologia. Compreender como essas transformações impactaram essa fração da classe trabalhadora é funda-

mental para os estudiosos do trabalho, pois pode iluminar tendências gerais em diversos outros campos.

## **BIBLIOGRAFIA:**

- BRAVERMAN, Harry (1978). Capital monopolista. Em: *Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX*. 3ª edição ed. Rio de Janeiro: LTC, 1978.
- BURAWOY, Michael (2008). Procurando pelo global. *Novos Rumos Sociológicos*, v. 6, n. 9, p. 12–73.
- BURAWOY, Michael (2012). *Manufacturing Consent: Changes in the Labor Process Under Monopoly Capitalism*. University of Chicago Press.
- CORIAT, Benjamin (1994). *Pensar Pelo Averso*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- THOMPSON, Edward. Palmer (2012). *A formação da classe operária inglesa*. Paz & Terra.
- PIORE, Michael.; SABEL, Charles (1986). *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. New York: Basic Books.
- SAMPSON, Helen (2019). *Trabalhadores marítimos internacionais e transnacionalismo no século XXI*. São Paulo: Editora da Unicamp.

# Militares e militância

Felipe Ramos Garcia<sup>a</sup> 

CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Militares e militância, uma relação dialeticamente conflituosa*. São Paulo: Editora Unesp, 2021. 2ª edição revista e ampliada.

Nos últimos anos, observamos uma presença significativa dos militares das Forças Armadas na política institucional brasileira. Se até recentemente essa participação se limitava a alguns cargos comissionados do executivo e assessorias legislativos em assuntos relativos à estratégia de defesa e segurança nacional, o que verificamos na última década foi uma presença acentuada de militares, que hoje compõem inúmeras pastas, sejam como assessores nomeados, assessores judiciários, parlamentares e inclusive ministros de Estado no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2018-2022). Uma leitura superficial sobre o tema pode sugerir que essa participação de militares é uma característica exclusiva da atual conjuntura. Entretanto, ao analisarmos com mais cuidado a história da participação política dos militares na política brasileira, notamos que ela sempre ocorre, de forma mais ou menos intensa, desde o Império (Carvalho, 2019). Faz-se necessário, nesse sentido, compreendermos melhor essa participação como um fenômeno da política brasileira, já que essa relação estreita entre os militares e as instituições no país não se restringe ao poder federal, mas pode ser observada nas esferas estaduais e municipais, com os inúmeros deputados e vereadores que utilizam a patente nas urnas e com frequência obtém sucesso eleitoral (Novello et. al, 2022).

Embora esse fenômeno tenha sido recentemente visualizado por muitos acadêmicos e pesquisadores, a participação e atuação dos militares na política brasileira já é há bastante tempo motivo de debate e discussão, não se limitando apenas ao Tenentismo ou à ditadura militar brasileira, como parte importante da historiografia e ciências sociais sugerem. Ao contrário: os militares das Forças Armadas e das polícias tiveram atuação importante na política brasileira desde o século XIX. Mesmo entre os próprios estudiosos do tema, prevalecem análises e abordagens observando uma atuação mais institucional dos militares na política. Isso significa que grande parte dos trabalhos – mesmo os mais recentemente produzidos – abordam a participação e atuação política dos militares a partir do prisma da sua relação com a institucionalidade, seja expressa na participação em cargos do

---

<sup>a</sup> Doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo e pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP). Bolsista FAPESP, processo número 2021/05090-4

governo, parlamentares eleitos (mais ou menos vinculados à partidos organizados) e nomeados como parte da composição do governo. Porém, a atuação dos militares historicamente nem sempre esteve atrelada à política institucional. Em muitos momentos da história brasileira, a atuação política dos militares esteve atrelada a uma disputa interna em torno da intervenção ou não dos militares. Ao contrário do que se possa imaginar, as Forças Armadas não se constituem enquanto um bloco homogêneo e monolítico que aparece vez ou outra para apontar os caminhos do país. A estrutura das Forças Armadas brasileiras, a despeito dos seus elementos fundamentais e estruturantes – hierarquia e disciplina – e a relação com a história brasileira permitiu que os militares gozassem sempre de um papel de destaque no processo político, seja atuando de forma mais direta ou não. E é esse panorama que Paulo Ribeiro da Cunha procura demonstrar (e resgatar) em seu livro.

Desde sua primeira edição, publicada em 2014, *Militares e militância: uma relação dialeticamente conflituosa*, já chamou atenção por sua abordagem não ortodoxa, por assim dizer, das relações civis-militares no Brasil historicamente. Isso porque, diferente das obras que buscaram compreender e apreender a relação entre militares e política no Brasil - que geralmente se valeram de perspectivas teóricas que aprendiam a institucionalidade das Forças Armadas (Rouquiéu, 1984) -, o trabalho de Paulo Ribeiro da Cunha faz essa apreensão por uma outra via, como o próprio título sugere. A abordagem do autor parte da premissa de que as relações civis-militares no contexto brasileiro devem ser concebidas a partir de uma perspectiva *instrumental* de análise, ou seja, embora seja possível (e até fundamental, a depender da análise) apreendermos as Forças Armadas como uma instituição coesa e meramente obediente a institucionalidade política civil, é fundamental também que se faça a leitura de que elas operaram (e ainda operam) de forma descolada dessa obediência institucional. E é justamente a atuação dessa forma que confere aos militares uma posição de destaque na política brasileira historicamente, como demonstra o autor.

O livro é dividido em duas partes. Na primeira parte, o autor nos apresenta uma riquíssima e quase completa revisão da literatura acerca não apenas das relações entre as Forças Armadas e a política no Brasil, mas uma vasta revisão sobre as relações civis militares analiticamente. Conceitualmente, o autor trata dos principais modelos de interpretação e apreensão das relações civis militares, abordando as possibilidades de interpretação sugeridas por autores de diferentes matizes teóricas, como Samuel Huntington e Nelson Werneck Sodré, passando por diversos outros autores e autoras que contribuíram para o tema. O autor chama atenção para as possibilidades de apreensão das relações entre Forças Armadas

e a política, valendo-se da construção metodológica proposta por Antônio Carlos Peixoto, Alain Rouquié e Eliezer Rizzo (Rouquié et. al., 1992). Nela, se discute os limites e possibilidades de interpretação a partir da chave *institucional-organizacional*, que considera as forças armadas um conjunto coeso e institucionalmente obediente aos civis, sendo meramente instrumentalizados por forças políticas não militares em contextos como o do golpe militar de 1964.

Uma outra perspectiva que o autor trabalha é a do *partido*. Nessa abordagem, se identifica a categoria dos militares como operante na mesma lógica de um partido aos moldes gramscianos, organizando e aglutinando interesses em torno de pautas mais ou menos comuns, mas sem necessariamente se preocuparem com a participação ativa e protagonista no Estado. Ambas as perspectivas tratam os militares enquanto um conjunto coeso e uniforme, ainda que a aplicação da lógica do partido, feita por Oliveiros Ferreira (2019) seja possível de ser utilizada no atual cenário, essas interpretações operam a partir de uma lógica que considera os militares (especialmente os oficiais superiores) como um bloco monolítico. Não é simples contestarmos esses modelos de interpretação, sobretudo a perspectiva do Partido Militar. Isso porque, assim como não é possível afirmarmos com precisão as pautas individuais dos militares, é quase um consenso de que, independente da perspectiva pessoal de cada militar ou grupo dentro das Forças Armadas, há um senso corporativo bastante marcante em todos os grupos. Uma defesa de pautas corporativas e uma defesa, em última instância, da própria corporação. De certa forma, esse “senso corporativo” aglutina os militares, independente das inclinações ideológicas pessoais, em torno de um objetivo comum. Essa perspectiva torna difícil argumentarmos num sentido contrário, na medida em que o autor nos convence de que os militares sempre atuaram de forma mais ou menos organizada em pautas corporativas – ainda que em muitos momentos tenham atuado na política institucional, como demonstra o autor.

Na segunda parte do livro, Paulo Ribeiro da Cunha apresenta um panorama detalhado e esmiuçado das relações entre o comunismo e as Forças Armadas brasileiras historicamente, em torno do que chama de “Esquerda Militar”. De forma geral, os militares no Brasil são mais associados com um pensamento conservador e às vezes reacionário (Motta, 2002). Compreendendo as especificidades que rodeiam os militares e ciente dos vários conflitos e facções que compõem as Forças Armadas, o autor faz uma investigação pormenorizada dos eventos em torno desse bloco a partir de uma rica pesquisa em arquivos e documentos oficiais que vão desde a Primeira República até a Ditadura Militar brasileira. Ademais, o autor se vale de uma rica apresentação de nomes de praças e oficiais que atuaram não somente em defesa de pautas

corporativas, mas se organizaram politicamente a partir de uma perspectiva mais à esquerda no espectro político. Nesse sentido, cabe destacar a inédita apresentação de arquivos sobre a atuação de praças em jornais militantes no que o autor chama de “imprensa armada” (Cunha, 2021, p. 274-269). Um outro momento destacado nessa segunda edição – que já aparecia na primeira edição, publicada em 2014 – é discussão sobre o Antimil – o setor militar do Partido Comunista do Brasil (op. cit., p. 272-282). Paulo Cunha nos mostra a partir de uma vasta pesquisa bibliográfica e documental de que forma alguns praças e oficiais se articulavam em torno do debate comunista no Brasil nos anos 1920 e 1930. A despeito de minoritários entre as Forças Armadas, a presença e organização desses militares é algo instigante para pensarmos a heterogeneidade das corporações no Brasil.

Por fim, o autor destaca a participação de membros das corporações policiais nessas organizações políticas com intersecção com o PCB. Apresentando arquivos, documentos – especialmente sobre a Guarda Civil e a Força Pública do Estado de São Paulo –, Paulo Cunha apresenta um ponto de vista que é bastante original: o da importância de policiais como Miguel Costa no Tenentismo. Ao argumentar que a presença da Esquerda Militar não era característica apenas das Forças Armadas, o autor contribui para o argumento de que essa heterogeneidade também é uma característica das corporações policiais. Dessa forma, o livro é uma importante contribuição não apenas para compreendermos as relações civis-militares no Brasil, mas também para compreendermos a história do Brasil como um todo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e política no Brasil*. Editora Todavia. Rio de Janeiro, 2019.
- FERREIRA, Oliveiros. *Vida e morte do partido fardado*. Editora Senac. São Paulo, 2019.
- GARCIA, Felipe Ramos. *Esquerda Policial e Ação Política em São Paulo (1946-1964)*. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, 2019.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Editora Perspectiva. São Paulo, 2002.
- NOVELLO, Roberta; Alvarez, Marcos César. *Da ‘bancada da segurança’ à ‘bancada da bala’: Deputados-policiais no legislativo paulista e discursos sobre segurança pública*. Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. Volume 15, nº 1. Rio de Janeiro, 2022.
- ROUQUIÉU, Alain. *O Estado militar na América Latina*. Alfa Ômega. São Paulo, 1984.
- ROUQUIÉU, Alain; Peixoto, Antônio Carlos; Rizzo, Eliezer. *Os partidos militares no Brasil*. Editora Record. São Paulo, 1992.

---

**Recebido:** 10/05/2023 | **Aprovado:** 25/06/2025

# Guerra de Secessão (1861- 1865) e a crise no modo de produção

## *Civil War (1861-1865) and the crisis in the mode of production*

Ingrid Daniely Vale dos Santos<sup>a</sup> 

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A Guerra Civil dos Estados Unidos. Seleção dos textos Murillo van der Laan, tradução Luiz Felipe Osório, Murillo van der Laan. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

A Guerra Civil dos Estados Unidos (1861–1865) foi um conflito armado entre os estados do Norte, conhecidos como União, e os estados do Sul, chamados de confederados ou secessionistas. Embora tenha suas origens em disputas políticas, econômicas e sociais, a escravidão foi o principal fator de tensão. A análise de Karl Marx e Friedrich Engels destaca que o conflito seria resolvido em favor do Norte, especialmente com a implementação de medidas federais voltadas à abolição da escravidão. Apesar de a guerra não ter sido iniciada com esse objetivo, os autores ressaltam que a manutenção do sistema escravista era fundamental para os interesses dos estados confederados. Enquanto o Sul buscava a secessão, o Norte lutava pela preservação da unidade nacional. O conflito teve início oficial em 12 de abril de 1861, quando forças confederadas atacaram o Forte Sumter, sob controle da União (Marx; Engels, 2022).

A *Guerra Civil dos Estados Unidos* é estruturado em três seções principais e conta com prefácio de Marcelo Badaró Mattos, nota editorial, índice onomástico e cronologia de Marx e Engels. A primeira seção reúne uma coletânea de 53 artigos. A segunda apresenta 73 cartas trocadas entre Marx, Engels e outros interlocutores. Por fim, a terceira seção inclui quatro documentos: (1) Carta de Marx ao presidente Abraham Lincoln; (2) Resposta do embaixador Charles Francis Adams; (3)

---

<sup>a</sup> Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). e-mail: [ingridvalesh1@gmail.com](mailto:ingridvalesh1@gmail.com)

\* Os textos foram escolhidos por Murillo van der Laan após examinar as principais coletâneas internacionais dos autores sobre o tema. Esta edição de *A Guerra Civil dos Estados Unidos* apresenta artigos dos anos 1861 e 1862, é a mais abrangente compilação em língua portuguesa sobre o conflito norte-americano. Apesar da maioria dos artigos desta coletânea serem escritos por Marx, ele utilizava de dados que recebia de Engels, sobretudo nas suas visitas a Manchester e através das trocas de correspondências. A Marx coube a reflexão global sobre a guerra e a Engels, dado sua erudição militar, coube considerar mais especificamente as táticas de guerra.



Mensagem da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) ao presidente Andrew Johnson; e (4) a ata da reunião de 11 de maio de 1869 do Conselho Geral da AIT.

Os escritos apresentados no livro pertencem à fase de maturidade de Marx, período crucial para o desenvolvimento de seu pensamento, marcado pela elaboração de *O Capital*. Esse conteúdo foi produzido paralelamente ao advento e aos desdobramentos da Guerra Civil Americana. Nota-se uma ampliação e maior complexidade no conjunto de conceitos utilizados pelos autores, que, após uma análise aprofundada das origens e do crescimento do capitalismo europeu, buscavam compreender o desenvolvimento do capitalismo global sob uma perspectiva multilinear.

Marx escreveu artigos sobre o conflito para dois veículos de imprensa distintos: o *New York Daily Tribune*, dos EUA, e o *Die Presse*, de Viena, Áustria. O primeiro era dirigido por Charles A. Dana (1819–1897), que conheceu Marx em Colônia durante as revoluções de 1848, enquanto atuava como correspondente de imprensa na Europa. Após retornar aos EUA, Dana assumiu a direção do *New York Daily Tribune* e convidou Marx para colaborar com o jornal, onde ele desempenhou o papel de jornalista científico. Marx foi um dos primeiros a adotar uma posição firme em apoio à causa do Norte, destacando que a escravidão era o principal fator que motivava o conflito (Bianchi, 2014; Marx; Engels, 2022).

O primeiro bloco analisa a repercussão política da Guerra Civil na imprensa, seus impactos sobre a opinião pública e sua influência na formulação de políticas externas. Marx e Engels demonstraram profundo engajamento com o tema, afinal, “seremos afetados pelas notícias que recebemos”.<sup>1</sup> O principal objetivo dos autores era criticar as distorções propagadas pela imprensa dominante sobre o conflito. O interesse jornalístico no tema era impulsionado pelas implicações econômicas e políticas que a guerra representava para o Reino Unido. Um exemplo disso é a ênfase dada pela imprensa britânica à tarifa Morrill, que tinha como objetivo proteger o mercado dos estados do Norte em detrimento dos estados do Sul, sendo apontada como uma das causas do conflito. Caso o cisma se comprovasse de caráter tarifário, isto é, em defesa de um mercado livre ou protecionista, em vez de uma guerra escravocrata, mais fácil se tornava ao Império Britânico apoiar os estados da Confederação (Antunes, 2017; Marx; Engels, 2022).

---

1 Ver carta 52: Friedrich Engels a Rudolf Engels.

Para Marx, “o argumento básico dos jornais<sup>2</sup> anti nortistas é muito pobre e em todos eles encontramos quase as mesmas sentenças, repetindo-se como fórmulas de uma série matemática, a certos intervalos, com pouquíssima capacidade de variação ou combinação” (2022, p. 23). O algodão produzido no Sul dos EUA era uma importante *commodity* para a indústria têxtil britânica, e a Confederação uma grande produtora de algodão. A imprensa britânica enfatizava a importância de manter laços comerciais com o Sul, evidenciando as implicações internacionais da Guerra Civil, sobretudo no que diz respeito às relações político-econômicas<sup>3</sup> entre os EUA e a Europa. A escassez de algodão afetou severamente as indústrias têxteis, gerando uma crise econômica com possíveis desdobramentos políticos. Além disso, outros setores industriais sentiram os efeitos da redução das exportações para o Norte, devido à tarifa Morrill, e para o Sul, em razão do bloqueio (Marx; Engels, 2022, p. 152).

No âmbito da formulação da política externa,<sup>4</sup> a guerra apresentou múltiplas dimensões, como a intervenção no México, a crise algodoeira na Inglaterra, o comportamento do império francês e o comércio italiano. Contudo, o incidente mais destacado na obra é a Questão do Trent, em 1861, que quase resultou em uma guerra entre Inglaterra e EUA. O navio britânico Trent foi interceptado pela Marinha da União, que prendeu dois diplomatas confederados a bordo, ação considerada pela Inglaterra como uma violação de sua soberania. A crise foi resolvida de forma diplomática e pacífica, mas elevou as tensões entre os dois países.

O cerne da Guerra reside no embate entre os modos de produção<sup>5</sup> nos EUA: o sistema escravista do Sul e o capitalismo industrial emergente no Norte. Marx enfatizou que esses sistemas eram incompatíveis, e o conflito só poderia ser resolvido com o triunfo de um sobre o outro (Marx; Engels, 2022, p. 69). Para ele, a luta refletia uma contradição histórica entre os interesses dos proprietários de escravos e dos capitalistas industriais, evidenciando a centralidade da escravidão no conflito. Marx também refutou os argumentos que desvinculavam a guerra da escravidão, destacando que a vitória da União representaria um passo decisivo para superar o sistema escravista e transformar a sociedade americana. Essa luta de classes e conflito de interesses entre os proprietários de escravos e os capitalistas industriais teve repercussões significativas na mentalidade da época.

---

2 Tais como: *The Times*; *The Economist*; *The Examiner*; *The Saturday Review*.

3 Os artigos que discutem as relações político-econômicas são: 2, 5, 8, 10, 12, 15, 22, 24, 29, 30, 31, 33, 36, 41, 45, 46, 49, 51 e 52.

4 Os artigos que discutem a política externa são: 9, 11, 13, 14, 16, 17, 21, 25, 26, 27, 32, 34, 35, 38, 42, 43, 44, 46 e 53.

5 Os artigos que discutem o modo de produção são: 7, 18, 19, 29, 30, 37, 40, 47 e 48.

Marx (2022) refutou de maneira contundente os argumentos reiterados pelos jornalistas, que persistiam em sustentar que a guerra não tinha relação alguma com a escravidão. Essa posição inicial de Marx evidenciou sua compreensão acurada das causas fundamentais do conflito e seu compromisso em destacar a centralidade do tema escravista no contexto da Guerra Civil. Para o autor, a vitória da União significaria um passo em direção à superação do sistema escravista e à transformação revolucionária da sociedade americana.

“Assim como a guerra de independência do século XVIII fez soar o alarme para a classe média europeia, a guerra civil americana do século XIX fez soar o alarme da classe trabalhadora europeia.” (Marx, 2013, p.79). Por essa razão, as relações sociais, não estão alicerçadas apenas na lógica economicista, e sim relacionadas ao que Marx e Engels entendiam como a (re)produção da própria vida humana, através de uma interação dialética com as ideias e teorias dos indivíduos. Nessa perspectiva, a Guerra Civil representa um conflito fundamental entre duas formas de produção que estão intrinsecamente ligadas ao conceito de reificação<sup>6</sup> de Marx.

O trabalho escravo, caracterizado pela coisificação do produtor, transforma o escravo em propriedade da classe exploradora, privando-o de liberdade, autonomia e dignidade. Em contraste, o trabalho assalariado, embora formalmente livre, força o trabalhador a vender sua força de trabalho para sobreviver, sendo explorado nos meios de produção pertencentes à classe dominante (Antunes, 2017). Marx observou que a guerra promovida pela Confederação sulista não era defensiva, mas um esforço expansionista para perpetuar a escravidão, consolidando um sistema de produção baseado na propriedade de pessoas, que as reduzia a mercadorias controladas por escravocratas (Marx; Engels, 2022, p. 64).

A escravidão nos EUA atingiu seu auge econômico com a produção de algodão, sustentada por uma relação interdependente com o capitalismo, especialmente o mercado inglês. Segundo Marx, o sistema escravista adaptou-se às demandas do mercado capitalista, tornando a produção de algodão sua forma mais lucrativa e sustentável. Os escravocratas alinhavam-se às dinâmicas do capitalismo ao priorizarem a expansão territorial e o aumento da mão de obra escrava, em detrimento de investimentos em tecnologia ou formação dos trabalhadores. Essa lógica reflete a essência do capital, que utiliza os meios de produção para maximizar a acumulação

---

<sup>6</sup> A categoria *Verdinglichung* é um conceito associado ao trabalho de Georg Lukács, filósofo marxista do século XX e sua releitura do fetichismo (Marx), da racionalização formal (Weber) e da tragédia da cultura (Simmel). Essa categoria é frequentemente traduzida como reificação; coisificação ou objetificação. É utilizada no texto em substituição do conceito de alienação, a fim de abordar o processo pelo qual as relações e a vida social são objetificadas e desumanizadas nas sociedades modernas, especialmente no contexto do capitalismo.

de riqueza, mesmo perpetuando relações de exploração e subordinação. Afinal, “os negros não são tão estúpidos a ponto de morrer pelo chicote que os açoita” (Marx; Engels, 2022, p. 322).

A segunda seção reúne 73 cartas<sup>7</sup> trocadas entre Marx, Engels e outros interlocutores, nas quais emergem elementos significativos do jornalismo científico de Marx. Nesse contexto, o autor recebia apenas duas libras por artigo, enquanto o *New York Daily Tribune* comprometia-se a publicar dois textos por semana (Bianchi, 2014). Contudo, o início da guerra civil norte-americana interrompeu essas encomendas, resultando em uma redução significativa das publicações. Em carta de 6 de maio de 1861, Marx observou que o interesse dos leitores estava concentrado nos acontecimentos da Guerra Civil, o que prejudicava a demanda por seus artigos. Ele mencionou, no entanto, ter recebido uma proposta do *Presse* vienense, que consideraria caso algumas ambiguidades fossem resolvidas, e estava disposto a adaptar-se às circunstâncias adversas (Marx; Engels, 2022).

A colaboração de Marx com o *Die Presse* foi entre 1861 e 1862, período em que ele recebia uma libra por artigo e dez shillings por relato. Embora o jornal promovesse seus textos, os pagamentos eram irregulares em comparação ao jornal americano, agravando sua situação financeira. Em carta a Engels, Marx expressou sua insatisfação com a irregularidade nas publicações e nos pagamentos, uma vez que a remuneração limitada e esporádica tornava inviável sua subsistência (Marx; Engels, 2022).

Nenhum dos jornais nos quais Marx colaborava possuía orientação socialista ou voltada à classe trabalhadora. Assim, ele e Engels adotaram uma postura estratégica na elaboração de seus textos e na escolha dos temas abordados. No *New York Daily Tribune*, as contribuições focaram em análises da política europeia, com ênfase na política inglesa. Já no *Die Presse*, prevaleceram análises políticas e militares relacionadas à Guerra Civil Americana. Engels, por sua vez, contribuiu com alguns artigos sobre temas militares, cujos pagamentos eram repassados integralmente a Marx (Bianchi, 2014; Marx; Engels, 2022).

Em 1862, Marx e Engels começaram a divergir quanto às perspectivas sobre a Guerra. Desde o início do conflito, Marx demonstrou otimismo quanto ao desfecho, embora reconhecesse a vantagem inicial do Sul. Ele avaliava que a sociedade sulista, sustentada por uma ampla base de aventureiros brancos pobres, poderia mobilizar

---

7 Diferente dos artigos, as cartas acompanham o advento, o desenrolar e o pós-conflito. Há textos de 1860 a 1869 e apresentam características mais íntimas dos autores, como o descontentamento de Marx e Engels com o governo de Johnson, após o assassinato de Lincoln (Ver cartas 59, 63 e 64).

uma força militar significativa nos primeiros meses. Contudo, para Marx, a longo prazo, o Norte prevaleceria devido à possibilidade de recorrer à emancipação dos escravizados como estratégia decisiva. Essa visão foi expressa em correspondência a seu tio Lion Phillips, em maio de 1861 (Marx; Engels, 2022).

A Guerra Civil encerrou-se oficialmente em 9 de maio de 1865, com a vitória dos estados do Norte. Entre as diversas causas do conflito, a escravidão destacou-se como fator central. O principal marco do período pós-guerra foi a abolição da escravatura, proclamada antes mesmo do término do conflito. Com a derrota do Sul, o capitalismo superou as limitações impostas pelo sistema escravista, abrindo caminho para novos mercados, mão de obra e territórios destinados à expansão industrial, o que resultou no crescimento do proletariado. A vitória da União consolidou a revolução burguesa nos EUA, criou condições para a intensificação das contradições entre trabalho e capital e apontou para novas possibilidades revolucionárias (Antunes, 2017).

Na última seção, são apresentados quatro documentos. O primeiro trata de uma carta de felicitações ao presidente Abraham Lincoln, por ocasião da sua reeleição por ampla maioria. A redação da carta foi confiada ao subcomitê da AIT. O texto foi escrito por Marx e aprovado por unanimidade pelo Conselho Central. Foi remetido então para o presidente Lincoln por intermédio de Adams, embaixador americano em Londres. O segundo documento corresponde à resposta do embaixador, que declara: “nações não existem apenas para si mesmas, mas para promover o bem-estar e a felicidade da humanidade. É nesse sentido que os EUA avaliam sua causa no atual conflito contra a escravidão.” Em seguida, apresenta-se uma mensagem da AIT ao presidente Johnson, na qual Marx compara a Guerra Civil às guerras europeias de 100, 30 e 23 anos, argumentando que o conflito estadunidense teve uma duração breve, de apenas 90 dias.

Por fim, a ata da reunião de 11 de maio de 1869 do Conselho Geral da AIT inclui uma mensagem enviada ao *National Labor Union* dos EUA, redigida por Marx. Nesta, o autor retoma a mensagem de congratulações a Lincoln e destaca que a Guerra Civil Americana seria de grande relevância para o avanço da classe trabalhadora, assim como a Guerra de Independência Americana foi fundamental para o progresso da classe média. Além disso, Marx aborda a perspectiva de um possível conflito entre Inglaterra e EUA, reafirma a importância histórica da luta dos trabalhadores no contexto global.

“Os trabalhadores do Norte finalmente compreenderam que o trabalho de pele branca não pode se emancipar onde o trabalho de pele negra é marcado a ferro” (Marx; Engels, 2022, p. 340). Os quatro aspectos analisados nesta resenha, com

base nas reflexões de Marx e Engels sobre a Guerra Civil Americana, representam uma contribuição significativa, embora não sistematicamente organizada pelos autores. Eles abordam a natureza histórica e transitória dos modos de produção, evidenciam as condições de vida humana e as limitações impostas pelas condições do capitalismo, que, ao longo do tempo, podem ser superadas, por novas formas de organização e (re)produção social. Sob essa perspectiva, a produção das condições de vida humanas é historicamente situada e necessária à existência.

## REFERÊNCIAS

- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Guerra Civil dos Estados Unidos*. Seleção dos textos Murillo van der Laan, tradução Luiz Felipe Osório, Murillo van der Laan. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*, Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- ANTUNES, Paulo Fernando Rocha. *Marx, Engels e Lênin: as guerras civis Americana, Francesa e Russa*. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 23, n. 2, pp. 39-69, ano XII, nov./2017. <http://verinotio.org/conteudo/o.7424261884227639.pdf> (acesso em 25/05/2023).
- BIANCHI, Alvaro. *Marx, Engels e a guerra civil nos Estados Unidos*. *Revista Outubro*, São Paulo, n. 22, p. 201- 225, 2º semestre de 2014. <http://outubrorevista.com.br/lincoln-marx-e-a-guerra-civil-nos-estados-unidos/> (acesso em 25/05/2023).